Título Original Il Ghiaccio era Sottile
Per una storia dell'Autonomia (Deriveapprodi 2012)
Autor Marcello Tarì
Tradução Edições Antipáticas
Diagramação Edições Baratas
Produção Edições Baratas

Brasil, março de 2014.

edicoesbaratas.wordpress.com

ÍNDICE

07 INTRODUÇÃO
A revolução que vem

17 CAPÍTULO I
Corte: O Partido Mirafiori, o declínio dos grupos, as jornadas de Abril (1973-1975)
19 *Crise!*
27 *Estranhamento operário*
40 *Descontinuidade e recomposição*
76 *Ao ataque: As jornadas de abril*

99 CAPÍTULO II
Separ/acção, dessubjectivização e a "ditadura dos desejos": o operário social, o feminismo, a homossexualidade, o proletariado juvenil e outras transversalidades (1975-76)
Estado de emergência
101 *A táctica da separação*
105 *Fogo sobre o Quartel-General*
140 *O proletariado jovem contra a metrópole*
166 *Autonomia e delírio do sujeito: mil grupos em*
200 *multiplic/acções*

213 CAPÍTULO III
Um piano nas barricadas: o Movimento, a insurreição, os grupos, a dispersão (1977)
215 *Destruir o tempo dos patrões*
228 *"Uma barbárie inteligente"*
244 *"Finalmente o céu caiu sobre a terra"*
269 *A pradaria em chamas*
296 *O Congresso de Bolonha, a desagregação, o rapto de Moro, a repressão, o "desaparecimento"*

315 ANEXO
Viver com a guerrilha
(Lúcio Castellano)

A Revolução que Vem

> *A aventura de quem busca outro caminho para a Índia e, por isso mesmo, descobre outros continentes, está muito próxima da nossa actual maneira de proceder.*
>
> Mario Tronti, *Operários e Capital*

Este texto explica-se a si próprio e praticamente dispensa introduções. Em condições normais as Edições Antipáticas limitar-se-iam a fazer-lhe preceder dois ou três parágrafos de circunstância sobre o desejo de estimular o debate de ideias e o pensamento crítico, mas as particularidades do contexto nacional tornam oportunas algumas linhas sobre a história narrada por Marcello Tarì e aproveitámos o balanço para lhes juntar algumas considerações próprias.

Para o público português, o «autonomismo» é sobretudo um conjunto de ideias e enunciados, de neologismos e hipóteses vagamente «pós-modernistas» sobre a globalização, o neoliberalismo, o trabalho imaterial e os novos movimentos sociais, sintetizado nas obras de António Negri e Michael Hardt: *Império*, *Multitude* e *Commonwealth*. Demasiado social-democrata para os anarquistas, demasiado anarquista para os marxistas-leninistas e demasiado ambas as coisas para a Nova Esquerda, esta corrente teórica usufrui de um considerável prestígio académico e sucesso mediático, mas tem tido menos sucesso no que à intervenção política diz respeito. A relação entre as posições

actualmente defendidas pelo colectivo agrupado em torno da revista *Multitudes* e a experiência da autonomia operária em Itália nos anos Setenta extravasa largamente o âmbito deste livro. Importa no entanto assinalar que na recepção e divulgação da obra de Toni Negri, a sua participação nessa experiência assume um carácter duplamente problemático, que a apresenta alternada ou combinadamente de duas formas: a autonomia operária enquanto nota de rodapé do seu *curriculum*, um momento formativo do seu percurso que lhe confere um *pedigree* radical, mas que não merece mais do que uma ou duas referências à sua passagem pela prisão e exílio na sequência do rapto de Aldo Moro pelas Brigadas Vermelhas; a autonomia operária enquanto a pré-história de um «autonomismo» agora amadurecido, capaz de fazer substituir o maximalismo insurrecional e intransigente de outrora por uma respeitabilidade académica e um pragmatismo programático utilizável quer por movimentos sociais «alterglobalizadores» europeus quer por governos soberanos latino-americanos, que vai da valorização do êxodo migrante à proposta de um rendimento universal de cidadania.

Este texto traça deliberadamente uma linha de fuga face a essa arrumação do problema, devolvendo a teoria ao seu lugar específico, de interpretação e descodificação de uma multiplicidade de práticas de conflito, sociabilidade e questionamento que caracterizaram os acontecimentos históricos ocorridos em Itália na década de Setenta. Não se trata certamente de desprezar ou secundarizar a teoria, mas de a reconduzir a um contexto de crítica da vida quotidiana, experimentação radical de novas formas de vida e empenho estratégico na elaboração de um «comunismo mais forte do que a metrópole», assente na recusa do trabalho e da sociedade nele fundada, historicamente situado num período de

crise e reconversão capitalista, de luta contra *e na* austeridade, de cooptação das instituições do movimento operário para o espaço da governamentalidade, de dura repressão e áspero confronto militar com os diversos aparatos do Estado. A teoria, portanto, como uma prática entre outras (e não necessariamente a mais interessante), num contexto histórico demasiado carregado de complexidade e demasiado relevante para a compreensão do nosso tempo para poder ser resumido a meia-dúzia de generalidades sobre o terrorismo e o Estado. E a teoria, também, como uma prática contaminada, atravessada, desafiada pela irrupção de comportamentos, imaginários e desejos tradicionalmente exilados para as margens da política, pela multiplicação de sujeitos em conflito e pelo desafio estratégico de reflectir sobre os problemas colocados por (mas também colocados a) um movimento emancipatório de enorme amplitude e profundidade. Este livro sobre a autonomia operária é por isso um livro contra o «autonomismo», aqui entendido como um discurso emitido por vozes devidamente autorizadas, a partir de um centro definido, uma etiqueta ideológica para um processo de cristalização teórica, uma identidade militante paralela às outras, do anarquismo ao trotskismo, do maoísmo ao marxismo-leninismo.

Mas a autonomia tem também uma outra história nas estantes das livrarias portuguesas, bastante distante da notoriedade do «autonomismo», mas familiar para quem se move nos meios anticapitalistas e antiautoritários. Duas edições do romance *Queremos tudo*, de Nanni Ballestrini, foram lançadas pela Fenda e ainda circulam apesar de quase esgotadas, contando a história das lutas na FIAT em 1969, narrando na primeira pessoa, numa torrente discursiva repleta de marcas de oralidade, o processo pelo qual os operários da linha de montagem fizeram do seu ódio ao trabalho

uma estratégia imparável contra os patrões e a burocracia sindical, explorando a vulnerabilidade da grande fábrica integrada e da produção em série face à sabotagem difusa e à greve selvagem. E os leitores bem informados não desconhecerão certamente o volume *Apelos da prisão de Segóvia*, editado pela Antígona e dedicado aos membros dos Comandos autónomos encarcerados na sequência de diversos exproprios e atentados levados a cabo no contexto das lutas operárias em Barcelona, na década de Setenta, com um prefácio escrito (mas não assinado) por Guy Debord e uma polémica com a CNT sobre o uso da violência no âmbito da luta de classes. Muito menos conhecido é o livro de Mario Tronti, *Operários e capital*, editado pela Regra do Jogo em 1976 e praticamente ignorado em Portugal, apesar de ter sido um dos filões teóricos constitutivos da autonomia operária, com a sua proposta de revalorização da subjectividade do trabalho vivo e o seu ênfase na centralidade das lutas operárias no funcionamento do modo de produção capitalista. Não sendo esta uma lista bibliográfica extensíssima e com pretensões de exaustividade, serve enquanto medida para um diagnóstico relativamente fácil: em comparação com outras correntes políticas e constelações teóricas, a experiência e os textos da autonomia operária são bastante pouco conhecidos pelo público português. A edição deste livro é um modesto contributo para que isso não seja tanto assim.

Nas últimas décadas, em certos contextos políticos, procedeu-se à escrita informal de uma história popular dos anos 60 e 70 que permitisse à esquerda reconstruir uma memória colectiva que não partisse das experiências brutais do socialismo real, capaz de identificar uma linhagem de parentesco distinta quer das paradas militares quer do eurocomunismo. Esse processo teve um sucesso tão

considerável quanto ambíguo e, ainda que hoje as reflexões da Internacional Situacionista e dos *Black Panthers* sejam porventura referências mais imediatas do que as decisões do XX congresso do PCUS, a formulação dessa história traduziu o contexto em que era feita: lutas recuadas conduzidas por nichos ideológicos, mais preocupados na afirmação de uma identidade ideológica do que na constituição de formas de contrapoder. Surgiram assim os heróis que se destacaram dos seus contextos pela sua coragem e inteligência, os "jovens turcos" movimentistas que arriscaram os passos que outros não ousaram, as narrativas épicas que, descontextualizando momentos particulares, os propõem enquanto frutos de um voluntarismo mais ousado, mais brilhante, mais estiloso. Debord, Dorn, Morea e Baumann sozinhos contra o mundo.

Talvez esse fundo de cenário feito de indivíduos heroicos e charmosos possa explicar uma dificuldade em abordar os anos 70 em Itália e a "Autonomia Operária". Imagine-se 68: a sua intensidade subversiva, a agressividade inaudita e difusa, a sua recusa de mediação e de uma solução "política", a explosão de imaginários e de laboratórios existenciais. E agora imagine-se um Maio de 68 que tenha durado dez anos e a decorrente multiplicação exponencial de agenciamentos, de encontros, de tensões e de momentos; damo-nos imediatamente conta de que não é possível o mesmo tipo de abordagem. Acresce que o termo "autónomo" se manteve, multiplicando os seus significados e adquirindo outros pelo caminho. Serão hoje "autónomos" os grupos que dentro dos contextos movimentistas italianos fazem corresponder a um discurso de extrema-esquerda uma série de práticas ditas "anarquistas", mas também os franceses do processo de Tarnac, a quem Sarkozy chamou "anarco-autónomos", ou os gregos das várias universidades

ocupadas de Atenas. A "autonomia operária" terá sido um grupo de luta armada, paralelo às Brigadas Vermelhas. Serão "autónomos" alguns teóricos italianos e americanos que operam numa área entre a academia e o movimento mas também os grupos ecologistas que procuram construir uma "autonomia" relativamente às condições de produção contemporâneas. Terão ainda também sido "autónomos" os protagonistas de algumas lutas dos anos 80 na Alemanha e em Espanha, sugerindo assim a existência de escolas diferentes de um processo semelhante.

Se isoladas, todas estas interpretações são manifestamente equivocadas, mas vistas em conjunto, no entanto, podem começar a sugerir um sentido: a "autonomia operária" não era um movimento uniforme mas antes um antagonismo feito de tensões entre inúmeras hipóteses que partilhavam entre si apenas e exclusivamente uma rejeição cabal das modalidades do existente então possíveis. Talvez o que a distinga de outras experiências semelhantes, eventualmente até contíguas num processo global contemporâneo, é que na sua génese não está um último fôlego das vanguardas artísticas e boémias do romantismo burguês, mas uma leitura nietzschiana de Marx e do movimento operário, com as consequências óbvias: a autonomia não foi tanto o momento ao sol de uma especificidade ideológica ou existencial, mas antes a ebulição colectiva de devires revolucionários múltiplos e contraditórios, cuja formas rapidamente abandonaram as categorias do voluntarismo político - do militante ao activista - e da submissão ao capital - do estudante ao trabalhador - para chegar a um ponto de completa separação e exterioridade hostil relativamente ao poder.

Ao contrário das orquestrações informais de movimentos sociais fortes e radicais, a que se veio a chamar

"autonomia" na Alemanha e em Espanha, há algo fundamental que distingue a experiência italiana de todas as outras: o seu poder não surge de uma intensificação dos discursos das diferentes identidades formais ou informais revolucionárias, mas do devir revolucionário de subjectividades totalmente alheias aos meandros clássicos da política. Que essa experiência histórica e geograficamente localizada possa ter produzido tamanha multiplicidade de significados apenas confirma as dificuldades em abordá-la: demasiado rica e complexa no campo teórico para ser reduzida a dois ou três chavões facilmente reproduzíveis, demasiado profusa e imediata na criação de imaginários para que dela se possa extrair um corpo de trabalho estético, demasiado radical e múltipla em situações de ruptura e confronto para que uma possa sobressair como mais lendária do que as outras, demasiado habitada por subjectividades antagónicas para que se possa isolar qualquer grupelho de personagens. E no entanto, é difícil elaborar uma genealogia das formas contemporâneas de questionamento do mundo, do insurrecionalismo *declassé* ao cidadanismo inspirado, que não remeta de alguma forma para essas experiências.

Outra situação distingue ainda a autonomia operária. Quando o Estado francês já nomeou o espólio de Debord objecto de interesse nacional e Obama é amigo pessoal dos ex-membros dos *Weather Underground*, num momento em que todas as feridas abertas em 68 estão mais do que saradas e em que o processo de reconciliação foi, não poucas vezes, tão festivo quanto a ruptura inicial, a autonomia operária e sobretudo os eventos de 77 permanecem incómodos e irresolúveis. Não há uma cinematografia extensa feita de *bildungsroman* sexuais, Bertolucci filmou 68 e não 77. Não há ministros ou deputados formados nessa "escola" política, nem todas as penas foram já cumpridas, nem toda a gente

voltou ainda a casa para escrever as memórias. Dito de outro modo, o fantasma da recuperação, esse monstro imobilizador criado pelos situacionistas, não consegue assombrar 77, talvez porque seja impossível recuperar centenas de milhar de pessoas em plena secessão armada com o Estado. O «longo Maio italiano», essa prática difusa do conflito social que serpenteou pelas diversas cidades do país ao longo de uma década, pode então ter sido interrompido, mas a sua ressonância continua a fazer-se sentir, como sugere uma recolha de textos e ensaios sobre o Movimento de 77, na passagem dos seus vinte anos, ao qual a editora DeriveApprodi deu o esclarecedor subtítulo «*A revolução que vem*». É daí que vem o fragmento de um testemunho daquela madrugada turbulenta de Março de 1977, em que o Estado perdeu por momentos o controlo sobre as ruas de Bolonha, que exprime de forma feliz essa síntese entre revolta e hedonismo que foi a marca genética da autonomia:

> Sábado. Já está escuro. A Piazza Verdi e a Via Zamboni estão cobertas de destroços, de cartuchos de lacrimogéneo queimados, de pequenos cubos de mármore.
>
> A polícia foi-se embora. Cansaço. Raiva. Alegria.
>
> Um perfume de rebelião depois de anos de submissão.
>
> Os rostos dos companheiros sorriem; todos têm os olhos vermelhos devido ao gás lacrimogéneo. Rodam garrafas de bom vinho sacadas dos bares.
>
> Champagne. Ganzas. Molotov...
>
> Um piano toca Chopin. Está no meio da estrada, retirado de um bar. Logo atrás de uma barricada.
>
> Bêbados. Hoje ninguém manda. Amanhã? Amanhã chegarão com os tanques. Seremos novamente expulsos. Mas hoje, por algumas horas, esta terra é livre. Chopin. Vinho. Raiva e gozo.

Os Editores

Capítulo I

Corte: O Partido Mirafiori, o declínio dos grupos, as jornadas de Abril (1973-1975)

Crise!

> "O que há a perder quando não existe amanhã?"
> "Chaos" und "Vernunft", *"Radikal"*, Dezembro de 1980

Em 1973, o banqueiro David Rockfeller funda em Nova Iorque a Comissão Trilateral, um centro de estudos que ambiciona liderar as políticas globais e no qual participam industriais, financeiros, políticos, jornalistas e professores do Ocidente capitalista. O seu primeiro relatório intitula-se *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies* e é assinado, entre outros, por Samuel Huntington, mais conhecido pelo seu mais recente *best-seller* mundial, no qual teoriza sobre um inevitável confronto entre civilizações.

A preocupação dos testas-de-ferro do capitalismo norte-americano era suscitada pela crescente ingovernabilidade das sociedades ocidentais, assediadas então não apenas pela fisiológica conflitualidade operária mas também por uma multidão de negros, mulheres, estudantes, loucos, minorias sexuais e de todos os outros géneros; a conclusão lógica do relatório não poderia senão sublinhar a urgência de pôr a fim a uma desordem provocada, na sua opinião, por um excesso de democracia. Crise da demo-cracia queria naturalmente dizer crise de poder e crise do lucro.

A década de setenta tinha perturbado por todo lado as linhas de produção e reprodução da sociedade capitalista. No Ocidente, a utopia social-democrata de um capitalismo triunfante, capaz de usar a regulação dos conflitos sociais a partir de cima para relançar o desenvolvimento e o consumo, tinha-se revelado um *boomerang*. Em vez de cooperar e de se integrar de modo dócil no governo infinito do mundo, estes operários e estes jovens revelavam-se hostis, improdutivos e com uma propensão louca para o confronto directo com as instituições. Para a Comissão Trilateral uma coisa era certa: o principal inimigo já não era externo, atrás da cortina de ferro no Leste socialista, mas sim *interno*. O director da Comissão Trilateral, Zbigniew Brzezinski, tornar-se-á conselheiro de segurança dos EUA no executivo de Jimmy Carter. O prefácio da edição italiana do relatório sobre a "crise da democracia" será significativamente assinado pelo patrão da FIAT, Gianni Agnelli.

A direcção capitalista mundial movia-se entre a incipiente derrota no Vietname, as insurgências metropolitanas, a guerra no Médio Oriente, a conflitualidade operária, a destruição da família tradicional, a desafeição das massas relativamente a qualquer ordenamento institucional "democrático". A denominada crise da democracia não era mais do que a emergência selvagem do que Nicola Massima De Feo – um dos teóricos italianos da autonomia, tão original quanto desconhecido – chamou a "autonomia do negativo", a que "faz explodir as potencialidades subversivas dos comportamentos individuais e sociais" contra a identidade de crise e desenvolvimento constantemente procurada pelo capital. (*L'autonomia del negativo tra rivoluzione politica e rivoluzione sociale*, Lacaita, Manduria-Bari-Roma 1992).

A "crise" é um dispositivo epistemológico imediatamente operativo utilizado pela direcção capitalista nos momentos de forte tensão social, para produzir as condições da sua reprodução, do qual jornalistas e intelectuais se servem de bom grado para evitar nomear uma *outra* coisa: é portanto necessário reaprender a ler entre as linhas de toda a balbúrdia mediática que assume forma sob esta palavra guarda-chuva. Uma vez pronunciada, a palavra "crise" entra por todo o lado, servindo de justificação preliminar e solene a toda e qualquer odiosa medida económica e política que esmague a vida das pessoas. A toda a "crise" *deverá* seguir-se uma "recuperação", que servirá por sua vez para preparar a próxima crise: a continuidade do domínio capitalista é garantida pela descontinuidade representada pela "crise" da relação social sobre a qual assenta. Não por acaso se falava do Estado-crise na Itália dos anos Setenta, enquanto paradigma de poder que vinha suceder o Estado-plano.

Dizia Michel Foucault – entrevistado precisamente a propósito da crise petrolífera de meados dos anos setenta – que a utilização da palavra crise, repetida como um martelo pneumático a cada movimento do capital, significa mais do que qualquer outra coisa a incapacidade de compreender o presente por parte dos intelectuais e, se a sua força jornalística é inquestionável, a sua nulidade do ponto de vista teórico e estratégico não é menos clara. Seria fácil demonstrar como o capitalismo está *permanentemente* em estado de "crise", mas é a partir de um mecanismo linguístico-performativo que trabalha tanto sobre o inconsciente colectivo como sobre a sua base material que o capital leva periodicamente a cabo a sua restruturação, a qual, antes ainda de ser algo decorrente de qualquer diabrura tecnológica, consiste acima de tudo

na redefinição de uma correlação de forças que se joga directamente nos corpos singulares como na totalidade da população, trabalhando o imaginário, codificando a linguagem e os comportamentos individuais. O problema não é a crise económica ou moral mas sim a guerra, afirma substancialmente Foucault. É por isso necessário que se entenda por "crise" a relação dinâmica entre forças antagonistas, a possibilidade de derrubar uma relação ou mesmo de a destruir: "a política é a continuação da guerra por outros meios" concluía Foucault invertendo o famoso axioma de Clausewitz. Dissimula-se frequentemente atrás do nome de "crise" uma densa rede de confrontos, guerrilhas, sabotagens, existências incompatíveis que formam um exército invisível que corrói o domínio, mas "crise" é também o nome que este poder dá à reacção organizada, ou seja, a guerra contra as formas de vida em secessão relativamente ao capital. Esta ambiguidade só poderá ser quebrada mediante a abertura de um conflito profundo e radical em torno do "político" (ou, se assim se preferir, do "poder") como aconteceu nos anos Setenta, nomeadamente em Itália. Ou talvez baste pensar no que está a acontecer nestes últimos três anos de "crise" global na Europa, a partir da Grécia e a terminar na França e em Espanha, mas também naquilo que *não* acontece noutros países europeus.

De facto, a única opção que a direcção capitalista poderia ter percorrido num panorama como o do início dos anos setenta era o de uma guerra global de contrainsurreição: fazer com que os operários pagassem a crise económica, destruir fisicamente os militantes revolucionários, remeter para os guetos os negros e os pobres, descarregar todo o peso do desenvolvimento nos países do terceiro mundo, aniquilar os desejos de revolução onde

quer que estes se apresentassem. Este é um dado histórico que importa ter presente: *a Autonomia italiana é um movimento revolucionário nascido no contexto de um ataque capitalista, dentro de um processo de contrainsurreição mundial, e ter conseguido inverter este dado por alguns anos, num dos países mais industrializados do mundo, constitui tanto um dos motivos da sua actualidade quanto o fascínio que continua a exercer sobre as novas gerações*.

Em Fevereiro de 1973, os Estados Unidos procedem a uma nova e drástica desvalorização do dólar, depois do abandono do padrão-ouro determinado por Nixon em 1971. É um autêntico acto de guerra e o início de uma nova era do capitalismo na qual, sob diversos aspectos, ainda vivemos: a especulação financeira nos mercados mundiais, a acumulação de matérias-primas, a fragmentação do trabalho e o domínio da (e através da) comunicação, são alavancas através das quais os senhores do mundo dividiram a acumulação de lucros e de poder, não sem antes reinventar uma nova forma de individualismo e de "produção e cuidado de si" que criará aquilo a que Agamben chamou a "pequena burguesia planetária". Desde então que as "crises" e as "retomas" se sucedem a um ritmo constante até chegar aos dias de hoje, quando a crise já não prevê qualquer verdadeira retoma mas apenas o seu aprofundamento niilista.

O contra-ataque capitalista tinha então começado e ainda não terminou: "entrávamos numa era de sobredeterminação – física e selvagem – um *break-down* do desenvolvimento que deslocalizava qualquer horizonte. *Civil Warre*, para o dizer como o velho Hobbes (...). A crítica da economia política não podia senão tornar-se uma crítica do poder" (Toni Negri, *Pipe-Line. Lettere de Rebibbia*, DeriveApprodi, Roma, 2009).

Mas qualquer relação de poder, escreve ainda Foucault, é uma "acção sobre uma acção". Quando os países produtores de petróleo aderentes à OPEP tomam, no mesmo ano, a decisão *política* – enquanto acto de guerra contra as potências que tinham apoiado Israel na guerra de Yom Kippur – de diminuir sensivelmente a extracção e exportação de petróleo bruto, o preço quintuplica, o custo da gasolina sobe em flecha e a "crise" aprofunda-se. É também o momento em que a resistência palestiniana está na ofensiva até mesmo nas capitais europeias e o lenço *keffhye* se torna um elemento característico do vestuário de todos os jovens revolucionários do mundo. O choque petrolífero significa que começava então um declínio infinito para o modelo de desenvolvimento ocidental, que se baseava no crescimento infinito, na produção infinita e no consumo infinito. A guerra civil mundial tomava crescentemente contornos tão claros quanto inéditos. Muitos economistas, por outro lado, assinalam fatalmente o ano de 1973 enquanto início da designada globalização neoliberal, com todos os seus corolários de guerra, economia verde e perseguição de todas as formas de vida revolucionárias ou simplesmente *outras*. O estado de excepção permanente em que vivemos dava então os seus primeiros passos marciais.

Na Itália de 1973, a desvalorização da Lira prossegue vertiginosamente, as importações de bens de consumo são bloqueadas, os preços das mercadorias sobem vertiginosamente. Nos anteriores anos de lutas operárias e sociais, enquanto a produtividade caía de maneira evidente, os níveis salariais não pararam de crescer – a um ritmo duas vezes superior à média europeia, índice da força política acumulada pela classe operária italiana – mas, através das medidas económicas aplicadas pelo Governo, os salários

reais tornaram-se, de um dia para o outro, insignificantes. Além disso, com a "recessão", perspectivam-se despedimentos em massa em todas as grandes fábricas e um futuro feito de nada para as novas gerações. É evidente que a desvalorização da Lira e a política económica levada a cabo pelo Estado tinham como objectivo permitir que o capital recuperasse os lucros, mas para a conseguir os patrões tinham primeiro que organizar uma restauração do seu poder, redesenhando a seu favor uma correlação de forças herdada das grandes lutas dos anos sessenta. Uma regra da contrainsurreição sustenta que sem uma preliminar "conquista dos espíritos" da população é impossível vencer o "inimigo" que se esconde no seu interior. Em Itália, perante um proletariado no mínimo recalcitrante, decidiu-se conquistar os espíritos com a ajuda de um terrorismo político-estatal que não hesitou em levar a cabo massacres indiscriminados, através das bombas dos seus sequazes fascistas: chamaram-lhe "estratégia de tensão". O inimigo interno parecia ser naquele momento o conjunto da população, a qual, impulsionada pela revolta proletária, punha duramente à prova a governabilidade do país. Terror e compromisso social foram a fórmula italiana para a restauração do poder do capital.

Os jornais começavam a predicar aquilo que viria a ser denominado *austeridade*, a política dos "sacrifícios", uma espécie de "decrescimento" do Estado para utilizar conceitos mais modernos – medidas económicas e políticas que governos e sindicatos formalizam em 1976, com a decisiva colaboração do Partido Comunista –, procurando fazer crer que a "crise" seria superada com a boa vontade dos cidadãos, porventura tomando um duche em vez de um banho de imersão, acendendo menos luzes em casa e utilizando a bicicleta em vez do carro aos domingos.

Mais trabalho e menos salário, mais exploração e menos consumo, fim às greves e ordem nas escolas, eis a substância bruta da operação. Recordo-me ainda da falsa alegria dominical na qual não podiam circular carros, a não ser os da polícia. Significava, para as famílias que apenas tinham aquele dia livre, permanecer o tempo inteiro em frente à televisão ou andar a pé num bairro deserto, no qual de vez em quando se cruzavam com uma bicicleta. Também por isto, a hipócrita retórica pequeno-burguesa sobre a necessidade de diminuir os consumos, de voltar à vida simples dos anos cinquenta, do "pequeno é mais bonito", nunca tenha criado raízes entre os proletários, que a qualquer estupidez "anti-consumista" sempre responderam com um sonoro "vão-se foder!".

Adriano Celentano, famoso cantor pop, cantava (mentindo sem pudor): "quem não trabalha não faz amor", modernizando o velho mote revolucionário "quem não trabalha não come". Os sacrifícios mais duros eram obviamente exigidos aos operários – para não falar das mulheres e dos jovens – e, como tal, o papel pacificador dos partidos de esquerda e dos sindicatos era essencial à sua obtenção. Estes tudo farão para concluir rapidamente o desafio mas, infelizmente para eles, encontraram pela frente o mais forte movimento revolucionário do pós-guerra e, no seu seio, os subversivos mais arrogantes, violentos e inteligentes que alguma se tinha visto nas ruas: os autónomos.

Entretanto, em Nápoles e em grande parte do Sul de Itália grassava uma fantasmagórica epidemia de cólera, que criou um estado de quarentena militarizada imposto a territórios inteiros. Os fornos de pão de Nápoles são assaltados por centenas de proletários, os processos de luta nas fábricas italianas dão um salto e a insubordinação faz-se sentir até nos serviços. Nas escolas e nas universidades

passa-se da luta contra o autoritarismo àquilo a que os recém-criados colectivos estudantis autónomos definem como *estranhamento* relativamente à instituição. O confronto anuncia-se total: mas se total é o desejo de domínio da parte do capital, o de libertação avança de modo diferente, por separação e proliferação. A recusa do trabalho, o estranhamento hostil relativamente a qualquer instituição, a violência difusa e a ingovernabilidade dos serviços públicos tornam-se agora a linha de conduta das massas, contra as quais se devem confrontar os patrões e o Estado.

Perante o pedido de sacrifícios em nome do "interesse geral", pregado pelo Governo e pela esquerda institucional para remediar a "crise", Autonomia significará naquele momento feroz interesse de uma das partes, "egoísmo proletário" e que tudo o resto se afunde.

É no meio de tudo isto que nasce o que virá a chamar-se o "Partido de Mirafiori".

Estranhamento operário

> "Para lutar contra o capital, a classe operária deve lutar contra si própria enquanto capital."
>
> Mario Tronti, *Operários e capital*

Desde o fim dos anos Sessenta que a situação entre trabalhadores e patronato era bastante tensa, nas fábricas italianas em geral e na FIAT de Turim em particular, até

se precipitar em 1973 num ponto de ruptura irreversível. A empresa automóvel procurava incansavelmente levar a cabo a sua parte da política contrainsurreccional: transferência generalizada de operários, robotização progressiva, despedimentos em massa, descentralização produtiva, colaboração com os sindicatos para controlar e conter a insubordinação operária.

O objectivo explicito da direcção patronal era destruir a organização *política* do operário igualitário – inventada pelo operário-massa da década precedente –, aniquilar a sua força acumulada e romper o "controlo operário" sobre a organização do trabalho, que as lutas haviam imposto nas fábricas, mas, perante a impossibilidade de obter esse resultado a curto prazo, os estrategas do capital decidiram ignorar o obstáculo, atacando a "composição técnica" da classe, procedendo a um gradual esvaziamento das funções da grande fábrica para as disseminar ao conjunto do território. Pretendia-se assim atingir um nível integral de exploração e de controlo, quer fragmentado a produção numa miríade de pequenas empresas, quer tornando o próprio território directamente produtivo, através de uma penetração violenta e veloz da lógica de valorização capitalista da própria vida, em todos os sectores da sociedade; um modelo produtivo que foi levado a cabo nos anos Oitenta, precisamente após a derrota dos movimentos autónomos. O papel dos sindicatos foi o de esvaziar a autonomia dos operários através de uma utilização burocrática dos conselhos de fábrica e de todas as estruturas subordinadas ao controlo *dos* operários, um refrear da sua força através do qual procuraram mediar e desviar as poderosas pressões insurreccionais provenientes das fábricas. Obviamente que o papel do Estado em toda esta sublevação teria de ser, e foi de facto, central. Tal produziu

uma aceleração no aprofundamento das temáticas mais directamente "políticas" do Movimento, coisa que, em termos concretos, significou nada menos do que um confronto frontal com os apetrechos de governo a todos os níveis e por todos os meios.

É necessário ter presente que a FIAT de Turim, à época a maior fábrica europeia, com cerca de 150 mil trabalhadores, representava o prisma através do qual se modelavam todas as outras formas de produção e de luta que aconteciam no país. A vitória ou derrota na FIAT adquiria assim um significado estratégico. Mas naquele momento, para quem lutava dentro e fora da fábrica, não era o "contrato nacional" o que estava verdadeiramente em jogo e, não obstante as declarações, também não eram os aumentos salariais iguais para todos, que tinham sido a palavra de ordem do "Outono quente de 1969", nem tampouco a conquista de melhores condições de trabalho, mas sim a possibilidade de manter aberta e alargar cada vez mais a porta semiaberta a partir de qual se poderia continuar a afirmar uma revolução contra o trabalho que se revelava cada vez mais uma revolução contra o Estado. Muitos foram os operários revolucionários que consideraram que naquele momento lutar seria resistir, isto é, não permitir ao patrão a reestruturação da produção e manter intactos os seus níveis de poder no interior da fábrica, lançando-se assim numa luta defensiva, talvez até armada, que os confirmasse na sua rígida identidade operária. De qualquer forma, as lutas que estavam a nascer em Itália apontavam pelo contrário quer à negação operária da sua reprodução enquanto força de trabalho disponível, ou seja, enquanto capital, quer à difusão do conflito fora dos estabelecimentos industriais. Em acréscimo, a descoberta sempre reconfirmada era que o Estado não era uma figura

neutral, "superior a ambas as partes", mas um actor fundamental no desenvolvimento capitalista. A luta de fábrica nos anos Setenta já não se configura portanto enquanto luta exclusivamente económica e projecta-se finalmente no plano social e político: luta contra a produção e a hierarquia da empresa, no sentido de se negar a si própria enquanto classe operária e lançar-se ao ataque contra o poder estatal.

Em Itália a fábrica vivia os seus últimos dias e assistia-se ao nascimento da metrópole difusa; o que não queria dizer o final do conflito operário, mas sim que este se estava a estender velozmente ao conjunto da sociedade, impregnando todas as lutas específicas com a sua sábia mistura de auto-organização, imaginação e força. Todas as posições, institucionais e/ou armadas, que viriam pelo contrário insistir na manutenção dos níveis de poder operário no interior da fábrica foram derrotadas a médio prazo. Para além disso, cada uma das formas de organização desenvolvidas pelo Movimento operário acabará por incorporar-se no paradigma da governabilidade.

A Autonomia operária organizada permanecerá durante algum tempo suspensa nesta bifurcação, começando porventura demasiado tarde, sob o impulso de 1977 e empurrada pelo Movimento, a procurar desenvolver de modo mais completo a opção da luta metropolitana já iniciada e a imaginar outras soluções para o conflito operário, enquanto a generosidade militante da resistência operária não conseguirá na verdade salvar nem a classe nem a fábrica. De qualquer modo, a rigidez operária, combinada com os comportamentos autónomos, produzirá a invenção de toda uma série de técnicas de luta, de sabotagem, de anti-produção e de guerrilha interna que construirão uma situação inédita de ingovernabilidade nas fábricas

(veja-se a propósito a monografia de Emilio Mentasti, *La "guarda rossa" racconta. Storia del Comitato Operaio della Magneti Marelli (Milano, 1975-1978)*, Colibri, Milão, 2006). Não foi por isso casual que a derrota do "longo Maio italiano" viesse a ser selada exactamente nos anos Oitenta, quando a FIAT, depois de ter expulso os militantes mais combativos graças à rendição incondicional dos sindicatos e do PCI, conseguirá despedir milhares de pessoas, ou seja, toda a geração que tinha levado a cabo as lutas dos anos precedentes, contrapondo-lhes a pequena-burguesia em bloco, com a famosa marcha dos 40.000 quadros intermédios em Turim. A derrota da classe operária é assim consumada com a sua própria destruição política e até humana. Inicia-se a partir daí uma nova época que Paolo Virno, militante da Autonomia que se tornou um dos mais brilhantes teóricos do chamado "pós-operaísmo", definirá como a "do oportunismo, do cinismo, do medo". O céu de chumbo dos anos Oitenta substitui o vermelho fogo dos anos Setenta e a porta semiaberta pareceu fechar-se para sempre. Mas regressemos a 1973.

No Outono, a FIAT recorre à *Cassa Integrazione*[1], procurando expulsar da fábrica os operários mais empenhados no conflito, mas as lutas contratuais começam preguiçosamente a serpentear nos escritórios para se tornarem cada vez mais ofensivas, até à explosão de Março: "todas as formas de luta são postas em prática: do absentismo à sabotagem, da punição dos chefes à perseguição dos fascistas, da paragem das linhas de montagem às manifestações

1 - Nota dos Editores: Apoio monetário pago pelo Estado aos trabalhadores despedidos ou que viam o seu horário reduzido por iniciativa patronal, suportado pelas contribuições dos próprios trabalhadores. Embora fosse semelhante ao subsídio de desemprego existente em Portugal, tinha algumas especificidades que o tornavam mais favorável ao patronato em situações de reestruturação produtiva e de despedimento colectivo.

violentas, do bloqueio dos produtos acabados à greve por tempo indefinido, à ocupação militar da fábrica" (Antonio Negri, Apêndice 4 de *Partito Operaio contro il lavoro* in v.a. *Crisi e organizzazione operaia*, Feltrinelli, Milão, 1974).

Durante o mês de Março os sindicatos, intuindo que a raiva operária estava em crescimento, começam a convocar greves sincronizadas de poucas horas, que não tinham qualquer impacto sobre o patronato e davam aos operários apenas uma incómoda sensação de frustração. As coisas tinham de mudar, e velozmente. Na edição de Abril de "*Rosso*", na altura ainda o "jornal quinzenal do grupo Gramsci" de Milão, os operários das oficinas da Mirafiori relatam que tudo começou num dia em que fizeram uma assembleia sem os "bonzos" do sindicato. Os operários sentaram-se à mesa da cantina e começaram a falar entre eles, percebendo que todos concordavam que as formas de luta levadas a cabo pelos delegados dos conselhos de fábrica eram insuficientes. Mas descobrem também, graças aos mais jovens entre eles, que existem outras maneiras de estarem juntos: não burocratizadas, mais vivas, mais belas e das quais se sai mais forte. Decide-se mudar de sistema. Como em 1969, começam a ser vistas manifestações no interior das instalações da fábrica, agora lideradas por operários mais jovens que, com o rosto coberto com lenços vermelhos, atacam os chefes, os seguranças, os fura-greves e os espias, destroem a maquinaria, sabotam os produtos acabados. Vão todos em cortejo à reunião seguinte do conselho de fábrica e os delegados sindicais receiam seriamente ser agredidos: os operários interrompem a reunião e dizem "basta". A 23 de Março, durante a enésima greve com manifestação interna, começa a ser preparado o plano de ataque: bloqueio das mercadorias em saída, piquetes nas portas de entrada da fábrica e

grupos móveis de operários que controlam todos os departamentos. A 26 começa o primeiro bloqueio de uma hora, mas no dia seguinte a coisa torna-se maior, corre a informação nos departamentos, nos refeitórios, por todo o lado. Escondem-se as bicicletas dos chefes e dos fura-greves e organizam-se estafetas entre as diversas portas, sentinelas vermelhas sobem aos muros da fábrica, os telefones dos seguranças são sequestrados e utilizados para trocar informações em tempo real. A organização da luta transforma-se, de um fetiche adorado pelos mais variados inventores de "consciências externas" do proletariado, em algo que nasce no momento da acção e dentro desta. A ocupação da Mirafiori não deverá nada a ninguém: nem ao sindicato, nem ao PCI, nem aos grupos extraparlamentares: todos foram colhidos de surpresa e obrigados a perguntar a si próprios como fora possível que uma tal organização da luta, por maior que pudesse ser a sua invisibilidade, tivesse escapado por completo à previsão ou compreensão dos seus estrategas.

Não se tratava de qualquer espécie de espontaneísmo, mas antes a auto-reflexão prática e indelegável dos rebeldes, que criava e determinava de modo imanente o próprio poder da fábrica, não para a fazer funcionar melhor mas para a destruir enquanto agregação de exploração e domínio, de fadiga e de nocividade. Os delegados do PCI e do sindicato começavam a compreender o que se estava a passar e procuraram difamar quem levava avante as lutas com as acusações do costume: "aventureiristas" e "provocadores". Mas era demasiado tarde e os funcionários da anti-revolução até poderiam ter-se retirado para ir jogar às cartas para a cantina. Se a 28 de Março é proclamada uma greve autónoma de 8 horas, a 29 o bloqueio é total, bandeiras vermelhas surgem de todas as portas da fábrica,

funcionários e dirigentes são rejeitados nos piquetes e, adicionalmente, os blocos começavam a mover-se ameaçadoramente para fora do estabelecimento, ao longo dos cruzamentos, onde os ocupantes pedem aos automobilistas uma portagem para financiar a caixa comum. A ocupação da Mirafiori transborda, a indicação política é clara: sair dos muros da fábrica, apropriar-se do território.

Jovens operários com bandanas vermelhas no rosto vagueiam pelos departamentos gritando sons que ninguém compreende, palavras *aparentemente* sem sentido. É assim que a linguagem tradicional das lutas operárias se vê sabotada, feita em pedaços e lançada contra o trabalho: eram, sem o saber, os primeiros "índios metropolitanos". Encontra aqui uma das suas datas de nascimento aquela que será a reflexão e a prática linguística da Rádio Alice, a famosa rádio bolonhesa do Movimento que tanto impressionou Félix Guattari. Fora do portão da fábrica alguém pendurou um cartaz: "Aqui mandamos nós." Seria porventura isto o famoso *poder operário*?

O bloqueio total durará "apenas" três dias, mas é uma experiência que assinala uma transformação radical nas práticas e no imaginário revolucionário italiano. Nem em 1969, quando a fábrica foi atravessada por um movimento de luta duríssimo e vitorioso, se chegou à ocupação e ao bloqueio total.

De modo que, na Mirafiori, a maior e tecnologicamente mais avançada fábrica italiana, uma organização autónoma das lutas havia lançado um ataque gigantesco à produção, mas não só, uma vez que eram os próprios conteúdos e formas do conflito que se alteravam. Se nas precedentes ocupações daquela fábrica – em 1920, durante o famoso biénio vermelho, e em 1945, no contexto da resistência antifascista – os operários se tinham demonstrado

perfeitamente capazes de a fazer funcionar melhor do que o patrão, em 1973 não só ninguém trabalhava como quem lutava achava bem que se mantivesse fora da fábrica os que queriam trabalhar (só por um dia os piquetes permitiram a entrada dos empregados que cuidavam das folhas de vencimento...). Até os autocarros que traziam os operários do campo à fábrica foram incendiados durante a noite. Os jovens *apaches* turinenses tinham compreendido que, para dar consistência à greve, era necessário intervir de modo destrutivo sobre o conjunto do *fluxo* produtivo, incluindo portanto a circulação e a temporalidade capitalista que se desdobravam pelas artérias da metrópole. Chegara definitivamente ao fim a época da ética do trabalho, característica do operário profissional: a recusa do trabalho tornava-se cada vez mais um comportamento de massas, deixara de ser (se alguma vez tinha sido) uma abstracção teórica para se transformar numa prática subversiva imediatamente perceptível e quantificável. O estranhamento operário relativamente às máquinas, ao desenvolvimento e ao trabalho passara de força passiva a uma imponente actividade subversiva: *tornava-se autonomia*.

Os jovens operários, imigrantes e filhos de imigrantes do Sul de Itália, ou piemonteses que haviam vivido os últimos anos de revolta generalizada fora das tradicionais organizações do movimento operário, não tinham qualquer moral produtivista, nenhuma vontade de melhorar aquilo que definiam simplesmente enquanto "trabalho de merda", nenhuma propensão à hierarquia de fábrica ou de partido: *não queriam ser operários*. Queriam viver, queriam satisfazer as suas necessidades, queriam criar novas comunidades. Não se tratava de "libertar o trabalho" mas de "lutar contra o trabalho". Um conflito que se devia menos à maturação da tradicional "consciência de classe" do que

à subtracção material posta em prática por estes jovens relativamente a tudo aquilo que consideravam uma negação da sua própria vida: bloquear a produção significava abrir caminho aos fluxos de desejo. Eram pessoas, escreveu Bifo, "que trabalham o tempo estritamente indispensável para comprar o próximo bilhete de viagem, que vivem em casas colectivas, que roubam carne nos supermercados, que já não querem ouvir falar em dedicar a vida inteira a um trabalho enervante, repetitivo e, ainda por cima, socialmente inútil" (Franco Berardi "Bifo", *La nefasta utopia de Potere Operaio. Lavoro Tecnica Movimento nel laboratorio politico del sessantotto italiano*, DeriveApprodi, Roma, 1998). O romance "Queremos tudo" (Nanni Ballestrini, *Queremos tudo*, Lisboa, Fenda, 1991), história da educação sentimental de um jovem operário meridional na FIAT durante as lutas de 1969, é, mais do que dezenas de ensaios sociológicos, a leitura mais instrutiva para compreender a fisionomia destes jovens operários selvagens.

O absentismo começou a alastrar-se, atingindo os 25%. No período em que começava a prática difusa das auto-reduções, nada mais óbvio do que autorreduzir unilateralmente o horário de trabalho. Mas isso não chegava. A conflitualidade movia-se para lá dos portões da fábrica para investir o território, para se encontrar com aquela que nascia nos bairros, nas escolas, nas ruas de uma metrópole que o proletariado começava a identificar enquanto inimiga directa, um território vasto e segmentado sobre o qual se estendia o conjunto da restruturação capitalista da produção e da vida. O problema do momento será: como lançar um ataque à metrópole? Como criar zonas de ilegalidade de massas no coração do território inimigo? Como bloquear e fazer colapsar este enorme fluxo de mercadorias, de sinais, de chefia, que a metrópole

do capital faz circular incessantemente e que é mortal? O problema que se colocava aos teóricos autónomos era a busca de uma saída política e organizativa tanto para as lutas operárias como para os conflitos sociais que surgiam na cidade. E, como sempre, a resposta nasce da prática, da proliferação autónoma dos comportamentos subversivos, do espontaneísmo organizado do proletariado que se liberta. *A teoria vem sempre depois*, não obstante o que digam os filósofos e os polícias.

É desta fractura que resulta o deslocamento do paradigma das lutas autónomas, que começará a funcionar enquanto máquina de guerra em multiplicação: da autonomia dos operários à autonomia difusa.

De qualquer forma, a 9 de Abril os patrões cedem a diversas exigências e o novo contrato dos trabalhadores metalomecânicos é assinado. O Governo demite-se e os sindicatos ficam satisfeitos mas, *estranhamente*, os operários continuam a aprofundar a sua ameaçadora separação.

Entretanto, Mirafiori está na mão dos revoltosos. Em muitas fábricas italianas, como em todo o lado, uma espécie de contra-economia começou a acompanhar a contra-conduta dos operários. Um autónomo que trabalhava na Alfa Romeo, em Milão, contou-me a história de uma cantina ilegal organizada pelos autónomos da fábrica, que até os dirigentes da empresa frequentavam regularmente, dada a superior qualidade da comida em comparação com a da empresa, para além do clima de convívio que ali se respirava. Na cidade começavam a difundir-se os "mercados vermelhos", onde se podiam adquirir bens de consumo a preços muito mais baixos do que na distribuição normal e pouco depois os autónomos acrescentaram-lhe a prática da expropriação directa das mercadorias. Assim foi também para a ocupação de casas e dos primeiros locais

de agregação juvenil, quer nas cidades quer nas mais pequenas aldeias de província. O estranhamento também passava por estas questões, a organização autónoma da vida a partir dos mais elementares desejos, que afinal não são assim tão elementares: comer, habitar, fazer amor, rir, fumar, conversar, em suma, gozar a vida juntos, *grátis* e de um "modo comunista". A luta pelo poder já não queria dizer, como nos clássicos, uma luta pela conquista da máquina de Estado mas sim a difusão de zonas libertadas nas quais se poderia criar uma forma de vida comunista: contra o Estado, sem transição socialista, sem nenhum tipo de delegação, sem renunciar a nada no plano da satisfação *comum* dos desejos. Neste sentido, não obstante os esforços notáveis para procurar a sua legitimação por parte de muitos, não havia espaço para o marxismo-leninismo ao nível da organização das lutas metropolitanas.

A crise, a catástrofe, a verdadeira, é esta acumulação de negatividade que se transforma na positividade do ataque, este estranhamento reivindicado relativamente à produção de mercadorias, este tomar de espaços para perturbar os seus tempos e usos, é esta violenta recusa dos operários em serem força-trabalho, que se expande e se torna recusa de massas face a qualquer forma de domínio e de exploração. O que se procura é a crise do comando social, por um lado, e a insurgência de uma nova forma de vida, pelo outro.

É um partido bastante estranho, o de Mirafiori, sem secretários, sem funcionários, talvez até sem militantes. O "Partido de Mirafiori" era assumir-se conscientemente enquanto parte contra um todo, a dissolução do trabalho assalariado, o grito de raiva que se transforma em acção de sabotagem mas também a destruição da representação política e o deslocamento da guerra de

posições para a guerrilha difusa. Um partido de todos os sem-partido, uma nova forma molecular de amizade política constituída contra o inimigo de sempre, uma organização pela desorganização da sociedade capitalista, uma máquina de guerra contra o estado. O comunismo agora ou nunca. *Mirafiori estava neste momento em todo o lado* e os autónomos foram os únicos a compreendê-lo e a tirar daí as devidas consequências.

Entretanto, 1973 prossegue com o Chile de Allende afogado no sangue do golpe militar de 11 de Setembro, apoiado pelos EUA de Kissinger, e com o massacre dos estudantes gregos em Atenas. O PCI, aterrorizado pelas imagens do Palácio de la Moneda bombardeado pelos militares, não vê outra possibilidade senão lançar a palavra de ordem do "compromisso histórico" com o partido dos patrões, a Democracia Cristã. Uma política que, como sugeriu subtilmente Lanfranco Caminiti, não foi apenas uma cedência face ao receio de um golpe reaccionário, mas também uma resposta duríssima a uma parte da base do partido que, nas palavras do seu secretário-geral, Enrico Berlinguer, se sentia porventura demasiado atraída pelos "aventureiristas" e queria abandonar "o terreno democrático e unitário para escolher uma outra estratégia feita de neblina" (Lafranco Camitini, *"«Qui comandiamo noi». É l'autonomia operaia"*, Suplemento de *Liberazione*, nº4, 2007). Para quase todos os outros militantes comunistas, pelo contrário, o significado dos acontecimentos chilenos será o de começar a pensar no armamento do Movimento.

Ao contrário dos grupos provenientes dos anos Sessenta, o internacionalismo, em particular para os autónomos, não poderia querer dizer fazer colectas e comités de apoio às lutas do Terceiro Mundo mas sim resistir e insurgir no próprio pais, na própria cidade, na própria

pessoa. Sem se esquecer de acrescentar que "os vietcongs vencem porque golpeiam com força".

O ano encerra a nível internacional com a ETA, que rebenta em Madrid o carro de Carrero Blanco – almirante e pilar fundamental do regime franquista – fazendo-o voar mais de vinte metros.

Em Itália pelo contrário, como se costuma dizer, as condições estão maduras para a Autonomia começar a tecer a trama das subversões que no espaço de quatro anos levará, em 1977, à explosão de uma autêntica insurreição.

Descontinuidade e recomposição

> "Nunca foi dado a conhecer que intenção milagrosa, que afinidade de análise, que refinada percepção do tipo de organização que nos poderia levar ao comunismo, havia feito com que todos, mas mesmo todos, fôssemos geneticamente da Autonomia."
>
> Teresa Zoni Zanetti, *Rosso di Mària – L'educazzione sentimentale di una bambina guerrigliera*

No período a seguir ao biénio 1968-69, assiste-se em Itália a um florescimento de pequenos partidos e organizações de extrema-esquerda que procuravam colher e canalizar a energia revolucionária que havia sido expressa nas universidades e nas fábricas. O Partido Comunista,

uma vez escolhida a cogestão do Estado e depois de um interesse táctico inicial em relação ao movimento de 68, encerra qualquer possibilidade de relação com os "extremistas" e, ainda que muitos dos seus militantes de base continuem a ter relações com os grupos e militantes à sua esquerda, a presença do PCI no movimento será sempre escassa, marginal, até chegar a tornar-se o seu principal inimigo. Alguns sectores sindicais procuraram interceptar e governar a subversão na fábrica mas serão dominados e acabarão por se converter na arma de delação mais eficaz nas mãos dos patrões.

A experiência dos grupos pós-68 foi efectivamente uma experiência de massas. Imensos jovens viram nos grupos uma possibilidade não tanto de "organizar o amanhã" ou de aprender a "fazer política" mas sobretudo de organizar comunidades electivas, de criar condições para uma ruptura com a família, com o mundo pequeno-burguês constituído pelo maldito encadeamento igreja-trabalho-escola, para a partir de aí levar a cabo um percurso revolucionário. Mesmo que muitos se tenham contentado em se tornar pequenos funcionários de pequenos partidos, macaqueando todas as piores posturas do socialismo e do comunismo, houve muitos mais que procuravam uma maneira de revolucionar a vida "aqui e agora". Mas as pressões mais genuínas e os desejos mais verdadeiros foram negados por toneladas de ideologia, forçados para dentro de estruturas verticais sem qualquer sentido que não a repressão de qualquer "desvio" da linha que alegadamente levaria as massas à vitória. Ou, mais prosaicamente, da linha que os líderes consideravam mais adequada para afirmar os seus egos desmedidos. Talvez só o 68 alemão tenha sido imune a este manto neo-autoritário de grupo. Poderá parecer um juízo mesquinho

mas efectivamente os grupos, no pouco tempo que ocuparam na cena política italiana, constituíram sempre mais um limite do que uma possibilidade e a sua proposta teórica era, com poucas excepções, francamente fraca. Experimente-se ler hoje os documentos da maior parte das formações de extrema-esquerda daquela época: são pateticamente ilegíveis, falam-nos com a chamada "língua de madeira". Na realidade, como reconheceram alguns autónomos, os grupos serviram aos mais inteligentes e generosos para aprender alguma técnica de combate, alguns rudimentos de intervenção política e especialmente para encontrar aqueles que viriam a ser os seus amigos, os seus companheiros, os seus cúmplices nos anos posteriores. Claro, os grupos continuaram a existir por alguns anos – ainda em pleno 77 sobreviviam à sua morte clínica – mas aquilo que se começava a chamar agora Movimento era infinitamente maior, mais belo e mais forte do que todos eles juntos.

No início dos anos Setenta, em frente aos portões das fábricas e das escolas, estava em curso uma dura disputa pela hegemonia entre os diferentes grupos: os leninistas cripto-trotskistas da *Avanguardia Operaia*, os operaístas-insurreccionalistas do *Potere Operaio*, os operaístas-espontaneístas da *Lotta Continua*, os maxistas--leninistas de várias obediências, os estalinistas do *Movimento Studantesco*, os para-bordiguistas da *Lotta Comunista*, os expulsos do PCI do *Il Manifesto* e uma maré de outras siglas que nada mais cobriam do que um vazio de subjectividade. Existiam também diferenças geracionais entre os membros dos vários grupos. De um lado estavam os militantes mais velhos, provenientes de experiências políticas menores feitas nos anos sessenta que tinham sido, por sua vez, dissolvidas precisamente

pelo movimento de 68 e pelo Outono quente de 69. Entre estes estavam aqueles que tinham participado na revista "*Quaderni Rossi*", depois no jornal de luta "*Classe Operaia*" e depois "*Classe*" e algumas vanguardas operárias, como a da assembleia autónoma de Porto Marghera, em suma os *operaístas* que – contrariamente a Mario Tronti, que tinha escrito o livro principal desta corrente, *Operários e Capital* – não tinham querido entrar ou reentrar no PCI. Entre estes o mais famoso é Antonio Negri, o qual virá a ter um grande papel na definição teórica da prática autónoma. Mas entre eles estavam também outros, bastante mais jovens, como Franco Berardi "Bifo", que tinha participado na última das revistas mencionadas e que será umas das inteligências mais relevantes no desenvolvimento do movimento das autonomias, enquanto na "*Classe Operaia*" se podiam encontrar colaboradores como Riccardo D'Este e Gianfranco Faina, conselhistas anarquizantes com uma certa inclinação neo-luddista. Isto para dizer que o próprio operaísmo dos anos Sessenta não foi um bloco granítico mas existiram, pelo contrário, inúmeras diferenças no seu seio, suficientemente importantes para determinar o seu fim enquanto hipótese organizativa unitária. Existiam para além disso os grupúsculos ligados à Quarta Internacional, que tinham em Itália uma certa presença. Depois existiam os marxistas-leninistas que olhavam para Oriente e que, já presentes antes de 68, pareceram por alguns anos ter um grande seguimento, em particular a *Unione dei Comunisti – Servire il popolo*, que, apesar do ridículo, procurava trazer à Itália um maoismo estético, tão folclórico quanto nulo ao nível da teoria e da prática. Havia também os anarquistas da FAI (*Federazione Anarchica Italiana*) e depois, nos anos seguintes, outros como os da ORA (*Organizazzione Rivoluzionaria Italiana*,

mahknovista) e vários outros grupúsculos que, ainda que minoritários, mantiveram sempre uma presença no movimento. A Federação dos Comunistas Libertários entrou directamente na estrutura da Autonomia. Por fim existiam os pequenos grupos do marxismo libertário provenientes do situacionismo e do conselhismo de esquerda, entre os quais tiveram certa importância os *Ludd – Consigli Proletari* (mais tarde o *Comonstismo*), que em grande medida se dissolveram no magma do movimento e da área da Autonomia, vendo a sua influência reemergir com mais força à volta de 77. Estava obviamente já activo no início dos anos Setenta, dentro e fora das fábricas, o pequeno grupo que fundou as Brigadas Vermelhas, as quais eram compostas por uma mistura entre ex-militantes do PCI, de algumas formações marxistas-leninistas e de algumas estruturas de base do sindicalismo de esquerda. No início sucederam várias tentativas de diálogo entre a Autonomia e as Brigadas Vermelhas, especialmente através da revista "*Controinformazione*", mas acabaram rapidamente em nada.

Existia portanto uma "classe política" nascida das lutas estudantis de 68-69. Os grupos foram sobretudo o ginásio político onde os líderes das assembleias universitárias de 68 e os seus gregários puderam continuar ainda a exercer um "papel social". Locais onde o narcisismo, a competição, o ideologismo e o machismo não eram algo que "estava a mais" mas, pelo contrário, definiam profundamente a sua essência. Felix Guattari não teve qualquer problema, por outro lado, em definir como microfascismo esta má energia que circulava nos grupos pós-68. O *Movimento Studantesco* da Universidade Estatal de Milão foi, em Itália, a figura mais emblemática e triste desta situação.

Não é por acaso que a maior parte desses líderes e pequenos chefes ocupam hoje um lugar qualquer de destaque

na gestão governamental da opinião pública ou em qualquer empresa "criativa" do neocapitalismo italiano. Havia porém algumas excepções entre os líderes de 68, como Franco Piperno e Oreste Scalzone que, pelo contrário e não por acaso, se lançaram juntamente com milhares de outros e outras no mar da Autonomia e do Movimento. Será porém necessário dizer que Piperno e Scalzone não eram simplesmente lideres estudantis, tinham estado entre os jovens e infiéis seguidores de Tronti que tinham animado, juntamente com o grupo de Negri, logo após 68, o semanário de agitação operária "*La Classe*" em torno do qual se condensaram muitas das forças das quais nasce depois *Potere Operaio*.

Todavia, o conjunto dos pequenos partidos de extrema-esquerda era substancialmente um agregado de pequena-burguesia intelectual que mimetizava a revolução e cuja maioria recuou em horror, como acontece sempre, quando se tratou de lidar com um real processo revolucionário.

Definitivamente, os limites dos grupos não eram nem externos nem contingentes, mas internos à sua essência é à sua estrutural incapacidade de interpretar tudo aquilo de vital que se estava a estender no movimento, perdidos como estavam na enésima celebração litúrgica da Terceira Internacional.

Em 1973, com a ocupação "militar" de Mirafiori pelos operários autónomos e o reiniciar do conflito espalhado por todo o horizonte metropolitano, soou o toque final do recreio para os grupos, mesmo os mais inteligentes entre eles, como o *Potere Operaio* e a *Lotta Continua*, que tiveram efectivamente um papel importante na genealogia da Autonomia.

Potere Operaio, o grupo mais interessante para o nosso discurso, dissolve-se em Junho desse ano, de modo coerente com a sua breve mas intensa história, a qual em certos momentos recorda mais a de uma seita herética do que a de um grupo clássico de extrema-esquerda. *Potere Operaio* já estava na realidade *para lá do* operaísmo e *dentro* da autonomia, apesar das aparências. Por isso a luta de Mirafiori em 1973 e os mil focos de subversão que estavam a surgir por todo o país não podiam deixar de assinalar a interrupção do seu projecto de partido, o qual, ainda que inovasse profundamente o leninismo, não conseguiu encontrar uma forma organizativa adequada, acima de tudo porque o seu sujeito de referência, que até aquele momento tinha sido o operário-massa das grandes fábricas, atravessava um processo de mutação. Na verdade, a ideia de "partido" que tinham em mente os militantes de *Potere Operaio* era bastante diferente da concepção leninista tradicional: mais do que "tomar o poder", a centralização reivindicada pela palavra partido era um meio para garantir a expansão dos movimentos e a sua capacidade de resposta ao contra-ataque patronal e estatal, de permitir a coordenação dos "momentos" de carácter insurreccional. O partido era, portanto, um facto *táctico* relativamente ao movimento, que era e permanecia o facto *estratégico*. O partido deveria acima de tudo ocupar-se em "remover os obstáculos" que se opunham ao alargamento dos espaços do movimento. Com escreveu Lucio Castellano anos depois, o partido da insurreição "*não é a tomada do poder mas a ruptura das suas barreiras*" (*Autonomia Operaia*, Savelli, Roma, 1980). Assim, a veia fortemente insurreccionalista de *Potere Operaio* encontrou, não paradoxalmente, muito mais força no magma vertiginoso da Autonomia do que a

que poderia ter alguma vez acumulado enquanto pequeno grupo de militantes profissionais. O seu maior contributo para o ciclo de lutas seguintes – pondo de parte as celebres análises sobre o Estado-crise, sobre a composição de classe e sobre o neocapitalismo – poderá provavelmente ser encontrado na sua inclinação para forçar decididamente o presente, fazendo tudo depender da força destrutiva do conflito operário face a uma organização do trabalho que, como já se disse, estava a mudar de face e de estrutura; o problema que o *Potere Operaio* não conseguiu resolver foi, na verdade, o de como actuar dentro desta transformação.

Alguns, intuindo esta deslocação, procuraram alargar ao território a frente das lutas de *Potere Operaio*, rumo à construção de "bases vermelhas" nos bairros populares, virando a intervenção para a *plebe* e para todas as figuras sociais em vias de proletarização, como os técnicos, e não apenas para o proletariado fabril que tinha sido até ai o ponto de referência exclusivo. Mas as resistências eram fortes e as assembleias autónomas operárias do Norte não pretendiam ceder no que dizia respeito à "centralidade operária" nas lutas. E existia ainda a questão, verdadeiramente decisiva, da guerra. Todos os grupos tinham o seu serviço de ordem, através dos quais levavam a cabo acções ilegais, mas *Potere Operaio* havia criado uma estrutura mais ambiciosa, o "Trabalho Ilegal", que tinha como incumbência começar a organizar os primeiros níveis da luta armada em função da força da organização e do crescimento global do movimento. Não se deve esquecer que a primeira "*gambizzazione*"[2] de um capataz foi levada a cabo pelos romanos do *Potere Operaio* quando

2 - N.E.: Do italiano *gamba* (perna), a expressão remete para o acto de atingir a tiro a perna de alguém.

as Brigadas Vermelhas ainda se limitavam a queimar automóveis. Continuará famosa a primeira página de um número do seu jornal: "*Democracia é a espingarda no ombro dos operários*." Mas também neste ponto, isto é, no "como" da luta armada, não conseguiu chegar a acordo entre as suas diversas vontades.

Se na conferência organizativa de *Potere Operaio*, em 1972, ainda se dizia "da autonomia à organização", isto é, ao "partido da insurreição" que unificaria todas as experiências de luta em curso, um ano depois era evidente para muitos que o percurso a fazer era exactamente o contrário. Efectivamente, Negri afiava as armas da crítica e inseria no seu operaísmo uma carga ofensiva que em breve reemergeria como hegemónica no âmbito da Autonomia organizada. A questão a que deveriam responder os militantes de *Potere Operaio* não era de facto simples: num dos lados, à "esquerda", estavam os que sustentavam que naquele momento a luta de fábrica tinha alcançado o seu máximo expoente e que era portanto necessário equipar-se para um conflito político mais amplo, para o qual seria necessário um processo de centralização e de armamento que acompanhasse a expansão de um "contrapoder"; outros pelo contrário, à "direita", partindo das experiências operárias autónomas, batiam-se pelo seu aprofundamento "sindical" e insistiam na centralidade do sujeito operário. Ao "centro" estavam os que, aliando-se a algumas assembleias autónomas de fábrica e a alguns círculos intelectuais e estudantis, pretendiam uma expansão mais lenta, mas mais profunda, da autonomia no social. Existia ainda a questão das "*outras* autonomias", que não encontravam uma colocação adequada em nenhuma das hipóteses. Todas as três posições acusavam porventura um atraso, tanto teórico como prático, em

relação às dinâmicas que entretanto se desenvolviam no território e mesmo nas fábricas, como demonstravam as lutas da Mirafiori, das quais emerge a Autonomia. A própria concepção de autonomia de boa parte de *Potere Operaio* era ainda estreita, demasiado "economicista", demasiado "operária" num certo sentido. Por fim, a questão da organização da "violência proletária" estava agora em cima da mesa, fosse pelos níveis de repressão postos em campo pelo estado, seja porque começavam já a agir as primeiras formações clandestinas combatentes. A questão que determinou substancialmente a dissolução do grupo no congresso de Rosolina, segundo Paolo Virno, colocava-se nestes termos: de um lado estava um grupo – que via em Toni Negri a sua figura de maior prestígio – que acreditava ser possível "delegar" nas formações clandestinas emergentes, ou seja nas Brigadas Vermelhas, as funções de vanguarda militante, permitindo-lhes dedicar-se à extensão da experiência das assembleias autónomas e à construção de uma direcção política do conjunto do Movimento; do outro lado estava o grupo que se reconhecia na liderança de Franco Piperno, que sustentava que o "como" das Brigadas Vermelhas estava equivocado porque as suas premissas teóricas estavam erradas e que portanto deveria ser o *Potere Operaio* a encarregar-se, do ponto de vista teórico e prático, também da questão militar. Criticavam asperamente a linha política das Brigadas Vermelhas, consideravam demasiado ligada aos mitos da resistência antifascista e ao velho movimento operário e que, tudo somado, podia ser definida enquanto "reformismo armado". No final, nenhuma das duas hipóteses foi praticável, não apenas porque as Brigadas Vermelhas recusaram o papel de "braço armado" sujeito a uma direcção política externa mas, sobretudo, porque os

processos de luta e de recomposição do Movimento obrigaram rapidamente até mesmo os subscritores da hipótese de construção do "partido da insurreição" a admitir que uma opção revolucionária de massas só poderia crescer na organização da autonomia operária e proletária. Após o congresso de Rosolina, em Junho de 1973, permanecem ainda abertas por um ano algumas sedes de *Potere Operaio* espalhadas por Itália, mas o seu destino estava selado. Alguns encontraram as diversas almas da Autonomia, outros as Brigadas Vermelhas, outros ainda voltaram a casa ou às suas profissões.

A história de *Potere Operaio* e os motivos da sua dissolução são complexos e mereceriam um volume aparte, mas devemos pensar que aquele forçar o tempo até à ruptura, o seu insurrecionalismo, o seu ilegalismo, o seu anti-estatismo, a sua concepção de bases vermelhas, o seu modo ao mesmo tempo selvagem e preciso de produzir teoria e, finalmente, aquela aposta no exercício da força para alargar cada vez mais os espaços de comunismo, tornar-se-ão um património bem presente na prática autónoma. *Lotta Continua*, pelo contrário, entrou num beco sem saída contraditório que nos anos posteriores veio a provocar a sua implosão, ainda que a sua dissolução oficial só venha a ocorrer em 76. Muitos dos seus militantes já haviam entretanto integrado as formações autónomas ou da luta armada. Outros grupos de certa consistência e com uma grande presença nos ambientes operários, mesmo percebendo a necessidade estratégica da autonomia, compreendiam pouco do movimento político e dos desejos emergentes. Leia-se o que escrevia *"Avanguarda Operaia"* em 1973:

> "(...) A Itália não vive um período tumultuoso de crise social aguda no qual massas proletárias

> cada vez mais numerosas se colocam em movimento, mas um período em que a luta de classes ainda se exprime essencialmente a nível sindical, que é um nível atrasado. As massas vivem os seus problemas em termos de reivindicações imediatas, e mesmo a tendência de levar para o terreno da luta política as lutas contratuais é ainda bastante hesitante." (*Avanguardia Operaia, "I cub: origine, sviluppo e prospettive"*)

Uma nova geração de militantes pressionava agora de todos os lados, agindo enquanto factor de desagregação não só da sociedade mas também dos partidos e dos grupos de esquerda que até ai tinham procurado governar a insurgência em curso. É efectivamente um erro comum, pensar que a Autonomia tivesse sido algo em continuidade linear com certas correntes provenientes do movimento de 68 e, mais naturalmente, com o operaísmo e com *Potere Operaio*. Mario Tronti, o principal teórico do operaísmo, não se engana quando hoje afirma que essa heresia comunista teve vida breve e terminou em 1969, antes do surgimento dos grupos e da própria Autonomia. A verdade é que a nebulosa autónoma se condensou a partir da contestação do que os autónomos definiriam como os "velhos trombones" de 68 e de um profunda ruptura com todas as tradições do Movimento Operário. Certamente que a relação da Autonomia com o operaísmo permanecerá forte e o seu método de interpretação da luta encontrará eco em muitas componentes autónomas, assim como são assinaláveis, em tons mais ou menos menores, outras influências como o Luxemburguismo, o Spartakismo, o anarco-sindicalismo, o dadaismo, o situacionismo... Mas definir e *identificar* a experiência autónoma a partir de apenas um destes filões é o maior erro que se pode fazer, em primeiro lugar pela descontinuidade que ela encarnou

ao nível da "subjectividade" e, portanto, porque seria ignorar a riqueza de um acontecimento revolucionário cujo significado residiu, precisamente, na impossibilidade de ser encerrado numa qualquer identidade ideológica confortável. Parafraseando Guattari, que falava do Maio de 68 francês em relação a 1936, podemos dizer que um revolucionário na Itália de 77 era, do ponto de vista do desejo, de *outra raça* relativamente ao seu irmão mais velho do Maio de 68. Não houve qualquer continuidade na transformação! Apenas os que souberam sempre dobrar-se, abrir-se e fazer aderir, ainda que dolorosamente, a sua subjectividade aos processos de luta que ganhavam forma conseguiram atravessar todas as fases: "só quem se deixa mudar pelo movimento é, ao fim e ao cabo, verdadeiramente comunista" (Lauro Zagato, *Altroquando. Cella di isolamento e dintorni*, Milano Libri Edizioni, Milão, 1980).

Uma outra verdade foi afirmada recentemente pelo próprio Tronti, segundo o qual o movimento operário – entendido como a totalidade das suas instituições representativas – havia perdido exactamente no momento em que parecia estar a vencer, no fim dos anos Sessenta, e havia perdido porque a "democracia real" vencia, foi derrotado porque se deixou incorporar na governabilidade capitalista, foi destruído porque não foi suficientemente "extremista" e não pelo contrário, como poderia fazer crer a vulgata. Por isso o movimento das autonomias e os próprios operários autónomos se encontraram a certo ponto na posição forçada de abrir uma batalha *contra* o Movimento Operário. Nos anos Setenta o slogan "*poder operário*" e a própria identificação da *subjectividade operária* queriam dizer algo totalmente diferente do que significavam para os operaístas "clássicos", ou seja, algo ou alguém que se definia enquanto "para lá da sua

relação com o sistema da economia e da política" (Franco Berardi Bifo, *Le ciel est enfin tombé sur la terre*, Paris, Le Seuil, 1978). O proletariado tinha destruído com as suas próprias mãos qualquer possibilidade de se tornar objecto de uma definição economicista ou sociológica; "classe operária" tinha-se tornado, pelo e no Movimento, exclusivamente o nome da produção de autonomia, o nome da separação hostil da sociedade do capital, a evocação potente da possibilidade de extinção tanto do Estado como da identidade resultante do trabalho assalariado. O tipo de relação que existia entre o operaísmo e *Potere Operaio*, e portanto com a Autonomia, pode então definir-se, de modo lukacsiano, como "ortodoxia no método", mais do que fidelidade a uma doutrina e a um sujeito; e o método, no operaísmo mais radical, livre dos seus sociologismos, identifica-se com a forma de vida: devir proletário, viver *com* os proletários, é o primeiro e irrenunciável artigo do método da *pesquisa operária* – um dos mais formidáveis instrumentos de organização autónoma inventados pelo comunismo contemporâneo – desenvolvido pelo operaísmo militante e permanecerá sempre a sua marca, mesmo nas experiências posteriores das várias correntes autónomas. E é provavelmente aquilo que permanece mais vivo daquela extraordinária experiência comunista. E a outra questão de *método* fundamental consiste na *parcialidade* do ponto de vista: somente a parte conhece o todo e este conhecimento unilateral, combatente, contrapõe-se necessariamente à totalidade. Por último o operaísmo radical é sempre antirreformista: não é só uma política do conflito, mas sim uma política irredutivelmente revolucionária. A todos aqueles que ainda hoje regressam ao operaísmo enquanto modelo de pensamento, frequentemente submetendo-o aos mais imprudentes

neoreformismos, seria necessário recordar estes três requisitos, mínimos mas irrenunciáveis, através dos quais vive a sua *espiritualidade*.

É necessário porém recordar que não houve qualquer continuidade organizativa entre *Potere Operaio* e a Autonomia, que aliás ninguém defendeu com mais convicção do que os juízes que instruíram os processos contra os autónomos no fim dos anos Setenta, para demonstrar a realidade dos próprios fantasmas, feitos de direcções únicas e eternas, secretarias ocultas e soldadinhos súcubos do Grande Velho, em que o Movimento aparecia como fruto de uma "conspiração" de uns quantos professores universitários. Na resposta ao interrogatório do juiz inquisidor, Lucio Castellano, um autónomo ligado à revista "*Metropoli*", capturado juntamente com centenas de outros companheiros e companheiras no seguimento da investigação denominada "7 de Abril" de 1979, está contida uma fulgurante exposição desta verdade:

> "Aquilo que o move é reduzir o movimento destes anos, nas suas diversas formas de expressão, a algo que você possa compreender com a sua linguagem, isto é, a uma conspiração. É por isso que tem de existir um «cérebro central», um «Governo sombra», mas não só: para que vocês o possam «compreender» totalmente, para que seja credível aos seus olhos, este "Governo" tem necessariamente de ser formado nas universidades, rodar em torno de alguns docentes, ser uma «classe dirigente» no sentido em que você a entende (...). Para si, compreender o terrorismo significa construir uma imagem que seja o mais parecida possível com o mundo que conhece, uma série de potentados e correntes unidas hierarquicamente e dirigidas por «professores». Eu sei que, neste alargamento ocorrido ao nível dos

> espaços de poder, um grande número de pessoas se agita de modo desordenado, sem clareza de ideias e sem objectivos unânimes, fazendo as coisas mais diversas e, por vezes, até mesmo a guerra, remisturando papéis e hierarquias consolidadas, arriscando e pagando na pele pela liberdade nova que conquistaram. Você está convencido de que o mundo é feito de patrões e servidores, e que estes últimos raramente podem provocar danos de relevo: está convencido de que a questão do poder se coloca sempre nos termos shakesperianos da guerra entre consanguíneos. Aquilo de que me acusa faz parte da sua cultura, não da minha. Nego ter constituído a organização de que fala, não por ter medo de si, Dr. Galluci, mas porque teria medo dessa organização. A imagem de nós que procura impor é odiosa. Não nos manda para a prisão enquanto subversivos ou terroristas mas enquanto "dirigentes" de subversivos e terroristas, do mesmo modo amigavelmente cúmplice e severo com que levaria o seu filho à escola. Eu não pertenço à sua família."
>
> (Interrogatório de Lucio Castellano perante o juiz instrutor, 12 de Junho de 1979)

A única continuidade evidente, mais que secular, identificável nos fluxos do Movimento residia no desejo de subversão, numa relação com o mundo que se tornava colectiva, no desenrolar permanente de novas educações sentimentais, na reinvenção quotidiana do comunismo, mas tudo isto corria por outras vias, provavelmente desconhecidas pela alta teoria operaísta, seguramente negada aos ridículos "partidinhos" e *obviamente* incompreensível para juízes e jornalistas.

Categorias forjadas pelo operaísmo, como a da "recusa do trabalho", permaneceram bem guardadas no arsenal teórico-prático autónomo, mas foram ligadas a outros

entendimentos, a outros usos, a outros meios e confrontadas por isso com outros conceitos e figuras que o operaísmo não seria capaz de alcançar, entres os quais as mulheres e o feminismo, os jovens e a reapropriação da vida, a intelectualidade de massas e o fim do trabalho assalariado, a homossexualidade e a libertação dos afectos, a "chungaria" e a explosão das periferias urbanas e outras minorias que incendiavam cada vez mais a cena política daquela década. A categoria de "recomposição" foi por isso uma das fundamentais entre as que eram utilizadas pelos autónomos: tratava-se efectivamente de organizar "uma recomposição de classe tecida no quadro dos desejos proletários e a área, enquanto espaço qualitativo de experiências, de hipóteses e de contradições, confere-lhe o seu ser movimento" (Gabriele Martignoni, Sergio Morandini, *Il diritto all'odio. Dentro/fuori/ai bordi l'area dell'autonomia*, Verona, Bertani, 1977). Mas tratava-se ao mesmo tempo de actuar sobre uma "decomposição" quer da sociedade quer da classe, ou seja, uma *separa/acção* dos dispositivos de poder que qualquer subjectividade traçava a partir das suas irredutíveis singularidades: a potência da Autonomia estava também na sua capacidade de fazer interagir todas as diferenças com o tecido comum, isto é, de transformar a vida de todos através das expressões da singularidade e, vice-versa, de deixar que o colectivo transformasse cada vida singular. A Autonomia foi o condutor através do qual circulavam, nos dois sentidos, estes fluxos que, *organizando-se*, se tornavam potências revolucionárias. No limite tratar-se-á também de "ser autónomos da, e na, própria autonomia (*Puzz – La fabbrica della repressione*, número único, Setembro de 1975). A Autonomia foi uma espécie de "dividi-vos e multiplicar-vos" não pronunciado por nenhum profeta e, exactamente por isso, ainda mais forte.

O comunismo desenhado pela Autonomia é espúrio, junta Marx e a anti-psiquiatria, a comuna de Paris e a contracultura norte-americana, o dadaísmo e o insurrecionalismo, o operaísmo e o feminismo, confronta Lenine com Zappa enquanto passa o rolo compressor sobre os restos da tradição da terceira-internacional que permaneciam incrustados nos grupos e na ideologia da esquerda, para além de estar continuamente em busca da sua realização imediata e de ser antes de mais nada afirmação de uma forma de vida comunista, a defender de armas na mão se necessário. É a assunção colectiva de todas as possibilidades de subversão do actual estado das coisas: música, literatura, arte, ciência, modos de vida e até desporto eram atravessados por esta variante que assumia cada vez mais as características de uma secessão relativamente à totalidade social, de uma multiplicação de "êxodos" de um mundo hostil e banal enquanto se construíam as "bases vermelhas" da insurreição. E tudo isto era conjugado numa sintaxe radicalmente *ofensiva*, ao contrário de todas as experiências contemporâneas, por mais alternativas ou extraparlamentares que pudessem ser. Em nada se parecia com o "comunismo democrático" e penitencial predicado pela esquerda e menos ainda com aquele feroz e endurecido praticado pelos pais e avós.

A autonomia operária tinha em tempos sido simplesmente uma categoria utilizada pela esquerda para referir a independência operária em relação ao desenvolvimento do capital, passando depois a significar a forma de organização das lutas que os proletários levavam a cabo fora dos partidos e dos sindicatos. No início dos anos Setenta autonomia começou a ser, para além destas coisas, algo bastante diferente: mais uma inclinação ética comum do que a qualificação de um sujeito, mais uma multiplicidade

de devires-revolucionários do que uma alusão ao futuro da revolução, mais um modo de viver e combater para lá de qualquer compromisso, fosse ele histórico ou metafísico, do que uma mera fórmula organizativa, mais o limite armado com que se confrontava o Estado do que um seminário de jovens educados em busca de emoções fortes. Autonomia foi, no fim de contas, o nome de um verdadeiro corte revolucionário aberto em direcção ao futuro, ocorrido após a morte do Sujeito (e o último sujeito da história Ocidental foi, precisamente, a Classe Operária). Era um salto epistemológico, ético e ontológico, que reclamava "o comunismo enquanto programa mínimo".

Foi por isso subitamente evidente que os militantes dos anos Sessenta e dos grupos que se desejavam confrontar com este novo ciclo de lutas deviam sobretudo pôr em prática aquilo que Foucault definiu como "um trabalho de si sobre si", uma autêntica conversão, antes de poderem participar e compreender aquilo que sucedia. Mas deveriam especialmente cortar as pontes com as manias organizativistas, acabar com o moralismo rastejante e o vício de sobrepor os "seus" desejos aos de todos os outros. Era necessário devir outra coisa. Alguns, e não foram poucos, conseguiram-no.

Naturalmente que não foi fácil e, se é verdade que muitas vezes não passou de uma segunda demão feita à pressa, também é verdade que para muitos e muitas significou renascer para uma nova vida. O velho "eu" não poderia sobreviver à onda de subversão que invadia as cidades, as casas, as escolas, o locais de trabalho, os próprios corpos.

A ruptura e a descontinuidade são evidentes na transformação muitas vezes difícil da linguagem que começa a evidenciar-se nos escritos da época. A um discurso pesado e abstracto, má cópia dos grandes clássicos do comunismo

que os grupos declinavam segundo as suas obediências de paróquia (maoistas, trotskistas, leninistas, bakuninistas, estalinistas, bordiguistas...), faz frente um fenómeno molecular de apropriação da linguagem e de invenção de uma língua – algo de que bastante cedo se aperceberam os intelectuais mais perspicazes, como Umberto Eco. A linguagem chega à expressão comum atravessando a vida das pessoas e procurando, até histericamente, exprimir as sensações, as misérias, os desejos, as experiências menores para se tornar rapidamente plano de ataque, reivindicação de alteridade enquanto autonomia contra as lamentáveis teorias da alienação, a agradável reapropriação da violência que começava na reapropriação comum de uma palavra que já não era exterior à vida: "da destruição da linguagem, a literatura passa hoje à linguagem *da* destruição, mas este *da* não é objectivo, mas subjectivo. A destruição não é o objecto, mas o sujeito da linguagem, é o sujeito que escreve, no contexto da sua prática de destruição da forma de existência burguesa e das relações de classe existentes" (Franco Berardi Bifo, "Scrittura trasversale e fine dell'istituizione letteraria", 1976, in *Gli Autonomi*, DeriveApprodi, Roma, 2008). À gestualidade reflexiva dos grupos respondia uma enxurrada de gestos irredutivelmente singulares que, mesmo quando se tornavam habituais, mantinham sempre um gosto pelo excesso de significação que preservou aquelas experiências de quaisquer operações de recuperação. Os grupos foram derrotados e destruídos por este excesso. Os limites da sua pobre proposta política pareciam pouca coisa, perante a falta de ambição que exprimiam ao nível da elaboração de novas formas de vida. E foi nisto que os partidos e os grupos perderam definitivamente.

A Autonomia, pelo contrário, parte precisamente desta elaboração, ou melhor, da conjugação da capacidade de destruição com a capacidade de criação que as formas de vida autónomas, enxertadas nos territórios inimigos da metrópole capitalista, estão em condições de exprimir. Franco Piperno define a autonomia como "o poder do valor de uso sobre o trabalho social". Lá onde:

> "Valor de uso é o desagrado pelo emprego fixo, talvez a dois passos de casa: é o horror ao ofício; é mobilidade; é fuga a um desempenho estupidamente rígido, enquanto resistência activa à mercadoria, a tornar-se mercadoria, a ser totalmente possuído pelos movimentos da mercadoria. Valor de uso é a cumplicidade social que o trabalho não-operário oferece, ao longo dos intermináveis momentos da jornada de trabalho, ao comportamento operário que recusa o «esgotamento cego» característico do trabalho de fábrica. Valor de uso é a vontade de saber no seu «percorrer esperneando», com a doce obtusidade dos jovens, o corpo da «mãe escola», que grita e sufoca porque é estruturalmente incapaz de dar, de responder a um desejo de conhecimento que não se configure como pedido de inserção nas fileiras do trabalho assalariado – e se, deus nos livre, alguma rosa for pisada, então tanto pior para as rosas. Valor de uso é o desejo de aprender com o corpo todo esta nova sensibilidade que emerge daquele continente rico em tons, matizes e emoções sensíveis que é o associativismo juvenil na sua relação particular com a música, o cinema, a pintura, em suma, com a «obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica». Valor de uso é a obstinada pesquisa de novas relações entre os homens, de um modo «transversal de comunicar», de experimentar, de crescer na base da própria diversidade – e também a capacidade de

não se abstrair do sofrimento, das misérias e das derrotas desta procura deixando-se absorver pelas velhas normas, reinventando hipocritamente o Domingo; mas antes continuando a procurar, caminhando com a «cabeça erguida». Valor de uso é a «pensativa alegria» do roubar objectos úteis e desejados – que é a relação directa com as coisas, livre da mediação suja (porque inútil) do dinheiro; mas também a «nostalgia da riqueza», do viver grátis, de uma plenitude de consumo e desfrute como possibilidade latente e material da sociedade moderna – que é talvez uma aspiração ao paraíso, mas apenas enquanto desprezo pelas dificuldades inúteis, porque agora superáveis; apenas enquanto ódio a um purgatório que, arrastando-se para lá do que é razoável, deixa de ser preparação e espera para se tornar privação justificada e sofrimento supérfluo. Valor de uso é a esperança ingénua com que nascem, na agricultura, nos serviços e nos bairros, para viver de modo frágil e depois morrer, centenas de milhares de experiências de «contra-economia», de trabalho útil – como terna alusão a uma outra forma de trabalho social, a uma outra distribuição do tempo de trabalho enquanto custo social: desejo de conhecer, necessidade de escolher o destinos do seu cansaço; em certo sentido, apreço e protecção audaz da unicidade da própria vida. Valor de uso é a desumanidade abstracta do homicídio e do atentado – solução fantástica para um problema real, denso pesar pela totalidade das próprias possibilidades, tentativa desesperada de fazer valer, com um orgulho impaciente, a própria força social; que porém, na forma enviesada da violência militar, acaba por premiar exactamente o contrário daquilo que afirma. Valor de uso é tudo isto e muitas outras coisas: dificilmente verbalizáveis mas certamente observáveis dentro da nova jornada de trabalho, dentro da vida

quotidiana – para que cesse o hábito de escutar com uma só orelha: identificando assim o ruído dos vidros partidos, mas não a fricção de «toda a mesa arrastada irreversivelmente em direcção ao futuro».”

(*Preprint 1/4*, suplemento ao n.º 0 de “*Metropoli*”, 1978”)

A derrota da Autonomia, ou seja, de todas estas determinações e ainda outras, no fim da década, foi uma derrota militar e judicial, mas nunca uma derrota das suas hipóteses teórico-práticas que, pelo contrário, nunca deixaram de receber confirmações nas décadas seguintes. E este é um dos outros motivos que explica a sua ressurgida actualidade e o interesse que suscita em novas gerações que empreendem *hoje* um devir-revolucionário.

Mas se a Autonomia não era um grupo, nem sequer um conjunto de grupos, o que era então? Disse-se naquele tempo que era uma área, ou seja, um espaço de confins incertos que por vezes correspondiam ou não aos do Movimento. Poder-se-á também pensar que fosse o nome de um modo de se relacionar com o mundo, ou o da codificação estratégica da circulação subversiva entre todos aqueles colectivos, centros sociais, micro-organizações, grupos, lutas difusas e rádios livres que fervilhavam nas cidades e vilas de toda a Itália, ou tantas outras coisas. Pode-se afirmar certamente que nunca foi, apesar de alguns desejos nesse sentido, o nome de *uma* organização. Talvez tenha porém inventado, sem nunca o formalizar completamente, um novo conceito de *partido* e *insurreição*, ainda por pensar.

De facto, se a Autonomia é o plano de consistência comum, na verdade das coisas e das existências será sempre necessário referir-se às autonomias: autonomia

dos estudantes, autonomia das mulheres, autonomia dos homossexuais, autonomia das crianças, autonomia dos prisioneiros, autonomia de quem quer que escolhesse a partir das suas próprias contradições o caminho de luta contra o Estado e o trabalho, da secessão com o fantasma da sociedade civil, da subversão da vida *juntamente* com outros e outras. A descoberta teórica que Felix Guattari fazia nessa altura em França, da *transversalidade* enquanto modo de recomposição não dialéctica das experiências subversivas, era já uma realidade concreta e operativa em Itália.

Apesar do leninismo muscular frequentemente exibido por algumas componentes autónomas, o seu próprio método de organização descentralizada, com colectivos territoriais dotados de autonomia de decisão e a centralização reservada apenas aos grandes momentos de ataque, o desafio a qualquer dogmatismo, a importância dada às relações pessoais no interior dos próprios colectivos (que dividiam frequentemente casa e recursos), recorda na verdade – e sei bem que isto desagradará a muitos – mais o modo de se organizarem e viverem da *Narodnaia Volia*[3] que a dos bolcheviques e, no fim dos anos Setenta, com a explosão das micro-formações armadas, lembra a dos socialistas-revolucionários com a sua *Organization de Combat*. Entre outras coisas, os autónomos partilharam

3 - N.E.: Em russo, "Vontade do Povo". Organização clandestina responsável por diversos atentados contra o czar (Alexandre II foi morto por narodnikis em 1881) e membros importantes da aristocracia no final do Século XIX. Publicava um jornal com o mesmo nome e seguia um modelo de centralização rígida que inspiraria a concepção leninista de partido. Daria origem, em 1902, ao Partido Socialista Revolucionário. Lenine polemizou intensamente com os "populistas" (como lhes chamava) a propósito da melhor táctica para liquidar o czarismo, tendo o seu irmão mais velho sido condenado à morte por tentar assassinar Alexandre III em 1887, juntamente com outros narodnikis.

com os *narodniki* não só a inimizade do Partido Comunista mas também a sua *damnatio memoriae*.

O documento que surge no último número de «*Potere Operaio*», de Novembro de 1973, e que transmite as conclusões de um seminário organizado por uma parte dos militantes em Pádua, entre 28 de Julho e 4 de Agosto, ratifica o que já existia no terreno e, ainda que numa linguagem já datada, reconhece na organização das autonomias a única possibilidade de continuar a lutar pelo comunismo no contexto que tinha sido determinado:

> "(...) A mediação teórica, a articulação prática, a centralização das decisões de ataque contra o carácter circular do movimento, não as reconhecemos a nenhum mecanismo delegado, não as inserimos em nenhuma divisão do trabalho, não as fixamos em nenhuma estrutura vertical (...). Este é o último número de «*Potere Operaio*». O crescimento da direcção operária das lutas e da organização dissolveu as instâncias organizativas dos grupos. Parte dos companheiros que subscrevem este último número viveram a totalidade da experiência. E não a renegam (...) mas os companheiros devem agora, de novo, como sempre o fizeram, confrontar os êxitos da sua experiência com as exigências da organização operária e com o processo do seu crescimento: com determinação, sem timidez e sem remorsos cada um deve escolher em que parte estar (...). Recusámos o grupo e a sua lógica para ser movimento real, para estar na Autonomia Organizada.
>
> (Editorial de "*Potere Operaio*", n.º 50, Setembro de 1973)

Em Roma os colectivos autónomos operários da Via dei Volsci (uma rua no bairro popular de San Lorenzo), até esse momento ligados ao grupo de "*Il Manifesto*", e a

quem estavam ligadas experiências de luta importantes nos hospitais e em algumas empresas de serviços, como a Enel (sociedade eléctrica) e a Sip[4] tornar-se-ão o pólo de referência da Autonomia não apenas na capital mas em todo o Centro e Sul de Itália. Existiram em Roma outras experiências autónomas importantes, como a dos Comités Comunistas, as de alguns colectivos próximos da área de "*Rosso*", ou as ligadas à revista "*Linea di condotta*", mas os Volsci tiveram sem dúvida uma extensão e um enraizamento popular maior do que qualquer outro colectivo. Entre as diversas correntes autónomas italianas, a dos Volsci foi intelectualmente a mais crua, com uma postura antipática de autossuficiência e vistas curtas em relação à pesquisa teórica; isso devia-se também à sua composição social, genuinamente plebeia, que os Volsci souberam sempre percorrer com uma grande "sabedoria comunista", ainda que esta característica tivesse provocado vários desentendimentos com diversos movimentos de libertação (sobretudo os das mulheres e dos jovens), antes e depois de 1977, mas acima de tudo um vazio de propostas políticas que fossem para lá da radicalização dos conflitos de rua, levando por isso a que muitos dos jovens militantes preferissem entrar para as Brigadas Vermelhas (que na capital foram substancialmente constituídas por ex-quadros intermédios de *Potere Operaio*).

A sua intervenção caracterizou-se, para lá da expressão fundamental nos locais de trabalho e nos bairros, por uma dura prática antifascista em confronto aberto com a institucional e que, ao contrário de outras componentes da Autonomia, constituiu para eles uma centralidade óbvia no percurso revolucionário. Se a política antifascista dos grupos se irá desenrolar principalmente por uma via legalista

4 - N.E.: «Società Italiana Per l'esercizio telefonico», empresa pública de telecomunicações que daria origem à Telecom Itália em 1984.

apontada à ilegalização do partido de extrema-direita MSI (*Movimento Sociale Italiano*), procurando repetir o sucesso do referendo sobre a legalização do divórcio de 1974, a prática dos Volsci e mais em geral da Autonomia será exclusivamente a acção directa contra as sedes e os militantes fascistas que sempre tiveram, e ainda têm, um grande enraizamento em Roma. É necessário recordar que, em Itália, aqueles são os anos da "estratégia de tensão" durante os quais, a mando de instituições do Estado, explodem bombas fascistas em Milão, em Brescia ou nos comboios que transportam imigrantes e os fascistas se tornam no braço armado da reacção contra os estudantes e os operários comunistas. Em Pádua, também as primeiras acções significativas dos novos Colectivos Políticos do Veneto para o Poder Operário – através das quais irão conquistar uma certa hegemonia política na sua região – visarão expulsar na *prática* a presença fascista: "poucas palavras, muitas bastonadas." Globalmente, contudo, a luta contra os fascistas foi um motivo "menor" para a Autonomia, que, a nível político-militar, sempre privilegiou o que acreditava ser a questão efectivamente central, ou seja, o monopólio da violência legítima exercido pelo Estado.

Muitos consideraram-se capazes de explicar a radicalização violenta do Movimento, por um lado, e a passagem à luta armada de muitos militantes, pelo outro, como uma reacção à "estratégia da tensão"[5] e às "conjuras negras"

5 - N.E.: Termo empregue para designar o contexto politico e social italiano do final da década de Sessenta e início da década de Setenta, assinalado pela cooperação entre os serviços secretos e organizações de extrema-direita no combate às organizações de esquerda e aos movimentos sociais. No âmbito da «Operação Gladius», foram levados a cabo diversos atentados bombistas atribuídos a anarquistas e que provocaram centenas de vítimas, no sentido de virar a opinião pública italiana contra as lutas sociais em curso e justificar o endurecimento repressivo por parte do aparelho de Estado.

iniciadas com a bomba da Piazza Fontana de Milão em 1969 e a consequente necessidade de responder a uma possível deriva autoritária do Estado, mas, ainda que estes acontecimentos tenham provocado uma aceleração, essa não é uma reconstrução convincente. Ainda que tenha sido importante, foi apenas um dos diversos fios vermelhos que se teciam de modo selvagem no Movimento. A violência do confronto estava contudo inscrita *nas coisas*: à radicalização dos instrumentos de repressão do Estado e do contra-ataque capitalista correspondia, independentemente das tramas fascistas, uma estratégia revolucionária tanto do Movimento como das suas componentes organizadas. A dureza do conflito era intrínseca à *passagem de época* que ganhava forma e ambas as partes, Movimento e Estado, procediam velozmente a um ajuste de contas. Uma verdade fundamental pode ser dita e sustentada: *todos*, no Movimento, pensavam em como fazer a revolução e *todos* sabiam que não iria ser um jantar de gala. Sendo igualmente verdade que foram muitas as diferenças – e de forma alguma irrelevantes – no *como* encarar a questão militar. Segundo Emilio Quadrelli, que dedicou algum tempo à questão, o *como* da Autonomia permanece formalmente bastante "ortodoxo" já que prevê, como sempre aconteceu na tradição comunista, uma distinção entre o terreno legal e o ilegal em que a proeminência política do primeiro nunca será posta em causa, enquanto as acções armadas funcionarão sempre e apenas como "apoio para reforçar e desimpedir a estrada da iniciativa política, que a partir das «bases vermelhas», deverá ser «socializada» no território". (Emilio Quadrelli, *Autonomia Operaia. Scienza della Politica e arte della guerra dal '68 ai movimenti globali*, NdA press, Rimini, 2008). A explicação de Quadrelli terá certamente bastantes pontos a seu favor, mas parece-me

incapaz, na sua excessiva "formalização", de espelhar aquilo que era um mundo em constante movimento, no qual a questão militar era atravessada e atravessava também por seu turno *todos* os níveis da luta, o que também quer dizer que, precisamente pelo facto da luta armada estar *subordinada* à forma de vida, assumia também as suas características, impedindo-a assim de se tornar uma dimensão "separada". A escolha das Brigadas Vermelhas será pelo contrário uma unificação a nível político e militar, conferindo à luta armada um significado político absoluto – era a organização que determinava por completo o modo de vida dos militantes, separando-os do resto – que irá provocar uma incompreensão crescente relativamente ao movimento, em busca de um conflito "assimétrico" com o Estado que não podiam senão perder. Enquanto o movimento autónomo manteve a sua força e difusão, a iniciativa dos grupos como as Brigadas Vermelhas foi sempre minoritária na sociedade italiana, mas à medida que o Movimento enfraqueceu, começou a marcar passo, revelou hesitações ou não teve suficiente fôlego estratégico, a opção ultraleninista da autonomia do político (quer no sentido armado quer no sentido institucional) tomou velozmente conta do "palco".

São de qualquer forma os colectivos autónomos ligados à via dei Volsci e ao jornal "*Rivolta di classe*" que, entre 1973 e 1975, levam a cabo uma série impressionante de lutas nos bairros populares romanos, com as ocupações de casas e a auto-redução de massas do custo da luz, do gás, da água e do telefone. As lutas pela ocupação de casas no bairro de São Basílio, em Setembro de 1973, tomam a forma de uma insurreição popular à qual é dedicada uma famosa canção de intervenção e onde perde a vida o jovem militante Fabrizio Ceruso. Fala-se de conflitos com

grandes números: pelo menos 3000 casas ocupadas, cerca de 25 000 auto-reduções. Todas as lutas eram autodefendidas: no que tocava à electricidade faziam-se piquetes aos contadores centralizados a que aderiam também os operários encarregues de os monitorizar; sempre que ocorriam suspensões forçadas dos telefones intervinham companheiros que, como forma de pressão, cortavam a linha em instalações industriais, em edifícios públicos e em bairros burgueses, ou então sobrecarregavam as centrais telefónicas. Foi portanto conquistada uma "faixa social" de utilização a preço político. Os Volsci inventaram assim a noção de "zona proletária" – enquanto no Veneto preferiram o conceito de "zona homogénea" – para denominar os territórios nos quais era vigente um verdadeiro contrapoder e, a partir de 1974, colaboraram durante dois anos com o jornal "*Rosso*", sediado em Milão. A diferença de concepções identificável nas diferentes formulações de zonas proletárias ou de zonas homogéneas é bastante interessante: se as primeiras indicam territórios nos quais era a forma de vida proletária em si própria a assinalar a valência política e os níveis de organização eram-lhe subordinados, a homogeneidade nos territórios do Veneto verificava-se acima de tudo ao nível da organização, que – através de um modelo neoleninista em que o "partido" permanecia de certa forma exterior às formas de vida – seguia as transformações da composição social, sobrepondo-lhes a sua própria forma política. Num modo mais convincente e ainda hoje interessante, noutros territórios, como Bolonha ou Milão, estas duas dimensões – a da invenção e partilha de uma forma de vida e a da organização – tornar-se-ão pelo contrário indistinguíveis na prática política autónoma. Esta será, de resto, a opção estratégica maioritária do Movimento de 77.

As lutas em torno da auto-redução e das ocupações darão à Autonomia um *ritmo* e uma *forma* singulares, permitindo-lhe distinguir-se da política dos grupos. Em Turim aparecerão as auto-reduções nos transportes públicos, depois apoiadas até pelo movimento sindical, luta que encontrará imediatamente eco em muitas outras partes de Itália, a começar pelo Veneto, onde existia uma enorme mobilidade de operários e estudantes entre as aldeias e as cidades. Também aí tomam forma as auto-reduções da luz e do telefone: chegou a haver mais de 150 mil auto-redutores em toda a região do Piemonte. Em Milão os colectivos autónomos começam a mover-se num terreno mais ofensivo no que toca às auto-reduções e a levar a cabo expropriações nos supermercados.

A história dos exproprios milaneses – a partir do que ocorreu nos supermercados de Quarto Oggiaro e da Via Padova em 1974 – é magistralmente evocada em *Insurrezione*, o romance auto-biográfico de Paolo Pozzi, à época chefe de redacção de "*Rosso*", que, para além da narrativa divertida, permite também apreciar os seus aspectos "técnicos": enquanto a maioria dos expropriadores roubava as mercadorias, um grupo ocupava-se a cortar a linha telefónica da loja e outro permanecia do lado de fora, armado com *cocktails molotov* para o caso de se aproximarem viaturas da polícia e de ser necessário cobrir a saída dos companheiros (Paolo Pozzi, *Insurrezione*, DeriveApprodi, Roma, 2007). Mas a autonomia não roubava apenas massa, carne e azeite, como pretendiam os marxistas-leninistas, mas também whisky, caviar, salmão e todas as mercadorias de luxo que, segundo uma moral partilhada também pelos grupos, *não faziam ou não deveriam* fazer parte da vida proletária. Os exproprios, a "reapropriação" no sentido praticado pelos autónomos, não eram simplesmente acções

de alto significado político-social, aludiam a uma riqueza finalmente partilhada, a uma necessidade que era destruída na satisfação de um desejo, a um tomar pela força parte daquela outra força que o capital te roubava cada dia; e à noite, depois da expropriação, fazia-se a festa partilhando o caviar e o champanhe francês: apropriavam-se as mercadorias para aniquilar o seu maléfico poder simbólico. Era uma indicação prática sobre o que significava agir no terreno social sem mediações, de quão potente era a ilegalidade quando se tornava um exercício de comunismo e, finalmente, do direito a gozar a vida já, sem esperar os "amanhãs que cantam". Era também uma reelaboração da orientação proveniente das lutas operárias: da reivindicação à apropriação. Era, em suma, um importante indício de como se pensava e vivia o devir-revolucionário contra o futuro da revolução, parafraseando Gilles Deleuze. Por tudo isto, o *exproprio* torna-se velozmente uma espécie de "marca registrada" da Autonomia. Ainda em 1974 ocorrem, primeiro em Milão e depois em Roma, na sequência da agitação de grupos próximos das revistas pós-situacionistas, "*Puzz*" e "*Gatti Selvagi*", os primeiros confrontos violentos para entrar sem pagar nos concertos rock, ou, mas simplesmente, para os boicotar: também a contracultura estava agora dentro do paradigma da subversão.

Muitas foram as acusações de "subjectivismo" e de "espontaneísmo" feitas aos autónomos na sequência das primeiras acções de exproprio, mas elas revelaram a sua verdadeira face quando se tornaram, num curto espaço de tempo, um comportamento de diversos estratos proletários: uma intuição, uma antecipação, uma profecia a curto prazo, que talvez tenha sido sempre a virtude e, ao mesmo tempo, a maldição da autonomia. O seu "extremismo" residia aí, na capacidade de perceber o fazer-se dos

desejos colectivos, o aparecer de novos comportamentos de subversão e de lhes dar forma organizativa, ou seja, a força para se determinar colectivamente. Exproprios, auto-reduções, ocupações, destruições e reapropriações tornaram-se rapidamente um vírus que se auto-replicava em toda a Itália, abrindo uma época em que a existência de uma "dualidade de poderes" no interior da república parecia ser um facto. O conjunto de todas estas acções – que, por um lado, desestruturavam a sociedade reapropriando-se directamente da riqueza social e, por outro, desestabilizavam o poder, atacando-o repetidamente nas praças – revelava a emergência do que sem grandes problemas se pode definir enquanto *partido da autonomia*, cuja forma não estava contida em nenhum organograma burocrático mas antes correspondia àquilo que a transformação revolucionária da própria vida imprimia ao território, aos corpos, à linguagem: uma forma de vida que coincidia com a sua forma de organização política e que desestabilizava dessa forma o presente estado de coisas.

Entretanto, as assembleias e os comités operários autónomos de diversos pólos industriais começavam a organizar-se para se coordenarem entre si. O primeiro encontro da designada Autonomia Operária Organizada tem lugar em Março de 1973, em Bolonha, e reúne as assembleias e os comités operários de Milão, Porto Marghera, Nápoles, Turim, Génova, Florença, Ferrara e Roma. Obviamente que nem todos os participantes desta assembleia eram operários, muitos tinham outra profissão ou dedicavam a sua existência unicamente à militância. Todavia, pelo menos para certa parte da Autonomia, a "questão operária" permanece durante bastante tempo o centro do desejo em torno do qual girava tudo o resto. E isto apesar de o "partido de Mirafiori" e o nascimento de

milhares de outras experiências de luta terem decretado o fim do operário e da fábrica enquanto sujeito e território exclusivo da revolução. Esta seria obra de todas as minorias, de todas as "singularidades quaisquer", de todas as autonomias para as quais era agora qualquer coisa de incompreensível submeter-se tanto a uma "direcção operária" como à de qualquer outro sujeito. Dever-se-ia ter procurado uma espécie de mediação ofensiva entre "linha operária" e "linha das autonomias" que contudo, e apesar de todos os esforços, nunca foi verdadeiramente encontrada. Esta diferença entre sensibilidades será, aliás, das que mais peso virá a assumir nas posteriores divisões do Movimento, uma vez atingido o culminar do processo insurrecional.

No Sul de Itália, especialmente em Nápoles e depois na Calábria, na Basilicata, na Sicília e na Apúlia, a autonomia adquire ainda uma outra cara. À parte alguns pólos industriais, a estrutura económica do Sul era muito diferente da de outras regiões italianas, particularmente do Norte, onde a classe operária sempre tinha tido um grande peso e uma longa tradição de luta. Nos Comités de Bairro de Nápoles existia, para além dos colectivos de desempregados, uma enorme faixa subproletária frequentemente ligada às actividades extralegais, como o contrabando de cigarros, que conferiu ao movimento um cunho diferente, tornando-o mais atento às revoltas nas prisões e à satisfação imediata dos desejos, por exemplo, do que noutros lugares. E no imaginário autónomo, a luta travada no mar entre contrabandistas e polícia tornou-se um ponto de referência bastante mais eficaz do que as imagens de luta que fascinavam os militante do Norte. Em regiões como a Calábria ou a Lucânia, os colectivos autónomos estavam enraizados em pequenas aldeias,

ligados às grandes cidades do Centro e do Norte de Itália por via da emigração estudantil e operária. As referências míticas e históricas dos autónomos calabreses eram de facto os "*briganti*" dos campos, que tinham desencadeado a guerrilha contra os piemonteses na época da unificação de Itália, mais do que as figuras clássicas do movimento operário:

> "A autonomia proletária da Calábria é a história do *brigantaggio*[6], as revoltas camponesas, as ocupações das terras, a luta pelo posto de trabalho, a imigração para todas as partes do mundo, o ódio permanente contra o Estado e os seus representantes, contra a justiça e os seus fieis administradores, contra os marqueses e os barões latifundiários patrões dos camponeses para toda a vida, os milhares de revoltas violentas, sanguinolentas, destruidoras, os actos de exasperação selvagem, absurdos e incompreensíveis para o bom jornalismo liberal, de um povo expropriado de tudo, da sua terra e da sua cultura."
>
> (*Mo'basta! Aizamm'a a capa. Giornale dell'autonomia proletaria calabrese*, Outubro de 1976)

As coisas para eles não deviam parecer assim tão diferentes do que acontecia há cem anos atrás: "Dantes os piemonteses traziam a sua cultura, agora são compradores de casas turísticas" (Francesco Cirillo, "Mo'basta" in *Gli Autonomi I*, DeriveApprodi, Roma, 2007). Em cidades

6 - N.E.: Misto de banditismo e revolta contra as autoridades, habitual nas regiões rurais do Sul de Itália desde a Idade Média até à unificação nacional ("Rissorgimento"). O "brigante " era uma figura popular e camponesa típica, que encarnava a rebelião contra os esforços de centralização estatal, associada por vezes a uma dimensão de justiça social contra os ricos e poderosos.

como Nápoles e Bari muitos dos militantes autónomos vinham das bolsas de marginalização subproletária: gente de modos rudes, que se misturava alegremente com os estudantes em rota de colisão com os modos de vida impostos pelo capital metropolitano. A Autonomia também desfaz desta forma o tabu, desde sempre presente na tradição comunista, relativamente ao lumpemproletariado, que integra assim as lutas trazendo consigo uma sabedoria da ilegalidade que se revelou preciosa. Não são no entanto de desvalorizar as lutas operárias que se desencadearam nos grandes pólos industriais como a Italsider de Taranto, o pólo químico de Porto Torres, na Sardenha, ou a FIAT de Cassino e outros: uma massa enorme de sabotagens, greves selvagens e comportamentos anti-produtivos abateram-se também sobre estas "catedrais no deserto", que não tinham outro significado que não o exercício violento do poder capitalista sobre uma população atavicamente avessa ao trabalho e possuidora de uma grande sabedoria na mobilidade do valor de uso. Mas eram especialmente os estudantes proletarizados, em particular os universitários que viviam fora da sua cidade natal, que viriam a constituir uma das mais importantes forças da Autonomia, difusa entre as capitais do Sul e do Centro-Norte, já que "na universidade a figura do estudante deslocado, do "nómada", é exemplar de uma condição material de tipo proletário – comer na cantina, viver a preços exorbitantes em pequenas pensões ou quartos de aluguer – que recorda por vezes a vaga de imigração meridional para Turim e Milão (...). Os estudantes deslocados, de facto, não exprimem apenas carências materiais, mas também o estranhamento face à normatividade social da cidade que é o seu ponto de chegada" (Oreste Scalzone. *Biennio Rosso*, *Figure e passagi de una stagione rivoluzionaria*,

Sugarco, Milão, 1998). Não creio estar muito longe da verdade quando afirmo que a insurreição bolonhesa que virá a ocorrer em 1977 será em grande parte uma revolta dos estudantes deslocados provenientes do Sul.

Em 1974, portanto, a Autonomia é uma minoria ruidosa e difusa em todo o território nacional com a qual *todos* iriam ter de contar.

Ao ataque: As jornadas de Abril

"Pagarão caro, pagarão tudo."
Slogan da Autonomia.

Se Turim e a FIAT haviam sido até aí o território e o local em torno e dentro do qual todos os grupos e militantes liam o presente, entre 1974 e 1976 será Milão a metrópole em que se irão concentrar as experiências autónomas mais significativas. É para Milão que se transferem, no início dos anos Setenta, depois de uma enésima "intuição", Toni Negri e Oreste Scalzone e com eles muitos militantes da área da Autonomia que conseguirão fundir, de maneira feliz, outras experiências locais nos novos organismos autónomos. É lá que nascem os jornais autónomos mais importantes a nível nacional: "*Rosso*" e "*Senza Tregua*" entre outros. É em Milão que nascem os Círculos do Proletariado Juvenil. É também aí que nascerão as Brigadas Vermelhas (a partir do Colectivo Político

Metropolitano e da *Sinistra Proletaria*) para surgir mais tarde, no final da década, *Prima Linea*, uma organização combatente nascida *no* movimento.

Em suma, Milão torna-se em pouquíssimo tempo um território no qual todas as intensidades revolucionárias do período se concentram e se difundem, a metrópole contra a qual se desencadeia uma guerra sem quartel, o aglomerado de poder que a Autonomia devia quebrar.

Não que a Turim operária perdesse toda a sua importância, mas esta via-se relativizada em função da descoberta de outros terrenos de luta, de outros "sujeitos" em desagregação que enxameavam as periferias da metrópole milanesa pomposamente apelidada de "capital moral de Itália", onde a cultura de esquerda dos Strelher[7] era a menina dos olhos da burguesia e onde estava sediado o mais importante dos jornais italianos, o "*Corriere della Sera*". A cidade onde era mais evidente e violenta a transformação em curso do modo de produção, de fordista a pós-fordista, como depois se dirá. E a autonomia não tardou a identificar-se com este panorama de *western*, ressuscitando a história sempre nova de Pat Garret e Billy the Kid, em que o primeiro era interpretado pela esquerda institucional e o segundo pelos colectivos mais selvagens. O terreno da luta metropolitana, da construção de *bases vermelhas* e da apropriação directa já não podia ser adiado. Para além disso, é também naqueles anos que *Lotta Continua* lançará, valendo-se da sua presença especialmente numerosa em Turim e em Milão, o slogan extraordinariamente intuitivo "Tomemos a cidade!".

7 - N.E: Giorgio Strehler foi um dramaturgo e encenador italiano, fundador do Piccolo Teatro di Milano e senador pelo Partido Socialista Italiano durante a década de oitenta.

Em 1974 ocorre também em Milão a primeira acção armada de sabotagem, levada a cabo por um comando da autonomia ligado à experiência de "*Rosso*", que se tinha entretanto tornado um "jornal dentro do movimento", depois de ter sido editado por um grupo marxista-leninista que contava entre os seus militantes com diversos intelectuais destinados a uma carreira luminosa, como Giovanni Arrighi, internacionalmente conhecido pelo seu trabalho sobre os ciclos capitalistas (*Il lungo XX secolo*, Il Saggiatore, Milão, 1996), e que se funde com o grupo dos autónomos constituído em torno de Toni Negri, Franco Tommei, Gianfranco Pancino, Paolo Pozzi e outros militantes provenientes de diferentes experiências. A acção ataca os armazéns onde se guardam as mercadorias acabadas da Face Standard, uma fábrica ligada à multinacional ITT na qual a presença da autonomia era extremamente forte. No folheto de divulgação, assinado "Nunca mais sem a espingarda – Sem tréguas pelo comunismo", a referência ao papel da ITT no golpe de Estado chileno somava-se às questões locais. Os danos contabilizaram-se na ordem dos bilhões de Liras.

Ao contrário das Brigadas Vermelhas, uma organização clandestina que reivindicava com orgulho de partido qualquer das suas minúsculas acções, a maior parte das acções dos comandos autónomos são assinadas desde o início com nomes temporários, frequentemente utilizados uma única vez ou durante uma "campanha" ou uma "fase"; nomes que, se por um lado indicam de que "posição" emergem os actos, por outro dizem algo bastante importante para compreender a Autonomia: não poderia ter sido de outro modo, já que nunca existiu uma organização centralizada de modelo bolchevique chamada Autonomia, mas sim uma *constelação* de colectivos, de revistas, de comités e

de singularidades que se reconheciam naquele paradigma subversivo. Também, como assinala um parágrafo do primeiro documento nacional da Autonomia, aprovado na conclusão do encontro de Bolonha, nenhuma acção directa deveria atacar para além do que permitia a força efectiva do movimento – regra que valia tanto a nível defensivo como ofensivo –, uma sensibilidade certamente diferente da que tinha as Brigadas Vermelhas que, pelo contrário, a partir de certo momento, procuraram constantemente superar esses níveis de força através do seu voluntarismo, colocando-se objectivamente numa posição exterior ao Movimento. Não há dúvida de que sempre existiram contactos e relações, tanto políticas como pessoais, entre a Autonomia e o conjunto das organizações da luta armada, ainda que com altos e baixos. Também é verdade que os colectivos e os comités autónomos se foram progressivamente dotando de estruturas armadas para levar a cabo acções com o intuito de decidir pela força certas situações de confronto. Mas a diferença era clara: de um lado, um projecto de luta armada, o das Brigadas Vermelhas, entregue a núcleos clandestinos subordinados a uma direcção partidária que, na mais pura tradição marxista-leninista, deveria tomar o poder com a instauração de um Estado operário; do outro, uma estratégia de guerra civil de longa duração, que contava com o alargamento e aprofundamento da independência proletária para desencadear movimentos insurrecionais que dissolvessem o poder do Estado, quer se chamasse ou não operário. A polémica, explícita e frequentemente áspera, entre a Autonomia e as organizações clandestinas, remonta já a este ano, ainda que, facto importante, a solidariedade militante com os prisioneiros políticos ligados às formações combatentes clandestinas nunca tenha deixado de existir e os seus

comunicados fossem sempre publicados nas diversas revistas da área. Terão havido certamente algumas componentes da Autonomia mais sensíveis ao apelo da luta armada no registo das Brigadas Vermelhas mas, como já se disse, a estratégia global irá sempre divergir num ponto importante, que não estava relacionado com o uso da violência em si – aliás, até 1976-77 pode afirmar-se que o uso da violência foi sempre bem mais amplo que o das Brigadas Vermelhas, ainda que qualitativamente bastante diferente – mas com a necessidade de a tornar uma expressão dos níveis de força acumulados no conflito e, portanto, com a crítica da acção exemplar levada a cabo por uma vanguarda externa: para os autónomos, cada acção directa deveria ser a expressão de um desejo vivo dentro da classe mas permanecer também adequada aos seus níveis de potência organizativa em cada momento específico. Tratava-se sempre, portanto, da acção de uma vanguarda *interna* e não, como queriam as Brigadas Vermelhas, de uma forma de "delegação proletária" a quaisquer vanguardas externas. Somente isso, a sua inserção nas dinâmicas globais da luta, legitimaria uma linha "combatente" no contexto do movimento; foi o que aconteceu no caso da acção da Face Standard, que todos, operários e militantes, olharam com simpatia. Aquilo que parecia por vezes a alguns um "aventureirismo", senão mesmo uma "provocação", da Autonomia, não era mais do que o derrube de obstáculos que o movimento encontrava pela frente: *obstáculos externos e internos, materiais e mentais*. Adicionalmente, e isto foi fundamental, a Autonomia nunca quererá nem poderá renunciar à sua actividade pública – com as suas sedes, os seus jornais, as suas rádios, a riqueza das relações entre os seus companheiros e as suas companheiras –, ou seja, o seu estar dentro dos processos de decomposição e recomposição do Movimento, para se

desdobrar numa dimensão de clandestinidade que negaria o seu sentido e a sua própria potência. Oreste Scalzone, no fim dos anos Setenta, resume bastante bem esta diferença sublinhando negativamente a "unidimensionalidade" da perspectiva da luta armada[8], na sua infeliz construção de uma "comunidade ilusória" em contraste com a subversão policêntrica transversal ao movimento. (*Richezza e miseria del "caso italiano"*, "*preprint*", n.º 2, 1979, suplemento a "*Metropoli*"). De qualquer modo, a polémica permanecerá precisamente no âmbito de um conflito interno ao movimento revolucionário até ao fim da década, quando, no dia a seguir ao rapto do presidente da *Democrazia Cristiana*, Aldo Moro, pelas Brigadas Vermelhas, a ruptura assumirá pelo contrário grande dimensão. Haverá quem – penso sobretudo no trabalho da revista "*Metropoli*" – procurará desesperadamente construir uma linha de fuga "possível", propostas operativas e de reflexão capazes de remendar as diversas fracturas, mas, chegados a esse ponto, foi a máquina estatal a colocar um fim a tudo.

Potere Operaio nunca tinha tido grande seguimento em Milão, onde *Lotta Continua* era decisivamente mais numerosa e a hegemonia, sobretudo nas universidades e nas escolas superiores após 1968, pertencia aos estalinistas do *Movimento Studantesco* e aos militantes da *Avanguardia Operaia*, que tinham também uma forte presença nas fábricas. Havia ainda os círculos contraculturais que, durante o início dos anos Setenta, se expressaram através de revistas como "*Muzak*" e "*Re Nudo*", que estiveram durante algum tempo ligadas à área da Autonomia, sobretudo através de Gianfranco Manfredi, o artista que escreveu a canção mais significativa deste período e desta área, *Ma chi ha detto che no c'é*.

8 - N.E.:No original: lottarmatismo.

Last but not least havia as fábricas, nas quais a situação estava em grande ebulição. Na Alfa-Romeo, na Sit-Siemens, na Marelli, na Ibm, na Pirelli, na Breda, na Carlo Erba e em toda a cintura industrial, muitos trabalhadores que tinham até aí estado envolvidos com a esquerda sindical passam para as fileiras da Autonomia ou das Brigadas Vermelhas. Os grupos mais inteligentes, como o Grupo Gramsci, compreendem rapidamente que a linha política perseguida até ai era de "direita", ou melhor, era recuada relativamente ao que expressavam os movimentos de lutas. Daí a decisão de se dissolver e de confluir na área da Autonomia. Os Colectivos Políticos Operários e Estudantis de Gramsci, juntamente com os Comités Unitários de Base mais radicais e os Colectivos Operários da *Lotta Continua*, permanecerão presentes em fábricas tão importantes quanto a Magneti Marelli, onde tomará forma "*Senza Tregua*" com os Comités Comunistas pelo Poder Operário, e serão a base de apoio inicial da expansão molecular das práticas autónomas em Milão, estendendo-se depois a toda a Lombardia e, por fim, a todo o território nacional.

Mas começam também a surgir outras figuras de explorados e exploradas que já não têm vontade de permanecer passivos no que toca à reestruturação da sociedade por parte do capital, como as empregadas dos grandes armazéns comerciais, que começam a reflectir sobre que diabo de trabalho era o seu em que deviam "sorrir" a toda a gente, antecipando por muitos anos e com um olhar bem mais crítico e combativo, as análises pós-modernas sobre os "afectos tornados trabalho"; ou os professores das escolas, que se vêm transformados em proletários intelectuais; ou ainda os técnicos industriais, para os quais uma alta qualificação, conseguida muitas vezes com grandes sacrifícios,

correspondia a um "trabalho de merda", desqualificado e aborrecido. Os estudantes começavam a pensar que não existia grande diferença entre a escola, a universidade e a fábrica e que portanto as técnicas de luta operárias poderiam e deveriam ser utilizadas nas suas batalhas: no fundo não era necessário um grande esforço de imaginação para compreender a escola enquanto fábrica, com os seus tempos, os seus departamentos, os seus dirigentes e os seus operários. No entanto, se em 1968-69 o fenómeno novo era constituído pelos estudantes que se aproximavam dos portões das fábricas, são agora os operários que aproximam de todas as formas de vida subversivas que habitavam a metrópole. A partir destes encontros nascerá a experimentação de uma vida mestiça, inteligente e particularmente dotada de uma força de contágio incontrolável.

É precisamente no crepúsculo da fábrica e do operário que tanto uma como o outro parecem encontrar-se em todo o lado. É o momento em que se teoriza dentro da Autonomia acerca da "fábrica difusa" e do "operário social". Negri esboça a teoria do operário social no seu opúsculo *Proletari e Stato*, de 1975: *"A categoria «classe operária» entra em crise, mas continua a produzir os efeitos que lhe são próprios no terreno social, enquanto proletariado"* (republicado em *I libri del rogo*, DeriveApprodi, Roma, 2006). O proletariado parecia estar quase a fazer ao contrário o percurso que o tinha levado a tornar-se classe operária, mas isso acontecia depois de uma enorme acumulação de potência. De facto, se existiu uma grande mistificação no marxismo-leninismo foi a de fazer crer que a identidade da classe operária não era algo contingente, como era bastante claro em Marx, mas sim a forma insuperável da encarnação histórico-política do proletariado. Mas o proletariado não possui, no seu devir comunismo, qualquer identidade substancial, antes

exprime nas lutas uma continua negação das identidades uma vez que, dentro da sociedade capitalista, nenhuma delas pode ser senão uma figura da exploração e da "injustiça absoluta".

Os velhos operaístas como Tronti, pelo contrário, fascinados por uma "autonomia do político" ultraleninista, sonham que a classe operária, através das eleições e da marcha pelas instituições, se *faça* Estado. O sonho revelar-se-á rapidamente um pesadelo, concretizando-se enquanto gestão paraestatal da repressão dos movimentos pela parte do PCI, ao mesmo tempo que se revela uma quimera, se tivermos em conta que já então os Estados nacionais tinham deixado de possuir um poder autónomo e soberano a favor do que nos últimos anos, com diversos contornos, se tem vindo a chamar "império".

A teoria do operário social, que substituía a figura em declínio do operário-massa, encontrará bastante receptividade na Autonomia, ainda que não se tenha conseguido ter em conta as profundas modificações ocorridas na esfera da soberania e, em parte, da própria subjectividade antagonista. Quem era então o operário social? De certa forma, era quem quer que estivesse submetido à relação de produção, no sentido em que o conceito se referia a uma tendencial proletarização de massas, provocada pela socialização capitalista da produção em todo o território, e portanto a uma difusão incontrolável de comportamentos proletários, potencialmente revolucionários, que começam a assumir alguma homogeneidade. Juntavam-se-lhe gradualmente subjectividades que nunca haviam tido lugar na análise marxista, ou que apenas o haviam tido num sentido negativo, como os desempregados, os "marginais" de qualquer tipo, as mulheres, os trabalhadores do conhecimento, os estudantes, as minorias

sexuais, os subproletários: todos os que, de um modo ou de outro, exprimiam "a plebe", nos termos enunciados por Foucault, eram "operários sociais". Mas a verdade é que esses estratos da plebe entravam num devir-proletário e não que todos, indistintamente, se estavam a tornar "operários" (eram, pelo contrário, a sua negação em acto). De qualquer forma, a figura do operário social foi uma imagem forte do processo de recomposição proletária no interior do espaço metropolitano, que começava a definir-se enquanto o espaço produtivo por excelência: o importante era não substancializar o que era um paradigma, uma espécie de "personagem conceptual". Alguns tentaram pelo contrário forçar o conceito neste sentido, vendo-se a encarnação exaltante de novas "figuras produtivas" – intelectuais, tecnológicas, comunicacionais – que se tornavam ao longo do tempo os novos "sujeitos revolucionários", sem ter no entanto em conta a dimensão ideológica que em breve iria determinar a arregimentação dessas "identidades", não no exército vermelho mas sim no de Berlusconi: do operário-massa ao burguês-massa. Se há um vício que se transmite do interior do operaísmo a algumas tendências da Autonomia organizada (e também a momentos posteriores), é a hipostatização de "sujeitos" que, de imagens concretas da técnica e da produção, se transformam em imagens abstractas de luta, mesmo quando as lutas não existem ou quando, como chegou a acontecer, esses próprios sujeitos constituem a locomotiva da reestruturação capitalista sem exprimir qualquer tipo de antagonismo. Creio que esse vício se deve à falta de consideração pelo facto de nem a determinação política nem as lutas dependerem mecanicamente da tecnologia (se os sovietes mais a electricidade não fizeram o comunismo, imaginemos a informática sem os sovietes): muitas

vezes os saltos tecnológicos são uma *conditio sine qua non*, mas sem acautelar uma dimensão ética é impossível alcançar um nível de força tal, ou seja, de autonomia, que permita levar a cabo a "ruptura". Mas a raiz de todos os mal-entendidos residirá porventura na teimosa procura do "sujeito revolucionário" que ao longo da história, conduzido naturalmente por uma vanguarda, deve impulsionar o processo revolucionário e que acaba pelo contrário por o conduzir a derrotas estrondosas.

Para o Movimento dos anos Setenta, contudo, as coisas nunca foram mecânicas e não bastava certamente um alargamento quantitativo das figuras e territórios do trabalho para produzir uma deslocação das lutas, era necessário dar um salto qualitativo enorme, que não correspondesse a uma requalificação das velhas lutas e dos novos sujeitos num novo molho, mas sim a uma ruptura que permitisse o reconhecimento de uma nova *realidade ética metropolitana* na qual já não havia lugar para as ladainhas marxistas-leninistas ou para o anarquismo de antanho. A questão era novamente *(e ainda é)*, por um lado, como é que seria possível que as novas figuras sociais criadas dentro e contra o desenvolvimento recusassem e destruíssem não só o capital mas a si próprias enquanto parte do capital, ou seja, que se negassem enquanto sujeitos, deslocando assim novamente o conjunto das lutas e, por outro, questão fundamental, como construir uma organização das autonomias capaz de assumir o confronto com os aparelhos do Estado. Já não se tratava, como pretendia o operaísmo, de lutar "dentro e contra", estava na hora do "fora e contra". Em 1977 tentou-se dar o salto.

Durante o ano de 1974 são postas de pé as infra-estruturas autónomas que irão servir não só para a coordenação entre os diferentes colectivos mas também

enquanto instrumentos de reflexão comum e de agitação nas malhas da metrópole. Serão fundamentais os jornais e as revistas mais influentes como "*Rosso*", mas também as menores, como "*Puzz*". Estas experiências editoriais vieram agitar as formas gráficas da comunicação antagonista e, especialmente, permitiram fazer emergir as novas formas em que se exprimiam as vidas em revolta, indo frequente e voluntariamente contra o senso comum difundido entre os quadros operários e os militantes mais velhos ou simplesmente mais moralistas.

A "crítica da Cultura", por outro lado, não é de facto um elemento marginal para os autónomos e, em geral, para o movimento. Era antes de tudo a critica à Cultura *enquanto tal*, como Mário Tronti escreveu dez anos antes, já que esta não era senão a função de mediação e conservação das relações sociais capitalistas; e era também a critica do Intelectual *enquanto tal*, já que este não podia senão ser o funcionário dessa mediação, inimiga da classe, e portanto "a crítica da cultura significa *a recusa de se tornar intelectual*. Teoria da revolução significa prática directa da luta de classes" (Mario Tronti, *Operai e capitale*, DeriveApprodi, Roma, 2006). As velhas fórmulas humanistas do marxismo italiano, tal como as suas tentativas de modernização, já não tinham nem sentido nem força, porque o Sujeito tinha morrido, o Trabalho tinha morrido, o Futuro tinha morrido. Como escrevem Sergio Bianchi e Lanfranco Carmitini, os autónomos pelo contrário "tinham algum fascínio pelas grandes correntes artísticas da primeira metade do século XX, aquele pensamento negativo, sem qualidades. Tudo o que havia sido excessivo, provocatório, imediato e sem futuro. Que apenas poderia ter valor de uso" ("Un pianoforte sulle barricate", em *Gli Autonomi III*). A hegemonia, porventura conseguida através da colocação

dos seus próprios homens nas instituições de cultura, nos jornais e na televisão, ou seja, a velha bandeira e prática do PCI – contam ainda os dois autónomos – não lhes interessava para nada, interessava-lhes antes a dos comportamentos: o importante não era o consenso mas sim as formas de vida. É preciso dizer que mais recentemente, no movimento anti-globalização, este tema da hegemonia e do consenso fascinou durante algum tempo muitas pessoas, acabando por se revelar uma ratoeira, visto ser, como sempre, uma operação que enfraquece o conflito para se concentrar na representação de uma inefável opinião pública, tornando-se assim "espectáculo", metendo entre aspas as formas de vida para se ocupar pelo contrário, até ao absurdo, com construção de uma ordem do discurso mediático: a pequena-burguesia, por outro lado, nunca deixa de procurar uma nova e lucrativa colocação para si própria. Repensar a hegemonia não enquanto produção da opinião pública, mas enquanto prática social que se torna senso comum difuso e que produz, por sua vez, novas práticas de luta, foi uma característica da Autonomia que talvez seja útil reconsiderar hoje, no momento da máxima extensão liberal do indivíduo democrático, que se revolta contra qualquer forma de colectividade concreta, contra qualquer "nós", contra qualquer "comum" que surja no presente.

As sedes da Autonomia foram, em geral, a espacialização do nível de insubordinação nos bairros das cidades e nas pequenas aldeias, onde o movimento não deixava de crescer, em extensão e em intensidade. Muitas das sedes "oficiais" das diversas tendências autónomas não estavam fechadas sobre si próprias, mas abertas ao *uso comum* das várias experiências de luta que nasciam na metrópole difusa, sendo essa partilha praticada até às

ultimas consequências, assumindo também os seus riscos. E existiam ainda os apartamentos colectivos, grandes incubadoras de lutas, amores e amizades que reforçaram o tecido ético do movimento. Mas será especialmente nas *praças* que os fluxos da subversão encontrarão o seu ponto de densificação. Em toda a Itália as praças, especialmente as vizinhas às universidades, tinham-se tornado em pouco tempo "territórios libertados" e autodefendidos, dentro dos quais os diversos colectivos e sujeitos socializavam os seus desejos e os seus comportamentos. Praças que serviam para organizar, mas também para falar, sorrir e discutir, onde se vivia colectivamente, não o sonho de um outro mundo possível, mas a realidade de um Movimento que transformava o quotidiano de hora a hora, sem esperar por nada nem ninguém. A topografia política metropolitana foi completamente perturbada por esta forma de apropriação de massas. Autonomia também significava então uma autonomia dos territórios, dos locais, dos espaços. Era um outro mundo, sim, mas em relação às praças desertificadas, plastificadas e hipervigiadas que pululam nas metrópoles europeias contemporâneas.

Em 1974, um movimento contra a reforma escolar, elaborada pelo então ministro da Educação Malfatti, mobiliza os estudantes do ensino secundário, no seio dos quais se começam a tornar mais numerosos os colectivos autónomos. Os Autónomos rompem de uma vez por todas com a clássica conduta "unitária" e "negocial" das lutas estudantis, movendo-se pelo contrário contra "a organização capitalista do ensino" e aprofundando a dimensão operária do conflito. Não porque mitificassem o operário de mãos calejadas, diziam, mas porque intuíam a capacidade de massificar um comportamento subversivo que transbordava agora da fábrica. Os colectivos autónomos

escrevem no entanto que, perante um futuro como operários ou como empregados, preferem viver, isto é, lutar, e a recusa do trabalho torna-se então "recusa da escola" ("*Rosso*", 10 Fevereiro 1974, n.º 8). Mais do que as assembleias de liceu, um ambiente dominado por militantes profissionais dos grupos, serão os colectivos de turma, semelhantes aos das secções de fábrica, os micro-organismos de contrapoder de onde irão partir as lutas nas escolas e, no espaço de dois anos, as próprias assembleias gerais mudarão de "aspecto" – sons, imagens, palavras e cores – graças ao uso autónomo que será feito delas.

No mesmo número de "*Rosso*" aparecem artigos dedicados à nova legislação punitiva sobre o uso de drogas e uma página autogerida pelos militantes do FUORI (*Fronte Unitario Omosessuali Revoluzionari Italiana*) com uma "traumática" entrevista a um "operário homossexual". Não eram, como talvez possa parecer hoje, as simples crónicas e debates habituais numa revista de esquerda que não alimenta nenhuma verdadeira discussão e nenhuma transformação da vida. Dentro daquele movimento de decomposição e recomposição que continuava a trabalhar a área da Autonomia, aquelas páginas correspondem à abertura de novas frentes de luta, tanto externas como internas. Luta contra a "sociedade da repressão", claro, mas também contra a repressão interna aos grupos e aos ambientes da extrema-esquerda e, mais do que isso, tornar cada comportamento depravado num detonador social subversivo. Paolo Pozzi conta em *Insurrezione* que, depois de todo o esforço que tinha implicado a aprovação dos artigos das feministas e sobre as drogas, foram necessários dois meses de discussão nos diversos colectivos organizados em torno do jornal para os fazer aceitar uma página autogerida pelos homossexuais, após os quais os

autónomos romanos decidiram "distribuir «*Rosso*» apenas depois de rasgar a página dos paneleiros". Autonomia sob o signo do escândalo, então, e da divisão, sempre.

Os colectivos autónomos não escondiam a sua ainda escassa consistência numérica, nem as diferenças que existiam de colectivo para colectivo, cidade para cidade, região para região, mas privilegiavam, contrariamente à "numerologia" dos grupos ou ao fascínio pela teoria pura, o aprofundamento prático e teórico das lutas lá onde viviam, com o seu fazer-se parte viva e incendiária do bairro, da escola ou da fábrica, para só então passar à coordenação com outras situações afins, eventualmente para organizar manifestações ou assembleias à escala da cidade. Nestas situações, a entrada de subjectividades heterogéneas no tecido militante funcionou enquanto forte elemento de uma crise que, se foi fatal para os grupos, significou pelo contrário, para a Autonomia, encontrar finalmente uma dimensão adequada ao seu devir. Ainda que ao longo dos anos tivesse ocorrido um grande crescimento quantitativo, nunca foi o mero número de militantes pertencentes a esta ou àquela formação a contar verdadeiramente para a expansão da Autonomia, mas a capacidade que esta tinha ou não, enquanto área ou minoria, para mudar o sentido de uma manifestação, de uma ocupação, de uma festa ou de qualquer evento que pudesse fazer crescer os níveis de força e de intensidade do movimento. Razão pela qual se revelava mais importante quantos e quantas, num contexto de luta, nas ruas, nas escolas, nas fábricas, nas casas colectivas se "comportavam como autónomos", do que a sua efectiva pertença formal a um colectivo ou a este ou àquele grupo. E se isto significava ter de conquistar com a violência a possibilidade de expressão e de alargamento, isso era levado a cabo sem grandes preocupações, mas antes com uma

irresponsável alegria. Uma minoria, certamente, mas sem qualquer vocação minoritária, eis a preciosa fórmula ético-política cuja potência foi revelada pela Autonomia e que importa valorizar.

Lendo os documentos e os artigos de 1974, todos denunciavam uma "crise do movimento", os estudantes e operários já não participavam massivamente nas manifestações e nas assembleias, como se o estranhamento até aí brandido contra a organização do trabalho e do estudo se tivesse agora dirigido à "política". E na verdade, assim acontecia. Os estudantes e os operários já não podiam com as "vanguardas" autodesignadas dos grupos, que sequestravam a acção política, separando-a da vida comum e fazendo dela uma actividade profissional com muito pouca influência, tanto sobre as subjectividades a que se deveria dirigir, como sobre as realidades que estavam em jogo nas lutas. A "crítica da política" não nasce em Itália da cabeça de um qualquer intelectual, mas das discussões que os mais jovens começavam a ter, frequentemente à margem das assembleias oficiais, sentados nas praças ou nos muros das periferias. Mesmo as lutas que se desenvolverão nesse momento, em torno da "aprovação garantida" nas escolas por exemplo, ou do "27 político"[9] nas universidades, não são compreensíveis fora destas revoltas contra a política. Dessas discussões, dessa crítica às instituições da política, nasce então uma nova prática do político; intervindo no bairro, por exemplo, e criando estruturas de base como os "ambulatórios vermelhos",

9 - N.E.: Expressão que designa a decisão, tomada numa reunião de turma, de substituir a avaliação individual do professor pela atribuição de um resultado igual para todos, geralmente 27 (numa escala de 0 a 30). Tornou-se habitual em Itália na sequência das grandes lutas estudantis de 1968.

os consultórios sexuais autogeridos e, especialmente, os centros juvenis libertados, para partilhar a vida para além do tempo escolar. Crítica da política não queria portanto dizer retirar-se para a esfera privada ou para qualquer comuna *hippie*, mas sim aprofundar o ataque, exaspera-lo e, entretanto, construir todas as infraestruturas que lhe garantiriam a sustentabilidade e o alargamento. Na crítica da política, enquanto separação de si e da possibilidade de transformar o real a partir da sua própria situação de miséria, está talvez contido o sentido mais verdadeiro do que se configurava enquanto autonomia difusa, ou seja, enquanto capacidade singular e colectiva de ditar as condições materiais sobre as quais uma forma de vida rica em necessidades, "desejante", poderia crescer sem limites.

Uma nova geração que impunha novos problemas e novas lutas começava assim a pretender, não a "atenção" de todos os outros mas antes a sua própria autonomia, indelegável e irrepresentável, no contexto de um percurso de libertação geral.

Talvez os assaltos das jornadas de Abril tenham sido conduzidos pelos que tinham construído a sua experiência nos grupos, militantes "especialistas" com idades compreendidas entre os 22 e os 25, mas serão especialmente aqueles *outros* rapazes, aquelas feministas, aqueles "paneleiros", aquela "mitraria", aqueles operários absentistas, os protagonistas das jornadas insurrecionais de 1975, quando Milão se transformou durante três dias no palco de uma guerrilha urbana sem precedentes, inaugurando, pelo fogo, o ciclo da Autonomia:

> "São aqueles que não fizeram o 68, que tomaram o gosto à luta através das batalhas destes anos: são os companheiros para os quais a luta de apropriação e pelo comunismo é uma

palavra de ordem imediatamente activa."
("*Rosso*", Edição especial contra a repressão,
n.º 15, Março-Abril de 1975)

Nos meses anteriores, os fascistas tinham intensificado os ataques ao movimento, os confrontos sucediam-se quotidianamente e as armas de fogo tinham-se rapidamente tornado uma necessidade para a autodefesa das manifestações e da actividade política quotidiana. Em Roma, a 28 de Fevereiro, um fascista grego é morto durante um conflito armado com companheiros do Movimento. Em Milão, a tensão sobe até que, a 16 de Abril, os fascistas assassinam a sangue frio um militante bastante jovem, Claudio Varalli. Nessa mesma noite é assaltado o lugar onde se imprimia um jornal que oferecia uma versão distorcida dos factos. No dia seguinte, a cidade é invadida por manifestações, não apenas as provenientes das escolas e fábricas milanesas, mas de todos os jovens provenientes da periferia e das províncias circundantes. É aí que surge pela primeira vez a nova forma de combate que será adoptada pelos cortejos autónomos, uma táctica nova, que espelha obviamente uma transformação política e subjectiva. Já não existem apenas os cordões do serviço de ordem, bem reconhecíveis, separados de todos os outros participantes na manifestação e com uma função essencialmente defensiva, mas núcleos informais, móveis e indistinguíveis, que usam o cortejo "enquanto «base vermelha» para se deslocar e ocultar depois de levar a cabo uma acção" (Emilio Quadrelli, *Autonomia Operaia*) As manifestações perdiam o seu carácter estático, para se tornarem expressões ofensivas da forma guerrilheira em multiplicação que deveria assumir agora a luta na metrópole, para exprimir a vitalidade combatente dos mil fios que compunham o movimento: o "rizoma" pode ser bem

mais do que uma fórmulazeca para pós-modernistas de paladar refinado! Todos os participantes na manifestação eram então combatentes efectivos, ainda que a níveis diferentes. As funções defensivas são deixadas ao grosso da manifestação, enquanto os comandos autónomos se podem dedicar à ofensiva, atacando com mais eficácia os objectivos previstos. Em qualquer dos casos, colapsa por completo a dinâmica da "delegação" nos serviços de ordem – e portanto nos grupos – da gestão militar da rua: a reapropriação da violência nas manifestações torna-se um facto colectivo. Tal não significa que não existissem níveis internos de organização da força na Autonomia, eles existiam obviamente, mas agiam no contexto de um tecido comum, que não tinha quaisquer complexos em desempenhar as funções de ataque como as de defesa activa. Quando a Autonomia falava em "socialização dos comportamentos", referia-se também e sobretudo a este género de coisas, uma espécie de pedagogia de massas que introduziu uma geração inteira no combate revolucionário. É óbvio que este acontecimento iria dar vida a "ásperos" confrontos entre a Autonomia e os diversos grupos políticos de extrema-esquerda.

A manifestação milanesa de 17 de Abril tem como objectivo central a sede do MSI na Via Mancini, ao redor da qual se desenvolve uma série de confrontos duríssimos com a polícia e os *carabinieri* e onde finalmente um grupo enorme de companheiros consegue entrar para lançar uma chuva de *molotovs* à sede fascista. São também visados bares, livrarias, sedes de partidos políticos e de jornais de direita, escritórios executivos de companhias industriais, uma companhia aérea espanhola, a empresa gestora dos bairros sociais e o escritório de um advogado fascista. A polícia carrega sobre a manifestação, lançando as suas

carrinhas a velocidades loucas até atropelar, matando-o, outro companheiro, Giannino Zibecchi. À noite, em Turim, é assassinado por um segurança privado de direita Tonino Micciché, um militante de *Lotta Continua* bastante conhecido pelo seu empenho nas ocupações. Durante a noite e ao longo do dia seguinte, para o qual foi decidida uma greve geral, a guerrilha não pára em Milão: chovem *molotovs* sobre os lugares de encontro de fascistas e de polícias, bem como sobre a casa de um Senador, é destruído o escritório de um outro advogado e deputado do MSI, é atacada a sede da MONDIALPOL (empresa de vigilância privada para a qual trabalhava o assassino de Micciché) e a da confederação sindical fascista CISNAL, bem como duas do Partido Social-Democrata. Na noite seguinte, em Florença, durante confrontos ferozes na sequência de uma manifestação antifascista, é assassinado pela polícia um jovem militante do PCI, Rodolfo Boschi. Ocorreram explosões organizadas de raiva em todas as cidades italianas ao longo desses três dias e, ainda que os mortos pesassem sobre a lucidez, não se perdeu de vista o salto qualitativo dado pelo movimento.

Assim comentará "*Rosso*" aqueles dias, inaugurando de facto a "nova série" do jornal:

> "Os patrões, o Estado e os reformistas não o esperavam [...]. E no entanto, as coisas tinham corrido exactamente como há anos vínhamos repetindo: o acumular contínuo da insubordinação autónoma do proletariado, o conjunto de mil comportamentos de violência e subversão [...] haveria de converter-se *num momento de ataque global que tem, enquanto tal, a capacidade de mudar todos os termos da luta política em Itália* (...). Na Via Mancini, durante os confrontos, os companheiros abraçavam-se felizes junto de cada

carrinha da polícia incendiada (...). As massas, as novas gerações, demonstraram saber ver onde está o fascismo: não onde o querem mostrar, mas sobretudo noutros locais, na polícia, em todas as estruturas dos corpos separados do Estado, no reformismo, no terrorismo da social-democracia e das multinacionais (...). Mas nós estamos atentos (...). *Os aparelhos repressivos do Estado, sob a direcção da* Democrazia Cristiana*, com a conivência do PCI, serão desenvolvidos para esse efeito.*"

("*Rosso*", Edição especial contra a repressão, n.º 15, Março-Abril de 1975)

Capítulo II

Separ/acção, dessubjectivização e a "ditadura dos desejos": o operário social, o feminismo, a homossexualidade, o proletariado juvenil e outras transversalidades (1975-76)

Estado de emergência

> "Contemporâneo é aquele que recebe em plena face o raio de escuridão vindo do seu tempo."
>
> Giorgio Agamben, *Che cos'é il contemporaneo?*

A 26 de Abril de 1975, o último helicóptero dos EUA levanta voo do telhado da embaixada norte-americana de Saigão; no dia seguinte, o exército vietcongue ocupa a capital sul-vietnamita após cinquenta dias de ofensiva, pondo fim à presença americana no Sudeste asiático. A 17 de Abril, os *Khmer Vermelhos* já tinham expulso o governo pró-americano do Camboja. A 11 de Novembro, o Movimento Popular para a Libertação de Angola proclama a independência relativamente a Portugal, que por sua vez a reconhece imediatamente, um ano depois da "revolução dos cravos". A 19 de Novembro, morre finalmente em Espanha Francisco Franco, ditador fascista e filo-atlantista, que apenas uns poucos meses antes tinha assinado a última execução por garrote de cinco militantes anti-fascistas.

O Terceiro Mundo separava-se do domínio directo do Primeiro: *o planeta inteiro estava em movimento contra o domínio do capital*. Parecia, assim, que a revolução não só era possível como estava já em marcha e que a Itália seria o seu "ponto médio" no Ocidente. Uma convicção que não tinha raízes apenas nos movimentos anti-sistémicos:

também os governantes tinham uma sensação parecida e não é por isso surpreendente que tenham recorrido às potencialidades mais obscuras da soberania para lhe fazer frente. Talvez pudesse ter corrido de maneira diferente, mas o que esses acontecimentos contribuíram para determinar, numa espectacular heterogénese dos fins, foi o desmoronamento dos dois blocos (Este/Oeste) e o princípio de uma nova idade imperial, com o surgimento de novas potências geopolíticas no seu interior e uma nova divisão internacional do trabalho, dominada por um estado de emergência que se reflecte tanto na gestão das migrações como no uso descomplexado de leis de excepção para a resolução de conflitos sociais. Foi na Itália dos anos Setenta que o Estado começou a chamar "terrorista" a qualquer um que experimente transformar o presente num sentido revolucionário e foi apenas com uma maldosa ironia que o Ministro do Interior da altura, Francesco Cossiga, reconheceu a sua essência mistificatória, que ele próprio teve o despudor de definir como uma "grande operação semântica" ("Entrevista a Francesco Cossiga" in AAVV, *Una sparatoria tranquila. Per una storia orale del 77*, Odradek, Roma, 1997).

A 8 de Março de 1975, o parlamento italiano vota a lei que atribui a maioridade aos 18 anos, enquanto a 22 de Abril, poucos dias depois das jornadas insurreccionais de Abril, com a abstenção decisiva do PCI, é aprovada a *lei Reale* (a partir do nome do ministro da Justiça, Oronzo Reale), explicitamente concebida enquanto lei excepcional para a repressão da "delinquência juvenil", ou seja, do conflito social que submergia todo o país. A lei Reale introduz as identificações arbitrárias, aumenta o tempo de prisão preventiva, pune a ocultação da cara, alarga anormalmente a definição de arma imprópria, define os

cocktails molotov como arma de guerra e reconhece às forças da ordem o direito de cada agente a disparar e matar sempre que o considere necessário: seguir-se-á uma miríade de mortos e feridos. Após a abstenção "favorável" à lei Reale, a relação entre o PCI e o Movimento, em particular com a Autonomia, ficou definitivamente comprometida e o nível do confronto entre o Estado e o Movimento não pôde senão começar a crescer cada vez mais. É o início das designadas *leis especiais*, que fizeram da Itália um país em permanente estado de emergência; vale a pena recordar que certas normas inicialmente apresentadas como "provisórias" ainda estão em vigor e até foram agravadas – não é possível compreender de outra forma o interesse de alguns pensadores radicais italianos, nomeadamente Giorgio Agamben, pelo "estado de excepção", sem ter em conta este pano de fundo histórico-político.

Um estado de excepção que nunca foi explicitamente declarado, para não admitir a existência de uma guerra civil latente, nem mesmo quando os blindados entraram em Bolonha para domar a insurreição de Março de 1977 e quando foram proibidas em Roma todas as manifestações públicas. Tornou-se entretanto o molde para a acção política de todos os "Estados democráticos": "Na realidade, uma vez introduzidos, os dispositivos excepcionais integram-se definitivamente no sistema, que se transforma sem nunca mais voltar atrás, dando lugar a novas campanhas de excepção e a sucessivos «períodos» de emergência" (Oreste Scalzone, Paolo Persichetti, *La révolution et l'État*, Dagorno, Paris, 2000)

Na noite de 1 para 2 de Novembro de 1975, é assassinado no litoral de Óstia, em circunstâncias nunca esclarecidas, Pier Paolo Pasolini, cujos artigos dos meses anteriores surgem hoje como algo verdadeiramente

profético, descrevendo o genocídio antropológico das classes populares italianas por parte de um "novo fascismo" que se manifestava através da ditadura de uma "nova burguesia que inclui cada vez mais e mais profundamente também as classes operárias, tendendo à identificação da burguesia com a humanidade" ("La prima, vera rivoluzione di destra" in Pier Paolo Pasolini, *Saggi sulla politica e la societá*, Mondadori, Milão, 1999). Precisamente por existir muito de verdadeiro nas obscuras visões pasolinianas, importa dizer que a atmosfera emocional no seio dos movimentos italianos dos anos Setenta não é redutível, como muitos fazedores de opinião pretenderiam fazer crer, a um amargo niilismo – a lenda negra dos "anos de chumbo" – nem tão pouco, como desejariam os arautos da inocência perdida, a uma espécie de eufórica ligeireza. A amargura, *desejada* pelo poder, pesava muito, muitíssimo no estado de espírito e nas acções de quem se revoltou, mas foi igualmente pesada a determinação com que milhares de mulheres e homens procuraram deitar abaixo o muro do presente *contra* essa amargura. O problema não se resolve descrevendo a composição dos afectos presentes no Movimento enquanto algo apenas alegre ou apenas cheio de ódio, com maior despreocupação ou solene seriedade. O facto substancial é que aqueles e aquelas que o integraram ainda eram capazes de viver colectivamente, e com grande intensidade, os afectos que circulavam naquela Itália de fim de século: quer se odiasse quer se amasse, quer fosse a alegria ou a tristeza a tomar conta dos corpos, agia-se em conformidade e por todos os meios necessários. As emoções, que até aí tinham estado confinadas ao limbo da privacidade, tornaram-se a certa altura em verdadeiras práticas políticas, actuando explicitamente enquanto tal. Nunca será demasiado tarde para reencontrar dentro de

si aquela capacidade de *sentir em conjunto* imprescindível para produzir uma colectividade capaz de afrontar esse intolerável poder inimigo que se aloja fora e dentro de nós. E que era, para alem disso, o que tornava agradável viver no Movimento e fazia circular cada vez mais intensamente o *desejo de revolução*.

A táctica da separação

> "Um convite a não se levantarem esta manhã e ficarem com alguém na cama, a fabricar instrumentos musicais e máquinas de guerra."
>
> *"Colectivo A/traverso"*, Alice è il Diavolo

Como já foi dito, a temática do estranhamento relativamente ao desenvolvimento, ao trabalho e à instituição, tinha constituído no início da década uma das bases teóricas e práticas sobre a qual tinham sido construídos os diversos movimentos autónomos. Até meados dos anos Setenta, o *estranhamento*, um conceito elaborado no âmbito da pesquisa militante a partir das sugestões de Marx nos *Grundrisse*, tinha assumido quase exclusivamente conotações negativas, no sentido em que não era muito mais do que o registo de comportamentos largamente difusos que levavam a cabo toda uma série de práticas através das quais as subjectividades se negavam à exploração do trabalho assalariado e ao funcionamento normativo da

máquina estatal. Entre 1975 e 1976, o estranhamento subjectivo torna-se prática de *separação colectiva* e, portanto, de criação de uma outra temporalidade na qual as autonomias se configuravam, quer enquanto ofensiva contra o capital, quer enquanto construção de diferentes territorialidades nas quais as "insurreições comportamentais" e o programa comunista começavam, ainda que contraditoriamente, a marchar em conjunto: *separação operária da relação de produção, separação da mulher do patriarcado, separação dos jovens da sociedade da repressão, separação do proletariado do Estado*, devem ser entendidas enquanto sequências sincrónicas que delineiam a fisionomia da Autonomia enquanto elaboração de uma forma de vida que procura fazer-se comum, devir-comunismo: "Não há interesse operário no trabalho, não existe modo de definir a politização operária senão enquanto estranhamento face à organização e à função do trabalho. Estranhamento relativamente à gestão da sociedade fundada no trabalho e destinada à valorização, estranhamento dos desejos operários em relação a esta sociedade" (Franco Berardi "Bifo", *Teoria del valore e rimozione del soggetto*, Bertani, Verona, 1977). A ocupação de quarteirões inteiros, o controlo e autodefesa dos bairros, as auto-reduções, os exproprios, a organização autónoma da vida são evidências da separação colectiva, enquanto táctica proletária dirigida contra a separação individualizante, forma de domínio da civilização burguesa. Trata-se de uma das garras mais afiadas da "guerra civil" das autonomias: luta selvagem por uma vida-em-comum tecida pela destruição das necessidades e pela libertação do desejo colectivo, contra as identidades saturadas de binarismos e cisões que caracterizam a produção das subjectividades na época da "subsunção real da sociedade no capital". E para cumprir tudo isto, não se

podia senão separar o fluxo de *vida proletária* – composto por trabalho, afectos, sexualidade e inteligência – que mantinha de pé e nutria a sociedade, dobrando-o sobre si próprio e permitindo assim um crescimento, intenso e autónomo, das subjectividades contra o capital.

Não é necessário deixarmo-nos deslumbrar pelas fórmulas muitas vezes tortuosas do jargão do Movimento, o sentido desse "fazer" era claro para muitos, se não para todos: levar a guerra social até ao quotidiano, até aquela esfera considerada "privada" que a esquerda tradicionalmente mantinha bem separada da "pública", lá onde estavam as "coisas sérias", como se realmente as relações de produção, a economia política e a valorização pudessem ser de alguma forma exteriores aos corpos e vidas dos operários, das mulheres e dos jovens. A separ/acção – assim se escrevia no fim dos anos Setenta esta dinâmica colectiva – era sobretudo uma táctica de recusa activa das cisões que as instituições impunham às subjectividades, tendo o ataque à divisão entre o "pessoal" e o "político" sido o centro da ofensiva revolucionária do Movimento, partindo das relações pessoais para terminar, sem soluções de continuidade, nas de produção. A cada separ/acção devia responder uma reapropriação: de si, da violência, da linguagem, do corpo, da mercadoria, do saber e do tempo.

É necessária uma primeira clarificação no que toca às temáticas do "pessoal": ainda que, nas ramificações extremas do Movimento de 77, estas tenham caído num banal elogio da sua própria fenomenologia, que se convertia assim novamente no "privado", com o seu recuo para os desejos individuais, os "sentimentos", os orientalismos vários e a autoflagelação, o problema político que tinha sido identificado pelos movimentos autónomos residia na consideração de que, por um lado, a própria vida tinha sido

englobada nos processos de produção capitalista e, por outro, no reconhecimento da dimensão política intrínseca das relações pessoais, começando pelas existentes entre homem e mulher para continuar com as que decorriam no interior dos grupos e por aí em diante, reconstruindo conflituosamente, a partir de baixo, todas as relações que codificavam a sociedade inteira em moldes classistas e sexistas. Daí a explosão de "movimentos de libertação" que partiam de pressupostos bastante diferentes dos do movimento operário e que produziram a explosão em cadeia daquelas bolhas onde estavam contidas várias coisas, como o "amor", a "amizade", o "sexo" e também aquela carcaça gasta a que normalmente se chama "Eu". A circularidade entre lutas de libertação, lutas operárias e práticas de subversão do quotidiano era, por assim dizer, mediada apenas pelo seu desenvolvimento simultâneo no interior de uma vasta conspiração anticapitalista que via na Autonomia a ponta de um iceberg tão amplo e profundo quanto o conjunto do continente proletário.

É importante sublinhar que as práticas colectivas da separ/acção, precisamente por partirem de uma ultrapassagem da crítica da economia política, eram geradas dentro de circuitos que não vinham em linha directa das reflexões teóricas acerca das lutas operárias ou estudantis do pós-68, mas sim das feministas e antiautoritárias que atravessavam experiências como a de "*L'Erba Voglio*", uma revista animada por um psicanalista *sui generis*, Elvio Fachinelli, e por uma feminista autónoma, Lea Melandri. Uma revista que falava também de crianças e de educação alternativa, mas que se deixava progressivamente atravessar por todas as pulsões "marginais" que naquele momento enfrentavam, uma a seguir à outra, aproximando-se delas para depois as atacar, as

instituições dominantes. Eram *outros* circuitos relativamente aos que Lea Melandri considerava serem habitados por "ascetas vermelhos" e tiveram um papel de ruptura e proposta essenciais na maturação dos vários movimentos autónomos, mas já voltaremos a falar de tudo isso dentro de pouco.

Alguns chamaram "ditadura dos desejos" – a influência da Antropologia marxista de Agnes Heller, com a sua *Teoria dos desejos*, sobre os movimentos italianos foi muito forte ao longo da década de Setenta – ao conjunto das práticas de insubordinação e de afirmação dos desejos que actuavam, nas fábricas, nas metrópoles, nas escolas, nos hospitais, nos manicómios, nas prisões e na família, como exercício quotidiano de força proletária contra uma ditadura burguesa sobre o conjunto da jornada de trabalho (que começava agora a ocupar o conjunto do tempo da vida), e que elaboravam, igualmente, formas de luta original contra os diversos dispositivos de subjectivação através dos quais circulava um poder generalizadamente considerado *hostil*. Para exprimir esta força já não chegava, como tinha sucedido durante 1968-69 e na estratégia dos grupos, procurar quebrar o nexo entre as bases e as cúpulas dos partidos ou sindicatos da esquerda, a fim de permitir que uma classe operária mítica e sempre "unitária" dirigisse uma sociedade na qual já ninguém acreditava: era agora necessário quebrar de alto a baixo, verticalmente, a totalidade social, para constituir horizontalmente núcleos de poder proletário que se separassem gradualmente dela, esvaziando a legalidade oficial enquanto impunham uma *outra* racionalidade, baseada na recusa do trabalho, na destruição dos aparelhos de sujeição social e afectiva, na independência das formas de vida. Já não existia espaço para a "sociedade civil" neste combate. Aos que torcem o

nariz ao ouvir mencionar frases como "poder proletário" – porque, pós-modernismo *oblige*, o poder é exercido mas nunca deve ser nomeado – queremos apenas dizer que, para lá de qualquer subtileza metafísica, a verdade está no facto de que nenhum Governo alguma vez morrerá de coração partido devido à infidelidade dos seus súbditos, que nenhum Estado se suicidará por medo de uma revolução e que nenhuma economia desabará devido a uma lei interna. Creio que isso, pelo menos, nos terá sido ensinado por uma experiência como a de Itália nos anos Setenta, da mesma maneira que nos ensinou que, pelo contrário, a organização autónoma dos sem-poder pode exercitar uma multiplicidade capaz, muito simplesmente, de tornar possível viver melhor, uma vez que o poder dos sem-poder não é um outro poder, "igual e contrário" ao do inimigo, mas um conjunto cooperativo de micro-poderes ou melhor, uma *potência*, autónoma, apontada à libertação do fantasma do poder.

Uma análise veloz ao debate interno da autonomia operária e entre diferentes âmbitos da área da Autonomia, que se desenvolveu no biénio 1975-76, pode ser útil para a compreensão de algumas das questões que tomavam forma, contraditoriamente, no âmbito do movimento revolucionário italiano. Relendo hoje esses documentos, surge enquanto um sintoma saudável do Movimento toda essa massa de tomadas de posição violentas, de acordos entre tácticas divergentes, de contínua discussão furiosa acerca de cada uma das temáticas que apenas o conflito é capaz de colocar em destaque. Ou pelo menos assim foi até ao momento em que o debate se tornou uma estúpida luta pela hegemonia de cada facção sobre todas as outras, enquanto foi reconhecido como facto positivo e vital para o Movimento a existência *das* autonomias e não se

procurou seguir os caminhos de sempre, banais, da "redução da complexidade". O movimento das autonomias, porém, nunca se definirá enquanto "espaço unitário/ideológico dos explorados", mas sim enquanto movimento de separação/recomposição, enquanto prática de desagregação dos aparelhos de domínio onde quer que estes sejam operativos, enquanto temporalidade insurrecional e território autónomo de libertação colectiva e, portanto, enquanto produção de autonomia também no interior da própria Autonomia. A unanimidade é um vício que nunca poderia ter feito parte do partido da insurreição.

Linha de conduta: quebrar a unidade da classe operária, construir a máquina de guerra.

> "Os operários não vão às fábricas para fazer pesquisas mas porque são obrigados. O trabalho não é um modo de vida. Mas a obrigação de se vender para sobreviver. E é lutando contra o trabalho, contra esta venda forçada de si próprio, que se confrontam as regras da sociedade. E é lutando para trabalhar menos, para não se ser envenenado pelo trabalho, que se luta também contra a nocividade. Porque nocivo é acordar todas as manhãs para ir trabalhar, nocivo é seguir os ritmos, os modos de produção, nocivo é fazer turnos, nocivo é voltar a casa com um salário que no dia seguinte te obriga a voltar à fábrica..."
>
> (Assembleia Autónoma de Porto Marghera, 1974)

Comecemos por uma série de discussões realizadas em torno do desenvolvimento das lutas da Autonomia no ambiente operário.

Em 1975 nascem muitas experiências editoriais autónomas, cada uma reflectindo uma particular inclinação

organizativa e, portanto, uma tensão singular com as outras experiências da constelação autónoma, e todas se inseriam naquele magma de iniciativas político-existenciais que se abrigavam sob o nome de "Movimento". Entre as que tinham uma ambição nacional e referências constantes à questão operária, havia uma revista teórica com o nome brechtiano de "*Linea di condotta*" – em cuja redacção participavam Piperno, Scalzone, Castellano, Virno, Zagato e outros, na maioria provenientes de *Potere Operaio* e, depois, de *Lotta Continua* – e um jornal de luta, "*Senza Tregua*", que exprimia uma composição política semelhante, com uma presença militante particularmente expressiva em Milão e no Centro-Norte de Itália, substancialmente dirigida por Oreste Scalzone e por Piero del Giudice. Uma outra publicação importante é "*Lavoro Zero*", que representava a área de intervenção da Assembleia Autónoma do Petroquímico de Porto Marghera e que teve um percurso independente quer dos grupos nacionais quer do grupo regional que dominava a Autonomia em Pádua. Em Milão era impresso também "*La Voce Operaia*", que exprimia as posições de bizarros grupos marxistas-leninistas que tinham decidido colocar-se na área da Autonomia.

Nas edições de 1975 das duas primeiras publicações citadas encontramos expressões de uma sensibilidade diferente da que existia na revista "*Rosso*" – na qual era predominante o peso teórico de Negri – relativamente a algumas temáticas operárias, nomeadamente as da apropriação, do controlo operário e da organização do conflito, tanto ao nível do território como a nível geral. Uma outra publicação influente, que durou até aos anos Oitenta, é "*Primo Maggio*", uma revista com uma predilecção particular pela história herética do movimento

operário internacional e pelos problemas ligados à financeirização da economia.

"*Primo Maggio*" era dirigida por um outro ex-militante de *Potere Operaio*, Sergio Bologna, e, ainda que a revista possa ser vista *grosso modo* como pertencente à área da Autonomia, nunca se irá identificar com nenhuma das suas correntes organizadas, ainda que tenha produzido uma série de textos em que existia uma tensão positiva no debate com as componentes da autonomia operária, organizada ou não. Foi uma revista excepcional sob o ponto de vista da pesquisa, mas o seu maior limite, tendo em conta o período histórico, era o facto de os seus animadores serem na sua maioria professores, intelectuais que não conseguiam medir-se com a prática militante dos movimentos. "*Primo Maggio*", entre outras coisas, ofereceu ao Movimento importantes referências político-imaginárias, a entusiasmaste história dos *wobblies* americanos que nos anos Vinte, através da IWW, tinham levado a cabo uma das maiores ofensivas revolucionárias da modernidade contra o capitalismo americano. O anarco-sindicalismo dos *Industrial Workers of the World* fundava-se em algo no qual a Autonomia estava já imersa, ou seja, aquela indistinção entre teoria e práxis que sempre caracterizou os momentos altos da luta de classes. A acção directa, a sabotagem e a luta violenta, juntamente com a utilização dos jornais, da manifestação-relâmpago, da propaganda na prisão, dos desenhos e das canções, que compunham o equipamento de base do militante *wobblie*, sempre pronto a saltar para o último comboio de mercadorias para organizar a próxima greve. O "comité desconhecido" que animou as greves selvagens e as sabotagens *wobblie* nos Estados Unidos da América dos anos Dez e Vinte inspirou explicitamente muitos colectivos autónomos

nas fábricas italianas dos anos Setenta. Foi exactamente este nomadismo existencial e organizativo, juntamente com a radicalidade dos *Hobos* revolucionários americanos, que fascinou os autónomos locais. Mas haviam muitas outras coisas nos *wobblies* que excitavam as suas fantasias subversivas, como as crianças, sempre presentes nas greves de massas, com os seus piquetes em frente às escolas onde estavam os professores fura-greves, ou a forte presença dos negros e das mulheres no seio dos militantes, que interrompia a longa e pesada tradição de uma classe operária sempre representada como branca e masculina. O poderoso grafismo dos jornais e cartazes da IWW, que começaram também a utilizar a banda desenhada, e a grande difusão de canções de luta – sendo as de Joe Hill as mais famosas – eram métodos particularmente adaptados para interagir com a enorme presença de imigrantes que não sabiam falar inglês ou com pessoas que não sabiam ler. A banda desenhada, as canções, os jornais, os cartazes, a circulação das lutas, as ocasiões provocadas pelos encarceramentos, foram todos atributos e experiências presentes na epopeia da Autonomia italiana, juntamente com a hostilidade absoluta relativamente à disciplina da fábrica. Por fim, a declarada antipatia *wobblie* pelas temáticas "institucionais" da organização não podiam senão coincidir com a desconfiança que se podia encontrar nas fileiras da Autonomia italiana, relativamente às hipóteses mais despudoradamente vanguardistas ou ultra-bolcheviques.

Percorrendo as publicações autónomas de 1975, destaca-se em primeiro lugar o esgotamento das temáticas da "unidade da classe operária", que durante décadas tinham forçado as pulsões revolucionárias a manter uma autodisciplina que jogava invariavelmente a favor do

compromisso social promovido pelos dirigentes dos partidos de esquerda: à unidade total e meramente ideológica da classe operária, opor-se-á uma estratégia de unidade dos diferentes estratos proletários *nas* lutas, que não era um dado adquirido e tido como certo, mas que antes deveria ser verificado em cada momento, na homogeneidade tendencial dos comportamentos subversivos que se difundiam na metrópole a uma enorme velocidade. Quando se fala em *separação operária*, portanto, fala-se não apenas de uma deserção da relação de produção, mas também de uma táctica de ruptura e de separação interior à classe. Escreve a revista "*Senza Tregua*":

> "[...] começaram a conviver no Movimento lutas, comportamentos, organizações; nestes processos aprofundaram-se e clarificaram-se os objectivos, as divergências, as características desta fase, e evidenciou-se antes de mais um tema que deve ser colocado na ordem do dia do debate operário: o «fim da unidade de todos os operários» [...]. Apelam a essa unidade, naturalmente, o movimento sindical e a nova social-democracia autoritária (o PCI), enquanto procuram fazer estragos profundos no movimento, enquanto abrem guerra contra as redes revolucionárias nas fábricas sem olhar a meios [...]. A «unidade dos trabalhadores» é hoje reivindicada principalmente pelos patrões e pelos seus representantes, enquanto «unidade» entre operários e trabalhadores dependentes (leia-se a hierarquia da fábrica – dirigentes e chefes) na base do «interesse comum em superar a crise». [...] O erro é – para nós – a hipótese de uma homogeneidade política da classe, de um movimento entendido como geral, a repetição esquemática do passado unitário do movimento – na hipótese de direita, enquanto movimento «normalizado» e social-democrata,

> na hipótese da esquerda, enquanto movimento genericamente autónomo [...], o confronto é inteiramente *interno* (...). *Tudo isto assinala, companheiros, o fim da possibilidade de «utilização operária do sindicato»* [...]. Trata-se de construir pontualmente elementos de exercício concreto de ditadura operária. E isto acontece, concretamente, numa base territorial, através da construção – num processo global de iniciativas de luta e de acções gerais – de uma rede de instituições de poder operário e proletário [...] enquanto movimento político organizado e armado, enquanto processo de guerra revolucionária e de afirmação contemporânea do comunismo como «ditadura dos desejos» [...]. *Este processo deve ser organizado, começando por fazer funcionar uma série de operações de coerção social e de consolidação da independência do proletariado.* [...] Este programa, ainda primitivo, não terá nada a ver com a palavra de ordem «apropriemo-nos da produção», que vem renomear com uma terminologia comunista e revolucionária um conteúdo tradicionalmente revisionista. [É preciso] sair da fábrica, negar o vínculo da relação produtiva [...]."
>
> (Editorial de "*Senza Tregua. Giornale degli operai comunisti"*, 14 de Novembro de 1975)

O comentário polémico acerca da apropriação da produção refere-se a uma semana da chamada "greve ao contrário" posta em prática pelos operários autónomos da Alfa Romeo, onde era forte a presença de militantes ligados a "*Rosso*". Durante essa semana fez-se uma espécie de autogestão da produção que, entre outras coisas, tinha sido inicialmente proposta pelo sindicato; a deixa polémica de "*Senza Tregua*" resultava também da insistência dos operários da Alfa Romeo em colocar no centro do conflito a luta contratual e da ilusão eufórica, que

algumas componentes que lhes estavam próximas tendiam a partilhar, segundo a qual existiria então em Itália um movimento *genericamente* homogeneizado autónomo. A Assembleia Autónoma da Alfa sustentava, em defesa da sua própria escolha, que "apenas apropriando-se do processo produtivo e do aparelho financeiro, pode a classe operária vencer os projectos burgueses" ("Alfa Romeo, 35X40", "*Rosso*", 9 de Outubro de 1975). Perante as divergências que havia gerado na área autónoma, o próprio Negri dirá a propósito deste episódio que, na verdade, se tinha tratado de uma experiência de reapropriação da linha de produção para estudar os modos de sabotagem e que, de qualquer maneira, tinha sido muito mais importante o dia em que na Alfa Romeo se tinha organizado um fumício de marijuana ao longo da linha de montagem: "fumar na linha, e portanto impor à linha uma relação de total estranhamento no qual, pela primeira vez, começaram a emergir de uma maneira extrema, radical, desejos alternativos" (Antonio Negri, *Dall'operaio massa all'operaio sociale*, Ombre corte, Verona, 2007). Não era realmente a primeira vez, já que Bifo relata que quando entrou na Mirafiori ocupada, em 1973, percebeu estupefacto que era algo normal para os jovens operários fumar haxixe: eram eles, os operaístas e os militantes dos grupos, que estavam atrasados em relação aos comportamentos proletários e não conseguiam ainda passar da crítica da economia política à crítica da política e, portanto, à valorização da existência operária tal como ela era; 1977 significou essencialmente fazer essa passagem em conjunto. Em 1976, as lutas nas fábricas, a da Innocenti por exemplo, ou a nova vaga de sabotagens na Fiat, mostravam que a ruptura entre a velha classe operária e os jovens trabalhadores se aprofundava exactamente na medida do crescimento

exponencial dos comportamentos anti-produtivos destes últimos, e foi precisamente nessa divisão que se instalaram as forças social-democratas, virando-os não apenas uns contra os outros, mas colocando também os operários "empregados" contra quem estava de fora, os "improdutivos". A Autonomia conseguirá durante alguns anos fazer funcionar virtuosamente a circulação das lutas, para além do conflito com os aparelhos do PCI e do sindicato. Conseguiu fazê-lo, importa acrescentar, enquanto as suas diversas sensibilidades não embarcaram numa competição suicida para saber quem deveria assumir a direcção de um impossível e ridículo "grande partido da Autonomia", em tudo igual aos velhos grupos que eles próprios tinham abandonado. Entretanto, a via de saída da crise na relação com a velha classe operária, firme na defesa corporativa dos seus "privilégios", foi o ataque metropolitano a todos os centros de reorganização produtiva resultantes do esmagamento das grandes aglomerações industriais, que tinha sido a verdadeira estratégia contra-insurrecional posta em prática pelo patronato. Perante a molecularização do trabalho, já não fazia sentido colocar o problema da organização nos termos em que a tradição comunista o havia sempre feito; pelo contrário, era necessário insistir sobre a dinâmica espontânea que se articulava a pouco e pouco nos territórios, repercorrendo contra a corrente os fluxos da metrópole, num contínuo relançamento de uma "guerra de movimentos" destinada, por um lado, a derrotar o binómio crise/reestruturação e, por outro, o reformismo que o garantia. Ataque à fábrica difusa portanto e, do outro lado, o vector das lutas era constituído pelo ataque à gestão da despesa pública, espaço tradicional para a construção do consenso: atingir a gestão e a despesa com a saúde, a educação, os transportes públicos e, em geral, as

despesas do Estado social, podia fazer cair toda a cadeia em que se apoiava o instável equilíbrio governamental.

De facto, os vários grupos autónomos operários tinham graves problemas por resolver na relação com as instituições do movimento operário. Uma das questões que surgia invariavelmente no interior de todas as correntes organizadas da autonomia operária era efectivamente o dilema relativamente à necessidade de pôr em campo "mediações" no decurso das lutas, desde logo as que eram propostas pelo movimento sindical (e onde portanto o seu peso mais se fazia sentir), como os Conselhos de Delegados (onde não era raro estarem operários autónomos), ou se, pelo contrário, seria necessário construir e procurar formas de organização totalmente autónomas que, em última análise, coincidissem com uma forma de vida em secessão e buscassem a *negação* do trabalho fazendo ruir todas as mediações. No desenrolar das lutas operárias a táctica foi sempre misturada, "impura", e tanto uma como a outra opção podiam colocar-se em alternativa ou, pelo contrário, serem utilizadas em simultâneo, segundo o seu contexto específico. As coisas avançavam em todo o caso depressa e serão aqueles mesmos autónomos do Comité da Alfa Romeo, por exemplo, a levar a cabo uma dura ofensiva interna e externa à fábrica, com o bloqueio de produtos acabados e uma espectacular acção de sabotagem que incluiu o bloqueio de um comboio cheio de automóveis e a destruição de centenas de metros de carris que transportavam as mercadorias para fora da fábrica. O que equivale a dizer que, no final de contas, é sempre a força a decidir, ou seja, o grau da ofensiva que se é capaz de desencadear para lá de qualquer tacticismo momentâneo. Pequeno parêntesis: quando escrevemos por exemplo "Comité Autónomo da Alfa Romeo", ou de qualquer outra

fábrica, pressupõe-se sempre um comité de luta *misto*, ou seja, no seu interior existiam obviamente operários mas também companheiros *externos* que discutiam e levavam a cabo actividades militantes juntamente com os trabalhadores desse estabelecimento; a única "escola de partido" da Autonomia foi sempre a da luta.

A mercadoria permanecia dentro das fábricas ou desaparecia no ar, mas muitos operários começaram a ir embora, a *ausentar-se* do seu tradicional local de subjectivação salarial e política: a forma de vida que os trabalhadores mais jovens estavam a construir, juntamente com todos os outros, *fora* da fábrica era incompatível com o trabalho na linha de montagem, com o seu próprio ser-operário. Foi a partir desse ano que muitas "vanguardas de fábrica" e jovens operários que participavam no Movimento começaram a despedir-se voluntariamente das grandes fábricas, a *extinguir-se* enquanto força de trabalho. As fábricas continuavam porém cheias de gente e se em vez de divergirem, como viria a acontecer, os percursos se tivessem mantido juntos através dos circuitos das lutas, continuando a aprofundar a separação no interior da classe, talvez muitas das derrotas tivessem sido evitadas e muitas ilusões não se teriam transformado em desespero. Entre o fabriquismo cego e o movimento desejante, teria sido necessário levar até ao fim a ambivalência de um percurso revolucionário que não apenas "mantivesse juntas" lutas operárias e lutas de libertação, mas que constituísse um outro, autónomo, múltiplo, unificado transversalmente e no qual não fosse possível provocar divisões jogando uma necessidade contra a outra.

Mas, lá está, fica a impressão de que uma das coisas que os teóricos da Autonomia organizada não souberam afrontar totalmente foi o próprio sentido da "recusa do

trabalho", esse *slogan* potente que remetia para um enorme *shabbath* proletário e que parecia frequentemente, pelo contrário, ter de se limitar à questão de quantas e que produções era ou não apropriado fazer, quais "gerir", quais "delegar" ou que máquinas deveriam substituir as que eram abrangidas por essa recusa. Ressurgia o fantasma, perdedor, da autogestão e parecia para além disso funcionar para alguns uma espécie de fetichismo da fábrica enquanto tal, de apego a uma imagem da classe operária que já não correspondia às suas reais características, sem falar de algumas utopias produtivistas que desenhavam uma espécie de supersocialismo. *Mas a recusa do trabalho não produz meramente um trabalho "diferente" ou uma valorização "boa", pelo contrário, destrói-os materialmente para criar uma outra temporalidade, um outro uso, uma outra vida. A recusa do trabalho é acima de tudo a extinção da classe operária e, portanto, a progressiva desagregação do conjunto do trabalho assalariado, ou seja, a invenção do comunismo enquanto cooperação social "absoluta".*

Se existia agora, por um lado, um secção ampla da classe operária integrada nos mecanismos do governo social, por outro, os comportamentos reais do proletariado revolucionário, principalmente o juvenil, exprimiam através dessa recusa o desejo de não-trabalho, de não-valorização, de estranhamento, *de desactivar, em suma, as raízes de qualquer relação de produção*. O projecto teórico cultivado maioritariamente nesse sentido foi o da automatização total do trabalho e a ênfase marxiana na inteligência técnico-científica enquanto alavanca através da qual o *General Intellect* poderia realizar o reino do não-trabalho e da abundância. O problema consiste, como já se disse, no facto de ter sido frequentemente sobrevalorizada a potência da técnica, o nível material sobre o qual construir

o processo revolucionário, como se bastasse a total automatização da produção para alcançar o comunismo. Mas como afirmava sabiamente o jovem Hans Jurgen Krahl: "Poderemos dizer qual será o aspecto técnico do progresso dentro de um século, mas não podemos afirmar quais serão as relações humanas dentro de cem anos, se não começarmos a transformá-las *ad hoc*, entre nós, no processo social" (Hans Jurgen Krahl, *Costituzione e lotta di classe*, Jaca Book, Milão, 1973). Existia em Itália, em meados dos anos Setenta, uma consciência difusa dessa questão e, consequentemente, as práticas do Movimento que visavam a habitação de um tempo libertado, anti-produtivo e fortemente erotizado, faziam com que à desmaterialização do trabalho se juntasse uma utilização extremamente concreta dos locais, baseada no contacto entre os corpos, na circulação de afectos e no desfrutar material da cidade. Um uso que prefigurava um *outro comunismo*, o das máquinas desejantes, o dos corpos *devassos*, o dos comuns não autoritários, o das mil actividades de cooperação horizontalmente lançadas na construção de um novo mundo. *O comunismo contra a metrópole* queria dizer, na Itália dos anos Setenta, a existência da autonomia difusa e isso permanece até hoje um dos elementos estratégicos da "insurreição que vem".

Talvez fosse algo nos limites da utopia, mas nunca houve de qualquer modo, por parte da Autonomia, uma reivindicação pobre e folclórica do ócio, mas antes a procura dos meios através dos quais uma actividade cooperativa em larga escala poderia funcionar *também* no período em que o capitalismo ainda era uma força hegemónica. O comunismo não foi por isso considerado enquanto um modo de produção "alternativo", nem sequer enquanto uma forma "melhor" de trabalhar – como

aliás o próprio Marx já tinha defendido – mas enquanto a afirmação de um meio que, destruindo o presente estado de coisas e suprimindo o trabalho, perseverasse numa forma de vida orientada para a felicidade, como gritava um belo documento de *"A/traverso – Giornale dell'autonomi": "a prática da felicidade torna-se subversiva quando se colectiviza."*

Notamos por isso que, olhando para a documentação, não é raro encontrar repentinas oscilações nos comportamentos e nos juízos dos vários grupos autónomos e, se é verdade que tal se devia ao facto de se viver conscientemente numa experimentação permanente, é também verdade que algumas constantes teórico-práticas existiam e respondiam a diversos "estilos" de intervenção que terão uma certa continuidade, mesmo que no interior de uma estratégia comum: não existe movimento senão dentro desta contínua emergência de multiplicidades de linhas de combate convergentes naquele comum tão especial que se chama *revolução*.

No número de "*Linea di Condotta*" de Julho-Outubro de 1975 (que foi o primeiro e último), é retomado o ataque à ideologia da unidade, distinguindo uma "classe operária enquanto trabalho assalariado", que encontrava representação nas instituições do movimento operário, e uma classe operária que é "luta contra a forma de força-trabalho" e que podia naquele momento ir para lá da espontaneidade subversiva para conquistar uma "*autonomia política*". A luta revolucionária naquele momento deveria por isso declinar-se no *interior* da classe, enquanto luta da autonomia contra a unidade de funcionamento do trabalho assalariado e, definitivamente, contra o reformismo: "A autonomia operária não se dá enquanto interdependência conflitual com o capital – nem sequer como simples cessação da relação produtiva; a autonomia

operária é a relação negativa, potencialmente destrutiva, deliberadamente procurada e praticada, com o capital" ("*De Potere Operaio a Linea di condotta*"). O artigo continuava com um interessante aprofundamento acerca da necessidade de uma "*crítica do movimento de massa*": a separação era então levada até ao âmago dos movimentos. Esta crítica ao Movimento era vista como fundamento de uma prática organizativa apontada à ruptura da gradualidade e à selecção dos aspectos mais ofensivos que se destacavam durante o conflito, para os transformar em máquina de guerra. Esta definição de autonomia terminava na fórmula "*guerra de classe pelo partido*", concebido enquanto "máquina política e armada" que exercitasse desde logo a tarefa revolucionária de destruição da classe operária "enquanto trabalho subsumido no capital, isto é, raiz da dominação capitalista". Substancialmente, o desacordo desta tendência da Autonomia – talvez aquela que mantinha uma maior continuidade com a herança teórico-política de *Potere Operaio* – com outras correntes, como a de "*Rosso*", estava na sua concepção da Autonomia como terreno que *suporta* o processo de construção do partido, no sentido de "um movimento revolucionário que exprime abertamente uma hipótese de poder", e não como se ela fosse a própria forma da organização comunista. Esta corrente colocava a tónica essencialmente sobre a dimensão do "político" em relação à dimensão "social". Em compensação, as duas correntes convergiam frequentemente num certo grau de "neo-leninismo" organizativo, do qual se distanciava pelo contrário a quase totalidade das outras componentes da área. A evolução de "*Rosso*" – certamente a área autónoma que mais colocava em causa o leninismo, apesar de provir em boa parte do operaísmo – é sintomática deste verdadeiro

limite epistemológico que reemergia pontualmente perante cada impasse problemático do Movimento.

Não é então por acaso, continuando a acompanhar os debates destes meses, que o artigo de fundo da referida edição de "*Rosso*", mesmo decretando o fim da unidade ideológica da classe operária, avançasse a proposta, ainda em esboço, de um processo de centralização do movimento através do imprescindível apelo ao ícone sagrado de Lenine (*"Fim da Praça Vermelha, e depois?"*). Um leninismo que havia sido ridicularizado alguns meses antes, no mesmo jornal, por um artigo de tom aparentemente ligeiro, mas que se tornou justamente célebre (*"Lenine não gostava de Frank Zappa"*, Janeiro-Fevereiro de 1975). Afirmava-se com ironia a riqueza das formas de vida em construção – "consideramos o comunismo uma coisa muito *luxuosa*" – contra o moralismo típico dos militantes da extrema-esquerda. E ainda: se em *Proletari e Stato*, texto programático escrito por Negri em 1975, se sustentava de modo bastante bizarro a "obrigação do trabalho produtivo para todos" durante o processo revolucionário, no número de Maio de "*Rosso*", que tinha como presunçoso título *"O comunismo é jovem e novo, é a totalidade da libertação"*, o programa da Autonomia é traçado sem fazer concessões nem aos fantasmas bolcheviques nem ao produtivismo, nem sequer aos atalhos organizativistas:

> "Quem luta pelo trabalho, não luta, adapta-se [...]. Porque o trabalho não existe para o operário, existe apenas o tempo de trabalho médio necessário para produzir a sua própria sobrevivência [...]. Socialismo ainda quer dizer trabalho. A luta pelo trabalho significa renunciar à totalidade das necessidades, [...] sujeitar-se à fadiga do horário e ao tédio da divisão, [...] significa delegar em corpos separados a conexão da actividade

> social. O comunismo não é a luta por um outro trabalho, é a luta pela abolição do trabalho, (...) o proletário que luta começa cada vez mais cedo, é um rebelde antes de se transformar num trabalhador, porque a toupeira revolucionária está a arar todos os campos de luta, da família ao bairro e à escola. (...) O comunismo é a máxima tensão da individualidade (...). Eu e o comunismo: o comunismo do eu e o eu do comunismo: é este o processo que, entre mil contradições, tende a produzir uma vida não mais dividida simetricamente entre público e privado, interior e exterior, activa e passiva, dirigente e dirigido, feminino e masculino, indivíduo e sociedade."
>
> (Editorial do suplemento ao número 15 de *"Rosso"*, Maio de 1975)

Desaparece aqui qualquer resto de "colectivismo", a favor da expressão de algo que recorda o paradoxal "indivíduo social" de marxiana memória. O ataque final à binaridade social e individual permanece formidável, procurando assim recolher e relançar as tensões provenientes dos movimentos autónomos mais apostados numa ruptura ao nível do quotidiano e também, é necessário dizê-lo, à recuperação de uma certa veia libertária contra a permanente tentação do verticalismo chico-esperto e do vanguardismo estúpido. A área de *"Rosso"* nunca renunciará a esta sua constitutiva "ambiguidade", entre movimento horizontal da guerrilha difusa e centralização organizativa da área autónoma. Não se tratava, como disseram alguns, de uma espécie de "anarquismo leninista" mas sim, mais correctamente, de um *comunismo da libertação* que caracterizou uma fatia largamente maioritária da Autonomia italiana dos anos Setenta.

As motivações do "neoleninismo" devem no entanto ser explicadas com mais algumas considerações. Dizer Lenine é *sempre* afirmar a necessidade de uma força *externa* capaz de guiar um processo de recomposição da classe em torno e no contexto de objectivos revolucionários. O leninismo clássico, bolchevique, já estava fora de questão nos anos Setenta porque tinha sido uma forma de organização determinada em primeiro lugar pela fraqueza quantitativa da classe operária russa, um instrumento de "subsunção formal", para permanecer no jargão marxista. No fim do século XX era evidente – não para todos, claro, mas seguramente para os autónomos – que a classe e o capital tinham mudado radicalmente, mas naquela curva apertada da história verificava-se, sob o ataque capitalista, uma decomposição da classe operária que destruía a possibilidade de auto-organização e centralização das lutas em autonomia, como ocorrera com o operário-massa, e é a partir desta dificuldade que alguns pensaram o neoleninismo enquanto capacidade das vanguardas para unir a frente operária através de uma direcção global exterior. Mas, para lá do facto dessa argumentação ter porventura algum tipo de validade para o contexto estritamente operário, não parecia fazer muito sentido em relação ao resto. A verdade é que, à falta de uma reflexão colectiva mais profunda relativamente à questão organizativa, o argumento neoleninista permanecia grosseiro e prestava-se aos mais absurdos (e perigosos) mal-entendidos, pelo que a maioria do Movimento nunca esteve disposta a permitir que se erguessem vanguardas globais a partir de qualquer uma das suas fracções. Os neoleninistas autónomos iriam contudo compreender rapidamente que, se outra Mirafiori como a de 1973 era impossível ao nível da fábrica singular, não deixava porém de ser possível a

uma escala bastante mais ampla: o partido invisível de Mirafiori tornava-se o partido invisível da metrópole. E, como tinha afirmado pertinentemente Hans Jürgen Krahl – cujo trabalho teórico era justamente considerado um ponto de referência para a Autonomia – o leninismo na metrópole é impossível.

Tudo isto serve para confirmar que boa parte da vitalidade da Autonomia residia na contínua expressão, circulação e encontro/desencontro das diferenças que a percorriam, não apenas de um colectivo para o outro, mas também no interior de cada facção específica e, por vezes, do próprio militante – excepto talvez a *Autonomia padovana dei Colletivi politici veneti per il potere operaio*, que sempre foi uma organização dirigista e bastante rígida, eficiente do ponto de vista leninista, mas pouco aberta à contaminação das novas formas de vida que se desenvolviam no Movimento.

Para continuar no Veneto, encontramos na edição de Dezembro de 1975 de "*Lavoro Zero*" – que era, recorde-se, expressão de uma assembleia autónoma de fábrica com um indiscutível *pedigree* operaísta – um artigo intitulado "*Da luta pelo salário à nova subjectividade operária*" onde, entre citações de Felix Guattari, do jovem Marx e de Raoul Vaneigem, se aludia à necessidade de um novo tipo de "pesquisa operária" capaz de dar conta do salto ocorrido nesse ano, da "reivindicação das necessidades" (luta pelo salário) à explosão dos desejos, em direcção a tudo aquilo que vinha colocar em crise a visão clássica do movimento de massas centralizado, a favor de uma "multiplicidade de máquinas desejantes":

"A emergência do desejo dentro da classe operária, dentro da emancipação das necessidades do ciclo capitalista: é este o verdadeiro mistério da luta de classes, o excluído,

o esquecido, do qual não convém falar, do qual nenhum grupo hoje fala! [...] Liberta-se assim uma subjectividade proletária nova, capaz de fornecer indicações para um conflito que investe a «esfera privada» e a vida quotidiana. Falamos explicitamente da luta contra a direcção, contra os chefes, contra a hierarquia e, adicionalmente, *da recusa operária da máquina burocrática leninista*, seja qual for o grupo que a proponha."

Também uma boa parte dos autónomos de Marghera queria passar para o outro lado do espelho neste ponto e as lutas pela apropriação no seu território serão o resultado mais tangível desta linha desejante. De qualquer forma, entre 1975 e 1976 a força da Autonomia reside inteiramente não apenas na sua capacidade de integrar todos os movimentos metropolitanos como, também, de forçar a difusão do conflito, na prática inteligente das micropolíticas do quotidiano e, por fim, na capacidade de cada colectivo expressar uma intensidade de "fogo" adequada. Se os autónomos tivessem tido mais tempo à disposição antes de tentar a centralização dos movimentos, como aconteceria em 1977 sob um importante contra-ataque estatal, a história hoje seria provavelmente outra."

De quando em quando surgia na Autonomia um apelo qualquer do tipo "recomecemos a dizer Lenine" que é necessário ler, na realidade, não como uma possibilidade real de burocratização do movimento autónomo mas como dificuldade concreta com que as suas correntes organizadas se confrontavam perante aquele mar ingovernável de comportamentos subversivos que excedia agora substancialmente os muros da fábrica. O único Lenine suportável para aquela maré subversiva parecia ser antes aquele exilado em Zurique, onde se diz que terá talvez encontrado Tristan Tzara, ou a sua versão insurreccional,

que lança o desafio do desejo contra a racionalidade da História (e do marxismo...) e que depois dança e rebola na neve porque, incrivelmente, vence. O resto – o cinzento "realismo", inevitavelmente acompanhado pela burocracia e pela polícia política, o autoritarismo travestido de rigor, a economia política aplicada à organização, que é mobilizada como se fosse uma empresa – era pacotilha que servia para cobrir a falta de imaginação dos líderes e dos teóricos e que, todavia, produziu ainda uma série de danos no interior do Movimento, cujas consequências ainda hoje se pagam. É claro que o problema da centralização não surgia do ar e era, pelo contrário, real e rigoroso, mas a pesquisa deveria ter seguido a *linha menor* que já Deleuze assinalava na sua introdução ao livro de Guattari, *Psicanálise e transversalidade*: "nenhuma alternativa entre guerrilha e guerra generalizada, (...) devemos ser desde logo mais centralistas que os centralistas, (...) hiper-desejante e hiper-centralizada, tudo isso ao mesmo tempo. O problema diz portanto respeito à natureza da unificação que deve operar transversalmente, através de uma multiplicidade, e não verticalmente e de uma forma que esmague esta multiplicidade própria do desejo (...) constituir nos grupos as condições para uma análise sobre o desejo, sobre si próprio e sobre os outros" (Felix Guattari, *Psychanalyse et transversalité*, Maspero, Paris, 1972). Mas foi apenas entre 1976 e 1977 que a Autonomia se aproximou, com os seus próprios meios, da solução deste problema que continua, creio, a ser *o* problema de todas as experiências revolucionárias da contemporaneidade. A esse propósito, um dos artigos mais significativos de "Rosso" foi *"Autonomia operária com «a» minúsculo"* (da edição de 14 de Fevereiro de 1976):

"Um novo espectro paira sobre as ruas italianas, o espectro da AUTONOMIA. Os jornais já o classificaram: aqui está o novo grupúsculo [...]. *Mas o grupo Autonomia Operária não existe*. Existem grupos singulares, com raízes nas realidades de luta na fábrica, na escola, no bairro: cada um destes se chama como quer e participa na "autonomia" - na que importa, a que se escreve com um "a" minúsculo – na medida em que esteja realmente integrado nas massas e seja capaz de – no seio das massas – desenvolver agitação, determinar organização e contrapoder [...]. Por isso é que as forças da autonomia operária não podem descer às ruas, como os grupúsculos, para se contarem: devem fazê-lo – e já o fizeram e continuaram a fazer – para determinar momentos de organização e de contrapoder [...]. Já não se trata de acelerar os ritmos, como faziam os grupos, ou de observar o calendário político para «pressionar» a partir das ruas, [...] trata-se de levar directamente à rua, de concentrar em função de demonstração e de ataque, a verdadeira «autonomia», a que se vive todos os dias nas infinitas lutas contra o patrão e a direcção. Neste sentido, «autonomia operária» é um autêntico método de organização [...]. Não sabemos qual será a forma organizativa definitiva deste processo: sabemos certamente qual é que não será, ou seja, a repetição de qualquer modelozinho leninista."

Parece-me um artigo bastante instrutivo acerca do tendencial estranhamento da Autonomia relativamente às práticas da Terceira Internacional e, também, aos desejos dos que procurarão construir a Autonomia Operária Organizada com todas as maiúsculas no sitio certo, uma tentativa que obviamente nunca se concretizou e que assinalou no entanto o fim da originalidade da experiência autónoma italiana.

Regressando ao *Editorial* de *"Senza Tregua"*, encontramos algumas indicações de luta que não foram ignoradas pelos *Comitati Comunisti per il Potere Operaio* a que estavam ligados (e que em 1977 se transformaram em parte nos *Comitati Comunisti rivoluzionari*). A prática dos "decretos operários" que esta fracção autónoma sustentava enquanto forma de luta traduzia-se, por exemplo, na imposição unilateral da redução do horário de trabalho e noutras medidas de *separação operária* da racionalidade capitalista, medidas que remetiam para uma força de autonomia capaz de arrancar a pouco e pouco *territórios* ao controle estatal. Zonas operárias inteiras, como as da província de Veneza, ou em Bolonha e em Turim, autorreduziam todas as despesas que pesavam sobre a habitação; em Milão e em Roma, centenas de famílias proletárias ocupavam armazéns inteiros, onde construíam jardins-de-infância, clínicas, consultórios femininos; em Nápoles e no Sul, as listas de desempregados eram geridas directamente pelas assembleias autónomas, e já não pelos burocratas do Ministério do Trabalho, e todos começavam a pensar em como organizar a vida no bairro, regulando também a partir de baixo os preços das mercadorias, expulsando os fascistas e os especuladores. A aceleração do conflito nos anos posteriores impediu, infelizmente, que estas experiências de comunismo se aprofundassem e se consolidassem, mas a indicação do que é que significa *organizar o comum* nos termos da Autonomia permanece totalmente aberta.

Desligar o rendimento da produção não foi apenas uma mera palavra de ordem, mas algo que se materializava todos os dias na fábrica, através do absentismo, da sabotagem e da recusa dos ritmos da linha de montagem. O controlo operário significava também que os operários

despedidos por motivos políticos continuavam a entrar todos os dias na fábrica, acompanhados e protegidos por todos os outros trabalhadores, para continuar a desenvolver as suas actividades subversivas, continuando a receber um salário graças às subscrições e às "taxas" que se conseguia extorquir aos vários chefes, dirigentes, comerciantes e expoentes da burguesia do território, ou através de actividades ilegais de autofinanciamento porque, escrevia "*Rosso*", "é necessário ir buscar o dinheiro aonde ele estiver". Ainda que fosse uma prática já ocasionalmente aplicada por grupos como *Potere Operaio* e *Lotta Continua*, é exactamente neste período que a Autonomia começará a praticar maciçamente o exproprio bancário : o do Banco de Argelato, na Emilia-Romagna, em 1974, que termina mal com a morte de um *carabinieri*, deu origem a um processo que envolvia pessoas da Autonomia neste género de práticas. Foram inicialmente presas cerca de 10 pessoas, entre a área de "*Rosso*" e a de *"Puzz"*, tendo um dos acusados se enforcado na prisão e os outros incriminados passado vários anos encarcerados. Mas o assalto em Argelato foi apenas o primeiro de um enorme número de exproprios financeiros destinados à actividade político-subversiva, levados a cabo sobretudo em pequenos bancos de província, onde ainda não existiam os sofisticados métodos de protecção e de onde era mais simples escapar. A "coerção" do poder proletário traduzia-se, por exemplo, na prática do incêndio de automóveis ou na "*gambizzazione*" dos chefes de secção e dos dirigentes de fábrica particularmente odiados pelos operários, acções levadas a cabo por "equipas" de intervenção territorial que se tinham constituído entretanto para exercitar concretamente o contrapoder e que recebiam a aprovação da maioria dos trabalhadores. Práticas como estas eram consideradas não tanto como

uma espécie de administração da justiça a partir de baixo – felizmente que o justicialismo foi algo que nunca teve grande relevo na Autonomia – mas enquanto formas de dissuasão, e também de sabotagem, capazes de produzir inovações sociais e tecnológicas: os chefes que comandavam com toda a sua arrogância o trabalho na linha de montagem foram então rapidamente substituídos por máquinas controladas informaticamente. Para muitos, este género de resultados era uma das tantas confirmações da intuição operaísta, ou seja, que as lutas determinam o desenvolvimento do capital. Mas o verdadeiro problema foi sempre o de como interromper este circuito perverso que faz resultar das lutas uma nova configuração de poder e novas estratégias de exploração, de como interromper a reprodução da *relação social* que impõe a cada um a identificação com uma função do capital.

Entre 1975 e 1976, a questão da luta de classes armada torna-se um dos argumentos centrais no debate territorial e nacional, as formações clandestinas começam a intensificar as suas acções e as da Autonomia começam a organizar-se para estruturar uma intervenção combatente sobre o território. Escrevia Negri em *Proletari e Stato*, que era necessário, chegados àquele ponto de densidade subversiva, dispor "de uma força de vanguarda, militante, capaz de aprofundar de modo violento e contínuo a crise e de enfraquecer, na mesma medida, a violência dos patrões" (Antonio Negri, *I libri del rogo*, DeriveApprodi, Roma, 2006). O ponto fundamental, mas que era muito difícil manter firme, era o de jamais permitir que a acção de vanguarda fosse separada do Movimento, de impedir que a função militar o ultrapassasse demasiado ou chegasse mesmo a assumir inteiramente para si a sua direcção política: ou seja, era necessário impedir que a

função guerreira esmagasse sob o peso da sua intervenção os níveis materiais e espirituais que constituíam, a par dela sublinhe-se, a potência comum do Movimento. Mas quem e com que autoridade poderia interpretar quais seriam em cada momento as indicações de uma suposta direcção de massas? Não restava outra solução que não a de desenvolver um circuito virtuoso entre espontaneidade e organização, entre guerrilha difusa e centralização do ataque, entre emergência subjectiva e a sua imediata recomposição no Movimento.

Durante 1976, de qualquer forma, começam a amadurecer no interior da área autónoma posições que caminham abertamente para uma maior centralidade da intervenção político-militar, os bolonheses dos Comité Autónomos – área "*Rosso*" –, por exemplo, sustentam que para responder às medidas de guerra civil desencadeadas pelo capital – não só as "leis especiais", mas todas as que apontavam para a destruição do poder operário e empurravam os próprios operários para a aceitação do seu papel activo na restruturação e no controlo policial das vanguardas – não existia outro caminho que não passasse por acentuar os níveis subjectivos, isto é, renunciar à expansão do Movimento para privilegiar a estratégia militar do ataque directo. Os autónomos bolonheses descartavam também a via insurreccional, considerando impossível um só golpe capaz de fazer desabar verticalmente os aparatos económicos e políticos do Estado. Pareciam ter uma concepção da insurreição ancorada nos clássicos soviéticos, não se dando conta de que a insurreição queria agora dizer um percurso descontínuo – em que grandes momentos de ruptura e fases de reflexão, ataques concêntricos e retiradas tácticas, se sucediam sem soluções de continuidade – no qual já não existia a hora H após a qual

tinha início a ditadura proletária, mas uma multiplicação de horas H, tantas quantas os segmentos de conflito que a Autonomia poderia percorrer.

De qualquer forma, no que toca à Autonomia, não houve a partir desse ano manifestação em que não estivessem presentes companheiros equipados com armas de fogo para defender as manifestações ou para exibir uma ameaça "preventiva" às forças inimigas:

> "Há uma relação íntima entre a crise da fábrica e a explosão da violência de rua dos autónomos. A fábrica – o trabalho operário – é a «força» contida, metafórica, estratégia de classe, Governo (...). A violência de rua é imediata, não tem nada metafórico, é aqui e agora, rápida. Consuma-se inteiramente na sua expressão (...). Os serviços de ordem nascem para «controlar» a rua, as manifestações. Os autónomos estão ali para a incendiar, à rua. Os autónomos entram rapidamente em conflito com os serviços de ordem: uma separação, um muro. Os serviços de ordem sacam as suas barras de ferro e os seus bastões; os autónomos, as pistolas."
>
> (Lanfranco Caminiti, "Il fattore A" in *Gli Autonomi I*, DeriveApprodi, Roma, 2007)

Num contexto de violentíssimo ataque ao Movimento por parte dos órgãos do Estado e dos fascistas – foram *centenas* as mortes provocadas pelos atentados bombistas e pela repressão naquele par de anos –, contrariamente ao que se poderia pensar, uma discreta presença de armas nas mãos dos revoltosos – o armamento difuso do Movimento contra o armamento "centralizado" do partido clandestino – diminuiu os riscos de massacre indiscriminado. As manifestações dos autónomos reconheciam-se por outro lado por não levantarem o punho para incendiar o seu

slogan, como fazem normalmente os militantes de esquerda, mas porque agitavam no ar a mão com o polegar aberto e os dedos indicativos e médios estendidos, a desenhar a silhueta de uma pistola: a Autonomia *queria* meter medo ao inimigo, ou pelo menos devolver um pouco daquele que os polícias, os fascistas e os esbirros dos patrões semeavam quotidianamente entre os proletários. Em todo o caso, a reapropriação da violência foi algo cuja importância estratégica todos no Movimento sentiram: ter consigo armas e mostrá-las, "fazer entender" que se as tem mais do que as usar ou mesmo abusar, significou sempre, na história recente dos movimentos revolucionários – pense-se no caso dos *Black Panthers* nos Estados Unidos –, não só o exercício de uma legítima defesa mas especialmente uma forma de dissuasão. Houve centenas de irrupções armadas de autónomos em centros de direcção e de produção, mas as balas, quando voaram, serviram *sempre e apenas* para esburacar os muros, os vidros e as máquinas, para "assinar" o ataque e reforçar as lutas: ninguém foi alguma vez assassinado durante estas acções. As acções de comandos autónomos que levaram ao ferimento de um qualquer personagem particularmente odiado foram devidas a uma indicação política derivante da raiva operária e de qualquer modo, pelo menos no que toca à Autonomia, a mira nunca subiu da cintura para cima. Os únicos caídos sob o chumbo dos autónomos foram – e voltaremos a falar disso – dois polícias atingidos em 1977, durante as fases mais duras do conflito insurreccional daqueles meses. Isto não para "relativizar" algo, foram acontecimentos pesados aos quais se seguiu uma autocrítica em grande medida partilhada, mas apenas para falar correctamente dos números.

De qualquer das formas a reapropriação significava simplesmente, sobretudo para os operários, reapropriar-se

do tempo. Talvez nunca tenha existido luta mais feroz entre capital e proletariado industrial do que a que teve lugar em torno do tempo e é contra a sua ocupação militar por parte do capitalismo que a autonomia operária desencadeará os seus ataques de massas. Luta conta o trabalho quer dizer todo o tempo para revolução, nem sequer uma hora mais para a produção: é este o programa de massas. É significativo, a esse respeito, um estudo aprofundado acerca do *absentismo* na fábrica saído na "*Primo Maggio*" em 1975, já que esta prática de autodefesa utilizada desde sempre pelos operários tinha-se tornado tão difusa e maciça que era agora uma verdadeira forma de luta e de vida, que falavam uma linguagem nova que não era apenas a da subtracção do tempo à produção mas também a da recusa da identidade operária, a das práticas de dessubjectivação que mostravam estar no centro da acção revolucionária em todos os segmentos da sociedade: separar-se das identidades produzidas pelos dispositivos de subjectivação torna-se a partir desse momento uma prioridade no Movimento. "Fora das linhas", dizia uma canção de luta desses anos e as linhas estavam por todo o lado na fábrica social: ninguém queria permanecer no "seu lugar", ninguém queria continuar a ser um "sujeito", todos conspiravam contra o Estado, contra a produção e... contra a metafísica. Extinguir-se enquanto classe operária, enquanto estudante, enquanto desempregado, enquanto macho, enquanto mulher, enquanto intelectual, enquanto homossexual, enquanto reformado, até enquanto militante: extinção de qualquer predicado que resultasse da pertença à sociedade capitalista. Foi a tentativa de uma dessubjectivação de massas capaz de minar o desenvolvimento capitalista, um êxodo armado de qualquer identidade de modo a que a velha dialéctica patronal

se pudesse tornar um objecto de antiquário.

As lutas dos anos Setenta (e não apenas as italianas) revelam contudo que, paralelamente às lutas em torno do tempo, se abria um outro vector de conflito que chegou aos dias de hoje – com a revolta nas *banlieues* ou as lutas contra a gentrificação nos bairros populares –, o da luta pelos espaços, arrancando, ainda que momentaneamente, territórios ao Estado, às empresas, ao biopoder, ao controlo cibernético. Porque é desde então, de meados dos anos Setenta, que a medida do tempo de trabalho necessário deixa de ser o tema central do conflito, dando lugar às possibilidades de criar e preservar autonomamente as formas de vida, que necessitam tanto de um tempo como de um espaço próprio para alargar e *fazer durar* as suas práticas. Os últimos anos da década de Setenta assistem portanto a esta transferência do conflito, da fábrica para a sociedade, do tempo de trabalho ao espaço da metrópole, do salário ao desejo, do socialismo ao comunismo, da identidade ao devir. Desestabilização do Estado e desestruturação do poder social deveriam caminhar juntamente, para alcançar o limiar revolucionário adequado àquela enorme "necessidade de comunismo" que vivia no proletariado social.

Aqui chegados devemos porém alargar o nosso olhar para perceber em toda a sua amplitude a descontinuidade antropológica que o movimento das autonomias produziu no interior da sociedade italiana, devemos abrir os ouvidos para escutar o fracasso da ruptura proveniente daquele tempo e que se deveu à irrupção nas praças de novos "desejos" e de novas "armas", utilizadas por novas "subjectividades", que aplicavam o seu devir *máquinas de guerra desejantes* como uma formidável alavanca para abalar a ordem simbólica e material dominante. Afirmamos mais:

devemos mesmo mudar de registo, porque se abre a partir daqui uma história nova, em que o eixo das lutas autónomas se curva, se abre e se torna uma radial delirante, uma hidra com mil cabeças, uma miríade de pequenos e profundos rasgões que eram subversivos não por formarem um exército compacto e pronto para o confronto simétrico com o Estado – foi esse o grande erro dos partidários da luta armada – mas em virtude do desencadeamento de uma guerrilha difusa, à medida daquela dimensão molecular que o próprio Governo exercita quotidianamente na sua banal administração da dor enquanto miserável *troco* da sociedade do trabalho.

Fogo sobre o Quartel-General

> "Querem reapropriar-se da vossa vida? Então, destruam os patrões que há em vocês, destruam as características capitalistas que há em vocês. Destruam-se enquanto patrões. Destruam-se enquanto aspiradores inesgotáveis do nosso trabalho doméstico."
>
> *"As operárias da casa"*, Junho – Julho de 1976.

Se não é simples indicar quais os tumultos, as práticas políticas, os encontros que foram efectivamente fundamentais no crescimento explosivo e na originalidade

de um movimento como o italiano, podemos contudo afirmar que aquilo que normalmente dá pelo nome de "feminismo" constituiu, para a Itália dos anos Setenta, uma experiência cuja amplitude e importância – quer a nível pessoal quer a nível político – ultrapassa notavelmente a que estão dispostos a reconhecer os mais generosos comentadores e por motivos que são, no fim de contas, bastante simples. Por exemplo: a irredutibilidade dessa experiência política face à sua representação pública, a quase invisibilidade dos seus percursos, a impossibilidade de separar a prática política da vida quotidiana. *Esse* feminismo, como *esses* movimentos, acabaram precisamente quando se interrompeu a possibilidade de perseverar na sua forma de vida: os anos Oitenta foram uma década de contrarrevolução feroz, extensa e profunda.

A potência de contaminação que assumiu o feminismo autónomo – a considerar enquanto bem distinto daquele outro democrático – em relação a todos os outros movimentos foi directamente proporcional à força que estes souberam expressar em conjunto entre 1975 e 1977. A sua enorme força de *decomposição* irrompeu nos colectivos, nas organizações, nos centros sociais, nas casas ocupadas, nos jornais, na vida, desarticulando a representação e a prática da militância, fazendo ranger o autoritarismo rastejante (também na Autonomia) e introduzindo novas práticas de comunização, ao mesmo tempo que impedia qualquer recuperação ideológica imediata por parte das organizações, como pelo contrário aconteceu tantas vezes com as outras subjectividades em secessão, que foram "interpretadas" e reconduzidas ao plano monodimensional da luta de classes na fábrica ou às necessidades do Partido. A insurreição feminista foi uma verdadeira revolução dentro da revolução. E dizer que ainda hoje há alguns

ex-protagonistas dessa época que culpam o feminismo pela crise do Movimento, quando foram exactamente eles que o oprimiram, opondo-lhe as caducas e mortais "razões da política": a que é real porque é racional, a que é sempre afirmada por uma voz masculina mesmo quando está uma "mulher" a falar, a que é sempre e apenas enunciada nos termos de um "sujeito" que permanece inscrito na economia política até às suas formulações marxistas e pós-marxistas mais matreiras e actualizadas.

O feminismo que emergiu impetuosamente em Itália entre 1975 e 1976 não foi uma *consequência* do vitorioso ciclo referendário e dos direitos civis (divórcio, aborto, violência sexual), nem das lutas operárias e estudantis que tinham pontuado os anos depois de 1968, não foi, em suma, nem um efeito da mobilização dos cidadãos democráticos nem uma "costela" do movimento; ele foi autónomo porque autónoma foi a sua gestação: tratava-se de uma *outra* história, de uma *outra* subjectividade com uma própria e radicalíssima "agenda de luta". Os conflitos metropolitanos foram apenas a condição pela e na qual a autonomia feminista encontrou, como outros movimentos, amplos espaços para percorrer e transformar.

A posição do feminismo autónomo em relação à "conquista dos direitos civis" constituiu até um escândalo para a esquerda, já que as mulheres dos colectivos elaboraram uma posição rigorosamente antijurídica que não foi até hoje superada na sua radicalidade e inteligência: não se tratava, obviamente, de refutar os melhoramentos nas condições de vida ou os novos direitos que eram conquistados, mas não gostavam que se legislasse sobre o seu corpo e não acreditavam que a aquisição de "direitos femininos" num sistema patriarcal pudesse transformar verdadeiramente as coisas, muito menos operar uma revolução; aliás,

os "direitos concedidos" constituíam frequentemente o antídoto, um instrumento de controlo mais do que uma conquista. E se pensamos na Itália de hoje, onde o "direito ao aborto" não é um direito assim tão assegurado nos hospitais públicos, as feministas não estavam seguramente erradas quando reivindicavam a autogestão das práticas abortivas e contraceptivas.

Uma genealogia partilhada pretende que o feminismo autónomo terá nascido em 1966, com a publicação do *Manifesto programmatico del gruppo Demau* – no mesmo ano de *Operários e Capital*. Era desde logo notável que, apesar do nome do grupo – DEMAU significava "DEsMistificação do AUtoritarismo patriarcal" –, este deixava claro que não se tratava de uma simples denúncia ou luta contra o autoritarismo e o patriarcado *enquanto* contradição específica da sociedade, mas que *era a sociedade enquanto tal que criava problemas às mulheres*. Não se tratava de resolver a "questão feminina", mas de pôr em questão a totalidade da sociedade. Por isso, o objectivo polémico de DEMAU, assim como do feminismo autónomo em geral, viriam a ser as políticas de integração e de emancipação da "mulher" naquela mesma prisão social que todos – incluindo as associações femininas e as organizações de esquerda – davam por adquirida. *Autonomia feminista* significava deixar de se considerar "função" da sociedade e pelo contrário miná-la pela raiz "partindo de si", da vida quotidiana, da contestação do que se tinha próximo ou até dentro de si. Se as lutas pela emancipação se resolviam sempre no reconhecimento de uma *identidade*, as lutas de libertação esmagam também esta última barreira, apontando à realização de um *devir* revolucionário.

O *estranhamento* vivido pelas mulheres não se limitava para além disso aos ambientes de trabalho ou de estudo,

mas compreendia a globalidade das instituições formais e informais que produziam e reproduziam aquela maldita sociedade na qual tudo conspirava para que nenhuma verdadeira libertação fosse alguma vez possível. A tristeza dos países socialistas estava lá para o recordar a todos, mas as feministas italianas apercebiam-se de tal ali mesmo onde viviam, em casa, na organização das lutas, entre os companheiros, na infinita repetição de comportamentos de subordinação a uma moral social contestada apenas nas palavras, *exteriormente*, enquanto *internamente* eram cada mais evidentes as potencialidades de um conflito capaz de bloquear os fluxos de reprodução do capital: "Nós não produzimos coisas, mas pessoas. Produzir operários, em vez de meios de subsistência, implica novas considerações sobre a greve e o absentismo enquanto formas de luta. Se fazemos greve não deixamos objectos por terminar ou matérias-primas em bruto, etc., isto é, interrompendo o nosso trabalho não paralisamos a transformação de uma coisa em outra coisa, mas paralisamos a reprodução quotidiana da classe operária. Este facto atingiria o coração do capital porque se transformaria numa greve capaz de incluir também os que entraram frequentemente em greve sem que nós os acompanhássemos" (*8 Março 1974*, Marsilio editore, Veneza, 1974). A partir de considerações como esta nasceram bastantes colectivos pela libertação do trabalho doméstico, pelo salário para as donas de casa, pelo fim do regime familiar a partir do regime operário: "Ninguém no interior da esquerda quis ver que pelas nossas casas passa metade do ciclo produtivo: que se não existisse o nosso trabalho gratuito os nossos homens não se poderiam apresentar todas as manhãs nas fábricas e nos escritórios prontos para se fazerem explorar. É daqui que devemos partir, do trabalho gratuito, se queremos

mandar pelos ares as bases da nossa opressão: da falta de dinheiro com que sancionar a nossa dependência do salário masculino. E a luta por ter dinheiro nosso devemos conduzi-la nós na primeira pessoa, porque esta luta sacudirá todas as relações de poder e de privilégio detidas pelo homem dentro da família. Somos apenas nós, as mulheres, que fazendo pagar o trabalho doméstico podemos abrir uma nova frente de luta contra o Estado ("*Donne al attaco*", "*Boletim pelo salário de trabalho doméstico de Trieste*", 8 de Março de 1975). O conteúdo deste documento, como de outros semelhantes que faziam uma leitura "salarial" do conflito feminista, devia-se ao facto de uma cisão de *Potere Operaio* em 1971 ter dado vida, primeiro a *Lotta Femminista* e, a partir daí, a inúmeros colectivos pelo salário doméstico. Apesar da separação relativamente aos homens, estes colectivos partilhavam uma idêntica aproximação de estilo "operaísta" que, partindo da luta pelo salário político, culminava na recusa do trabalho. Para lá da ingenuidade de pensar que o salário doméstico poderia derrubar todos as relações de género, o mais importante, como acontecia com os operários, era a activação de toda uma série de acções de sabotagem, de absentismo e de greve que as mulheres levavam a cabo na sua "secção" da fábrica social, até mesmo em casa ou ao nível dos afectos, comportamentos que efectivamente forçavam e subvertiam os precários equilíbrios sobre os quais assentava a gestão da reprodução da força-trabalho.

Mas existia nas mulheres também a consciência de um estranhamento mais perturbador e profundo, em direcção a si e ao seu próprio corpo. Para reconquistar uma intimidade consigo próprias e com o agir colectivo no mundo era necessário, de modo inderrogável, urgente, *separar-se* do universo masculino, isto é, quebrar a

dialéctica homem-mulher para tecer um outro plano de consistência ética: "uma componente fundamental dos valores masculinos que recusamos é a separação esquizofrénica entre cabeça e corpo, entre pensado e vivido, entre intelecto e acção, entre a esfera racional e a emotiva" ("*Sottosopra*", 1974). A ruptura, a separação, foi sincrónica com a que os operários operaram em relação ao patrão e à fábrica e com a do mundo juvenil em relação à família e à escola, criando assim as condições para uma relação entre os diferentes movimentos autónomos, para lá do facto óbvio de que muitas mulheres tivessem participado nos movimentos de contestação a partir de 68.

Em 1970 é lançado o *Manifesto di Rivolta Femminile* e o ensaio de Carla Lonzi, *Sputiamo su Hegel* («Cuspimos sobre Hegel»), que assinalam uma descontinuidade profunda com o feminismo democrático e com a política dos grupos que na altura era maioritária. No *Manifesto* estão já presentes todas as discriminantes e as positividades do que será o movimento feminista nos anos Setenta:

> "A mulher é o outro em relação ao homem. O homem é o outro em relação à mulher. A igualdade é uma tentativa ideológica de escravizar a mulher a níveis ainda maiores [...]. Para a mulher, libertar-se não quer dizer aceitar a mesma vida que o homem, porque esta não é vivível, mas expressar o seu sentido de existência [...]. Não queremos a partir deste momento nenhum écran entre nós e o mundo [...]. O feminismo foi o primeiro momento político de crítica histórica da família e da sociedade [...]. Identificamos no trabalho doméstico não retribuído a prestação que permite ao capitalismo, privado ou de Estado, subsistir. Permitiremos o que continuamente se repete no fim de qualquer revolução popular, quando a mulher, que lutou com todos os outros, é posta de

> parte com todas as suas questões? [...] Valorizar os momentos «improdutivos» é uma extensão da vida proposta pela mulher [...]. Cuspimos sobre Hegel [...]. A luta de classes, enquanto teoria revolucionária desenvolvida a partir da dialéctica servo-patrão exclui igualmente a mulher. Recolocamos em discussão o socialismo e a ditadura do proletariado [...]. A força do homem está na sua identificação com a cultura, a nossa está na sua recusa [...]. Procuramos a autenticidade do gesto de revolta e não a sacrificaremos, nem à organização nem ao proselitismo. Comunicamos apenas com mulheres."
>
> ("*Rivolta Femminile*", Roma, Julho de 1970)

A desconstrução que Carla Lonzi fez do hegelianismo – e portanto do marxismo-leninismo – deu ao feminismo e aos novos movimentos uma arma formidável, porque, sustentava, não se poderia ser verdadeiramente autónomo se não se destruísse a dialéctica que presidia ao imaginário simbólico dominante na luta de classes: "quem não se insere na dialéctica servo-patrão torna-se consciente e introduz no mundo o sujeito imprevisto" (Carla Lonzi, *Sputiamo su Hegel e altri scritti*, Scritti di Rivolta femminile, 1, 2, 3, Milão, 1974). Devir esse imprevisto, devir meio e fim ao mesmo tempo, estar no presente para o realizar, construir um plano de consistência revolucionário que incluísse antes de tudo a vida de qualquer uma, descolturalizar tudo para não ter necessidade de ideologia, tudo isso são práticas, "armas", que o movimento feminista construiu, que elaborou para si mas que também ofereceu aos outros movimentos, em primeiro lugar aos juvenis, porque, dizia Lonzi, os jovens eram os únicos potenciais aliados das mulheres, já que também eles eram oprimidos pelo poder patriarcal, porque recusavam o trabalho e não

encontravam na luta uma forma superior ou sublimada, porque combatiam a família e naquele tempo estavam, para além disso, empenhados na construção de "comunidades não viris". Partindo precisamente do facto de não serem historicamente um *sujeito*, isso permitia às mulheres fazer um percurso diferente do masculino, ou seja, materializar uma linha de fuga que se recusava a devir-sujeito segundo os critérios da metafísica Ocidental: eram *subjectividades menores* que finalmente escolhiam sê-lo mantendo a sua autonomia. A partir do corpo sexualizado podia-se, devia-se, refazer o conjunto do percurso de libertação da espécie. De resto, a única possibilidade para as mulheres era a integração na sociedade, no trabalho, no Governo, devir "cidadãs" em suma, subordinadas à Norma e neutralizando-se enquanto diferença revolucionária – o que acontece hoje com a feminização do trabalho e da sociedade, mas também com a espectacularização da *queer theory,* que é frequentemente exercida apenas para assegurar uma carreira académica, para não falar do "feminismo de Governo" com a escalada ao poder das mulheres gerentes ou primeiro-ministro.

Entre 1970 e 1974, nascem muitos pequenos colectivos e algumas revistas feministas como *"Anabasi"* e "*Sottosopra*", nas quais a prática dominante será a dos grupos de "autoconsciência" que – ao contrário das experiências americanas e, sobretudo, das francesas – não tinham muito a ver com a psicanálise mas com a elaboração colectiva de uma forma de vida. Os grupos de autoconsciência eram uma verdadeira forma política, que nascia de facto do antigo hábito das mulheres se encontrarem para falar entre si: "a autoconsciência anexou-se a esta prática social, tão difusa quanto desconsiderada, e deu-lhe dignidade política. É esta, disse-se, a forma

através da qual fazemos política, as outras formas não nos servem. Nem as das grandes organizações nem as das representações democráticas. E nem sequer as novas formas inventadas pelos movimentos juvenis para uma política de participação directa. Em nenhuma delas se exprime o que sabemos e o que queremos, ou não se exprime com a liberdade necessária" (*Non credere di avere dei diritti*, Libreria delle donne di Milano, Rosenber & Sellier, Turim, 1987). A autoconsciência fundava-se no "pequeno grupo", na elaboração de uma linguagem partilhada, no privilegiar o que era vivido pessoalmente e que, no interior do colectivo, através também de uma conflitualidade interna, se tornava a fonte de uma prática comum. A palavra que os percorria não estava submetida à interpretação de uma autoridade, como a psicanálise, mas era a sua própria troca entre iguais e em autonomia que a tornava mais verdadeira e mais livre. Contra uma utilização apenas intelectual e portanto estéril, alguém escreveu na "*Sottosopra*" em 1974: "existe um outro modo de entender a autoconsciência, segundo a qual cada uma expõe o seu próprio inconsciente, traz a um nível consciente os próprios condicionamentos sociais, não apenas do modo voluntarista e por vezes mecânico que flui inevitavelmente do encontrar-se uma vez por semana para falar dos próprios problemas, comuns mas também diferentes, deixando depois a nível individual a resposta concreta a todos aqueles problemas de que falamos e devemos afrontar quotidianamente, que são: o trabalho, a maternidade, os filhos, o aborto, etc. mas numa prática comum. Razão pela qual a autoconsciência não se torna o somatório de inúmeras tomadas de consciência individual, mas uma prática comum a todas, porque tem para todas um pólo de referência comum: a prática social desenvolvida em conjunto." A utilização da

palavra, a sua análise e as práticas que acompanhavam a autoconsciência recordam bastante as que Felix Guattari procurava introduzir em França, a que chamava *unidades de subversão desejante*, e que propunha precisamente a partir da crítica dos grupos da extrema-esquerda e da psicanálise. Devemos recordar, a propósito de Guattari, que foi exactamente em 1975 que o *Anti-Édipo*, escrito em conjunto com Gilles Deleuze, foi traduzido para italiano, estabelecendo um curto-circuito entre uma parte do Movimento – a Autonomia mais selvagem e crítica em relação às derivas burocráticas e militaristas do Movimento – e a prática teórica de Deleuze-Guattari, de Michel Foucault e de outros teóricos franceses como Baudrillard e Lyotard. É nesse momento que ocorre o encontro entre uma prática de luta já em cena e uma teoria à sua altura, sempre tão procurada pelos movimentos mas tão pouco frequentemente encontrada. Máquinas desejantes, economias libidinais, microfísicas do poder e trocas simbólicas encontravam de uma só vez os exproprios, os bandos juvenis, as auto-reduções, os operários em secessão, as mulheres em revolta, a sexualidade como arma revolucionária. Era ali, em Itália, que estava a "insurreição dos comportamentos", a "máquina de guerra", a possibilidade da "revolução molecular".

A prática do pequeno grupo será imediatamente reivindicada por outras experiências "desejantes", como a da Rádio Alice e a de «*A/traverso*», para transbordar depois em 1977, assim como a autoconsciência – ainda que se tenha até certo ponto exaurido enquanto prática maioritariamente feminista – inaugurou uma forma de estar junto que se difundiu por todo o lado, pelo menos onde houvesse homens e mulheres que quisessem transformar a vida a partir da análise subversiva das próprias vidas e,

portanto, através das práticas de desindividualização e de comunização da existência. Colocar-se integralmente em questão para se poder tornar singularidades comuns, "quaisquer", a partir do colectivo, parecia ser esta a ideia que se trocava dentro dos pequenos grupos e entre um grupo e outro: "quanto mais sou uma qualquer, mais sou eu própria" (Carla Lonzi, *Taci, anzi parla. Diario di una femminista*, Scritti di rivolta femminile, Milão, 1978).

É ainda em 1975 que o feminismo faz a sua passagem dos pequenos grupos de palavra, como eram chamados os grupos de autoconsciência, a uma "prática do fazer" que se declinava em constituição de grupos, livrarias, editoras, revistas, espaços de encontro, tudo aquilo, em suma, que constitui a infraestrutura de um movimento. O feminismo autónomo, que havia sido até aí em grande medida subterrâneo, corria agora, quando as contradições sociais explodiam com violência, também as feministas se encontravam sob os holofotes dos sociólogos, dos jornalistas e de intelectuais vários, o risco bem concreto de ver a sua revolta reduzida a um banal e inofensivo "movimento de opinião", mas a contestação da utilização que os aparatos de cultura tentaram fazer do feminismo, organizando porventura as habituais convenções neutralizantes, foi pontual e destrutiva. Para além disso, a prática feminista actou como detonador final da crise dos "grupos" – ficou célebre a do último congresso de *Lotta Continua*, em Novembro de 1976, atravessado também por uma dura contestação feminista dos chefes, dos líderes, dos operários e de tudo o que ainda cheirava a macho socialista – e também soube lançar na área da Autonomia as sementes de um fértil confronto, que não deixava ninguém de parte, nem sequer os que se consideravam os mais radicais de todos. Numa carta de Lea Melandri à revista "*Rosso*", tomando a

deixa do já citado artigo pseudo-leninista, evidenciava-se a ingenuidade, os limites, as falsas seguranças que se albergavam na Autonomia. Ainda que o jornal estivesse entre os que mais se tinham esforçado por dar voz às mulheres, aos homosexuais, ao proletariado juvenil, tinha-o feito até aí enquanto enfileiramento de elementos *subordinados* e, no fim de contas, *separados* das páginas da política e da economia, onde o operário masculino parecia o único e solitário protagonista da história. O destinatário da carta é abertamente provocatório: *"Rosso quinzenal «dentro da confusão» por enquanto"*. Escrevia Lea que não bastava a diferença "gráfica", ainda que genial, para fazer do jornal algo de revolucionário, até mesmo a "voz da Autonomia", enquanto fosse repetida a ordem banal da informação (política – economia – casos judiciais e em último lugar as páginas de "vida"). Depois passa ao ataque do artigo no qual era defendida a solução leninista para a centralização do Movimento:

"Os tempos da autonomia, parece dizer o artigo, devem sintonizar-se com os do capital («ritmos»). Também os *lugares* onde existem hoje comités autónomos, fábricas, escolas, bairros, não podem permanecer separados durante muito tempo. Tempestividade – unidade – centralização. Lenine expulso pela porta reentra pela janela [...]. Quem organiza a autonomia? E como? [...]. *Rosso* poderia pelo menos refletir uma exigência de discussão que parte da base, da pluralidade de sujeitos que a autonomia exprimiu nestes anos. Tal significa aceitar contradições, fracturas, dissonâncias vistosas. Significa sobretudo interrogar-se sobre o que significa «economia» e «política», depois de se ter reconhecido a materialidade das relações e dos comportamentos até agora relegados para as áreas marginais/infraestruturais da cultura, da moral, da religião,

etc. Chegados a este ponto tornar-se-iam evidentes as *implicações* recíprocas do que se apresenta artificialmente separado e que não seria assim tão fácil recortar, encaixotar, compartimentar. Não só pelo aspecto gráfico, evidentemente."

A questão da "organização" tinha sido colocada de forma tão desastrosa naquele artigo que tinha feito saltar as mais básicas defesas dos que combatiam por todo lado, nas ruas, nas fábricas e nas casas. A temporalidade da autonomia, parece sugerir a letra, ou é autónoma, precisamente, ou está destinada a recair na repetição do já visto e do já derrotado. Mas os problemas são também de "conteúdo", precisamente dos que aparentam ser mais radicais, como os discursos sobre a apropriação. Lea Melandri ataca o dispositivo pelo qual a conquista de um "rendimento suficiente" é representada como o mínimo denominador comum das lutas metropolitanas necessário à "sobrevivência-reprodução-felicidade":

"Para além do facto de existir gente que também morre quotidianamente por solidão, por falta de amor e não apenas por falta de casa, de luz, de telefone, etc., no que toca à *reprodução* e à *felicidade* deveria admitir-se pelo menos que não se trata apenas de uma questão de rendimento. De outro modo, poderia pensar-se que tudo aquilo a que os «rudes peões» aspiram é, tudo somado, a «felicidade-familiar-no-supermercado» dos *slogans* publicitários. Na reprodução e na felicidade (é tão óbvio que se torna ridículo falar) entra em jogo o *corpo*, a sua existência sexuada, a aventura histórica da relação entre os sentidos. E aqui a apropriação enquanto palavra de ordem revolucionária muda, para dizer pouco, de *sujeito* (...). A partir da consciência de viver numa sociedade que é sexista para além de classista, a conflitualidade entra

na relação homem-mulher. Espera-se apenas que sejam os companheiros os primeiros a trair. Mas de tudo isto não se fala nas páginas «operárias». Aprende-se que no «território», no «social», isto é, no espaço político que está nas margens, *na periferia da fábrica*, existem, entre os outros marginalizados/órfãos da política (desempregados, jovens, reformados, etc.), também as mulheres. Para todas estas categorias de retardatários, lê-se, «cabe-nos a nós (quem?) *reuni-los* numa única organização para os precipitar contra o Estado» (sic!)." (*Lettera di una compagna*, "*Rosso*", 18 de Outubro de 1975)

É este convite-desafio à *traição* que me parece romper com todas as ordens do discurso "revolucionarista", já que se trata de trair não apenas a sociedade, ou até a própria classe, mas a si próprio enquanto portador de opressões, enquanto dispositivos de subjectivação autoritária, enquanto reprodutores da primeira estrutura contrarrevolucionária que encontramos na vida, isto é, a dialéctica homem-mulher e nomeadamente a sua encarnação institucional, a família. Procurou-se ao longo daqueles anos demolir concretamente o dispositivo familiar e não apenas a sua imagem ideológica, causando tristeza constatar que a memória de todas essas experimentações selvagens de libertação foram esmagadas pela contrarrevolução mas, também, pela prática das comunidades dispersas que hoje procuram praticar a autonomia: nas casas ocupadas, nas comunas, nos centros sociais reemerge hoje com força, e não apenas em Itália, a família pequeno burguesa enquanto único modelo possível de convivência. E para continuar no hoje, não se recorda quase nada da crítica ao tema do "rendimento" enquanto solução mágica para as contradições de uma sociedade em putrefacção? Não se recordam todas as várias campanhas sobre o "rendimento

mínimo cidadão" nas quais naufragaram todas as experiências movimentistas das duas últimas décadas? Guattari escrevia que é um grave erro pensar o comunismo em função da capacidade de consumo da classe, mas que era necessário fazê-lo em relação ao desejo e à finitude. O rendimento cidadão ou de sobrevivência, se equacionado fora de uma reflexão e de uma prática que se fixem *antes de mais* nesta relação com o comunismo e naquela traição a que apelava a carta de Lea, não chega sequer a propor-se enquanto reformismo "sério" e de facto, para lá de alguns intelectuais e dos círculos militantes que fizeram disso uma ideologia sem nunca efectuar uma autocrítica, ninguém chegou a acreditar neles. Mas essa é outra história, ou talvez não.

A Autonomia, a sua força, a sua genialidade, estava em compreender que o "quartel-general" sobre o qual disparar não era aquilo a que alguns começavam a chamar "o coração do Estado" ou do capital, mas sim o que, enquanto *máquina desejante do governo*, estava disseminado na metrópole, difuso na vida quotidiana, obliquamente presente em cada compartimento da existência, ou seja, em tudo aquilo que exerce o seu domínio a partir da gestão governamental dos afectos e da política, a gestão da totalidade social e dos indivíduos através de uma *economia* cujo étimo, não por acaso, significa "administração da casa". Disparar sobre o quartel-general significa, por um lado, atingir tudo aquilo que se encontrava pela frente enquanto operador da disciplina e, por outro, fazer emergir o ingovernável lá onde os administradores do controlo prendem a vida à insignificância produtiva da economia e ao domínio da norma sexual: da hierarquia de fábrica à hierarquia doméstica e sexual corria um único fio vermelho que podia ser quebrado, não num único ponto, mesmo

que fosse o mais fraco, mas com uma simultaneidade de ataques concertados que tornassem a máquina inoperante. Tratava-se portanto de esvaziar, e portanto tornar inerte, cada um dos dispositivos de poder que preside à produção de subjectividades, começando pelo que está na base, aquele no qual se nasce e se cresce, no qual todas as frustrações se descarregam de modo patológico e posteriormente se multiplicam até ao infinito na sociedade. O ataque à estrutura molecular da reprodução social foi talvez o mais perigoso acto de sabotagem de massas que o Estado, os patrões, o Governo e os pais de família se viram forçados a enfrentar. A hemorragia que se tinha aberto no governo biopolítico cortava o oxigénio vital com que se continuava – e continua – a sobreviver na farsa espectacular da civilização do equivalente geral.

Em dois anos nasceram por todo o país colectivos feministas contra o trabalho doméstico, pelo aborto livre, pela educação em comum dos filhos, pela invenção de novas formas de greve – recentemente redefinida por Tiqqun, através de uma oportuna referência ao feminismo italiano, enquanto "greve humana" – mas sem cair na armadilha da falsa dialéctica entre transformação de si e transformação social porque, de uma vez por todas, "o *privado* é político": "os temas do corpo, da sexualidade, da análise do profundo invadem os colectivos de fábrica, de bairro, as clínicas, tanto quanto a teoria marxista das necessidades – reconduzida à materialidade da opressão sexual das mulheres e à «critica da sobrevivência afectiva» – vem influenciar os dois grupos nascidos do colectivo milanês da Via Cherubini" (Lea Melandri, "*1975, il sessantotto delle donne*", in "*Liberazione*", Suplemento n.º 6, 2007). As reuniões feministas – como aquela famosa, de Pinarella, em

1975 – eram bastante diferentes daquelas a que a experiência da esquerda se tinha habituado, porque era aí experimentada uma outra forma de política/vida: "centenas de pessoas partilhavam por alguns dias quartos, casas de banho, almoços, passeios e, sobretudo, horas e horas de discussão sem nenhuma ordem de trabalhos, nenhuma relação introdutiva, nenhum líder delegado a conduzir os trabalhos" (Idem) e, frequentemente, as reuniões confundiam-se com verdadeiras festas, férias, bailes: locais e tempos de ociosidade política.

O crescimento do movimento feminista é imparável e a contradição, não obstante estar-se no período mais rigidamente separatista, não podia senão explodir *no* Movimento: a 6 de Dezembro realiza-se em Roma uma grande manifestação de 20 mil mulheres pró-aborto e as exigências do movimento feminista aos companheiros que querem participar são claras, devem colocar-se na cauda da manifestação e partilhar os seus objectivos, mas os machos provocam, insultam, recusam a autonomia das mulheres. Um grupo considerável de feministas procura afastá-los da manifestação, mas o serviço de ordem de *Lotta Continua* e alguns militantes dos Comités autónomos operários romanos agridem-nas com bastonadas e chaves inglesas, enviando duas raparigas para o hospital. A infâmia do ataque não teria necessidade de muitos comentários, mas no interior da Autonomia organizada silencia-se, não se quer tomar uma posição "oficial" para não perturbar demasiado os equilíbrios políticos nacionais. O grupo bolonhês de "*A/traverso*", animado por Bifo e até àquele momento ligado organizativamente a "*Rosso*" – o seu jornal saía enquanto suplemento da revista – decide, perante a recusa da redacção em tomar uma posição clara de condenação e ruptura, publicar um

documento assinado "alguns companheiros de Bolonha" interrompendo com este acto a sua colaboração. Escrevem os bolonheses:

> "Tudo isto assinala uma linha divisória definitiva entre quem fala de autonomia mas pensa em reproduzir a direcção centralizada da vontade fálica feita Partido, ou que visa instrumentalizar as próprias comissões femininas na batalha contra o governo, e quem vê a autonomia enquanto capacidade de viver e praticar as próprias necessidades e os próprios desejos fora de uma lógica de contratação com o governo, quem põe em prática a recomposição dos movimentos no próprio processo de aprofundamento da sua especificidade. Entre estas duas linhas, estas duas maneiras de conceber e praticar a autonomia, não é possível qualquer diálogo. As mulheres, os homossexuais, os absenteístas, os jovens, os operários comunistas não têm qualquer necessidade de dialogar com quem não pertence ao seu movimento, mas se considera a cabeça, a vanguarda, ou a síntese procurada por tantas comissões disciplinadas [...]. Enquanto machos, pretendemos colocar em discussão a nossa relação com as estruturas organizativas que nos fazem de novo funcionar como opressores, polícias, espancadores e penetradores."
>
> ("*Autonomia e movimento femminista*", "*Rosso*", 20 de Dezembro de 1975)

A reacção desordenada e violenta do machismo movimentista não se devia, evidentemente, a um desacordo político acerca dos melhores sistemas, mas ao facto de uma insurgência feminista ter penetrado nos colectivos, nas organizações, nas relações interpessoais e nos casais, *decompondo-os* e desagregando o seu poder disciplinar,

expulsando do pedestal o protagonismo doentio dos líderes da luta enquanto líderes dos afectos (o "fascínio" do violento, do teórico, do grande orador, do operário que deve dirigir tudo...). A crise do macho de Movimento foi devastadora mas saudável: um pouco mais de liberdade para todos, um pouco menos depressões para muitos, muitos deficientes tiveram de se deslocar momentaneamente para outras partes de maneira a continuarem a exercer o seu ridículo poder.

O movimento feminista alcançou a sua máxima extensão durante 1976, o ano das "bruxas" – o slogan feminista mais popular e tornado célebre afirmava: "tremam, tremam, são as bruxas que regressam"[10] – e o "círculo das amaldiçoadas" em Milão, o "Sabba" em Pádua, o "retomemos a noite" em Roma (uma manifestação nocturna onde aparecem pela primeira vez as autónomas organizadas – a quem alguns chamaram *casseurs* – a destruir diversas vitrinas), o despoletar geral da revolta feminina faz emergir a questão da reapropriação da violência também enquanto prática autónoma das mulheres. A polícia e os *carabinieri* não tinham certamente grandes escrúpulos e carregavam sobre as manifestações feministas sempre que podiam, como aconteceu a 17 de Janeiro em Milão, após um grupo de raparigas ter quebrado um cordão policial que protegia o Duomo. Houve inúmeras discussões nas quais não foram poucas as mulheres a reivindicar a utilização da violência enquanto parte imprescindível da reapropriação do corpo e da liberdade, mas surgiram também importantes tomadas de posição contrárias, como a do colectivo de Via Cherubini, que via nesses comportamentos o risco de produzir um feminismo ideológico que iria rivalizar com a política masculina. Por outro lado, não eram poucas

10 - N.E.: No original "Tremate, tremate, le streghe son tornate".

as mulheres que escolhiam a via da luta armada e que assumiriam um papel de chefia nas suas estruturas.

Um outro debate interno bastante tenso, no mesmo período, desenvolve-se em torno da modalidade das manifestações feministas, sempre muito barulhentas, com círculos contínuos de centenas de mulheres, canções, travestis, danças extáticas, jogos e performances teatrais. Algumas feministas viam aí o perigo de uma folclorização do Movimento, da sua redução a um comportamento superficial e estetizante – no que tinham seguramente alguma razão –, creio no entanto que essas danças ruidosas, as cantilenas repetidas até ao paroxismo, aquelas diversas formas de fazer comparecer a diferença na cidade foi aquele "algo mais" que fez com que o feminismo não continuasse património de umas poucas mulheres "conscientes", mas algo que conseguiu incluir e entusiasmar jovens estudantes e mamãs já velhas, crianças e intelectuais, enfermeiras e operárias que se misturavam entusiasticamente no maior *movimento menor* que a Itália contemporânea alguma vez conheceu. Em Roma, onde a extensão do Movimento foi enorme e onde sempre existiu uma grande presença de lésbicas, a 2 de Outubro de 1976 alguns grupos feministas ocuparam o Palazzo Nardina, na Via del Governo Vecchio, para fazer dele a Casa das Mulheres. Uma ocupação que durou até 1981, para depois se transformar na actual Casa Internacional das Mulheres.

O feminismo, através das rupturas que produziu entre corpo e economia, entre gratuitidade e salário, entre consciência de si e política alienada, entre jogo e machismo militante, entre erotismo do desejo e sexo repetitivo, entre orgasmo livre e escravidão falocrática, entre comunidade dos afetos e família, foi a parte mais

significativa da verdade da Autonomia enquanto forma de vida.

O separatismo foi uma necessidade durante um breve período, mas posteriormente tornou-se claro para muitas que era necessário tentar a solução "mista", ou melhor, *polimorfa*, também para não permanecerem emaranhadas nos fechamentos identitários que inevitavelmente se vinham criando, questão que mantém toda a sua actualidade, em Itália como noutros locais.

Isso significou de facto um espaço através do qual outras minorias sexuais, até aí completamente excluídas de participar de maneira *explícita* no Movimento, puderam começar a combater de maneira autónoma.

No início dos anos Setenta, o movimento gay – o primeiro protesto organizado foi em San Remo, em 1972, contra uma conferência sobre a homossexualidade enquanto doença – começa a organizar-se primeiro no *F.u.o.r.i.!*, no modela da FHAR francesa, e depois, após se ter federado com o Partido Radical e ter pouco a pouco escolhido uma política mais reformista, nasceram outras experiências revolucionárias ligadas à Autonomia, como os colectivos autónomos homossexuais milaneses e os de Florença, Pavia, Veneza, Pádua, Nápoles, Catânia, Cagliari, Roma e outros. Mario Mieli, um militante e teórico de ponta da autonomia homossexual, nas primeiras frases dos seus *Elementi di critica omosessuale* (Feltrinelli, Milão, 2002) torna explícita a dívida dos colectivos homossexuais para com as práticas feministas. Também eles começaram a devir-autónomos no momento em que adoptaram a prática dos grupos de autoconsciência, que faziam emergir das diferentes histórias de vida trocadas no grupo o *comum* que existia na repressão de que eram alvo, mas também na procura de uma forma de vida livre e comunista. Escrevia Mieli:

> "A libertação do Eros e a realização do comunismo passam necessariamente e alegremente pela (re)conquista da transexualidade e pela superação da heterossexualidade tal qual se apresenta hoje. (...) Se a transexualidade é o verdadeiro *télos*, *só* se poderá alcançá-la quando as mulheres tiverem derrotado o «poder» masculino fundado sobre a polaridade dos sexos e os homossexuais tiverem abolido a Norma difundindo a homossexualidade universalmente (...). A (re)conquista da transexualidade terá lugar com a queda do capitalismo e com a recusa do trabalho alienado e alienante: a luta dos homossexuais e das mulheres é (fundamental para) a revolução comunista."

Em 1975 – ano de graça... – a partir de uma cisão do *F.u.o.r.i.!* nasce em Milão o Colectivo Autónomo *Fuori!*, ao qual se seguem noutras cidades experiências semelhantes. O colectivo apresenta-se com um documento nas páginas de "*Rosso*" que convidava provocatoriamente os milhares de homossexuais presentes nas diversas organizações revolucionárias a sair do armário. O problema que os gays colocavam à Autonomia em primeiro lugar, e ao resto da esquerda revolucionária por arrasto, era o de assumir a consciência de que, se a questão sexual se tinha tornado um terreno de encontro/confronto fundamental para todos os que se reconheciam num projecto comunista, tal devia-se à força e à inteligência dos movimentos de libertação que, no entanto e até esse momento, só se tinham expresso através das mulheres e dos homossexuais: "Sabemos por experiência que, quando se fala de repressão sexual, cai-se demasiado frequentemente na generalidade. Assim é que ouvimos dizer: «os machos também são reprimidos.» Muito obrigado, respondemos nós. Mas

As jornadas de abril, Milão, 1975

Autonomia, Milão

Autonomia operária, Milão

O Movimento, Bolonha, 1977

índios Metropolitanos, Bolonha, 1977

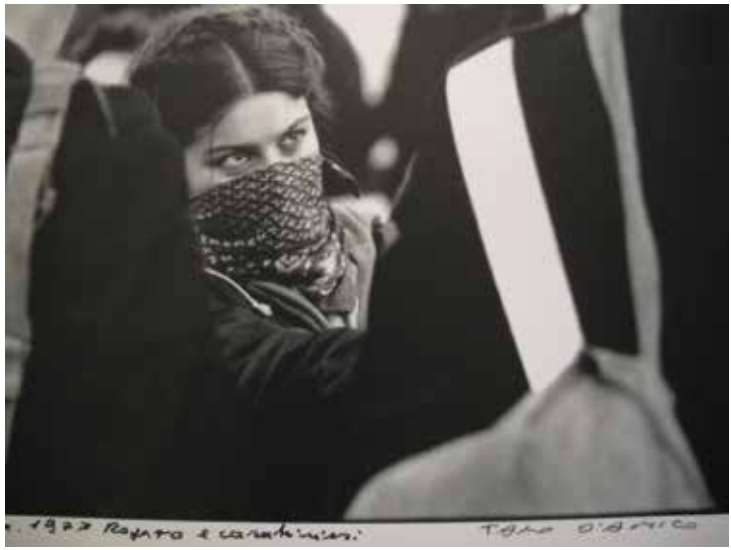
Rádio Alice, Bolonha, 1977

Assembleia estudantil, Roma, 1977

A expulsão de Luciano Lama da Universidade Sapienza
Roma, 1977

"De agora em diante, eu decido", militantes feministas
Roma, 1977

Ocupação da Universidade de Roma, 1977



FACOLTA
OCCUPATA
FUORI I BARONI
ROSSI, BIANCHI, NERI O A
PALLINI

também são gratificados pelo vosso belo papel masculino. E recordai que, do mesmo modo que puseram em crise o vosso patrão na fábrica, também devem pôr em crise o vosso falocratismo" (Número de Janeiro-Fevereiro 1975). O interesse do movimento gay pela Autonomia após a fase "separatista", explicam no documento, derivava do facto de aí ser reconhecida uma pulsão antiautoritária e a recusa da burocracia em favor de todas as expressões de autonomia de base e de criatividade: era o espaço certo onde se poderia continuar a levar a cabo actividades militantes *sem ter de esconder aos companheiros a sua inclinação erótica*, ou pelo menos assim o esperavam. Para além disso, encontramos neste documento a mesma força de separ/acção e decomposição que encontramos nos outros movimentos da autonomia, no sentido em que também os colectivos homossexuais acreditavam ser aquele o momento de levar para o seu movimento a discriminante revolucionária: não somos todos *iguais* por sermos homossexuais, a luta de classes deveria atravessar também o seu campo (surge daqui a autodefinição de "homossexual proletário"). Também os colectivos autónomos estavam subdivididos em núcleos, por escola, bairro ou outro (estamos no período de ouro das auto-reduções) e reclamam por sua vez que se autorreduza *também* a repressão, o medo e os complexos de culpa. A actividade política nas escolas de gays e lésbicas autónomos criou um clima de psicodrama geral que não poupou ninguém, professores, estudantes, pais e companheiros, revelando que a moral heterossexual estava tão enraizada que produzia indignação, expulsões, denúncias judiciais e a presença da polícia em frente às escolas, provavelmente pelos simples materiais e folhetos nos quais era reivindicada a própria dimensão política da homossexualidade. Perante tudo isto, também os militantes gays

e lésbicas dos colectivos autónomos reivindicaram neste ponto a reapropriação da violência enquanto meio para afirmar as suas necessidades e praticar os seus desejos.

Do "tomemos a cidade" do início tinha chegado o tempo do "tomemos a vida" e nada mais do que a actividade subversiva relativamente ao sexo, à família e à reprodução social representava concretamente a sua prática, uma prática colectiva de felicidade. No livro autobiográfico de Porpora Marasciano, actualmente militante transsexual do movimento LGBTQ, escreve-se nas primeiras páginas: "considero o facto de ter vivido a minha adolescência e juventude nos anos Setenta uma enormíssima sorte" (P. Marasciano, AntoloGaia, *Sesso, genere e cultura degli anni '70*, il Dito e la Luna, Milão, 2007). O plano de consistência do Movimento era talvez mais amplo e mais profundo do que os próprios militantes da época pensavam – é-se sempre mais livre do que se pensa... – e as autonomias foram o laboratório difuso no qual se experimentaram formas de vida que pareciam uma festa sem fim. A vida estava a transformar-se tão veloz e agradavelmente que já ninguém desejava alguma vez regressar à "fabrica", como augurava "*A/traverso*". Claro que, como disse Porpora, "a consciência requer coragem e naquele período, no qual se começava, exigia-se o dobro" e todos os companheiros que então mostravam tanta nas ruas tinham no entanto muito pouca quando tratava de viver abertamente relações intersexuais que aconteciam mais frequentemente do que alguma vez se estará disposto a admitir. Mas a coisa mais importante que nos transmite a sua história era este facto fundamental, ou seja, que a qualquer lugar onde se fosse naquele período existiam locais, ruas, casas, sedes, onde fazer novos encontros, construir linguagens, abraçar corpos, fabricar máquinas de guerra para lá de qualquer

convencionalismo. Mas isto poderia acontecer apenas em situações onde "o personagem correspondia ao mesmo modo de ser (...), não estava desligado de uma experiência, um percurso e uma pertença (...), uma coerência íntima ligava a pessoa ao que fazia e parecia". Os sinais exteriores que te identificavam como pertencente ao Movimento reconduziam directamente a práticas comuns de vida e não a um miserável *target* comercial.

Entre 1976 e 1977 nasce em Turim um novo jornal da autonomia homossexual, "*Lambda*", no qual um jovem militante do sul, Félix, escreve: "Não quero ser recuperado na normalidade heterossexual porque não acredito nela. Mas também não acredito num modelo homossexual e portanto, estando consciente dos meus limites, quero avançar na minha libertação para fazer explodir tudo o que afastei e, como disse Mario Mieli, mudar-me a mim próprio e não ser nem homossexual nem heterossexual e, mais do que bissexual, *ser aquilo que ainda não sabemos o que é, por ser reprimido*" ("*Lambda*", n.º 2, 1977). Uma procura que, bem entendido, está sempre na ordem do dia.

O proletariado jovem contra a metrópole

> "Escrever textos na rua, pintar de vermelho a transformação da vida. Transformar a cor da metrópole e a linguagem de todas as relações para tornar insuportável a escravidão capitalista."
>
> *"Sulla strada di Majakovskij"*, *"A/traverso"*, Junho de 1976

A meio dos anos Setenta em Itália o projecto contra-insurreccional começa a produzir os primeiros efeitos microscópicos. O capital, servindo-se de práticas do Estado-Providência como a *Cassa integrazione* com 93% do salário, ou seja *pagando caro*, consegue expulsar da fábrica de milhares de jovens, ou seja, aquela camada social absentista, igualitária e sabotadora que tinha sido protagonista das lutas autónomas dos anos anteriores, bloqueando simultaneamente as novas admissões em muitos estabelecimentos. Deste modo, a direcção capitalista leva avante em grandes passos a reestruturação tecnológica da produção, conseguindo finalmente inverter a correlação de forças *na* fábrica. Ao mesmo tempo, milhares de jovens escolarizados são lançados no mercado do trabalho negro e precário: centenas e centenas de fabriquetas, laboratórios, porões e garagens, onde este jovem proletário é confinado e explorado sem qualquer regra, sem contar com a enorme difusão do trabalho doméstico que incluía toda a família e daquele que os jovens faziam porta à porta por duas

liras. Empresas onde os pequenos patrões põem e dispõem e que prenunciam as formas de trabalho precário que ocuparam *todo* o mundo do trabalho subordinado após os anos Oitenta. Entretanto, o PCI lançava-se cada vez mais no abraço mortal do compromisso histórico, o movimento sindical tornava-se uma organização de delatores, os grupos eram a "nova polícia" interna do Movimento. O partido armado entrava na sua fase paranóica. Os telejornais falavam sempre e apenas dos *sacrifícios* que os proletários deveriam aceitar para permitir a todos a saída da "crise".

As provocações aos movimentos eram enormes. Mas os patrões e o Estado, o Partido Comunista, o movimento sindical e todos os outros "observadores participantes" não tinham percebido minimamente com que tipo de jovens se estavam a meter e tinham subvalorizado a força expansiva que os movimentos autónomos tinham alcançado naquele período. *Fora* das fábricas as coisas eram diferentes, um enxame incessante corria pelas estradas da metrópole. Os bárbaros acampados fora dos muros começavam a fazer incursões ao centro da cidade, tudo estava prestes a explodir.

Os "jovens" são uma invenção recente, não existiam enquanto categoria sociológica até aos anos Quarenta, começam a existir quando o Estado e o mercado de trabalho criam, na década seguinte, o espaço para um estrato da força de trabalho em formação na qual pretendem também construir o consenso relativamente às formas sociais dominantes. Mas se nos anos Sessenta este estrato social começa a recusar a organização autoritária da sociedade e do trabalho, na década seguinte os jovens, agora já proletarizados, tornam-se cada vez mais *indisponíveis* para o trabalho e utilizam o tempo de não-trabalho para a subversão do tempo

total da vida. A taxa de desemprego jovem alcançou níveis estratosféricos nesses anos, mas os jovens já não constituíam um "exército de reserva" à disposição do capital simplesmente porque, a certo ponto, muitos deles escolheram não voltar a pedir para entrar na fábrica ou em qualquer outro lugar para se deixarem explorar, mas permaneciam de fora, a reinventar a vida, combatendo duramente e resistindo ao trabalho, difundindo formas de disfrute imediato do mundo através da pesquisa de uma utilização livre e comum de tudo. Muitos eram os que, ainda que não tivessem emprego na fábrica ou no escritório, passavam de um trabalho precário para outro, partilhando casas e dinheiro com os companheiros com quem por vezes iam depois queimar a empresa onde tinham acabado de trabalhar.

O contra-ataque capitalista agiu por um lado procurando marginalizar e criminalizar amplos estratos juvenis, desde logo os das periferias, empurrando-os para formas de guetização cada vez mais pesadas, e, por outro, acumulando grandes quantidades de trabalho de semiescravatura industrial ou de serviços; poderá dizer-se que a distopia do capital era o trabalho obrigatório para os jovens, ainda mais se fosse trabalho *inútil*, com salário quase nulo mas sob um controlo omnipresente; para todos os outros, a prisão. A escola e a universidade deveriam funcionar enquanto "estacionamento" e instrumento de controlo, dado que já não produziam nem elites nem operários. Paralelamente, o Estado, assistido pelas organizações social-democratas, deveria criar as estruturas para a promoção de um vasto consenso capaz de quebrar a vaga insurreccional; e assim, nesse final dos anos Setenta, dá-se uma embriaguez de política e ideologia apontada à mobilização das massas a partir de cima, através do espelho do "participacionismo", dos delegados

de tudo e mais alguma coisa e do florescimento, nas autarquias governadas pela esquerda, de "assessorias de cultura e juventude" que procuravam vender mercadorias culturais a consumir sem fazer muito barulho. Foi nesse contexto que nasceu a figura do activista que nos é tão familiar: das organizações culturais do PCI até aos grupos da extrema-esquerda (que em 1976 se apresentam pela primeira vez às eleições, obtendo pouquíssimos votos), nasce uma fileira de activistas que animam e administram esta enorme campanha de politização das massas que foi, no fim de contas, uma verdadeira operação de contrarrevolução cultural concluída no início dos anos Oitenta, "fazendo render"[11] as descobertas e os modos de vida do Movimento. E quando lemos nos documentos da Autonomia todas aquelas tiradas contra a política, devemos pensar que tinham como alvo exactamente este género de coisas. Tanto esta nova figura da gestão informal do consenso, o activista, como as políticas participativas como os seus *apparatchiks* culturais são dispositivos de governo que, apesar das recentes dificuldades, duraram até hoje, ao contrário das organizações que então as sustentavam, substituídas por outras mais esbeltas e *trendy*, talvez por serem na verdade, e desde então, uma mistura entre administradores políticos e nova força de trabalho pós-fordista, meios activistas e meios empreendedores, em qualquer dos casos, parasitas do Movimento. Os adeptos desta espécie de activista são hoje muitas vezes "leninistas sem comunismo", a pior raça de oportunistas que se poderá alguma vez encontrar no que resta do movimento antiglobalização, enquanto os outros se tornaram simples empregados da produção de subcultura à peça; dois "animais" políticos que se

11 - N.E.: no original, "mettendo a valore".

confundem por vezes numa mesma figura e relativamente aos quais convém manter uma distância de segurança.

O espectáculo da grande prestação do PCI nas eleições de 20 de Junho de 1976 servia todo esse circo: galvanizar as massas para as levar a crer estar a um passo de devir-Governo, excitar a classe operária fazendo-a adorar a ocasião finalmente alcançada de devir-Estado e, através deste passo, sempre a direito até à ditadura democrática. Claro, tudo isto exigia *sacrifícios*, apertar o cinto, autocontrolo sobre os consumos, renúncia às liberdades civis, o desarme total do conflito, o adiar da felicidade para um amanhã cada vez mais opaco, cada vez mais distante, cada vez mais impossível. Não funcionou.

"Movimento é o estrato social que se move", escrevia "*A/traverso*" num dos seus primeiros artigos, em 1975, e referia-se exactamente ao que se começava a chamar *proletariado jovem*. Os primeiros a forjar esta expressão foram os redactores de *"Re Nudo"*, uma revista de contracultura ao redor da qual giravam muitas experiências libertárias, dos situacionistas aos autónomos, dos últimos hippies aos apoiantes de um comunismo psicadélico. *"Re Nudo"* organizava reuniões musicais e políticas segundo o modelo do *Movement* norte-americano e do Norte da Europa, tendo partido dos seus interesses iniciais pelas drogas, o rock e a contracultura para se aproximar cada vez mais do que era expresso no movimento autónomo. Em Itália, ao contrário dos Estados Unidos e de outros países, a contracultura desenvolveu-se a níveis de massas dentro de um movimento juvenil que já era muito politizado: gente que ligava facilmente a marijuana ao exproprio selvagem, o sexo livre aos distúrbios de rua, o rock duro à greve selvagem. Até aí, os encontros eram organizados em localidades fora das cidades, às vezes tão perdidas que

nem sequer se sabia como lá chegar, mas a certo ponto os hippies maoístas de *"Re Nudo"* começaram a pensar sobre os comportamentos de rebelião juvenil que se estavam a difundir na grande metrópole e, não por acaso, o seu interesse pela construção de comunas teve de render-se ao facto de que era mais interessante, em Itália, procurar fazê-las na cidade do que em ambientes rurais longínquos, como acontecia noutros locais.

A partir do Outono de 1975, grupos de jovens partiam das periferias urbanas e dirigiam-se ao centro para saquear as lojas, provocavam confrontos nos estádios de futebol, apresentavam-se frequentemente às centenas nas entradas dos concertos de rock e desencadeavam um inferno para não pagar o bilhete, por vezes apenas para estragar o concerto, considerado o enésimo assalto e tentativa de lhes proporcionar um espectáculo do qual estavam irremediavelmente separados: música-mercadoria servida quente para os estupidificar com promessas de *Peace & Love*. Era a isso que os jovens proletários do Núcleo Autónomo de Quarto Oggiaro, um gangue da periferia milanesa próximo das revistas "*Puzz*" e "*Gatti selvaggi*", chamavam "organização mafiosa da passividade" e continuavam – dirigindo-se aos seus companheiros – "quando vocês vão aos concertos, vão na verdade TRABALHAR, mas o ridículo é isto: que vocês pagam para ir trabalhar". A polémica dura e acesa com os organizadores dos concertos e dos festivais rock aqueceu, mesmo quando os organizadores eram os grupos extra-parlamentares, que foram mais do que uma vez obrigados a fazer com os que os músicos tocassem com o serviço de ordem disperso sob o palco e nas entradas porque, diziam os autónomos com lucidez: "a gestão de esquerda da alienação é apenas uma gestão de esquerda da alienação". Os grandes concertos

de rock tornaram-se assim mais um dos mil problemas de "ordem pública" e, após um *molotov* ter voado para o palco de Santana incendiando a amplificação, mais nenhuma estrela quis ir tocar a Itália durante largos anos. Menos mal: a criatividade foi mais autónoma e houve mais espaço para o *do it yourself*, também na música.

Os estudantes dos liceus tinham, pela sua parte, começado a ocupar as escolas de forma cada vez mais organizada: as ocupações podiam durar semanas e semanas, durante as quais a coisa mais importante era a acumulação de contrassaberes úteis à sabotagem da metrópole e a intensificação de novas *experiências*, isto é, a construção de comunas temporárias, a experimentação de novas formas de amor e de luta, para lá do aprofundamento teórico-político que habitualmente acompanhava as agitações estudantis. Durante esses meses, os mais zangados começavam também a entrar em confronto violento com os directores e professores reaccionários, tornando-se normal encontrarem os seus automóveis destruídos por bombas incendiárias, como acontecia aos seguranças e directores de secção nas fábricas. Nas escolas onde o Movimento era forte, ao cabo de dois anos os directores e professores já não governavam nada.

Foi em Milão que tudo se condensou improvisadamente no Inverno entre 1975 e 1976. Os gangues juvenis eram cada vez mais numerosos e lançavam-se ao assalto da metrópole, ocupavam apartamentos vazios para fazer comunas, inventaram os centros socais onde organizavam concertos e espectáculos teatrais, expropriavam as mercadorias: começavam a compreender ser uma "força". *Re Nudo"*, juntamente com o que restava de *Lotta Continua*, puseram à disposição os seus saberes e algumas das suas sedes e, juntamente com os grupos, criam os primeiros

Círculos do Proletariado Juvenil que chegaram em pouco tempo a cerca de trinta apenas em Milão, geralmente cada um com a sua sede e o seu jornal. Os rapazes que constituem os círculos são na maioria aprendizes muito jovens de pequenas fábricas, trabalhadores precários, desempregados e estudantes-trabalhadores, mais uns quantos "cães soltos" e ex-militantes de extrema-esquerda: todos entram em polémica com os grupos que "propõem a divisão entre criatividade-divertimento e política tradicional". Os Círculos, ao contrário de todas as forças organizadas, que sempre tinham tido a sua sede no centro da cidade, escolhem o caminho do enraizamento no território: "A cintura metropolitana era formada por bairros de construção relativamente recente, ou seja, tinham sido fabricados no fim dos anos Cinquenta. Os jovens nascidos nesses bairros demoraram 15 ou 16 anos a recuperar uma identidade territorial, a tornar amigável o território e a pensar que, para eles, a vida libertada não era desejável apenas na sede política central mas no seu bairro, sem intervenções externas" (Primo Moroni, *"Ma l'amor mio non muore"*, in *Gli Autonomi I*, op. Cit.). Também por isto se imaginavam "índios metropolitanos", fechados nas suas "reservas", excluídos de tudo, mas que podiam daí partir para saquear o centro da cidade, defendido pelos "casacos azuis". O mal-estar desses rapazes, com idades entre os 13 e os 18 anos, derivava de terem como locais e meios de socialização apenas o bar, os *flippers*, as bandas desenhadas pornográficas, o cinema de série C, as drogas pesadas, os bancos gelados dos esquálidos jardins da periferia, enquanto o seu desejo os pressionava para uma forma diferente de estar juntos. Os jovens dos Círculos, por exemplo, queriam que ao feriado do Primeiro de Maio se juntasse o primeiro dia da Primavera, porque odiavam

a metrópole e amavam imaginar a libertação dos bairros para fazer deles as suas pradarias.

No mesmo período, os bairros mais centrais de Milão de composição popular, como o Ticinese, tinham sido lentamente apropriados por estruturas políticas autónomas e muitíssimos eram os jovens que ocupavam as velhas casas comunitárias nas quais tinham vivido os proletários do século XIX, criando assim verdadeiros "bairros vermelhos". A velha classe operária, pelo contrário, fugia dessas casas para ir para os novos bairros-gueto, onde os apartamentos talvez tivessem casa de banho privada e um lugar de estacionamento para o carro utilitário. Habitações estudadas para o isolamento da família mononuclear, imersas numa solidão gigante, construídas dentro de bairros horríveis onde as ligações de solidariedade desapareciam e nem sequer existiam os bares onde se poderia ir beber um copo de vinho e falar com os amigos depois do trabalho: os seus filhos não amavam certamente estes novos símbolos de estatuto do "bem-estar" operário, construídos no meio do nada e que se tornariam os locais da sua domesticação humana.

As primeiras acções coordenadas dos Círculos foram, no Outono de 1976, os sábados dedicados às auto-reduções nos cinemas de estreias e se no primeiro dia foram poucas centenas de jovens a participar, ao fim de um mês apresentavam-se milhares em cada projecção. Os grupos tinham percebido o hino e os Comités Antifascistas ligados ao *Movimento Studentesco* (que depois se tornou no *Movimento dei Lavoratori per il Socialismo*) transformaram-se em Círculos juvenis, mas foi um "entrismo" que durou poucas semanas, já que os gangues – crescidos desmesuradamente também com contribuições dos filhos da burguesia, fatalmente atraídos para as órbitas da plebe –, juntamente com as reduções

no cinema, esvaziavam todas as semanas charcutarias, lojas de roupa, supermercados e lojas de discos, dinamitavam o bar do tráfico de heroína que estava a começar a destruir a sua geração, ocupavam casas para viver a "anti-família" e fortaleciam as relações com os "velhos" da Autonomia. Porque, era já claro para todos, os "novos" autónomos eram eles. Eles e as feministas eram a vanguarda das massas da fábrica social metropolitana.

Seguindo o exemplo milanês, também nas periferias de Roma e Turim nascem os primeiros círculos juvenis; na capital levam-se a cabo exproprios e auto-reduções selvagens, na capital do automóvel o empurrão colectivo dará vida a um importante círculo que tomará em 1977 o nome de *Cangaceiros*, enquanto em Bolonha nasce o colectivo *Jacquerie* o qual, tomando o nome a partir do modo depreciativo com que o *"Corriere della Sera"* tinha definido a revolta dos Círculos milaneses, deu vida a uma campanha de auto-reduções nos cinemas e nos restaurantes de luxo (ou seja, tornando-os gratuitos). A vaga dos Círculos chegou a todo o lado, até às cidades do Sul e às aldeias de província, dando origem a uma nova geração, hiper-conflituosa, muito diferente da que tinha vivido 1968 e as lutas dos primeiros anos Setenta. Talvez estes jovens proletários não tivessem qualquer cultura política, mas tinham a memória da dura resistência antifascista transmitida pelos pais, ou talvez da revolta operária de 1969 e, especialmente, a da violência insurreccional de Abril de 1975, material inflamável quando misturado com a contracultura que consumiam avidamente. Ao contrário dos pais e dos estudantes de 1968, tinham bem claro que não havia para eles outro futuro que não o embrutecimento da pequena fábrica ou do trabalho precário, de uma existência feita de sacrifícios pela sobrevivência. A sua raiva era a medida do

ódio de classe que sentiam na pele cada vez que saíam dos bairros para ir ao centro.

As primeiras iniciativas levadas a cabo por *"Re Nudo"* e pelos Círculos, em Milão, foram festas improvisadas através da ocupação das praças do centro, nas quais participavam muitos jovens proletários provenientes dos bairros-gueto como Quarto Oggiaro, Baggio, Ortica e do *hinterland* milanês das vilas-dormitório como Rho, Limbiate ou Sesto San Giovanni. Era uma ocasião para fazer música com instrumentos pobres, estreitar amizades e talvez "visitar" alguma loja de luxo: a *festa* – caras pintadas, animais e *papier-mâché*, drogas e grupos musicais – adquire em pouco tempo uma valência político-existencial que nunca tinha tido, e nunca circularam em Itália tantas cópias dos livros de Bakhtin como durante aquele período.

No domingo 22 de Fevereiro de 1976 é dia de carnaval e é organizada na Piazza della Scala uma "festa de baile". Os jovens dos Círculos estão presentes em grande número mas, enviados pela autarquia de esquerda, estão também polícias e *carabinieri* que desde o início provocam, batem e prendem. À primeira reacção dos rapazes dos Círculos a polícia invade a praça e os "organizadores" tentam deslocar as pessoas para uma praça vizinha para continuar o baile, mas muitos rapazes não concordam, continuam a enfrentar a polícia e organizam uma manifestação improvisada: é o seu modo "alternativo" de fazer a festa. Os *carabinieri* atacam a cauda da manifestação com gás lacrimogéneo e aí começa a guerrilha urbana. São usados automóveis para cortar a estrada e por trás deles começa o lançamento de pedras, entretanto outros grupos partem janelas e atacam obstinadamente um mal estacionado Rolls Royce que será incendiado no fim, juntamente com outros carros de luxo: "A festa começa mal, torna-se finalmente nossa.

Tomam sempre tudo: recuperemos algo!", será o comentário dos jovens revoltosos. Para a Autonomia, é o sinal de que o proletariado juvenil tinha entrado no seu devir-revolucionário. Era agora necessário ligar estes estratos juvenis aos outros, organizados nos colectivos autónomos, que conduziam neste período uma dura campanha contra o trabalho clandestino e mal pago, organizando "rondas" que intimidavam com acções violentas os patrões e davam força aos jovens proletários que lá trabalhavam. Como de costume, alguns queriam ver no proletariado juvenil "o novo sujeito revolucionário", embarcando nas habituais ruminações sobre a sua capacidade de unificação da frente proletária, mas a sua substância estava mais além, na massificação autónoma de comportamentos de subversão que tinham uma capacidade inédita de contaminação e que opunham à reestruturação da fábrica social uma força na qual o desespero e a criatividade se fundiam para devir o material incandescente de uma nova solidariedade ofensiva. Foi neste contexto que reemergiu, em particular através de "*Puzz*", a influência dos situacionistas italianos e da "crítica radical", também chamada "negativa", cujos teóricos eram Giorgio Cesarano, Riccardo d'Este, Joe Fallisi, Piero Coppo e outros, como Gianfranco Faina – que deu vida em 1976 ao grupo armado libertário *Azione Rivoluzionaria* –, que tinham atravessado as experiências de *Ludd-Consigli Proletari* e *Comonstimo* – este último grupo tinha de facto uma forte preferência pelo "*basfond*" – e que levavam há bastante tempo a cabo uma análise impiedosa do capital cibernético, da metrópole capitalista e da esquerda revolucionária em todas as suas declinações. "*Puzz*" – "não fazemos festivais, criamos situações" (n.º 9, 1974) – começa a sua publicação em 1971, fazendo bandas desenhadas "*detournées*", animada pelo *designer* Max Capa,

mas enriquece-se progressivamente com análises teóricas que tratam temas como a abolição do trabalho, a crítica da política espectacular dos grupos, a presença do capital *dentro* dos indivíduos, a prática de núcleos informais de organização: "já não se trata para um grupo revolucionário coerente de criar um condicionamento de tipo novo mas, pelo contrário, de assegurar zonas de protecção em que a intensidade do condicionamento caminhe em direcção ao zero" ("*Puzz*", n.º 11, 1974). Tudo temáticas que encontraremos nas folhas e nos jornais da autonomia juvenil que nascem como cogumelos em 1976/1977.

Era finalmente possível uma recomposição das lutas sob o signo da Autonomia, em Milão e não só: da fábrica ao bairro, das casas onde as mulheres trabalhavam por quatro dinheiros às grutas do trabalho clandestino, dos hospitais às escolas, corria um desejo comum de lhes fazer pagar cada vez mais caro. A 25 de Março dá-se uma dura greve em todas as fábricas e arde em Milão, mesmo antes da manifestação, a repartição municipal que geria as cobranças dos serviços públicos. A manifestação sindical é abandonada e três mil autónomos marcham em direcção aos seus objectivos: um comando armado entra dentro da sede da Associação dos Pequenos Industriais, expulsa os patrões ali reunidos e incendeia-a, como acontece também aos escritórios das seguradoras, dando-se nessa mesma noite confrontos violentíssimos para entrar de graça num concerto rock. Os protagonistas são aqueles a quem "*Rosso*" chama a "guarda vermelha com sapatos de ténis".

Os exproprios praticados pelo proletariado juvenil repetiram-se por todo o país, jornais com os mais extravagantes títulos apareceram por todo o lado, o modo de vida "*freak*-autónomo" ganhava cada vez mais adeptos entre os

mais jovens e assim "*Re Nudo*", que tinha sido atravessada por várias cisões por causa da vocação empresarial do seu líder, Andrea Valcarenghi, convence-se de que o passo justo em termos de *marketing* seria o de organizar, no Verão de 1976, o maior festival alternativo de sempre em Itália, no único local disponível em Milão, o Parque Lambro: chamar-se-ia naturalmente "Festival do Proletariado Juvenil". *Re Nudo*" coordenou-se com *Lotta Continua*, com os anarquistas, com os autónomos organizados e com outros grupetos de extrema-esquerda, lançando assim um apelo nacional para que todos aparecessem no Parque Lambro entre 26 e 30 de Junho. O rumor foi eficaz e comparecem cerca de cem mil jovens, com pouco dinheiro no bolso e muita curiosidade no corpo. Procuravam a sua "casa comum", queriam materializar os seus desejos que haviam até ai permanecido na miséria da necessidade. Os organizadores pareciam pelo contrário obcecados em "facturar": por um lado, os aprendizes de gestor queriam criar um novo mercado, talvez "alternativo", mas tão lucrativo quanto o normal; por outro, as organizações políticas queriam publicitar as suas "linhas" e procurar engrossar as fileiras dos seus militantes. Não podiam encontrar-se com os "convidados" senão num terreno de confronto que foi violento e clarificador. Parco Lambro foi talvez o único e verdadeiro congresso da Autonomia difusa e Toni Negri recorda-o dessa forma nas cartas que escrevia de Rebibbia, no início dos anos Oitenta:

> "Um gigantesco festival da juventude, organizado por grupos alternativos um pouco frívolos, mas reinventado pelo movimento. Muita gente, aos montes [...] e à medida que os dias passavam, os grupos moviam-se, [...] um contínuo movimento de massas – e cada grupo trazia atrás carruagens

> e tendas, instrumentos musicais e ferramentas rudimentares [...]. Se descias do topo mergulhavas numa espécie de novelo colorido, envolvente, tão denso em desejos como imune a tabus. As pessoas fumavam, faziam amor, ouviam música, decorria docemente o tempo no reencontrar-se, no sentir-se unido. Sombras ligeiras à procura de um tempo e de um corpo colectivo, [...] era na verdade um carnaval dos pobres [...] que conscientemente se queria de libertação, (...) droga, música, poderiam ser um excedente. Começava-se a respirar irrequietação, [...] o que surgia era o desenhar de uma tempestade num céu límpido."
>
> Toni Negri, *Pipe-Line. Lettere da Rebibbia*, Einaudi, Turim, 1983

E a tempestade chegou subitamente *dentro* do parque: no segundo dia do festival, perante o facto dos *stands* alimentares geridos pelas organizações aumentarem de hora a hora os preços – as sandes e tudo o resto custavam quase tanto como nos bares do centro de Milão – começa a contestação. Numerosos jovens, principalmente do Sul, organizam manifestações internas gritando palavras de ordem e imediatamente surgem as primeiras expropriações dos camiões cheios de gelados, sandes e frangos congelados; seguem-se confrontos com o serviço de ordem *pago* para conter a "exuberância" do proletariado juvenil. No dia seguinte, alguns grupos saem do parque para assaltar o supermercado vizinho e a polícia lança, de longe, gás lacrimogéneos para os fazer recolher ao parque. Entretanto, no interior, tinha começado uma assembleia de massas que durava há dois dias e duas noites: discute-se a justiça do exproprio feito às organizações de esquerda, as jovens feministas tomam o palco para denunciar as posturas machistas dos militantes de boa parte dos grupos

presentes, os homossexuais, que tinham sido agredidos e a sua barraca destruída por machos frustrados e sobre-excitados, protestam em voz alta e Mario Mieli convida todos a exilarem-se da sua própria identidade; os cantores mais famosos, patrocinados pelas nascentes editoras discográficas de esquerda, são denunciados e também os seus palcos são ocupados por assembleias fluidas nas quais se fala de tudo, do corpo, da mercadoria, da revolução, da condição juvenil, do feminismo, da droga, da loucura e da luta armada. Todo o programa preparado pela organização é arruinado num gigantesco *happening* de desejo, enquanto os organizadores "*renudistas*" tentam explicar que os preços eram tão altos para financiar o Movimento, ou seja, que eles próprios já tinham pedido preços exorbitantes para que os grupos políticos pudessem ter os seus *stands* no interior do parque, que foi cognominado em menos de nada como o "gueto do Lambro". Centenas de mulheres e homens despem-se para dançar e fazer cortejos internos em louvor da libertação total, enquanto o serviço de ordem persegue quer os traficantes de heroína quer os jovens *junkies*, algo que fará explodir outras discussões sobre o absurdo desta "nova polícia" do movimento, que se arrogava o direito de repressão sobre os "desviantes". Houve também muita música boa, o concerto final dos *Area* tornou-se uma *jam session* que celebrava as dinâmicas criativas do caos e abolia a distância entre músicos e público, enquanto Gianfranco Manfredi cantava a insurreição através de uma doce melodia na qual se dizia que se poderia encontrá-la no "fundo dos teus olhos" como na "metralhadora reluzente", no "calor do teu seio" como "nos bastões dos fascistas", na "música na relva" e no "fim da escola", no "dar-se a mão" e no "incêndio de Milão". Fazer a festa no festival, fazer a festa nos grupos, fazer

a festa na metrópole, fazer a festa contra a opressão capitalista, foram as sequências linguísticas que saíram do Lambro: a "desprogramação" metropolitana planificada pelo proletariado juvenil em libertação.

O parque Lambro não foi uma derrota, como é frequentemente pintado, mas, antes pelo contrário, uma gigantesca experimentação colectiva que foi, como deve ser, atravessada por confrontos e recomposições. É verdade que naquele festival se revelou a miséria, a contradição, a pobreza, a violência e a confusão deste jovem proletariado, mas também a sua enorme vontade de comunidade, de revolta, de felicidade partilhada. Os grupos e os gestores fizeram má figura, os únicos organizadores que aprenderam a lição foram os autónomos de "*Rosso*", que fizeram publicamente uma autocrítica e recusaram-se justamente a dar um tostão a "*Re Nudo*". Serviu também para fazer uma clarificação no mundo da contracultura e para repensar a questão da política e da libertação, da mercadoria e do corpo. Gianfranco Manfredi escreveu sobre o parque Lambro – num artigo que merece uma citação por extenso – muitas considerações que não perderam uma vírgula da sua actualidade:

> "Desde que a «esquerda de classe» escolheu enquanto nó da sua prática (não dizemos «estratégia») a realidade sociológica do «proletariado juvenil» que o termo adquiriu valências de «classe» e as suas acções coincidência com a «luta de classes» [...]. Dá-se então que, no que toca às várias fases de desenvolvimento da classe, uma das suas facções é periodicamente elevada a «representante geral»: ontem o operário massa, depois os jovens operários, agora o proletariado juvenil [...]. Daqui à identificação do estrato com a classe, o passo é breve [...] mas há mais: ao termo sectorial

assim «isolado» são atribuídos os valores próprios da classe na sua totalidade, ou seja: ter uma homogeneidade interna que pode expressar uma homogeneidade de comportamento e portanto uma direcção unitária e no mínimo nacional, uma representação organizada [...]. Procuremos antes [...] empreender um caminho oposto, contrário: não o da agregação revolucionária da classe em torno do seu estrato mais avançado e da sua (sempre esperada) representatividade, mas o da desagregação (o esfumar) da classe através dos seus estratos marginais e para lá de qualquer representação [...]. A classe enquanto tal (...) é o partido operário que se torna Estado operário. Aqui, em Itália, o PCI. A classe que se nega enquanto classe é Sujeito, o operário que se nega enquanto operário é pessoa. Eis a razão de ser do «proletariado juvenil». É no último grau da sua marginalização em relação à máquina que o operário encontra a sua figura dividida entre a classe e a pessoa. O termo «proletariado juvenil» exprime esta ambivalência de direcções, esta ambiguidade: por um lado, um termo («proletariado») que remete para a colocação num ciclo; por outro, um termo («juvenil») que remete para a realidade do corpo, [...] o problema juvenil estaria todo aqui: felicidade. A referida felicidade seria posteriormente dividida em dois ramos: a) ocupação; b) estar bem juntos («criatividade»). Em termos antigos, «*panem et circensis*». É um dos casos frequentes em que a esquerda é direita: entre «*panem et circensis*» e «*ora e labora*» há apenas uma pequena diferença de óptica [...]. Traçam-se condições de felicidade, o que se pode e não pode fazer [...]. Os rituais, escusado será dizer, são rituais de mercadoria. E digo-o sem me escandalizar. Quem se escandaliza é muitas vezes exactamente quem prepara o ritual pela qual a mercadoria se torna presente, mas fugidia, e se torne exorcizada [...]. A mercadoria

é a «relação de mercadoria»: é mercadoria-ideológica (a política), é mercadoria-cultura (a música), é mercadoria-sujeito (o palco). A última máscara da política é a da Autonomia Operária. A política é aqui apresentada enquanto antagonista da mercadoria [...]. Mas esta negação, quando prescinde do carácter específico da mercadoria (esta ou aquela, boa ou má), ou seja, do seu real usufruto, nega o seu lado concreto, de uso, para afirmar o seu lado formal, o valor abstracto [...]. Reapropriam-se, com a mercadoria, da relação de mercadoria. Não fogem ao ciclo, divertem-se dentro dele [...]. A mercadoria está lá, não é necessário ter medo dela, nem exorcizá-la apenas por convivermos com ela: é necessário frequentá-la, amá-la e assumi-la, não enquanto valor mas sim enquanto uso, recepção, estímulo, desfrute [...]. A música, qualquer música, dentro de uma relação de troca, é mercadoria [...]. De novo, o problema é a sua recepção, o seu uso. Frequentemente, pelo contrário, contrapõe-se à «música comercial» a «música colectiva», isto é aquela que recria a ritual [...]. À música era pedido que representasse a unidade da gente do Lambro, [...] era claríssimo para todos os músicos o facto de que qualquer libertação do pessoal seria confundida com egoísmo e que se deveria recorrer aos truques do ofício, à peça fácil e de efeito seguro [...]. Se no Lambro foi expressa a contradição política, não foi expressa a da cultura-música ou foi expressa apenas nos termos antigos, isto é, identificando enquanto mercadoria apenas a música que não traçava uma ligação explícita com o trabalho-militância-fé, a outra pelo contrário era «música nossa», era «participação» [...]. Se, passando da «política» à «cultura», a contradição amolecia e ocultava-se, alcançado aqui o limiar do eu, a contradição escondia-se por completo. A pulga na orelha surgiu-me da habitual banalidade

fenomenal: as pessoas tinham tomado o palco e alternavam-se a falar ao microfone «falo eu, falo eu», «não, agora sou eu» e arrancavam-no ao outro [...]. Depois cada um se apresentava: «sou um companheiro de...» ou «sou um operário...»: que aborrecimento estes «cartões de visita». Depois «companheiros» de aqui, «companheiros» de ali. Mas que necessidade há... e por fim o *flash*, a última desconcertante observação. Estava o microfone, duas enormes colunas ligadas, de super banda, toda a gente debaixo do palco ao alcance da voz natural. E, no entanto, quem falava ao microfone gritava [...]. Ao nível da expressividade corporal no grito ao microfone exprimia-se todo o instinto de potência, o poder dos outros. Todos pequenos Charlots a fazer de Hitler. Então: tinham tomado o palco ou tinham sido tomados pelo palco? O que é o palco, se não algo que te põe sobre a cabeça dos outros, e porquê a obsessão de o tomar se não para se pôr acima da cabeça dos outros? É este o jogo do palco. Que é também o jogo do Sujeito. O Sujeito é o que tem poder, e o poder é um palco. Mas os sujeitos mudam e mutam-se, alternam-se a gritar ao microfone, o palco permanece porque o poder é ele. O Sujeito é uma «Coisa»: o palco, e os sujeitos que se definem enquanto tal apenas em virtude da dimensão do palco, são sujeitos fantasmagóricos, personagens em busca de um autor. É o palco o verdadeiro Sujeito, é o autor, aquele que te empresta a voz e postura e te transmite a gestualidade. Também aqui: o palco, apesar de tudo, une. É a unidade ritual que permite a assembleia, porque falar em pequenos grupos ou a dois, a três ou a quatro, parece não ser uma comunicação interpessoal «verdadeira»: a comunicação é assembleia e o palco é o Sujeito, e o sujeito singular pensa-se enquanto tal apenas quando se retira da sua subjectividade real de pessoa e se mostra enquanto «figura de palco», porque a comunicação

> não acontece de pessoa a pessoa mas de «sujeito político», «coágulo de poder», «eu gritante ao microfone», a «massas», «classe», «companheiros», unidade indistinta de outros «sujeitos políticos», que também não se exprime em olhares, sensações tácteis, palavras claras ou implícitas, mas em gritos, aplausos e assobios [...]. Outros não gritavam: estavam ali a usar um microfone, uma estrutura casual porque naquele momento era ali que se comunicava e comunicavam falando porventura acerca de si próprios, como tinham chegado ao parque, o que é que lhes tinha acontecido. Esses desceram do palco como tinham subido: falaram ali como tinham falado noutros sítios. Também aqui, alguém conseguiu fazê-lo. E não é pouco. Que haja cada vez mais sujeitos a falar e menos «sujeitos políticos», mais «pessoas» e menos «companheiros»."
>
> «L'erba voglio» n.º 27 – Setembro/Outubro de 1976

Se por "proletariado juvenil" tentarmos hoje substituir "precariado", "imigrantes" ou "jovens da *banlieue*", recordamos rapidamente que os vícios da "esquerda de classe" são sempre os mesmos, se nos concentramos sobre a questão da mercadoria-cultura, sabemos já que os vários festivais "alternativos", porventura organizados pelos centros sociais, tornaram-se cada vez mais uma feira de falsidades sem igual, se olharmos ainda para a questão do "sujeito", basta pensar nas assembleias-gerais durante os mais recentes movimentos de massas – contra o CPE em França ou a Onda universitária em Itália – se tornaram entretanto "palco" da mistificação e do abuso por parte dos "sujeitos políticos" organizados para a sua eterna reprodução. A diferença relativamente aos eventos do Parque Lambro está no facto, certamente não menor, de

a maior parte das pessoas ali presentes não terem quaisquer escrúpulos em partir aquilo tudo, ainda que a custo de errar, ainda que a custo de ter de reconstruir tudo, o fundamental estava noutro lado, fora do parque-gueto, fora da "política", fora também do "sujeito".

O perigo, assinalado por exemplo por "*Senza Tregua*" mas também por "*A/traverso*", era que o proletariado juvenil se deixasse embalar na admiração do seu próprio ser gueto separado, de se prestar a uma ideologização da "festa", de renunciar à revolução para se contentar com as bugigangas da contracultura, mas as coisas tinham avançado tanto que era agora impossível a redução da forma de vida daquela colectividade a uma simples subcultura, consistindo o verdadeiro problema em como fazer durar todo aquele excesso, como auto-organizar-se no seu interior, como continuar a expandir-se e a destruir a parte inimiga.

O número de Abril de "*Rosso*" é quase um manifesto programático: "*Operai contro la metropoli*" é o titulo do número 8 da nova série, datado de 24 de Abril de 1976. Um número que demonstra como é sempre possível estar correctamente *no* movimento, através do registo dos seus comportamentos para os exaltar e relançar em espaços ainda mais vastos, sem os procurar enquadrar em estúpidas estruturas omnicompreensivas mas traduzindo-as, através das próprias posições, em indicações de luta cada vez mais massificadas, a imagem da capa é belíssima: um autónomo com um passa-montanhas no rosto que flutua no ar de uma metrópole em transformação, com os velhos edifícios modernos em baixo e os novos arranha-céus do poder destacando-se em cima: "a multiplicação dos ataques proletários à metrópole já não é só um dado emergente, luta antecipadora, subjectividade de vanguarda. Na

apropriação, na manifestação armada, no ataque militar reconhecem-se estratos de classe, comportamentos políticos cada vez mais amplos [...]. Ao lado da loja expropriada, começam a ser fechados os bares de tráfico de heroína, as sedes da CL[12] são invadidas e destruídas [...]. Da pequena fábrica ao bairro, do tecido social recomposto em novos níveis devem desaparecer todas as formas de controlo, todas as formas de poder de organização do trabalho ("*Un comunismo piú forte della metropoli*"). No mesmo número, para lá das acções milanesas do 25 de Março, surge a descrição da revolta, a 30 de Março, dos desempregados napolitanos organizados na Autonomia. A batalha desenrola-se furiosa em todo o centro da cidade de Nápoles, paralisada por pelo menos quatro manifestações diferentes que atacam centros de emprego, dispersam a polícia, ocupam a estação e destroem alguns vagões, depois atacam o grande mercado, saqueiam várias lojas e param dois autocarros que são destruídos e servem para uma enorme barricada, enquanto outros comandos destroem automóveis e partem os vidros de outros autocarros, os polícias à paisana que tentam infiltrar-se são reconhecidos, agredidos e expulsos da manifestação. Em Roma é invadida a embaixada de Espanha e o Estado começa a responder disparando para matar cada vez mais frequentemente, até que, ainda em Roma, a 7 de Abril, é assassinado durante uma manifestação antifascista outro companheiro, Mario Salvi, provocando duríssimos confrontos de rua nos quais, para lá dos *molotov* lançados contra os ministérios e a sede da DC, são ainda disparadas armas de fogo contra a polícia.

Em Bergamo e Varese, na Lombardia, as manifestações de 25 de Março são perturbadas por confrontos com

12- N.E.:*Comunione e Liberazione*, organização católica integrista muito presente nas escolas e universidades

a polícia, exproprios e ataques às sedes da *Democrazia Cristiana*. Nas fábricas jogam-se os últimos cartuchos de resistência às reestruturações: "*gambizzazione*" de chefes, disparos de metralhadora intimidatórios contra as vitrinas da direcção e incêndios que se repetem uns após os outros. Em Maio, no dia seguinte à morte de Ulrike Meinhof, explodem pequenas bombas contra objectivos alemães. Não são acções levadas a cabo por uma qualquer estrutura centralizada: cada colectivo sintonizado nas "frequências" do Movimento sabia como mover-se em situações semelhantes, incluindo talvez no calor do momento também alguns *faux-pas* como quando, nesta ocasião, um colectivo milanês incendiou uma sede da Gestetner – uma empresa inglesa – pensado, pelo som do nome, que era alemã...

A metrópole é agora uma mega-fábrica sobre a qual se abate uma tempestade de fogo sem precedentes. O velho slogan de 1969 "Queremos tudo!" transforma-se em "Tomamos tudo!" e o programa da autonomia é declinado do seguinte modo: no terreno salarial: imposição de preços políticos contra a subida dos preços, apropriação, represálias contra a grandes distribuidoras que se recusam a baixar os preços, ocupação das casas vazias, auto-redução das contas, taxação à burguesia rica dos bairros em favor dos sem-rendimento; no terreno da militarização: bairros libertados de polícia e vigilantes armados, represálias contra a prisão e assassinato de companheiros, recusa de espaços no bairro às organizações de "esquerda" que façam delações, eliminação dos traficantes de heroína; sobre as formas de vida: ocupação de centros juvenis onde habitar, reunir e fazer festas, rondas contra os fura-greves e a exploração nas pequenas fábricas; e por fim: coordenação metropolitana de todas as autonomias: «O

território metropolitano deverá ser repercorrido rompendo a guetização dos bairros» ("*Rompiamo il gueto del quartiere*", idem). Entretanto, uma cisão no interior de "*Senza Tregua*" tinha produzido, por uma lado, o nascimento dos *Comitati Comunisti Rivoluzionari*, uma estrutura legal mas que também agia no terreno armado com outras siglas; e por outro, as organizações clandestinas, as *Unitá Comuniste Combattenti* e *Prima Linea*, enquanto os outros meios da Autonomia, pertencentes à área de "*Rosso*", dão vida às *Brigatte Comuniste* das quais pouco mais tarde se destacam as *Formazioni Comuniste Combattenti*. Se *Brigatte Comuniste* é na verdade a sigla com a qual alguns grupos próximos da "*Rosso*" reivindicam algumas acções de sabotagem armada – e serão dezenas e dezenas de siglas a levar a cabo acções deste género neste período – *Prima Linea* e as *Formazioni Comuniste Combattenti* eram grupos que agora se estruturavam como verdadeiras organizações autossuficientes, ainda que, pelo menos nesta primeira fase, tivessem relações próximas com o Movimento. A maior parte dos seus militantes continuava a fazer intervenções públicas, ou seja, a militar nas estruturas legais na fábrica ou no bairro: não tinha ainda chegado o momento no qual as fracções armadas clandestinas assumiriam o ascendente, era ainda a época em que a Autonomia difusa e organizada "dirigia" as ruas.

Após o Verão de 1976, as lutas recomeçam com uma intensidade sempre crescente, no Outono um número notável de acções armadas atinge as fábricas e as cidades: em Turim é assaltada a Singer; em Milão, a 20 de Outubro, durante uma manifestação operária, alguns comandos autónomos atacam o instituto farmacêutico de Angeli, destruindo o centro informático, incendiando os escritórios da De Angeli Frau (uma fábrica têxtil), com cerca de

21 *molotov* fecham uma sede de *Comunione e Liberazione*, destroem as vitrinas de uma editora de direita e, por fim, expropriam os licores de um supermercado; em Génova, as *Brigatte Rosse* incendeiam os automóveis de três dirigentes de três fábricas diferentes, enquanto em Turim reivindicam o incêndio de seis automóveis de "seguranças" da Fiat; ainda em Milão, a 12 de Novembro, três militantes armados das *Unitá Comuniste Combattenti* irrompem na ASSOFARMA, removendo os arquivos e a carteira do director e assim por diante.

Mas esse é o momento dos círculos, o *seu* Outono quente.

Para lá da estratégia vencedora das auto-reduções no cinema, serão incisivas as ocupações de novos círculos e colectivos que surgem em Milão, como o de Romana-Vittoria e o do Corso Garibaldi, ou o Colectivo Autónomo de Barona, que se ocupam principalmente das rondas proletárias contra o trabalho negro no território, dos "mercados vermelhos", do exproprio e da ocupação de casas. Os colectivos organizam também auto-reduções nos transportes públicos: entram nos autocarros, sabotam as máquinas de obliterar bilhetes e distribuem folhetos, ou então entram em grupo e esperam que o revisor chegue para lhe arrancar todo o bloco de multas da mão e, descendo, grafitam com sprays as paredes laterais do autocarro. Ou então, como ocorre a 3 de Dezembro para depois se repetir dezenas de vezes, apresentam-se em bom número num supermercado e convidam as pessoas presentes a apropriar-se das mercadorias, o que é imediatamente levado a cabo: o exproprio não dura mais de um minuto. É necessária alguma atenção para não confundir a histórias dos Círculos com a dos Centros Sociais como o Leoncavallo, que foi ocupado em 1975 por vários

militantes de diversas organizações da extrema-esquerda e que, não obstante a carga inovadora, tem na época dos Círculos – como recorda Primo Moroni, o "livreiro do movimento" – uma postura bastante tradicional na sua prática política e com pouca compreensão das realidades juvenis das metrópole, ao contrário de outros, como o Santa Marta. Hoje o Leoncavallo, que teve o seu período glorioso na década de 1980-90, ainda existe noutro local da cidade, mas ninguém o considera um centro social, apenas um entre tantos outros locais da movida milanesa: assim como esteve na vanguarda de uma "nova maneira de fazer política" nos anos Oitenta, também o esteve nos últimos dez anos, ao assinalar o declínio político e cultural das centenas de Centros Sociais italianos que tinham nascido na sua linha, muitos dos quais se tornaram agentes da "requalificação urbana" – isto é, da destruição – das zonas populares das cidades ou se reduziram a fábricas de diversão com uma taxa mínima de cultura política que é exibida, no limite, como um estúpido *crachá* de reconhecimento, ou pior: um *logo*. Os que ainda resistem com um espírito autónomo e de pesquisa colectiva talvez se possam contar pelos dedos.

A 27 e 28 de Novembro de 1976 na Universidade Estatal de Milão, dá-se uma assembleia nacional dos Círculos juvenis da qual sai um documento em que se escreve:

> "[...] O Parque Lambro foi um espelho fiel das realidades da marginalização, de solidão e de força para mudar as coisas [...]. A luta pela auto-redução dos cinemas tornou-se uma prova de força entre os jovens e o sistema [...], que a força que acumulámos se estenda não apenas aos cinemas mas também aos teatros, às salas de baile e a qualquer local de violência ideológica que a burguesia imponha. [...] O nosso não à

> sociedade dos sacrifícios é dirigido à ocupação de edifícios e centros sociais dos quais pedimos o financiamento, é dirigido à ocupação de casas para partilhar em comum, é dirigido à imposição de preços políticos nos restaurantes, nas lojas de roupa, nos grandes armazéns. Temos necessidade de acumular força, força para viver, força para derrubar o patrão..."

A linguagem adoptada pelos círculos é a dos "índios", o manifesto de convocatória do *happening* milanês está dominado por duas mãos que se cruzam segurando um *tomahawk* e onde está escrito: "é tempo de as tribos dos homens se unirem para expulsar da Terra os falsos amigos do homem. *Desenterrámos o machado de guerra*."

A descoberta essencial era que o proletariado juvenil, as feministas, o desempregado, o "marginal", o operário social, já não tinham a escola ou a fábrica enquanto espaço de agregação mas faziam-no directamente no *território*, no qual era impossível qualquer tipo de ideologia: no território as pessoas organizavam-se através da luta directa, sem mediações, pela satisfação dos desejos. A recomposição do movimento já não passava pelas estratégias de "reivindicações", mas pela prática directa do objectivo, pela construção de alternativas materiais de vida aqui e agora, pela ocupação capilar e armada do território. Neste sentido, o início do "Movimento de 77" deve ser antecipado para 1976. Ao mesmo tempo, rompia-se também a aliança entre os autónomos romanos dos Volsci e a área de "*Rosso*". Os Volsci criticavam nos outros um desinteresse crescente pela grande fábrica e pela temática, segundo eles actual, dos "*Soviets*", para prosseguir uma campanha unilateral a favor dos estratos "emergentes" (jovens, mulheres, homossexuais), esquecendo assim demasiado rapidamente o

operaísmo. Em Milão, onde tinha sido ocupado um velho barracão chamado *Fabbricone*, dá-se uma incompreensão semelhante entre os militantes da Assembleia Autónoma da Alfa e a maior partes das pessoas de "*Rosso*", os primeiros não compreendem os jovens "*freaks*" e as feministas e gostariam de usar o barracão enquanto tradicional sede política, enquanto os outros sustentam, pelo contrário, a linha de abertura às diferenças e aos novos comportamentos juvenis. Paolo Pozzi descreve tudo isto sugestivamente em *Insurrezione*: "No *Fabbricone* havia de tudo: um grupo teatral que se chamava Teatro Marginalizado, uma creche autogerida, um palco para representações e dezenas de ex-escritórios para fazer reuniões. Ocorria assim chegar-se e encontrar reunidos ao mesmo tempo, mas em espaços diferentes, os grupos dirigentes de «*Rosso*», «*Senza Tregua*» e as várias cisões de *Lotta Continua*. Para não falar dos dias precedentes às manifestações, quando o *Fabbricone* se tornava em fábrica de *molotovs* [...]. No fim das festas formavam-se casais sempre diferentes e consumou-se assim a crise de centenas de famílias. As mulheres portavam-se como patrões (...). No mundo fantástico do *Fabbricone*, a vida agarrava-te sem sequer fazer um esforço. Bastava deixares-te flutuar como uma rolha na água. Um fio de corrente e tudo começava a deslizar.» Infelizmente, as tensões entre os "operaístas" e os "metropolitanos" rapidamente fizeram declinar esse "mundo fantástico": discussões significativas de uma ruptura não apenas geracional, mas que tinha as suas razões mais profundas numa cultura política, o operaísmo fabriquista, que não compreendia as transformações antropológicas que se estavam a afirmar, ou talvez não: compreendia-as e lia nelas o seu crepúsculo. Todavia, o documento de Março dos Colectivos Políticos Autónomos de "*Rosso*" fala claro e assume abertamente a *positividade*

das contradições entre autonomia organizada e autonomia global dos movimentos e sobre a possibilidade de manter juntas a luta de classes e a luta de libertação: "que fique bem claro que não acreditamos na superioridade do projecto de ataque da autonomia operária se essa não se revela, *antes de mais*, enquanto capacidade de síntese política dos desejos de libertação" ("*Agire colletttivo e autonomo nella fase attuale*", "*Rosso*", 13 de Março de 1976). A análise revelava na verdade como, num contexto de feroz ataque capitalista, o reformismo sindical e partidário apontava à separação, violenta e guetizante, entre as "lutas pelo emprego" e as que eram levadas a cabo por jovens e feministas, o seu objectivo era claramente o de dividir o proletariado entre uma classe operária "garantida" e um estrato de "marginalização" improdutiva: corporativismo contra comunismo. Claro, a "síntese" dos movimentos era na verdade uma operação impossível, enquanto permanecia em aberto o *como fazer* de uma organização metropolitana das autonomias, que evitasse estrangular a expansividade do desejo de libertação na ainda necessária recomposição das lutas e dos estratos proletários. Se até ai a recomposição tinha ocorrido "espontaneamente" ressurgia agora, de forma cada vez mais aguda, o problema da sua organização, estando todavia conscientes de que a informalidade da autonomia social e proletária representava já em si um forte limite às operações repressivas levadas a cabo pelo capital colectivo.

Enquanto os autónomos organizados discutiam furiosamente as linhas políticas e de recomposição de classe, os Círculos do Proletariado Juvenil lançam "o ultimato à metrópole": ou a Câmara Municipal "vermelha" de Milão aceita os seus pedidos de auto-redução e ocupação dos edifícios vazios ou darão azo, a 7 de Dezembro, ao boicote da primeira temporada lírica do *Teatro Della Scala*, tradicional

ponto de encontro mundano da burguesia milanesa. O manifesto afixado em todas as paredes mostra um *tomahawk* que caía ameaçante na plateia do teatro: os dados estavam lançados. A Autonomia organizada participou com relutância e pouca convicção nesta convocatória, que tinha pelo contrário, para os jovens proletários, o carácter de um momento fundamental, mas fê-lo de modo diferente de todos os outros grupos que até aí tinham cortejado os círculos. Porque era claro como a água que não seria uma repetição da contestação ao Scala que aconteceu em 68, quando voaram inocentes ovos sobre os casacos de peles da burguesia.

O jornal dos Círculos, "*Viola*", escreveu uma declaração de guerra:

> "O 7 de Dezembro em Milão é Sant'ambrogio, a festa do santo padroeiro da cidade: a burguesia milanesa inaugura nesta data, com a estreia do Scala, um novo ano de exploração e domínio, ostentando a sua própria riqueza, os seus privilégios [...]. A estreia do Scala é hoje um momento político. O proletariado juvenil põe-se, juntamente com as mulheres, enquanto detonador e enquanto vanguarda cultural da explosão dos actuais equilíbrios de forças entre as classes, mas há algo mais do que em 1968. A lógica dos sacrifícios é a lógica burguesa que diz: para os proletários o esparguete sem acompanhamento, para os burgueses o caviar. Reivindicamos o direito ao caviar: porque somos arrogantes (talvez porque seja característica dos jovens) [...]. Não obstante a Câmara vermelha, o privilégio da estreia continua a ser dado à burguesia milanesa, por isso iremos mobilizar-nos para impedir os burgueses de entrarem no Scala: visto que nos foi negada a nós, faremos tudo para a negar a

vocês. Se não conseguirmos as auto-reduções, auto-reduziremos os espectadores."

Na tarde de 7 de Dezembro o centro de Milão está totalmente militarizado, mas cerca de três manifestações dirigem-se para o Scala: uma está, mais do que conduzida, defendida pelos de "*Rosso*", uma outra por *Manifesto* e pelos marxistas-leninistas, uma outra ainda pelo célebre serviço de ordem de Casoretto, um gangue de bairro que vinha das lutas antifascistas do início dos anos Setenta. Foi um desastre: a maior parte dos rapazes não estava preparada para uma batalha campal. As primeiras duas manifestações foram rapidamente dispersas após uma série de confrontos desesperados e a polícia concentra-se assim inteiramente na terceira, deixando-a sem via de fuga. Os companheiros lançam *molotov* às dezenas para conquistar uma via de saída, mas alguns escorregam na gasolina inflamada, outros deixam cair os *molotov* de gatilho químico nos pés enquanto correm: registam-se várias queimaduras graves, dezenas de detenções e centenas de identificados. Foi uma dura lição que ninguém esquecerá e aquele 7 de Dezembro põe substancialmente fim à história dos Círculos milaneses, cujos militantes convergiram nos vários colectivos da Autonomia ou desapareceram nas névoas da heroína.

Permanece no entanto forte a impressão de que se a Autonomia organizada milanesa tivesse realmente *acreditado* na insurgência dos Círculos tudo poderia ter corrido de maneira diferente e talvez as coisas em Milão também tivessem ocorrido, nos meses seguintes, de forma diferente da que fatalmente ocorreu. Há que atentar que também do outro lado, nas fileiras da burguesia, o assalto ao Scala tinha causado uma enorme consternação e o seu jornal, o "*Corriere della Sera*", tinha consciência de estar perante

algo de bastante diferente de 68, algo temível porque irreconhecível, *monstruoso*, e é assim que recuperam num modo totalmente mistificado a imagem da *jacquerie*, inaugurando aquela contraposição entre um 68 positivo, fonte de modernização, e um 77 visto como *annus horribilis*, fonte de todos os males, que tanta sorte terá na pseudo-historiografia dos anos posteriores: "Milão assiste à insurgência de uma forma de *jacquerie* urbana estéril, privada de objectivos como eram, nos séculos antigos, as *jacqueries* dos campos [...]. Os protagonistas desta *jacquerie* são algo bem diferente e bem distante da contestação de 1968. Nem a política, nem o sistema legal, nem os objectivos ou as estratégias lhes interessam. Como os minúsculos gangues de camponeses das terras francesas incendeiam o castelo, estes gritam «tomemos a cidade», que reluz, que tem os seus esplendores e as suas contradições. Se o instinto e o sentimento de frustração também empurram nalguma direcção, equivocam objectivos e estratégia: estão fora de tudo, dos partidos, dos grupúsculos, das próprias periferias de onde são provenientes" ("*Editoriale*", Quarta-feira, 8 de Dezembro de 1976). A *intelligentsia* burguesa via lucidamente algumas das características da fenomenologia insurreccional que se lhe apresentava perante os olhos, mas não conseguia vislumbrar uma "estratégia" porque esta estava *finalmente* fora de qualquer coordenada da política que pudessem compreender ou recuperar.

O ano termina, em Dezembro, com uma outra impressionante série de acções. Para dar uma ideia: em Pádua, um comando de autónomos armados faz um bloqueio de estrada com automóveis e pneus incendiados, para permitir a um outro grupo o exproprio de um supermercado; em Turim e Milão, *Prima Linea* leva a cabo duas acções contra associações patronais e contra as sedes da DC; em

Florença, os *Reparti Comunisti de Combattimento* explodem seis agências imobiliárias; em Roma, alguns grupos autónomos explodem quinze pequenas centrais telefónicas em protesto contra o aumento das tarifas; em Milão atingem com *molotov* uma loja envolvida na organização de trabalho clandestino.

Os Círculos juvenis romanos saúdam assim o último dia do ano: "Não permaneceremos nas nossas «reservas»!! Desta vez o fim de ano será uma noite de festa e de guerra! De festa: porque temos necessidade de estar juntos, de sentir o nosso calor, de encontrar colectivamente a vontade de lutar para nos mudarmos a nós próprios e ao mundo, para vencer o desespero e organizar o sonho. De guerra: porque não estamos dispostos a sacrificar a nossa vida, a nossa fantasia, para os patrões. E queremos gritá-lo nos nossos miolos, com todo o nosso desespero, com toda a nossa alegria de viver!"

Autonomia e delírio do sujeito: mil grupos em multiplic/acções

> "O poder não está
> apenas onde se tomam
> decisões horrendas
> mas onde quer que o discurso
> remova o corpo, a raiva,
> o grito, o gesto de viver."
> Colletivo A/traverso, Alice é il Diavolo

De grande importância, pela sua proximidade relativamente às práticas do proletariado juvenil e em virtude de alguns dos desenvolvimentos de 77, é a actividade dos pequenos grupos autónomos que se criam nesse período ao redor de revistas como "*A/traverso – giornale dell'autonomia*" e "*Zut – foglio di agitazione dadaista*", experimentações de escrita e de vida radicadas entre Bolonha e Roma. A primeira, entre outras coisas, funcionou como o laboratório no qual se viria a inspirar a Rádio Alice, a rádio livre de Bolonha, a rádio do movimento por antonomásia. Existiam em Itália outras experiências radiofónicas movimentistas, como a Rádio *Sherwood* em Pádua, a Rádio *Cittá Futura* em Roma e a Rádio *Popolare* em Milão, mas a Rádio Alice tem nesta história uma particular importância e especificidade, recentemente celebrada num belo filme de Guido Chiesa, *Lavorare con lentezza*. A confirmação da sua importância no imaginário colectivo é o número impressionante de crianças nascidas em 77 e anos posteriores que receberam o nome Alice. Esta

experiência excepcional não teve continuidade, enquanto por exemplo as outras rádios citadas continuam ainda hoje a transmitir, simplesmente pelo facto de *aquela rádio não ser senão o Movimento* e portanto, perseguições políticas à parte, termina quando este termina. Quando se fala de colectividade e de movimentos, a continuidade não demonstra nada de revolucionário, apenas o oportunismo e o espírito empreendedor dos que continuam a qualquer custo. E contudo a Rádio Alice ainda vive, permanece na memória comum enquanto um dos episódios mais significativos da nossa história revolucionária.

"*A/traverso*" começa a ser publicada em Maio de 1975, é feito inicialmente com uma máquina de escrever e um marcador e depois reproduzida em *offset*, o título é composto por letras rasgadas de jornais como o "*L'unitá*", "*Il Manifesto*" e "*Rosso*". Nesses anos, Bolonha é um território particularmente adaptado a este tipo de experiências "criativas": muitos dos 70 mil estudantes universitários daquele período chegavam para fazer o DAMS (Departamento de Arte, *Media* e Espectáculo), uma nova licenciatura onde trabalhavam diversos professores libertários e abertos às contaminações do Movimento, onde havia estudantes provenientes de toda a Itália, especialmente do Sul, mas também do estrangeiro, como por exemplo alguns alemães que fizeram parte das experiências de que falamos. Bifo e os outros que faziam a revista eram quase todos ex-militantes de *Potere Operaio* e de *Linea di Condotta*, mas adeptos das alas "espontaneístas"; tinham entretanto lido o *Anti-édipo*, e vivido, ainda que entre mil contradições e com muita felicidade, o movimento feminista e gay, colocando-se imediatamente num terreno no qual a auto-organização não é e não se tornará nunca uma "subjectividade política": o pequeno grupo, a revista e

rádio tornar-se-ão o instrumento e nunca a direcção de qualquer coisa ou grupo, a sua proposta é a colectivização do quotidiano e a organização micropolítica. Não se tratava aliás de instrumentos, escreve Bifo, mas de "agentes comunicativos": "A Rádio Alice não estava ao serviço do proletariado ou do movimento, era pelo contrário uma subjectividade do movimento" (F. Berardi "Bifo", "*La specificitá desiderante nel movimento dell'autonomia*", in *Gli Autonomi I*). Tratava-se de valorizar a experiência das casas colectivas, dos círculos, dos grupos de autoconsciência, dos colectivos de fábrica, de escola, de universidade e assim por diante, fazendo deles uma rede capaz de aumentar o conflito e de sustentar a possibilidade de autonomia em todos os sentidos, do físico ao mental. Valorizando as experiências recentes, não pensam apenas na fábrica enquanto centro de irradiação da intervenção, mas também na vida quotidiana na sua globalidade e na relação crítica que se estava a criar entre proletariado juvenil e metrópole.

Desde o início, "*A/traverso*" esclarece que considera defensiva a luta praticada nas fábricas nesse momento e parte daqui uma necessidade de ruptura, de um salto no vazio que era pré-anunciado enquanto rico em possibilidades. Mas lia também os sinais de angústia e de autodestruição que se vislumbravam no Movimento, resultantes da incapacidade de lidar com a desagregação do passado recente, juntamente com as suas seguranças políticas e existenciais. Desta angústia, na sua perspectiva, derivavam tanto as tentações mistificantes e a frequentação da heroína como as pulsões militaristas e ultrabolcheviques que reproduziam espectacularmente a máquina estatal na fantasmagoria do Partido, repropondo a política como dimensão dividida e alienada do Movimento: a política, escrevia, só podia ser

medida em função dos tempos do Estado. Era pelo contrário necessário interceptar os micro-comportamentos, os *sintomas* de uma subjectividade latente que não podia emergir senão no terreno da autonomia, na recusa do trabalho, no estranhamento, ou seja na separa/acção (é "*A/traverso*" que inventa, obviamente, esta maneira quebrada de escrever). A política dá-se e cresce na "remoção do sujeito"; fá-lo também aquela que se reivindica de revolucionária e que no dia a seguir à insurreição recriou sempre, nas experiências passadas, o domínio da máquina governamental de separ/acção, da burocracia reformista sobre a autonomia, do socialismo do capital sobre o comunismo da libertação. A possibilidade que "*A/traverso*" via na autonomia difusa estava no facto de o Estado ser incapaz de conseguir verdadeiramente atingir os micro-comportamentos desviantes na sua profundidade, sendo capaz apenas de os reprimir, mas era daqui que surgia a nova importância adquirida pelos psiquiatras, os sociólogos, os criminólogos, os sindicalistas, os jornalistas enquanto agentes da sociedade de controlo. O encontro com o trabalho levado a cabo por Michel Foucault teve uma enorme importância para compreender esta transformação das dinâmicas governamentais.

Emergia portanto a contradição irredutível entre política e Movimento, entre a primeira enquanto momento da remoção, da institucionalização, do espectáculo e do interclassismo, e o segundo enquanto alteridade, desejo, autonomia. A classe redefinia-se como "processo de recomposição de um sistema de unidades desejantes, pequenos grupos em multiplicação, movimentos de libertação que reconhecem a sua unidade prática na libertação do tempo de trabalho, da forma de existência do desempenho [...]. Na separ/ACÇÃO o capital vê o seu fim" (Março de 1976).

"*A/traverso*" dá também um passo importante em direcção à discussão definitiva sobre a noção de sujeito. De facto, diziam os bolonheses, o sujeito reemergia sempre enquanto remoção da multiplicidade esquizóide dos transtornos e dos desejos vividos pela singularidade, impondo-lhes uma hierarquia interna e uma centralização exterior, exactamente como a política. O sujeito, como a política, descentra e totaliza, separa e centraliza, diferencia e hierarquiza, reproduzindo continuamente uma Norma à qual é necessário adaptar-se. O leninismo foi uma expressão muito particular desse processo que, partindo de linhas de fuga revolucionárias, acabou por produzir a Classe Operária enquanto sujeito do Partido-Estado e a política socialista enquanto Norma da impossibilidade da libertação do trabalho, no fundo da impossibilidade de viver sem o Capital. A autonomia operária, os movimentos feministas, dos homossexuais, dos transsexuais, dos proletários metropolitanos, unificam pelo contrário na multiplicidade aquilo que está aparentemente separado, destroem a dialéctica público/privado, desnaturalizam o comportamento sexual: o problema é a invenção de uma máquina de guerra capaz de utilizar todas as fugas da Norma sem ser uma máquina centralizada, sem sintetizar todas as singularidades num sujeito político. É agora evidente que *também* o marxismo-leninismo é uma estrutura do desejo, ou melhor, que todos os debates sobre a organização são na realidade discussões em torno do desejo, mas a verdade é que a sua presença explícita nunca foi permitida nos Partidos Comunistas e nas caricaturas que lhes seguiram, o que foi ainda mais determinante para os direccionar para a reterritorialização doentia do reformismo e/ou do militarismo, em direcção à sublimação do sujeito no Partido e à destruição científica de qualquer

linha de fuga. O desejo, dizia Guattari, é um "desprogramador": é por isso que no Grande Partido, onde tudo é Programa para levar até ao fim e tudo é Plano Quinquenal ou milenar, se torna algo a *neutralizar*.

"*A/traverso*" não identificava no proletariado juvenil um sujeito, mas um estrato social em movimento que deslocava o eixo do conflito da fábrica para o território, que fazia substituir uma vanguarda de fábrica ou de partido por uma vanguarda de massas metropolitanas que era *operária,* não pela sua colocação no ciclo produtivo mas pela sua forma de vida. Era um novo terreno de conflito e de organização que não tinha qualquer necessidade de "programas" mas sim de perceber o *como* do Movimento, sem se afogar nas visões "globais" mas partindo das exigências singulares, a partir do interior do próprio Movimento. A ocupação de centros juvenis, por exemplo, fazia parte deste *como*. Mas deveria também terminar a lista das lutas *por* qualquer coisa: pelo salário, pela casa, no final de contas *pelo* poder, porque naquele *pelo* estava o sacrifício do presente: "O problema não é a defesa do local de trabalho. O militante que se disfarça de carbonário, o partido da esquerda revolucionária que pede preços políticos, os colectivos feministas que exigem um salário para o trabalho doméstico arriscam uma vez mais tornar-se subalternos de um projecto social-democrata de separação entre salário e desejo, activam ainda o mecanismo da delegação através do qual um grupo se encarrega de contrair os desejos das massas. (...) O programa das massas não caberia numa biblioteca, o partido revolucionário tem as suas sedes em cada casa, em cada local de trabalho, de estudo, de diversão onde se lute pela realização dos próprios desejos, a revolução nunca parou" (Março de 1976).

"*A/traverso*" propõe o "pequeno grupo" de companheiras e companheiros como local de transformação da vida

e instrumento de libertação do trabalho, como célula de organização do movimento das separações: não um enésimo pequeno partido mas uma organização molecular que nasce "das relações da vida quotidiana, de amor e amizade, da recusa do trabalho e do prazer de estar juntos". Mas contra o risco de que o pequeno grupo, para se defender da desagregação, recrie hierarquias, exclusões e isolamentos era necessário criar os tempos de um debate sempre aberto com o Movimento, levar as experiências que se viviam e acumulavam no pequeno grupo a todos os outros, fazer-se a/travessar e deixar-se a/travessar pelo presente com todas as suas contradições. Estas reflexões nasciam também de uma situação de dificuldade do pequeno grupo que redigia "*A/traverso*" mas, em vez de deixar no seu interior o mal-estar, de esconder a crise, como fazem frequentemente as organizações, levá-las para o exterior e deixá-las à escuta:

> "O problema da recomposição é portanto o da passagem de uma alteridade difusa e desconexa à reconstrução de comportamentos ofensivos. O problema da construção de novos instrumentos de agregação e de colectivização do desejo. Ora, semelhante problema não se resolve no local fechado de uma organização e ainda menos com discursos abstractos sobre a unidade: a recomposição não pode efectuar-se senão sobre o terreno das práticas de transformação (a partilha, o estudo colectivo, a prática da autoconsciência, a apropriação, a escrita colectiva, a comunicação); no terreno de uma prática que percorre *transversalmente* toda a laceração da existência, todas as figuras onde o sujeito-classe se especifica."
>
> ("*A/traverso*", Março de 1976)

A recomposição do Movimento era encarada naquele momento como sintoma, como delírio, mas era daí,

fazendo delirar o sujeito, que se tornaria possível fazer emergir o *como*. No entretanto, era necessário começar a operar uma descontinuidade na linguagem e nos espaços. É assim que nasce a Rádio Alice e que se ocupa um local em Bolonha, que se chamará *Altrove*[13]: "Alice era o megafone da remoção, dos desejos, da esquizofrenia do quotidiano. *Altrove* deveria ser o local libertado/libertador onde cuidar da transformação das relações presentes" (Julho de 1976). Mas enquanto o projecto de *Altrove* se debatia com as habituais dificuldades produzidas pelo vanguardismo e pelo voluntarismo, nas que se enfrentavam nas tentativas de transformar o pessoal, nas dinâmicas de dependência dos muitos relativamente aos poucos, no não conseguir negar-se enquanto sujeito, Alice derrubava pelo contrário todos os muros da indiferença, enfiava a faca da ironia na gordura da burguesia vermelha bolonhesa e exaltava o desejo de qualquer um, dos jovens da periferia aos estudantes deslocados, do operário à dona de casa. A Rádio Alice atingia duramente porque tinha metabolizado a lição que deveria ser o terreno do quotidiano a determinar a qualidade do Movimento e nunca assumiu uma pose de "instituição" sua, mas antes de multiplicadora de desejos e destrutora da ordem linguística e semiótica dominante, e era apenas daí que também a fábrica, reconectada à vida comum, podia de novo tornar-se terreno revolucionário. A Rádio Alice mostrava que tinha terminado o tempo da "contrainformação", que mantinha inalteradas as relações tradicionais entre código e mensagem, entre emissor e receptor, e que havia chegado o tempo da *guerrilha informativa*. Entre a informação e a contrainformação "normal" e aquela praticada pela Rádio Alice, dizia-se, existia uma separação "tão grande quanto a vida": a produção de

13 - N.E. : em italiano, "outro lugar".

informação podia finalmente ser feita de modo colectivo.

No primeiro manifesto que publicita a rádio, que começa as emissões a 9 de Fevereiro de 1976, só para que se perceba o "contexto", está uma grua da qual se projecta um Lenine orador e por baixo uma parede com a pintada "*poter...operaio*" e do espaço da letra em falta emerge um grupo de músicos psicadélicos. No início, a rádio era feita por uma dezena de pessoas, às quais prontamente se juntaram estudantes, feministas, jovens operários e gente bizarra. Nesse tempo, as rádios livres eram uma raridade e ninguém tinha alguma vez pensado no que a Rádio Alice fez desde o início: em vez de utilizar o microfone como megafone da sua "própria" organização, pô-lo ao dispor de qualquer um. Todos podiam telefonar e opinar, cada "colectivo em multiplic/acção" podia fazer a sua própria emissão: "As mais diversas vozes cruzavam-se e contagiavam-se num contínuo fluxo verbal. E como se sabe, falar é uma forma de autoerotismo e portanto de gozo, o que se percebia perfeitamente escutando as emissões. [...] As vozes sem imagens, as vozes que se intensificavam no escuro" (Klemens Gruber em *1977. L'anno in cui il futuro cominció*, Fandango, Roma, 2002). A polícia detém imediatamente Bifo, sob a acusação de pertença a grupo armado. A resposta leva 10 mil proletários à rua para fazer uma "festa à repressão", e Bifo seria solto pouco tempo depois. A Rádio Alice enquanto "ritual colectivo contra a solidão" e, portanto, enquanto catalisadora da revolta contra o terrorismo de Estado.

A questão da linguagem e da escrita tinha sido tratada até aí, quando o era, pela velha e pela nova esquerda, como algo puramente instrumental, "*A/traverso*" rompe esta frustrante tradição propondo uma prática da linguagem enquanto delírio colectivo e transversal da classe,

ou seja, como fuga à ordem, ao previsível, ao significado, que é também a interrupção da comunicação, sabotagem da circulação de informação, isto é, o assalto ao centro nevrálgico da máquina capitalista contemporânea. Por exemplo, sobre a escrita:

> "Tentemos no terreno da escrita. Uma escrita que não seja uma síntese externa; mas que se preste a sustentar o processo na sua curva, fazendo-se sujeito prático da tendência: através de um trabalho teórico que trate da composição de classe tanto nos dados factuais como na tendência: através de uma escrita que seja uma prática transversal capaz de fazer crescer a tendência nos factos: uma escrita em si própria capaz de oferecer um corpo à tendência, de encarnar a tendência enquanto desejo, de escrever na vida colectiva as possibilidades de libertação."
>
> ("*A/traverso*", Outubro de 1975)

Mas isto também queria dizer interrupção da linguagem organizada da política, das assembleias sempre-iguais, sempre cheias de moções e nunca de emoções. Tudo isso determinou que «*A/traverso*» fosse a revista com maior difusão no Movimento ao longo desse período e que dela, do seu delírio e do seu profanar de todas as temáticas caras à esquerda, tenham colhido inspiração dezenas e dezenas de outras publicações.

As suas referências culturais iam de Rimbaud a Lautréamont, de Artaud a Debord, dos "*Quaderni Rossi*" a Deleuze e Guattari, mas são as vanguardas históricas a tomar a dianteira: formalistas russos, futuristas revolucionários e especialmente os dadaístas. Juntamente com "*Zut*", "*A/traverso*" inventa o mao-dadaísmo e sustenta que onde Dada tinha falhado, na abolição da separação entre signo

e vida na arte, o mao-dadaísmo terá sucesso porque o irá realizar na prática: "O dadaísmo queria romper a separação entre linguagem e revolução, entre arte e vida. Permanece uma intenção porque Dada não estava dentro do movimento proletário e o movimento proletário não estava em Dada [...]. O maoísmo indica-nos o percurso da organização, não enquanto reificação do sujeito-vanguarda mas enquanto capacidade de sintetizar os desejos e as tendências presentes na realidade material" (Fevereiro de 1977). O seu maoísmo pouco ou nada tinha a ver com aquele "real", mimetizado pelos micropartidos marxistas-leninistas na Europa: Bifo afirmará anos depois que, para eles, Mao era o velho-criança que aconselhava a neta a não ir às assembleias, que elogiava a revolta contra as boas maneiras e o dever da política, e que viam os guardas vermelhos como tipos bizarros e libertários. De Mao, na verdade, gostavam de citar uma frase que este terá, segundo consta, pronunciado durante a Revolução Cultural: "As minorias serão respeitadas porque a verdade está frequentemente do seu lado". Em suma, era um Mao que vivia numa casa colectiva, que tinha estado no Parque Lambro e tinha ido às aulas em casa de Deleuze e Guattari.

Para todos continuava por atravessar, em termos práticos, aquele traço que estava visivelmente inscrito no nome da revista e em todos os jogos linguísticos que se divertiam a inventar. O sinal é repetido no gesto, o gesto no sinal: um evento. Quebrando porventura o espelho, se não houvesse outra maneira de passar para o outro lado. E foi Maiakovsky – ressuscitado na Itália dos anos Setenta pelo romance de Bifo, *Chi ha ucciso Majakovskij?* (Squi/libri, Milão, 1977) – a indicar o caminho da supressão da separação espectacular entre movimento e partido, arte e vida, quando a excepção se torna quotidiana e o

quotidiano se torna extraordinário: poesia é *fazer* a revolução. A crítica sem a insurreição é nada. Até ao fim:

"....desta vez Maiakovsky não se matará, a sua pequena *Browning* tem mais que fazer."

(*"A/traverso"*, Março-Abril de 1977)

Capítulo III

Um piano nas barricadas: o Movimento, a insurreição, os grupos, a dispersão (1977)

Destruir o tempo dos patrões

> "A catástrofe é que «tudo assim continue»"
>
> Walter Benjamin, *Zentralpark*

O "Movimento de Setenta e Sete" tem este nome porque aqueles que o constituíram lho atribuíram no preciso momento em que decorria. Uma raridade nos dias de hoje: estamos efectivamente habituados a que sejam sempre os *outros* – os jornalistas, os juízes, os polícias, os intelectuais – a exercitar a faculdade mágica de "nomear" os eventos revolucionários dos quais são inimigos ou sobre os quais se estende a grande sombra da História dos vencedores. Eles, os vencedores, preferem chamar àquele período "anos de chumbo" e o 77 é um projéctil de tempo que ainda não conseguem racionalizar.

Sabemos bem como as palavras, os nomes e as imagens são um campo de batalha não menos importante que os outros, muitas vezes até são os decisivos, e o facto de aquele evento *também* continuar a ser assim chamado – Movimento de Setenta e Sete – indica que os *outros* ainda não venceram totalmente. Assim como "o Maio" de dez anos antes permanece, não obstante tudo, o nome próprio do jovem comunismo do século XX. Mas o 77 nunca foi recuperado pela grande narrativa democrática e progressista, como aconteceu com 68, e isso testemunha mais uma vez, não só a sua radicalidade mas o facto de ser algo que ainda nos interpela.

1977 foi de facto o ano no qual a luta pela e no interior da linguagem, de uma parte e de outra, se viu a desempenhar um papel que nunca tinha assumido a um nível tão explícito. Se para o Estado e os *media* tudo se jogava na mistificação semântica e na redução das acções de conflito a ocorrências criminais – se se tenta ler os jornais da época será difícil perceber que alguns dos episódios apresentados num registo de "crónica negra" são, pelo contrário, expressões de luta – para o Movimento o problema, escrevia "*A/traverso*", não era tanto denunciar a falsidade da linguagem do poder mas mostrar, e depois quebrar, a sua verdade, a sua ordem de realidade, fazer emergir o seu "delírio". Eis a razão pela qual se começou a sabotar a sua validade, falando com a sua voz e com as suas palavras, mas produzindo *signos falsos* que revelavam assim a verdade escondida do poder, aquela contra a qual lançar a revolta: "Informações falsas que produzam eventos verdadeiros; (...) a realidade transforma a linguagem, a linguagem pode transformar a realidade" (Fevereiro de 1977). Foi sintomático, a esse respeito, um episódio sucedido em Bolonha em Janeiro, quando uma célula mao-dadaísta distribui um falso panfleto da COFINDUSTRIA (a associação nacional de patrões) numa assembleia pública do PCI, no qual se louvavam com hipérboles as políticas laborais comunistas: todos os burocratas o consideraram verdadeiro e concordaram, contentes, enquanto o liam; os operários a quem foi distribuído no dia seguinte decifraram imediatamente o jogo, com o seu infalível instinto de classe. Dezenas e dezenas de "fraudes" foram produzidas pelas edições do movimento em 1977, justamente para demonstrar, através de um aparente exagero ou inversão do real, o que efectivamente desejava o poder.

Houve também outras tentativas de dar nome à insurgência de 77. Houve, por exemplo, quem o tenha chamado internamente "movimento dos não-garantidos", referindo-se à sua composição social, formada maioritariamente por estudantes, trabalhadores precários, desempregados, mulheres, homossexuais, plebe indiscriminada, opostos em bloco aos "garantidos", que estavam identificados em primeiro lugar nas "aristocracias operárias", defendidas pelas organizações sindicais e pelo PCI, e integrados portanto no resto da sociedade. Houve por outro lado a tentativa, desta vez exterior, de Asor Rosa – professor de Literatura Italiana na Universidade *La Sapienza* de Roma –, um ex-operaísta tornado intelectual de ponta do PCI, que concebeu mesmo uma teoria que deu o título ao célebre volume editado pela Einaudi, *Le due societá* (Turim, 1977), no qual subtilmente desenhava o cenário de uma Itália devastada pela "crise" na qual se confrontavam dois modelos sociais e mesmo antropológicos: o da "classe operária organizada" (por eles), que representava a "primeira sociedade", a dos produtores, contra a do "movimento dos marginais", a "segunda sociedade", um gueto não-produtivo e ainda por cima acusado de ser a base material e ideológica de um novo anticomunismo. A consequência da sua teoria era que "a luta já não serve para oferecer uma hipótese política *diferente* às *mesmas* massas, mas decorre entre duas sociedades diferentes".

Na sua provocação estudada, a tese do professor social-democrata trazia alguns elementos de verdade – não era falso afirmar que aquilo que se confrontava nas ruas de 77 era, bem mais do que duas políticas, duas "visões do mundo" diferentes – enquanto a dos "não-garantidos" parece banal na sua pobre dialéctica entre empregados e desempregados, entre quem tem e quem não tem representação política, entre os que têm e os que não têm acesso aos direitos; e ainda

porque definir-se negativamente é sempre perdedor por vários motivos, o menor dos quais não será, como neste caso, o de aparecer enquanto alguém que luta para conquistar as mesmas "garantias" que o seu adversário. Sobre o pretenso anticomunismo dos "marginais" é melhor estender um véu sobre aqueles comerciantes de histórias, sobre esses Noske que ainda uma vez mais se nomearam polícia política do capital colectivo na Europa.

Para além disso, Asor Rosa e o PCI enganavam-se completamente na análise de um ponto fundamental: os "marginais" sobre os quais tagarelavam eram, na verdade, um conjunto de estratos proletários que compunham já a maioria virtual dessa composição de classe altamente escolarizada e que em breve seriam inteiramente precipitados no novo modo de produção, enquanto se estavam a tornar verdadeiras marginais precisamente essas velhas figuras operárias que lhe tinham dado o voto e ao qual eles não foram capazes de garantir nada, nem sequer uma derrota honrosa, para lá do "Governo" e do "salário justo"!

Em 77, a verdade é que as grandes fábricas já não contavam quase nada, já que a produção fugia, externalizada, fragmentada, informatizada. Recorda um velho dirigente das Brigadas Vermelhas:

> "Uma greve, mesmo que pequena, em Mirafiori em 1972, queria dizer agredir o domínio capitalista na fábrica, prefigurava um confronto de poder que se alargaria, [...] queria dizer estar na ofensiva [...]. Uma greve, grande, na mesma fábrica em 77 [...] queria, pelo contrário, dizer defender com unhas e dentes aquilo que Agnelli tinha já tirado, ao deslocar a produção para um outro local."
>
> (Entrevista a Mario Moretti, em *Una Sparatoria tranquilla, Per una storia orale del 77*, Odradek, Roma, 1997)

Efectivamente, o Movimento de 77 encontra maior extensão em cidades como Roma, Bolonha ou Pádua, ou seja, territórios onde não existia uma classe operária industrial massificada e socialmente hegemónica, como em Milão ou Turim, mas um proletariado difuso nos serviços, nas universidades, nas periferias, nas pequenas empresas. Ainda que seja inegável que nesses territórios se deu uma intensificação do conflito, pessoalmente não faria uma leitura totalizante deste dado "geográfico", porque a força desse movimento foi na realidade a de se *molecularizar* para penetrar em todo o lado, contaminando cada estrato social e chegando com os seus "farrapos" até às mais pequenas aldeias. Parece óbvio que, qualquer que seja o ponto de vista, se identificamos a "segunda sociedade" com os desempregados, os precários e os marginalizados, essa tornou-se hoje em dia a primeira e a única disponível.

Assim, caso se quisesse fazer uma leitura quase "economicista" de 77, seria necessário enquadrá-la enquanto insurreição dos estratos proletários que ganharam consciência de que a crise do valor-trabalho lhes estava a ser despejada em cima pelos patrões, que o precariado viria a ser não um parêntesis no desenvolvimento vindouro mas a sua essência e que tudo isso significaria o fim de toda e qualquer solidariedade de classe, tornando-se alvo de um individualismo exuberante que começava a emergir nas dobras de um novo modo de produção. A tudo isto opuseram uma insurgência de massas, tentando entre entusiasmo e desespero contrariar os acontecimentos, acelerando o processo revolucionário antes que a premissa neoliberal se tornasse uma avalancha. Talvez seja parcial enquanto leitura geral, mas não é errada. Francamente, pensando agora, antes "marginais" em revolta que devir cidadãos de um império capitalista que

induz ao suicídio, cem mil vezes melhor (auto) marginais felizes do que tristes "trabalhadores independentes", escravos de empresas destinados à trituradora, espectadores passivos da sua própria infinita solidão. As interpretações pós-operaístas que se seguiram, sobre uma alegada "classe cognitiva" que reclamava em 77 o seu lugar na hierarquia social, surgem mais como desideratos dos teóricos do pós--qualquer-coisa do que como algo relacionado com os desejos do Movimento: troca-se assim o resultado da reestruturação capitalista por uma paralisação do processo revolucionário. Uma coisa, efectivamente, é dizer que a reestruturação se traduziu num novo modo de produção capitalista hegemonizado pelo trabalho imaterial, ou melhor, pelo biopoder e pela cibernética, outra é sustentar que o ciber-trabalho teria sido o principal resultado do movimento das autonomias e que seria hoje necessário, consequentemente, reivindicar como positivos o valor deste trabalho e da sua produção de subjectividades ou que, eventualmente, armadilhas policiais como o *Facebook* devam ser tidas em conta enquanto novos instrumentos de libertação colectiva. A ideia de fundo é na verdade sempre a mesma, ou seja, deduzir do modo de produção o "novo sujeito" que deve liderar a transformação colectiva através de uma forma regulada de conflito que se reduz a uma contratualização da intensidade da exploração e à porção de *governamentalidade* a gerir "autonomamente".

Bastaria ler a esse respeito algumas intervenções nas assembleias de 1977, ou qualquer uma das que foram recolhidas no livro-discussão *I non garantiti* (Savelli, Roma, 1977), que é um texto "moderado" para a época, para compreender que aquilo que esses "estranhos estudantes" tinham no corpo era algo completamente diferente. O facto de tudo explodir, como veremos, em torno e no

interior da universidade não significa que se estivesse perante o enésimo movimento estudantil que reclamava a sua entrada na sociedade do trabalho: o Movimento de 77 não foi um movimento *pelo* trabalho, mas pela sua *destruição*. A atitude mais habitual relativamente ao trabalho era bem visível nas anedotas irónicas mas sérias, do tipo "*trabalhar todos, mas pouquíssimo e sem qualquer esforço*", ou nas manifestações quando se começava a gritar "35 horas!" referindo a exigência operária de diminuição do horário de trabalho, para depois continuar "34 horas! 33 horas", até chegar a "Uma hora!". Os cenários construídos relativamente à esfera da actividade produtiva eram todos, também nas suas diferenças, unificados pela concepção de uma cooperação social comunista baseada, não no valor de troca e na produção de valor da força-trabalho, mas no valor de uso da força-invenção e na solidariedade entre os mundos da experiência proletária, uma vez quebrada a própria relação de produção. Ou seja: a ruptura revolucionária *no presente* permanecia de qualquer modo o pré-requisito de qualquer projecto, qualquer programa, qualquer planificação do futuro (planificação que, por outro lado, nunca apaixonou muita gente). O *comum* que aparece de vez em quando, ontem como hoje, dá-se nos movimentos revolucionários, aqueles a partir dos quais tudo pode ter princípio e fim, não parece residir em qualquer mistério da natureza ou da economia, mas naquilo que faz com que se recomponha nas lutas o que o capital separa, e isso acontece sempre através do exercício de uma violência combatente que visa aniquilar o ambiente hostil dentro do qual o Governo capitalista aprisiona a própria vida.

Antonio Negri sustentou recentemente em Paris, num conferência sobre "terrorismo" – realizada em Março de

2009 no *Théâtre La Colline*, paralelamente ao espectáculo de Michel Deutsch "*La Décennie rouge*" –, que os movimentos italianos dos anos Setenta falharam aquele que deveria ter sido o seu objectivo, isto é, "regular o capitalismo" através da força. Objectivo que deveria, na sua opinião, ser partilhado pelos movimentos sociais actuais, mas que não foi entendido nem pelo capital nem pelos movimentos; teria sido exactamente esta "incompreensão" a gerar tanto a "violência extremista" como a do Estado. Por dedução, concluía, é exactamente o mesmo risco que se correria hoje se não se encontrasse modo de pôr mão nesta famosa "regulação". Mas afirmar isto é como dizer que os anos Setenta em Itália foram, afinal, um enorme mal-entendido entre quem geria o Estado e quem "deveria" ter dirigido o Movimento: é como dizer que se tivesse sido encontrada uma boa mediação, tudo teria corrido pelo melhor e talvez tivéssemos tido a "sorte" de também ter em Itália ministros e políticos de Governo provenientes das fileiras do Movimento, como Joschka Fischer na Alemanha e Daniel Cohn-Bendit em França. Se tomássemos por boa a explicação do longo e violento Maio italiano que Negri deu nessa conferência, ela viria confundir ainda mais as coisas do que clarificá-las, precisamente porque parece uma enésima tentativa de racionalizar, de governamentalizar, algo que pelo contrário escapou à economia política e também à sua crítica. *O comunismo não é um socialismo* – e continuamos afeiçoados a esta lição da Autonomia – e não pode por isso consistir numa gestão do capital diferente, progressista e democrática, mas apenas na sua progressiva destruição. Essa explicação não explica efectivamente, para além disso, porque é que durante os anos Setenta não existiu nenhuma inclinação nos movimentos autónomos relativamente a uma qualquer mediação desse género,

mas mais do que isso interrogo-me: quem teria colocado toda a sua vida em jogo por uma mísera regulação da exploração, talvez no modelo alemão? Quem teria dado toda a sua existência à luta por uma graduação menos intensa da infelicidade, ainda que gerida de modo "autónomo"? É uma ideia verdadeiramente bizarra pensar que o jovem proletariado que desafiava todos os dias as tropas armadas do Estado, que os operários que se destruíam a si próprios enquanto força-trabalho, que os estudantes que desagregavam a universidade, que as mulheres que entravam em greve humana contra a sociedade, que milhares de pessoas que acabaram encarceradas ou centenas que perderam a vida na tentativa de fazer a revolução, pudessem alguma vez ter em mente que do capitalismo não se sai e que se tratasse apenas de lhe dar um "ajustamento". Tudo o que fizeram leva a pensar o contrário. Talvez fossem todos loucos, mas é a sua verdade: uma verdade que é vitoriosa para além de qualquer derrota, acrescentarei.

Também se pode morrer de loucura, o que aconteceu frequentemente nos anos posteriores ao Movimento, mas quem se alimenta de um saudável reformismo também pode morrer em vida, como sucedeu a algumas experiências italianas pós-autónomas. Não se trata de retórica: retórica é explicar esse movimento procurando, a *posteriori*, fazê-lo "regressar à razão" (e, *a priori*, fazer o mesmo com os presentes e futuros). Por outro lado, nada de novo debaixo do sol: "este ponto de vista poderia restituir o sabor de outras experiências revolucionárias do proletariado, experiências vencedoras e, portanto, irremediavelmente traídas". (A. Negri, *Il dominio e il sabotaggio*, Feltrinelli, Milão, 1978).

No que toca à universidade, à parte a deixa inicial dada por um ministro desajeitado, basta dizer que durante 1977

não houve qualquer forma de reivindicação por uma universidade "melhor", nem sequer uma "universidade crítica" no modelo de 68: nenhum tipo de "reformismo radical" esteve alguma vez presente na Autonomia e no Movimento de 77. "*Rosso*" esclarece precisamente nesse ano que, ao contrário de outros como as Brigadas Vermelhas, não considerava o PCI e o movimento sindical como "traidores": para trair o comunismo era necessário ser comunista, enquanto a verdade é que eram socialistas, funcionários do capital colectivo, "heróis do trabalho assalariado". Para além disso, continuando na questão da universidade e da auto-percepção de si, muitos argumentaram que o que comunizava o proletariado juvenil não era a condição de estudante, nem de aprendiz, nem de trabalhador precário, nem de desempregado, mas a destruição de qualquer papel e a recomposição numa outra direcção.

A ruptura de 77 está no facto de, pela primeira vez, um movimento revolucionário moderno não se definir a partir das categorias da economia política, nem enquanto sujeito: por isso é que era incapturável. E o facto de terem decidido desidentificar-se enquanto "estrato social que se move" no número do ano em curso é bastante esclarecedor relativamente a quão longe estavam de qualquer mania identitária. Diz um certo Franco em *I non garantiti*, que foi "casual que [o Movimento] tenha encontrado o seu ponto de agregação dentro da universidade: teria podido encontrá-lo – digamos – em qualquer outro espaço libertado", ou seja, em qualquer ponto onde a ordem do real tivesse sido quebrada. A subsunção da inteligência colectiva no neocapitalismo, a sua humilhante subordinação, resultou mais do desaparecimento do Movimento do que da sua realização, como alguns bem-pensantes gostariam de fazer crer. O Movimento, como disseram

alguns, venceu porque destruiu o compromisso histórico ainda antes deste ser formalmente sancionado, venceu porque a recusa do trabalho obrigou o capital à desindustrialização, venceu porque não entregou a ninguém a sua representação política. Perdeu porque a autonomia se tornou exaltação do auto-emprendorismo, porque em vez da redução drástica do horário de trabalho passámos a ter o conjunto da vida subordinado ao valor, porque à sua crítica destrutiva da cultura sucedeu-se uma pseudo-cultura de telenovelas e *reality shows*. Perdeu porque não soube ou não conseguiu tornar-se opção de poder, de um poder imanente, difuso nas redes de auto-organização social, continuamente posto em discussão pela sabotagem e que por isso mesmo se extinguisse enquanto "relação social". É necessário admitir, contudo, que raciocinar nos termos de vencer/perder quando se fala de factos desta natureza, nos devolve sempre uma ligeira sensação de estupidez.

Se pelo contrário quisermos dar de 77 uma leitura "subjectiva", então devemos procurar compreender que todas as experiências, as palavras, os gestos, os afectos, as imaginações, as armas e as verdades dos anos precedentes chegaram nesse ano, todas juntas, ao ponto de fusão – que não significa confusão –, isto é, encontrando-se e recompondo-se com todas as suas diferenças no Movimento. Escrevemos sempre até agora esta palavra em maiúsculas, Movimento, sem qualquer preocupação em explicar o motivo, intencionalmente, porque esse significado chegou apenas em 77: um animal prodigioso e belo, um enorme corpo monstruoso composto por órgãos e partes totalmente heterogéneas. Um monstro que se movia atravessando ruas, fábricas, casas, corpos, universidades, sexos, bairros e que movendo-se crescia, conhecia, destruía e construía: um monstro sem sujeito. Se quisermos

referir-nos às figuras clássicas da mitologia política deveremos recorrer a *Béhémot*, o monstro da guerra civil que na cosmogonia hobbesiana se ergue contra *Leviathan*, a feroz besta estatal. Mas esta é, no fundo, literatura de patrões.

Foi nesse ano, em Bolonha, que apareceu uma grande faixa montada sobre três hastes acompanhando todos os momentos da insurreição; tendo como fundo um dragão que cuspia fogo e chamas estava escrito "Pela Autonomia e pelo Comunismo" e, em letras mais pequenas à esquerda, uma assinatura que exprime muito desse Movimento: *Comité Autónomo "Ri que a mamã fez gnocchis"*. Na mesma cidade, em várias manifestações, levava-se um enorme dragão de pano sob o qual se escondiam os estudantes que o animavam, construído na Universidade, no laboratório de Giuliano Scabia, um realizador e dramaturgo que olhava mais às tradições carnavalescas populares do que aos clássicos da Ciência Política. Era, em suma, um monstro combatente, popular, com uma capacidade que nunca foi muito difundida nos ambientes "esquerdistas", a de rir, inclusivamente de si próprio.

Outra leituras parciais eram possíveis, por exemplo aquela trágica que se pode ver num ensaio de Agamben relativamente a esse ano e reunido em *Infanzia e Storia* (Einaudi, Turim, 1978), no qual se reflectia sobre essa "perda de experiência" dos homens e mulheres quotidianos, que indicava uma crise de civilização, e dos modos desesperados de lhes dar remédio. Ou ainda quem dissesse que 77 era o último conflito social tal como os tinha conhecido o século XX e quem, pelo contrário, afirmasse que aquele ano *iniciou* o futuro. Cada uma destas leituras restitui talvez um fragmento, se não do monstro então do *stimmung* onde ele se movia.

Mas nenhuma leitura parcial reconstrói melhor o sentido desse mover-se do que olhar para o que efectivamente *aconteceu* e apreciar assim o que dele permanece de vivo. *Movimento-de-77* talvez não queira dizer mais, neste sentido, do que o movimento que produz paradoxalmente um *bloco temporal*, uma condensação de experiências que num determinado momento decidiram enfrentar o tempo inimigo, interrompendo e fazendo irromper uma outra temporalidade, da qual emanava um cheiro inconfundível de comunismo: "o *verdadeiro* estado de excepção". Uma sensação que não estava ausente entre os combatentes de então, como mostra esta pintada de 77 que foi felizmente reposta: "Durante a Comuna de Paris os *communards*, antes de dispararem contra as pessoas, dispararam contra todos os relógios e destruíram-nos. Queriam parar o tempo dos outros, dos patrões. Hoje à minha frente, para lá das vossas caras, vejo uma maré de relógios quebrados. Creio que este seja o nosso tempo."

Foi apenas pelo conjunto destes motivos que a Autonomia percorreu nesse ano um caminho no qual estava presente uma multiplicidade exagerada de *estados alterados de consciência* e no qual a inflação de momentos insurreccionais preencheu esse "nosso tempo", alcançando o que na linguagem esquálida da Ciência Política é denominado *hegemonia*. Mas a hegemonia não nos diz nada, nada sobre as gargalhadas, nada sobre a dor, nada das correrias urbanas, nada das festas e dos incêndios que aconteciam nesse ano do qual, ainda hoje, os patrões, a pequena-burguesia e os governantes conservam uma recordação de pesadelo. E o pesadelo consiste em saber que esse não era o seu tempo e que há sempre, em qualquer instante, a possibilidade de um tempo no qual eles deixam de existir.

"Uma barbárie inteligente"

> "Barões, patrões, bombeiros, aspirantes a dirigente, ratos de secção, obscuros burocratas, gente com a linha justa no bolso, partiremos talvez dentro de alguns dias e vocês tentarão esquecer regressando com: painéis de mensagens, circulares, processos democráticos, jornais, sebentas, enfeites, espelhinhos, propostas construtivas, acções positivas, delegados e moções (mas não nos fodam)...
>
> direis: era fogo de vista, uma ralé obscura sem propostas (mas não nos fodam) mas tudo isto não foi em vão, não esquecemos...
>
> pelo vosso poder fundado sobre a merda, pela vossa miséria, odiosa, suja e feia... Pagarão caro, pagarão tudo"
>
> Colectivo *"resa dei conti"*[14] (Piazza Bologna), Murais na *Universita la Sapienza di Roma*, Fevereiro de 1977

Na véspera de Natal de 1976, em Palermo, a Faculdade de Letras é ocupada contra a aplicação de uma circular

14 - N.E.: em italiano, "ajuste de contas".

do ministro da Educação Malfatti, que procurava pôr fim ao "caos" nas universidades e expulsar alguma dessa plebe que se tinha mostrado excessivamente feliz ao participar na universidade de massas que as lutas de 68 tinham arrancado à República "nascida da resistência". O ataque do Governo destinava-se a apagar um conjunto de conquistas do movimento estudantil, como os planos de estudos liberalizados, que permitiam aos estudantes construir um itinerário intelectual autónomo, e as inscrições mensais nos exames que, segundo o ministro, favoreciam demasiado essa faixa de estudantes proletários que, através do simultâneo aumento das propinas, se pretendia expulsar da universidade, também porque eram os que mais problemas davam de "ordem e disciplina". Em resposta, os estudantes sicilianos não só rejeitam estas medidas como exigem um salário garantido para todos os maiores de 18 anos, a diminuição do horário de trabalho nas fábricas e o aumento, para quem trabalha, das que são pagas para dedicar ao estudo (existia nesse tempo uma conquista que previa que pudessem ser dedicadas 150 horas anuais pagas a este objectivo). Para além disso, querem ainda que os professores piquem o cartão, como fazem os operários. As coisas ficam temporariamente por aí, com um armistício devido às festas natalícias.

Entretanto, aquele que foi chamado o "Governo das abstenções" – isto é, o Governo democrata-cristão que se mantinha vivo com a abstenção do PCI e que antecedeu o compromisso histórico – mergulhado numa inflação económica nunca antes vista, marchava a direito sobre as populações, exigindo lágrimas e sacrifícios. O Partido Comunista, com o seu secretário-geral à cabeça, distingue-se pelo zelo com que pregava a *austeridade* e, para sustentar a sua política, agrupou a 14 e 15 de Janeiro de

1977, no Teatro do Eliseu em Roma, os intelectuais próximos do Partido, que foram instados a colocar todas as suas energias na obra de convencimento das massas e no isolamento desses "bárbaros" que estavam a contrariar as *necessárias* medidas económicas e políticas. Foi claramente afirmado que o único papel dos intelectuais nesse momento deveria ser o de funcionários do consenso e de transmissores de ordens governamentais: não se poderiam permitir, em tempos de austeridade, coisas tão fúteis como a "liberdade de pensamento e de pesquisa". Asor Rosa, o deputado-jornalista Antonello Trombadori, o poeta Edoardo Sanguineti, só para citar alguns, entregaram-se a essa empresa infame com uma inflexibilidade e um ardor de fazer inveja às piores burocracias soviéticas. Duas semanas depois, Berlinguer repete o sermão perante uma assembleia de operários do PCI na Lombardia (evitava encontrar os outros cara a cara). Segundo a substância do seu discurso, a austeridade não era para eles apenas uma medida de política económica, mas algo que tinha que ver com o "rigor", a "eficiência", a "seriedade", a "moralidade", uma espécie de martírio de massas pelo socialismo. É então sugerido aos operários, aos desempregados, às mulheres e aos estudantes, enquanto prova de virtude, que trabalhem mais e consumam menos. Ora, estas três últimas categorias perguntavam-se como poderiam diminuir algo a que não tinham tido aceso, enquanto os operários não compreendiam bem porque é que enquanto a eles lhes era pedido que aplicassem a si próprios a política dos sacrifícios, a burguesia continuava a festejar e a ir tranquilamente às estreias no Scala, onde um bilhete custava quase tanto como um salário operário.

A partir de 1 de Fevereiro, a palavra regressa às universidades e uma rajada de ocupações de faculdades atravessa

a Itália: Palermo, Turim, Pisa, Sassari, Cagliari ou Salerno. Em Milão, Bolonha, Pádua e Florença, os estudantes proclamam o estado de agitação permanente.

Nesse mesmo dia de Fevereiro, um grupo de fascistas entra na cidade universitária de Roma e irrompe em três faculdades – Estatística, Direito e Letras – onde estava a decorrer uma reunião do Comité de Luta contra a Circular Malfatti. Começam os espancamentos, os gritos e finalmente os fascistas disparam, atingindo um estudante na cabeça, Guido Bellachioma, que ficará em coma durante vários dias. A ocupação da primeira faculdade romana começa assim, nessa tarde, como primeira resposta à agressão fascista. Entretanto, todas as sedes do movimento autónomo, as casas ocupadas, os apartamentos de companheiros, tornam-se locais de organização; em particular, o bairro de San Lorenzo, onde a população protegia os colectivos e era considerada uma espécie de "zona libertada" de polícia, traficantes de heroína e também do PCI.

No dia seguinte, uma manifestação de 50 000 pessoas parte da Faculdade de Letras e, enquanto os grupos realizam um comício, alguns milhares partem com o objectivo de fechar uma sede fascista. Durante o percurso, na Via Sommacampagna, é atacada e incendiada uma secção do MSI, mas enquanto a manifestação passa pela Piazza Indipendenza, procurando alcançar uma faculdade ocupada, um automóvel civil atira-se a toda a velocidade contra os manifestantes. Inicialmente pensa-se que sejam fascistas, também porque os ocupantes do automóvel começam imediatamente a disparar. Da manifestação respondem ao fogo. Enquanto é ferido um dos agressores, que depois se perceberá ser um polícia das recém-criadas "equipas especiais", dois dos companheiros da Autonomia

que defendiam a manifestação, Paolo e Daddo, são atingidos por uma saraivada de balas, o primeiro é ferido numa perna e nas costas, o outro num braço. Há uma sequência de fotos publicada apenas anos depois – tiradas por Tano D'Amico, o "fotógrafo do Movimento" – nas quais se vê Daddo a socorrer o amigo gravemente ferido, apoiando-o num ombro e levando-o dali para fora, enquanto recolhe com a outra mão as duas pistolas: é uma imagem de guerra e de amizade. Foram então detidos. À tarde é incendiada uma outra secção do MSI, enquanto na universidade se dá uma assembleia que reclama não apenas a revogação da circular Malfatti, mas também a autogestão dos seminários, o bloqueio das aulas dos "barões" (eram assim chamados os professores que geriam o poder universitário de modo "feudal") e a garantia de que a polícia não poderia intervir dentro da universidade. No dia seguinte quase todas as faculdades são ocupadas, como acontece também em Milão, em Bolonha, em Bari, em Catânia, em Pádua e em Trieste. São jornadas nas quais todas as cidades vêem desfilar enormes manifestações juvenis que apresentam características muito diferentes das "habituais". Os modos de fazer e de falar dos círculos juvenis, das feministas, dos "transversalistas", tinham contagiado toda essa geração e tal via-se e sentia-se: respirava-se nas manifestações aquele clima *de festa e de guerra*, *de erotismo e de criatividade*, com o qual os diversos movimentos autónomos de libertação tinham feito a sua irrupção na metrópole no ano precedente. A 5 de Fevereiro, *todas* as faculdades romanas são ocupadas, enquanto à noite são incendiados inúmeros automóveis da polícia e dos fascistas. Nesta jornada, pela primeira vez, a prefeitura romana veta qualquer manifestação e cerca a universidade com milhares de pessoas. *O* 77 tinha começado.

O PCI responde através do seu "Ministro do Interior" Ugo Pecchioli, equiparando os fascistas aos autónomos, acusando ambos de "*squadrismo*"[15] e terrorismo, e pede o encerramento dos "covis" da Autonomia. Um dos escritores comunistas mais importantes, Leonardo Sciascia, que na altura integrava o Conselho Municipal de Palermo pelo PCI, demite-se em protesto tanto do Conselho como do Partido.

Nesses dias, em Roma como noutras cidades, acontece algo que decidirá as características do Movimento. Às faculdades ocupadas começa a afluir um enorme número de jovens proletários e de outras pessoas que não tinham nada a ver com a universidade mas com tudo o resto e, entre estes, aparecem pela primeira vez de modo, por assim dizer, organizado, os índios metropolitanos. O proletariado juvenil e, em geral, todo aquele "marginal", reconhece na universidade em luta um território seu: "as ocupações das universidades foram um pretexto: as instituições académicas eram o local de concentração não apenas dos estudantes, mas dos jovens proletários que trabalhavam em pequenas fábricas e que não tinham qualquer possibilidade de se organizar e encontrar, depois havia os desempregados, os rapazes dos bairros. As faculdades tornaram-se o quartel-general de uma vaga de luta social que tinha como tema fundamental a recusa da organização capitalista do território e do trabalho, a recusa desse sistema que gera exploração e desemprego como as duas caras do trabalho social" (Franco Berardi "Bifo", *Dell'innocenza. Interpretazione del Settantasette*, Agalev, Bolonha, 1989).

15 - N.E. : de "squadra" ("equipa"). Termo empregue para designar os ataques das milícias fascistas contra o movimento operário e a esquerda italiana entre 1918 e 1924, momento de consolidação do novo regime.

Os índios metropolitanos eram compostos por gente bastante variada, ex-militantes de *Lotta Continua* e dos grupos, artistas revolucionários, jovens dos círculos, feministas, estudantes pouco dispostos ao sacrifício da militância, ou que tinham percorrido essa experiência e a queriam fazer saltar pelos ares. Deu-se uma explosão de revistas ligadas à que será chamada "autonomia criativa", como "*Wow*" em Milão e "*Oask?!*" em Roma, que, pondo em circulação as intuições situacionistas e recuperando o surrealismo e o dadaísmo, invadiram as paredes e as consciências do Movimento. Na Faculdade de Letras ocupada, após uma divisão em "comissões" bastante tradicionais (trabalho, mulheres, universidade, etc...), os índios criaram uma chamada "Comissão de Marginais". Alguns membros provenientes do Círculo do Proletariado Juvenil romano tinham anteriormente formado os Núcleos Dementes Clandestinos, que semeavam o caos nas iniciativas sérias de extrema-esquerda. Outros vieram de uma comuna que se chamava... "A Comuna", que tinha funcionado como local de referência numa zona periférica de Roma desde 1974 e que, no final de 1976, começou uma luta contra a betonização do bairro assinando "Gargalhadas Vermelhas" e "Grupo Jerónimo". Assim, começam a participar nas manifestações autónomas gritando slogans como "Orgasmo livre" ou "Apaches, cheyennes, sioux, moicanos, somos os índios metropolitanos", mas os Volsci inicialmente não os compreendiam, viam-nos enquanto provocadores e agrediram-nos na primeira manifestação onde apareceram, sendo-lhes arrancada a faixa colorida que imortalizava um Jerónimo com uma espingarda na mão. Gandalf o Violeta, que era de certa forma o chefe dos índios, conta que se salvaram do pior quando um amigo de ambos conseguiu explicar aos Volsci que

também eles eram "companheiros". Os índios "não eram certamente proletários no sentido clássico e marxista do termo, eram mais... metropolitanos... algo parecido com o operário social, com a proletarização difusa e coisas do género" (Maurizio Gabbianelli «Fanale», *Che fare? Niente!*, in «DeriveApprodi» n.º 15, Inverno de 1997). Finalmente acabam por se encontrar todos na ocupação da universidade e acontece a primeira manifestação do Movimento:

> "Discussão, o que fazer? «Uff, que seca, as manifestações de sempre, todas enquadradas». Em síntese, com muitos temores, decidimos dar o nosso contributo com um serviço de ordem brincalhão e mascarado, [...] entramos na manifestação permanecendo nos lados, [...] subindo e descendo a manifestação, cantando e fazendo círculos, lançando *slogans* demenciais [...] mas o que nos dá mais força é mesmo o dos índios. Evidentemente, se tanta gente o grita é porque respondíamos a uma qualquer exigência, mas não estávamos a fundar nenhum grupo novo. [...] O mais incrível é que também se formam grupos noutras cidades."
>
> (*Intervista all'indiano – Olivier Turquet in arte, all'epoca, Gandalf il Viola*, in «*DeriveApprodi*» n.º 15, Inverno de 1997).

Na enorme fachada cinzenta de estilo fascista da Universidade de Roma, surge uma pintada gigantesca em duas colunas: "*A fantasia destruirá o poder e uma gargalhada vos sepultará*."

Todas as críticas à política, à militância, às cisões entre o pessoal e o político, entre aparência e subjectividade, entre sexo e género, entre linguagem e poder, que tinham circulado nos dois anos anteriores, explodem nas assembleias das faculdades em luta, sujeitando os militantes das

organizações e dos grupos a uma linha de fogo devastadora, misto de ironia e dura contestação. Esses militantes que tinham aprendido a política enquanto profissão, que se sentiam "representantes" de uma linha política da mesma forma que se representa uma mercadoria qualquer, estavam completamente desfasados, deslocados dos comportamentos do Movimento e foram obrigados a ceder ou a reaprender de qualquer modo o que queria dizer estar num movimento revolucionário em 1977. Sempre que um destes iniciava uma clássica intervenção de grupúsculo, daquelas abstractas, previsíveis e portanto *inúteis*, era-lhe frequentemente gritado "fala antes acerca de ti!" e começavam também coros irónicos: "Burro, burro!" Muitos recordam essas assembleias como violentíssimas, não tanto no sentido de agressões entre grupos opostos, que também aconteceram, mas na percepção de uma negatividade que até aí tinha sido comprimida e que circulava agora cada vez mais intensamente, expressando-se nas palavras, nos modos de relacionar-se e de compreender; tudo isto foi vivido, não penosamente, mas enquanto algo que tinha de ser expresso, aí, como, com outros meios e objectivos diferentes, na rua também porque ocorria simultaneamente o desencadear da alegria, do gozo que se derramava nas festas que, pelo menos no início, não eram "decididas" por ninguém mas surgiam por si próprias, enquanto modo de expressão espontâneo da felicidade, de estar juntos e já não separados, já não sós, já não impotentes. E portanto dançava-se nos pátios da universidade, cantava-se nas assembleias, tocavam-se instrumentos e bailava-se nas ruas da cidade, punham-se em cena os dramas e as sortes das pessoas, os corpos cruzavam-se, as palavras seguiam-se: o Movimento delirava. Em Bolonha não era estranho que dos pórticos em redor da Piazza

Verdi surgissem minimanifestações de pessoas mascaradas de palhaço, com trompas e tambores, a declamar o fim da moral, da religião, da política e da economia. Acontecia por vezes que, enquanto uma pequena mas seríssima assembleia continuava há horas a discutir "estratégias" movimentistas, um cortejo de pessoas ali perto partia pela noite dentro a fazer barulho e os que discutiam compreendiam imediatamente que a estratégia estava ali, perto deles e em *movimento*. As manifestações de massas eram frequentemente interrompidas por círculos e já não apenas pelas feministas: círculos por todo o lado, talvez à volta do companheiro "macho" de turno ou do professor universitário que escrevia artigos estúpidos sobre o Movimento, ou só porque sim, sem outra motivação que não a de brincar. Foi tudo isto, juntamente com a sua determinação guerreira, a expulsar verdadeiramente a "política" e o "socialismo" do Movimento. Por outro lado, não tinha Marx dito que "cada passo do movimento real é mais importante do que uma dezena de programas"?

E o movimento real estava a dar bastantes passos. Nas universidades, mais do que organizar seminários autogeridos reconhecidos como cadeiras, algo que nunca chega a transformar realmente a estrutura do poder universitário, prefere-se interromper os cursos principais e transformá-los em instrumentos do Movimento: em Direito estudava-se a repressão e os modos de tirar os companheiros das prisões, em Filosofia já não interessava a ninguém, como tinha acontecido em 68, desafiar o professor sobre as sua interpretações de Hegel ou de Marx, mas antes sobre a transformação do quotidiano, em Economia podia-se estudar os métodos de sabotagem da despesa pública e da indústria, em Estética a comunicação do Movimento, em Electrónica como construir uma rádio. Formavam-se

colectivos de examinados que decidiam os conteúdos e contributos de cada um para os exames e patrulhas internas asseguravam que estes se desenvolviam colectivamente, com uma nota de base garantida a todos. Emergia com uma extraordinária extensão todo esse funcionamento de pequenos colectivos de escola e de universidade que ao longo dos anos tinha criado e transmitido um saber colectivo e, especialmente, independente tanto da alta cultura oficial como da que era propagandeada pela TV e pelos jornais. E no entretanto, os comandos autónomos levavam a cabo um ataque intenso e alargado a todo o horizonte da metrópole, pondo literalmente a ferro e fogo os centros da exploração juvenil, os do controle policial e os dirigentes do Estado-empresa. A ciência da destruição e a ciência da criação caminham agora juntas. Os dias da ocupação de Fevereiro foram dias de uma comunização esmagadora, cheia de alegria e de força: "Talvez ainda não exista uma barbárie inteligente, uma sensualidade irónica, uma ingenuidade sábia, mas existe já razão para pensar que são possíveis. Por esta pequena esperança, vale a pena combater os tristes, os aborrecidos, os etiquetados, os miserabilistas, o ascetismo vermelho" (Lea Melandri, "*Una barbarie intelligente*", in *L'infamia originaria. Facciamola finita col cuore e la política*, Manifestolibri, 1997, 1ª ed. 1977). Neste artigo, Lea Melandri atacava em particular os professores da ultraesquerda e os militantes puros e duros que, procurando apropriar-se da linguagem e dos gestos do Movimento, o reconduziam à ideologia, à economia, à "operaízação" forçada. Mas também crítica os "desejistas", os da sexualidade que ultrapassa as diferenças de classe, os da *humanidade* reunida pacificamente na "sociedade da festa". E todavia, concluía com uma nota de optimismo porque os "resíduos" de todos estes discursos estavam ali

perante todos: "uma festa contra a austeridade de classe." A luta dos estudantes sem escola, das mulheres sem família, dos homossexuais sem vergonha, dos jovens sem poder, era este aprofundamento comum e contínuo das diferenças lançadas contra a quotidianidade monocórdica da exploração e da repressão, da moral e da governabilidade, era este revelar-se do "pessoal" no "político", uma vez atravessado o colectivo.

Um testemunho precioso da atmosfera que reinava nas universidades vem de um livro colectivo, *Alice disambienta. Materiali collettivi (su Alice) per un manuale di sopravvivenza* (org. Gianni Celati, Le Lettere, Florença, 2007, 1ª ed 1978), publicado em 1978 por *Erba Voglio* e que recolhe os materiais, as intervenções, os delírios e as apostas de um seminário organizado na universidade de Bolonha, onde à época dava aulas o escritor Gianni Celati, entre o Inverno de 1976 e o do ano seguinte, atravessando portanto toda a estação insurreccional. Segundo Celati, que assinou uma nova introdução à reedição mais recente, "a figura central das novas visões já não era o herói das classes populares, o herói de um confronto com o poder dos patrões, mas o indivíduo sem qualidades, disperso no desenraizamento de todas as classes, fugido dos deprimentes bairros de uma pequena-burguesia universal". Será difícil não perceber a assonância com a figura do *Bloom* desenhada por *Tiqqun* e a da singularidade qualquer de Agamben. O mais importante, contudo, assinalado imediatamente a seguir por Celati, é que essa figura do desenraizamento, através do Movimento, encarnava o espírito do tempo e esta consciência entrava em cada um dos discursos feitos durante esse seminário – que se desenvolvia em parte na aula, em parte na rua, em parte na cantina, lá onde o fluxo dos eventos permitia o seu desenrolar – e o que permanece

de tudo isso neste livro não são apenas os discursos, de resto bastante interessantes, sobre a infância, a escrita colectiva, o corpo, os grupos fechados e os abertos, as tribos no Movimento e outras coisas mais, mas também e especialmente o "regresso incendiário de uma alegria especial, alegria por razão nenhuma, excepto a do encontro com os outros [...]. A coisa mais importante é que o movimento se realiza enquanto empurrão corpóreo, esforço desejante, sem psicologia pelo meio, sem estados de consciência vigilantes [...]. Porque a positividade é sempre questão de momentos: é a atmosfera, a intonação do momento exaltante ou angustiado no qual se anuncia uma abertura mental. A adesão ao momento transcende qualquer tipo de saber, qualquer forma de interioridade, porque nos reenvia a um porvir já para lá de nós; e enquanto suspende as ânsias competitivas, ajuda a pensar numa comunidade possível, sem «mensagens»".

O céu começou a escurecer a partir de meados de Fevereiro. O PCI já não conseguia controlar o crescimento exponencial do Movimento e, dada a situação geral do país, decide dar um sinal forte: uma restauração da ordem na Universidade de Roma, cidade que ainda por cima governava nessa altura, era o que se queria. Era para além disso bastante lógico que os desafios do compromisso histórico não podiam senão desenvolver-se na gestão da ordem pública, na sinergia entre PCI e DC no que tocava à repressão do Movimento, na normalização totalitária da vida quotidiana. Mas correu-lhes muito, muito mal.

A 16 de Fevereiro vem a saber-se que Luciano Lama em pessoa, o secretário-geral da CGIL, a confederação sindical comunista, com um serviço de ordem formado por sindicalistas, militantes e jovens do PCI, tem intenções de ir à cidade universitária ocupada para "debater com os

estudantes". O PCI de Roma engana-se nos cálculos, pensa que vai despejar a universidade dando um par de estalos aos rapazes que duas semanas antes tinham construído aí a sua base vermelha. Da Assembleia da Faculdade de Química é imediatamente difundido um comunicado que afirma "enfrentaremos com as armas da ironia o lama que vem do Tibete"; um outro, de Letras, é já mais duro, ainda que mantenha aberto um espaço de interlocução: "Se Lama acredita que vem à Universidade para levar a cabo uma operação de polícia, o movimento saberá dar uma resposta adequada. Caso contrário, desafiamos Lama a dar a conhecer a linha de compromisso sindical com os estudantes em luta." Na manhã seguinte, quinta-feira gorda do carnaval de 1977, às sete da manhã, sindicalistas e militantes do PCI apresentam-se frente à Universidade e, de modo provocatório, começam a apagar as pintadas nas paredes, alguns serralheiros rompem as correntes que os ocupantes tinham posto nos portões, alguns insultam os estudantes que entram nas faculdades ocupadas, outros montam um palco no centro da Piazza della Minerva, com enormes colunas ao lado. De manhã cedo deveria ocorrer um encontro entre funcionários da CGIL e estudantes, para combinar uma intervenção destes no comício, mas os funcionários desertam da combinação: é a prova de que desejam o confronto. Às dez da manhã, Lama chega escoltado por um grande serviço de ordem, sobe ao palco e começa a falar, aliás a gritar. As colunas repetem a voz do sindicalista num volume exageradamente alto, nem sequer se compreende de que fala, que no fundo não era o mais importante, o importante era emitir "palavras de ordem". O *delírio* do poder queria mostrar-se em toda a sua arrogância.

Entretanto a "segunda sociedade" tinha chegado à praça, aos milhares: à frente estão os índios metropolitanos, que arrastam um palco falso com um fantoche que representa o secretário-geral da CGIL e começam a lançar slogans irónicos, do tipo "sa-cri-fí-ci-os, sa-cri-fí-ci-os, sa-cri-fí-ci-os", "mais trabalho, menos salário", "agora, agora, miséria a quem trabalha", "os lamas estão no Tibete". Mas estão também presentes os Comités autónomos dos operários de algumas fábricas, os *FUORI*, os estudantes dos colectivos interfaculdades, todo o mundo dos "marginais". Os sindicalistas enervam-se, atrás deles estão três mil militantes do PCI que não vêm a hora de punir os "vândalos". A certo ponto os índios atiram sobre a parte da praça ocupada pelo PCI balões cheios de água colorida – afinal é carnaval – e o serviço de ordem carrega de cabeça. Mas atrás dos índios, todos os outros estão prontos para o confronto e começam a atirar pedras e tudo o que havia à mão para fazer recuar os estalinistas. Não chega, começa uma enorme rixa. Finalmente, parte dos autónomos carrega com bastões, barras e chaves-inglesas gritando "fora, fora a nova polícia", que varre o serviço de ordem e os sindicalistas: Lama é obrigado a fugir. Os autónomos chegam ao palco, que é destruído juntamente com o camião sindical. Os índios metropolitanos, com penas entre os cabelos e machados de plástico nas mãos, leem nas escadas da Faculdade de Letras um comunicado: "Hoje o povo dos homens desenterrou os machados de guerra para responder ao ataque do cara pálida Lama e declara inaugurado o estado de felicidade permanente."

Enquanto os estalinistas abandonam a zona, os estudantes reentram nas faculdades e improvisam uma enfermaria para curar os feridos: felizmente que em Roma há bastantes autónomos entre os estudantes de

Enfermagem e Medicina. Os do PCI vão ao hospital público: não têm qualquer temor de serem identificados ou detidos. O reitor da Universidade pede, à tarde, uma intervenção da polícia para despejar a ocupação e ocorrem imediatamente as carrinhas com milhares de polícias e *carabinieri*. Estavam já prontos, evidentemente, de facto no dia posterior serão aprovadas pelo parlamento normas "especiais" que permitem fechar as sedes dos colectivos autónomos.

Os ocupantes decidem resistir o suficiente para permitir a todos abandonar a Universidade, a relação de forças era demasiado desfavorável nesse momento. A polícia lança dezenas de granadas de gás lacrimogéneo na Universidade e derruba as barricadas em chamas, mas lá dentro já não está ninguém. A *Sapienza* será encerrada até ao início de Março, enquanto o Movimento reconstrói as suas bases na Casa do Estudante da Via de Lollis e noutras faculdades fora do centro.

É uma jornada histórica, a um nível que ultrapassa a especificidade italiana. Pela primeira vez confrontaram-se, também a nível "militar", as duas sociedades; pela primeira vez um dirigente sindical que fazia parte do Comité Central do mais forte Partido Comunista ocidental foi obrigado a fugir perseguido por milhares de proletários enfurecidos. Pela primeira vez surge com toda a clareza a divisão profundíssima, insanável, irreversível, entre a burocracia estalinista da esquerda institucional e o movimento real, ou, se se preferir, entre o movimento operário paladino de integração e o das autonomias, entre o socialismo dos sacrifícios e o comunismo dos desejos. Lama foi derrotado, o ecoar da sua voz foi submerso pelo escárnio dos índios, o "mítico" serviço de ordem do PCI desbaratado pelos famigerados

autónomos. Nenhum Conselho de fábrica toma posição para defender a operação policial do sindicato e do PCI. É um choque da História. Uma interrupção do tempo contínuo e homogéneo. Os índios venceram novamente o general Custer. Lama, Berlinguer e os seus bajuladores começam então a dizer "são fascistas", "dezanovistas"[16], "*squadristi*", mas esta reacção sublinha apenas a pobreza de ideias dessa miserável direcção comunista que pensava poder transformar a universidade ocupada num *gulag*. Dois dias depois, uma manifestação de 50 000 estudantes atravessou Roma, gritando que iam tomar não apenas a universidade mas toda a cidade, a faixa de abertura afirmava: "Paolo e Daddo livres. Liberdade para todos os detidos." Não existiam na verdade, uma em frente à outra, *duas sociedades*, mas sim *dois partidos*.

Foi assim que a 17 de Fevereiro, em vez da normalização, começou a insurreição.

"Finalmente o céu caiu sobre a terra"

"*Olhai, companheiros*: a revolução é provável."

"*La Rivoluzione*", Fevereiro de 1977

16 - N.E.: Referência praticamente sinónima de "squadrista", relativa ao ano de 1919, no qual as agressões das milícias fascistas a militantes da esquerda e do movimento operário atingiram o auge.

Com a expulsão de Lama, a explosão da metrópole e a emergência de centenas de colectivos autónomos dos quais ninguém conhecia bem a proveniência, a Autonomia tomou subitamente consciência de que existia uma grande desordem debaixo do céu, que se poderia finalmente levar a cabo um ataque ao conjunto do existente – e da existência –, que a crise dos grupos e da esquerda tinha terminado ao mesmo tempo que a longa marcha da Autonomia tinha começado, quatro anos antes, conduzindo-a da fábrica à sociedade: se na fábrica a social-democracia estava agora a funcionar com um esforço enorme para acertar as contas com a separação operária e o conflito se tornava portanto cada vez mais difícil, na metrópole, pelo contrário, as partes derrubavam-se, a luta era total, capilar, intensa. *As lutas, os comportamentos, a rigidez do operário-massa tinham atravessado todo o espectro da sociedade e desaguado no território, derretendo-se em mil fluxos de subversão que sintetizavam na derrota pública do grande chefe sindical uma década de história da autonomia operária*. Ao mesmo tempo, o Movimento Operário clássico terminava a sua história, demonstrando explicitamente o que estava implícito nas suas premissas originais, ou seja, a sua progressiva e inevitável subsunção na governabilidade capitalista. O Movimento-de-77 põe de uma vez por todas fim ao mal-entendido que durante décadas tinha bloqueado o devir-revolucionário dos próprios operários.

Basta então com de distribuições de panfletos em frente aos portões das fábricas, à procura de quem sabe que legitimação, era preciso, pelo contrário, atacar maciçamente a direcção social onde esta era efectivamente levada a cabo, ou seja, nas sedes de concepção, de automatização e de decisão que se tinham disperso na metrópole, era necessário atingir a reestruturação a partir da sua real

base produtiva enraizada na "fábrica difusa". Era também necessário atacar e vencer pelo menos num ponto vital da gestão da despesa pública, como a universidade e a escola, para tentar minar todo o sistema de consenso que regia o "pacto social" sustentado pelo PCI e pela DC. Era especialmente necessário que o Movimento exprimisse toda a sua potência de separa/acção do Estado. Numa palavra: *era necessário insurgir-se*.

Algumas secções da Autonomia percebem assim que o tempo do operaísmo tinha realmente terminado, as assembleias autónomas operárias que não quiseram adaptar-se ao novo vento que varria a Itália foram asperamente criticadas e até postas a ridículo em jornais como "*Rosso*": "Centralidade operária" significava nesse momento intensificação do conflito e o seu atravessar por todos os estratos proletários, para uma recomposição num único plano de consistência revolucionário, onde já não haveria diferenças entre operários de fábrica, proletariado juvenil, mulheres em luta, minorias oprimidas, subproletariado urbano e assim por diante. Centralidade operária = centralidade na luta, ponto final. O problema da organização só poderia ser resolvido aceitando a complexidade do Movimento, fazendo deslizar as vanguardas por todos os canais da luta, mas sobretudo exaltando as diferenças que o movimento impunha ao real enquanto determinações, e do mesmo modo no que toca aos saltos lógicos e emocionais, armando-os e concebendo a recomposição nos termos de um avanço colectivo *no* conflito, mais do que um nivelamento num compartimento único ou rígido em redor de um qualquer sujeito milagroso. "*Senza Tregua*" fica perplexa perante o que lhe parecia ser uma ruptura justa nas suas linhas gerais mas que se arriscava a levar consigo a riqueza representada por milhares

de operários que haviam combatido durante todos estes anos. Escrevia que era necessário sair de um mal-entendido segundo o qual existia na Autonomia quem queria a centralização e quem, pelo contrário, apoiava a generalização de comportamentos espontâneos, entre quem queria a "centralização operária" e quem pretendia a dos estratos proletários emergentes. Para *" Senza Tregua"* tratava-se de valorizar a rede de vanguardas de fábricas que se encontravam nesse momento sob ataque, ainda que considerassem correcto não subordinar a capacidade de ataque do Movimento à resistência fábrica a fábrica. Tal não queria dizer que a organização operária devesse ser fisicamente composta por operários:

> "A nossa concepção da «centralização operária» parte pelo contrário da consideração de que, se a crise e a reestruturação deram passos de gigante relativamente às clivagens e separações que provocaram na classe operária tal como a conhecemos ao longo dos últimos anos, o que importa salvar e requalificar é o nível subjectivo, a rede comunista, a figura do militante operário, o *património político e organizativo do ciclo de lutas dos anos Sessenta*."
>
> ("*Senza Tregua*", Março de 1977)

A sua proposta era portanto a de organizar territorialmente as relações de força, a partir da direcção de núcleos operários comunistas capazes de recompor os diferente estratos proletários.

A revista "*Rosso*" olhava entretanto febrilmente para os acontecimentos romanos, a difusão incontrolável dos actos de subversão no país e a mudança de velocidade

que a situação exigia. Parece ter perfeita consciência de tal quando afirma que, a este nível, organização só podia querer dizer "a ciência do diferente e a prática da descontinuidade, [...] a contínua (descontínua) articulação de acções de massas e acções de vanguarda; [...] impossível distinguir um elemento do outro tal como subordinar um ao outro, [...] a organização política avança [...] por saltos das massas". Mas parecia-lhes evidente, ao mesmo tempo, que esta passagem organizativa deveria ser percorrida também por um factor *subjectivo* e de *vanguarda*, lá onde isso significava não apenas capacidade de exprimir uma linha política sobre a qual se pudessem articular as múltiplas autonomias mas, especialmente, a de poder centralizar, ou seja, de *decidir* "os momentos de confronto, até à decisão da insurreição". Por último, mas não menos importante, estava a capacidade militante de *quebrar os bloqueios impostos pelo adversário*, "abrindo-os à força, atingindo o inimigo uma, duas, três vezes, aterrorizando-o, desarmando-o, fazendo-o ouvir o ruído da impaciência dos desejos proletários"; o que, traduzido, significava pôr em campo estruturas de vanguardas armadas capazes de destruir esses "bloqueios". Mas não nos enganemos, nenhuma ilusão sobre a reproposta de velhas teorias do partido: "Importa dizer que não queremos construir nem um partido picaresco, nem um núcleo de aço: são ambos desumanos, ainda que o primeiro possa parecer mais simpático a quem, numa idade electrónica, deseja tirar o aço de cima de si." E por isso, a única proposta praticável era que o *partido*, isto é, a organização transversal das autonomias, se construísse através de uma "*coordenação progressiva* das iniciativas [...].Não temos outra teoria que não aquela que expusemos. Só a prática é critério de verdade" (n.º 15-16,

Fevereiro de 1977). Isto escrevia "*Rosso*" em Fevereiro de 77: não surgem apelos a mediações com as instituições e muito menos a uma "regulação do capitalismo". O apelo, se havia algum, era explicitamente dirigido à construção de linhas internas ao Movimento, que conduzissem à abertura de uma multiplicidade de frentes de confronto que conseguissem, por sua vez, desencadear um processo insurreccional.

O conflito "subjectivo" – a guerrilha difusa – posto em marcha neste período por dezenas e dezenas de agregações autónomas responde a duas linhas de ataque: a primeira, contra a fábrica difusa, está simultaneamente ligada à luta contra a reestruturação e o controlo social; a outra, que se exprime por exemplo através das rondas, busca um enraizamento de vanguardas sociais no território, enquanto embriões de contrapoder, e relaciona-se directamente com a expressão imediata dos desejos proletários contra a metrópole. Por um lado, em Milão por exemplo, siglas como as *Brigate Comuniste* reivindicam um ataque destrutivo à nova sede da Face Standard, que tentava desmembrar a produção para diminuir a potência conflitual dos operários, por outro a "*Ronda armata giovani proletari*" irrompe em pleno dia na Electrowaren, identificada como centro do trabalho clandestino no bairro (muitos estudantes e jovens precários tinham de facto ali trabalhado na distribuição de electrodomésticos): fazem os empregados sair e depois pegam-lhe fogo, não antes de terem aligeirado a caixa registadora. Um tipo de acção que se difunde também em Roma, em Turim, em Pádua, em Bolonha e na província, onde quer que existam colectivos autónomos de bairro ou de aldeia. O número de exproprios nos grandes armazéns aumenta vertiginosamente, de modo proporcional à densidade da

ilegalidade política que se espalha como uma mancha de óleo, e estes são cada vez mais frequentemente realizados durante as manifestações. Os ataques às casernas dos *carabinieri* e às esquadras, reivindicados pelas mais variadas e fantasiosas siglas autónomas por volta de 1977, são às dezenas. Nascem ainda patrulhas e comandos compostos por mulheres, que atacam lojas e empresas especializadas na exploração do trabalho feminino ou estruturas sanitárias envolvidas na repressão biopolítica das mulheres. Em Pádua, a Autonomia ligada aos Colectivos Políticos do Veneto e aos *Comitati Comunisti Rivoluzionari* consegue um crescimento exponencial a partir de 1977 e novas formas de ataque metropolitano são experimentadas, como os bloqueios armados dos principais nós viários da cidade, de modo a isolar algumas zonas dentro das quais era levada a cabo, simultaneamente, uma multiplicidade de acções de exproprio e de ataque, ou então como as famosas "noites dos fogos", durante as quais se levavam a cabo coordenadamente dezenas de ataques armados em toda a região. Sem contar com a miríade de acções de exproprio bancário e de conflito armado com os patrões e barões universitários.

A questão da luta armada em 77 torna-se um tema de discussão "normal", não só entre os militantes mas também no Movimento. É necessário pensar que nas assembleias universitárias e de fábrica não era raro que militantes das Brigadas Vermelhas ou de outras formações clandestinas interviessem no debate, sabendo que eram reconhecidos enquanto tal. Como gosta de dizer um velho militante brigadista, Prospero Gallinari: "éramos clandestinos para o Estado, não para as massas." Mas para os colectivos autónomos e os grupos armados como a *Prima Linea*, ao contrário das BR, a estratégia não era a

luta armada *em si* mas o Movimento, no interior do qual era necessária, segundo eles, uma batalha política que conseguisse impor uma legitimidade cada vez mais ampla das práticas guerrilheiras: não se tratava para eles de construir o enésimo grupúsculo com ambição de se tornar o "novo e verdadeiro Partido Comunista", mas de desencadear um processo de polarização à volta das escolhas tácticas que se apresentavam como incontornáveis: "*Prima Linea* não é a emanação de outras organizações armadas como as BR e os NAP (*Nuclei Armati Proletari*). A única direcção que reconhecemos são as manifestações internas, as greves selvagens,a invalidação dos agentes inimigos, a exuberância espontânea, a conflitualidade extralegal" (do primeiro comunicado de *Prima Linea*, citado em Sergio Segio, *Una Vita in Prima Linea*, Rizzoli, Milão, 2006).

Há uma reflexão de Lucio Castellano relativa ao 77 que consegue expor de modo convincente as "motivações" e os "modos" com e nos quais uma geração inteira "viveu com a guerrilha":

> "O processo de libertação não é primeiro «político» e depois «militar»; ele aprende o uso das armas ao longo de todo o seu percurso, dissolve o exército nas mil funções da luta política, combina na vida de cada um o civil e o combatente, impõe a cada um a aprendizagem tanto da arte da guerra como da paz. Não se pode pretender viver o processo de libertação comunista e ter a mesma relação com a violência, a mesma ideia de belo e de bom e justo e desejável, a mesma ideia de normalidade, os mesmos hábitos que um gestor bancário turinês de meia-idade: viver com o terramoto é sempre – também – viver com o terrorismo e para não ter uma ideia «heróica» da guerra é necessário acima de tudo evitar uma ideia miserabilista da paz. Pacifistas como Lama

recorrem a polícias, aqueles «mais à esquerda» reivindicam a legitimação da «violência de massas», do «proletariado em armas». O movimento real foi mais realista e menos belicoso, mais humano e menos heróico: porque criticou a guerra colocou em discussão a paz e, porque recusou o exército, rejeitou o critério da delegação e da legitimação, com erros e aproximações e desvios terríveis, cultivando mitos absurdos no interior de uma história contraditória, mas aprendendo e melhorando num processo que modificou a realidade muito mais do que qualquer insurreição. [...] Crítica da política é por isso também a crítica da dicotomia guerra/paz. A paz de que falamos é a paz da democracia e a violência que emprega é a «violência legítima», que a maioria delegou às instituições do Estado: criticar esta violência quer dizer criticar o princípio mais desenvolvido da legitimação política, a democracia. [...] Porque o problema da legitimidade é o problema da maioria e o problema da maioria é o das instituições em que se exprime, ou seja, do Estado: «maioria» e «minoria» pertencem ao universo do pensamento político, disputam o comando sobre o «interesse geral», vivem da separação entre «público» e «privado», entre Estado e sociedade, criam as suas raízes no interior das relações de dominação que impõem aos homens confrontar-se enquanto quantidade. A maioria constitui-se para administrar o poder: quanto mais o poder se encontra concentrado mais pode a maioria, menos pode o indivíduo; quanto mais rico é o «público», o «interesse de todos», mais pobre e expropriado é o «privado», mais desprovido e privado de expressão é o interesse de cada um. A democracia é, simultaneamente, o máximo desenvolvimento do poder estatal, o máximo momento de concentração de poder político, o lugar do incontestado comando do princípio de

> maioria: a questão não é o facto de no Estado moderno existir pouca democracia, ou de não serem respeitadas as minorias, mas – pelo contrário – o facto de ser conduzida uma luta de morte contra tudo aquilo que não se exprime nos termos de maioria ou minoria, que não se exprime em termos de poder e de gestão. É por isso que por todo o lado o movimento de libertação comunista se coloca fora da lei: porque se coloca fora do código democrático, e este código define de modo exclusivo o universo da política. A crítica radical marxista da democracia identifica as categorias que fundam a luta de morte entre democracia e comunismo, entre poder democrático e libertação comunista."
>
> L. Castellano, "*Vivere con la guerriglia*", *"pre/print"*, n.° 1/4, 1978

Entretanto em Roma, a 26 de Fevereiro, reúne-se uma Assembleia Nacional Universitária muito tensa e caótica. O primeiro dia decorre num conflito permanente entre "linhas políticas"; os autónomos dos Volsci distinguem-se por uma agressiva gestão da presidência da assembleia, procurando não só contrariar os militantes dos grupos e do PCI, mas também todos os não "enquadrados" (por eles), como as feministas e os índios metropolitanos que, de facto, separar-se-ão polemicamente da assembleia-geral ao segundo dia, para se reunirem noutro local. De qualquer modo, ao fim dos dois dias é decidida uma manifestação nacional em Roma, para 12 de Março, contra o regime do trabalho assalariado e pela organização autónoma dos estudantes, operários e desempregados. Durante os primeiros dias de Março, as mobilizações e as ocupações nas universidades continuam em toda a Itália e ocorrem, um pouco por todo o lado, confrontos entre o Movimento e o PCI, com expressões muito violentas em Turim. O PCI

chega neste período a preparar relatórios detalhados sobre os autónomos e fichas pessoais sobre militantes que irão frequentemente parar directamente aos ficheiros da polícia, que os utilizará abundantemente nas operações de repressão.

Também nas prisões desse período existem tensões, evasões e revoltas e as *Brigate Comuniste* explodem uma nova prisão "modelo" em construção em Bérgamo. A 8 de Março, por toda a Itália, as feministas organizam manifestações aguerridas: em Milão atacam durante uma manifestação o escritório dos serviços sanitários; uma clínica privada onde no passado se faziam abortos clandestinos e onde agora, depois da legalização, eram recusados; a loja de Luisa Spagnoli, uma cadeia de moda que explorava o trabalho de mulheres detidas; e por fim, os escritórios do Governo regional, considerado responsável pela difusão da dioxina de Seveso (nesta região lombarda tinha explodido alguns meses antes uma fábrica química que tinha envenenado os habitantes). Um comando armado feminista pune também um dos médicos-polícias que se ocupava das mulheres grávidas intoxicadas com dioxinas e a quem era negado o aborto terapêutico. Em Roma, depois de uma enorme manifestação de 50 000 mulheres, as que participam nos colectivos organizam outra com cerca de 20 000 pessoas, enquanto ali perto se concentram as que estão próximas da *Unione Donne Italiane*, uma organização de mulheres do PCI, e que são apenas 8 000.

A coordenadora feminista de Via dell'Orso, em Milão, distribui um panfleto onde se escreve:

> "Não é pelo desenvolvimento capitalista que lutamos, não é por qualquer pseudo-reforma que passa sobre as nossas cabeças que descemos às

> ruas, mas para destruir *o nosso papel de mulheres*, tal como nos é quotidianamente imposto no «privado» e no «social» [...]. *Recusamos ser empurradas de volta para as nossas casas* [...]. Recusamos a libertação através do trabalho [...]. Recusamos a tentativa de planificar a nossa sexualidade [...]. Recusamos a violência do macho sobre nós [...]. Organizemo-nos autonomamente para transformar a nossa raiva em programa de libertação."

Em Roma, a 5 de Março, é proibida uma manifestação universitária que acaba por acontecer de qualquer modo. A manifestação é imediatamente atacada pela polícia, mas consegue avançar com algumas manobras, superando dois carros blindados e alcançando o centro da cidade, onde se dão confrontos violentíssimos até à noite, incluindo trocas de disparos de armas de fogo. O reitor de Roma fecha novamente a universidade até à segunda quinzena de Março. É significativo que os Índios Metropolitanos escrevam no dia seguinte um comunicado, bastante divertido, no qual reivindicam o "carácter de massas" da resposta da manifestação. Isto para que impluda a lenda que se criará nos anos posteriores, acerca dos índios "bons", talvez até pacifistas, e dos autónomos "maus": as coisas não se colocavam nestes termos ridículos e as diferenças na área autónoma, que evidentemente existiam, seguiam linhas totalmente estranhas às visões maniqueístas que alguns quiseram depois contrabandear. Uma das diferenças mais significativas era a que separava os que subscreviam uma organização de estilo leninista e os que recusavam o regresso da política, como escrevia "*A/traverso*" em Fevereiro de 77. Havia quem tendesse a medir as passagens revolucionárias através da crítica da economia política e quem, pelo contrário, o fizesse através da mutação antropológica visível nos gestos, na linguagem e nos comportamentos

irredutíveis "da luta quotidiana e incessante contra a sociabilidade da actuação e da exploração". Mas existiam também outras diferenças, entre os que pretendiam que as manifestações se transformassem em ocasiões insurreccionais e quem, pelo contrário, queria manter um nível de conflito menos agressivo mas socialmente mais amplo. Em qualquer caso, só depois, no fim da revolta, é que estas questões irão emergir enquanto factos significativos de ruptura, mas no seu desenvolvimento, não apareceram a ninguém enquanto discriminantes absolutas. Foram os *media*, pelo contrário, que construiram num curtíssimo espaço de tempo uma narrativa que reduzia os índios a um simpático e inócuo folclore e os autónomos ao temível fantasma da violência urbana; e isto porque os *media* e os jornalistas são ignorantes, não sabem ler, não têm imaginação, senão teriam percebido que o slogan índio pintado na fachada da *Sapienza* dizia que desta vez a fantasia não queria tomar o poder mas sim *destruí-lo*, e que o riso *sepultará* alguém, ou seja, que é uma arma capaz de neutralizar qualquer poder constituído. Os índios, os "palhaços", não estavam ali para desdramatizar a guerra contra o capital, pelo contrário, exactamente porque desejavam o fim de toda essa civilização, estavam ali para encenar o seu funeral. A alegria que abrangia quase todos no Movimento devia-se também, e sobretudo, à sensação, talvez irrealista mas isso não é o mais importante, que se poderia pôr fim a esse sistema, que o capitalismo poderia verdadeiramente morrer.

E agora, para nos aproximarmos do epicentro da insurreição, devemos falar do que representava Bolonha nesses anos. Se a nível nacional o PCI se apresentava como a força política "representante" da classe operária organizada que, enquanto tal, se encarregava da repressão do Movimento

e de fazer aceitar na fábrica a política dos sacrifícios, era também o gestor directo do poder económico e político em Bolonha e na região da Emília-Romagna desde o pós-guerra. Pasolini dizia que era uma cidade anómala, já que era uma cidade simultaneamente hiperconsumista e comunista, não sendo esta aproximação do poeta friuliano certamente um elogio. No período do compromisso histórico, Bolonha é mostrada a todo o mundo como a capital do "eurocomunismo", com um modelo de *Estado de bem-estar* semi-perfeito que convivia com uma alta taxa de lucro capitalista; os operários togliattianos[17] e os lojistas do centro estavam unidos na grande família social-democrata e a Igreja também não passava mal, uma vez que os cidadãos "comunistas" emilianos casavam-se até através do ritual católico e os bolonheses continuavam a ser, de qualquer forma, moralistas que viam no trabalho e no Partido a fórmula salvífica do género humano. O PCI governou assim Bolonha desde 1946, mantendo-a ao lado dos grandes choques telúricos dos conflitos sociais desses anos sem que qualquer evento traumático alguma vez a atingisse, até Março de 1977.

Mas em Bolonha existia também a mais antiga universidade da Europa, com 70 000 estudantes, a maior parte dos quais eram deslocados que viviam mal, aos quatro num quarto, onde uma cama custava os olhos da cara e tinham de fazer todos os dias filas de quilómetros para comer numa cantina decadente. Os estudantes têm de fazer mil trabalhinhos precários para se manterem a

17 - N.E.: Palmiro Togliatti (1893-1964) foi, juntamente com Antonio Gramsci, um dos fundadores do Partido Comunista Italiano, do qual foi secretário-geral desde 1927 até ao ano da sua morte. Foi o principal inspirador da política do PCI no pós-guerra, caracterizada pela integração nas instituições e pela renúncia à via insurrecional para a tomada do poder.

estudar numa cidade que os espreme e os despreza e é dessa forma, explorados e postos à margem da vida citadina, que organizam entre 1975 e 1977 uma cidade paralela, que cresce desmesuradamente também porque é cada vez mais frequentada por todo aquele estrato proletário urbano e suburbano que sofria o mesmo tratamento da autarquia social-comunista aliada aos comerciantes e aos proprietários imobiliários. Uma cidade paralela que começa a expressar uma cultura própria, uma visão do mundo própria, uma forma de vida própria que virá, por força das coisas, a confrontar-se frontalmente com a cinzenta casta de burocratas comunistas e com a voluptuosa burguesia vermelha dos comerciantes e dos patrões bolonheses. São jovens pobres mas muitíssimo mais inteligentes, sensíveis e felizes do que os habitantes da outra cidade, a oficial. Enrico Palandri, nesse tempo estudante do *DAMS* bolonhês, escreve um romance no qual a separ/acção entre as duas cidades é bem delineada no fluxo de consciência do protagonista:

> "A minha máquina de desejos não está sincronizada com a máquina do trabalho, não está sincronizada com a máquina dos bilhetes de autocarro, não está sincronizada com a máquina social do justo e do ilegal, produz dez mil comportamentos por dia, dez mil perguntas; é a única máquina pela qual tenho respeito, a única à qual peço para viver melhor, a minha sincronização é incontrolável, a minha complementaridade, o meu apaixonar-me, tudo o que faço e vivo vai para além da regra, espero por ti mesmo quando sei que não virás, e isto é extremamente irrazoável, olho o pôr-do-sol e o céu, e isto faz-me pensar que a minha vida e a minha cidade me pertencem, que não sou hóspede do vosso sistema, mas que sou roubado ao meu, e que este

> vosso modo de morrer cada dia, cientificamente, à frente e atrás da máquina da tristeza e da repressão, não tem possuidores, apenas possuídos, que não venderei a vida por uma fatia de pão, que destruirei as vossas máquinas, atravessarei a estrada fora das passadeiras, inventarei a cerveja e a erva e deixar-me-ei inventar por elas; inventar-me-ei a mim próprio, inventar-te-ei também a ti Maria pia, como o conseguirei, na linguagem que ainda nos pertence, que não é a da troca, o desejo não conhece troca, conhece apenas o roubo e a dádiva; dez crimes por dia, amor meu, e seremos nossos."
>
> E. Palandri, *Boccalone*, Feltrinelli, Milão, 1988

O Movimento bolonhês chega ao "momento 77" já bastante forte, enraizado nas mil casas colectivas, com uma prática de reapropriação de massas e uma forma cultural autónoma singular, dotada de uma enorme potência de expansão: não apenas as revistas das quais já falámos, mas as bandas desenhadas rizomáticas de Andrea Pazienza, a poesia cantada de outro grande *chansonnier* do Movimento que era Claudio Lolli, a experimentação colectivizante da Rádio Alice, os seminários do escritor Gianni Celati no *DAMS*, a música punk-demencial dos Skiantos, o colectivo operário da Ducati Mecanica, o dos dependentes das entidades públicas que fazem o jornal "*Contropotere*", o colectivo *Jacquerie*, um forte movimento feminista e milhares de estudantes proletarizados que atravessam todas estas experiências:

> "Nesta casa vivemos muitos. Viver juntos, de modo colectivo, com quartos que comunicam uns com os outros, numa coabitação superlotada que serve para dividir o custo do aluguer, é a

única possibilidade de intimidade não ridícula. Somos todos comunistas, quarto a quarto.

Levanto-me de manhã, tomo o café, depois estudo, às vezes saio. Continuo a não ter dinheiro; vou às compras ao supermercado; com a bolsa aberta no carrinho, encho a bolsa; depois passo na caixa com a bolsa fechada e com poucas coisas no carrinho. Pago mais ou menos um terço daquilo que roubo."

Franco Berardi "Bifo", *Chi ha ucciso Majakovskij? Romanzo rivoluzionario*, Squi/libri, Milão, 1977

Os primeiros confrontos dão-se em Janeiro, quando a polícia carrega sobre uma manifestação de autorredução de um espectáculo no Teatro Duse. Logo depois, a 22 de Janeiro, uma manifestação autónoma de 30 000 pessoas (não aderem sequer os grupos de extrema-esquerda) invade Bolonha, contra a militarização da cidade e pelos preços políticos dos géneros de primeira necessidade e dos serviços sociais, acusando o PCI e o movimento sindical de serem "colaboracionistas". Em Fevereiro, a famosa circular Malfatti faz explodir a universidade, no interior da qual estudantes, desempregados e vanguardas de fábrica constroem as suas bases vermelhas. A partir de 10 de Fevereiro, Bolonha é varrida todos os dias por manifestações que partem das diversas faculdades ocupadas, enquanto as assembleias já não se parecem com as dos anos anteriores, já não há tempo para aborrecer-se, discute-se tudo com paixão e as pessoas ainda se divertem:

"Em Bolonha, uma gigantesca assembleia transforma-se num *happening* graças a uma célula de acção mao-dada no *DAMS*. Aos gritos de «Já não somos estudantes!», são postas em cena as condições de vida dos deslocados obrigados

> a pagar alugueres exorbitantes por uma cama. Tudo isto em forma de *happening*, acção teatral e gritos, gestualidades que se desencadeiam. A ordem clássica da assembleia é completamente destruída. Os burocratas da política universitária que procuram reconduzir a situação à ordem encontram-se em minoria, sendo ridicularizados e por fim expulsos."
>
> (*Alice è il diavolo*, cit.)

Em poucas semanas, o Movimento bolonhês assume ainda, na sua totalidade, as tarefas de autodefesa e de ofensiva nas manifestações: a 7 de Março, uma manifestação contra a repressão "transforma-se numa enorme onda que varre a cidade: mais apartamentos são ocupados [...], é reocupado o pequeno edifício da Porta de Saragoça. Uma "patrulha proletária" atinge os escritórios da Obra Pia Gualandi, proprietária do edifício e responsável pelas intervenções policiais. Após a dissolução da manifestação, grupos de manifestantes apropriam-se de géneros alimentares nalguns restaurantes de luxo [...]. Durante a noite dão-se atentados incendiários a três sedes da DC, é também ateado fogo a três automóveis de um industrial. Um grupo, assinando *Brigate Comuniste*, irrompe na sede da imobiliária Gabetti". (Valerio Monteventi, "*Ci chiamavano i «soliti autonomi»*", in *Gli autonomi I*, cit.).

No dia seguinte, 8 de Março, as feministas tentam entrar em massa no edifício ocupado para fazer um centro para mulheres, mas são duramente carregadas pela polícia, o edifício tornar-se-á ainda assim a sede do movimento feminista, bem como mais um local ocupado, chamado *Traumfabrik*, que se tornará o centro de irradiação de todos os fermentos criativos da "segunda cidade". Preparava-se numa crescente excitação a participação em massa na manifestação nacional de Roma, a 12 de Março,

quando ocorre algo que abala Bolonha e se repercute selvaticamente por toda a Itália O Movimento bolonhês, que tinha até aí procurado subtrair-se a um confronto directo com o Estado, preferindo aprofundar e estender o estranhamento, a libertação do corpo, a libertinagem colectiva, a transformação das relações pessoais, as práticas de reapropriação, a distorção dos códigos comunicativos, é arrastado para o terreno da guerra. Não é possível furtar-se a ele quando te assassinam um companheiro sob os teus próprios olhos.

Apenas umas semanas antes, os redactores de "*Zut*" e de "*A/traverso*" tinham-se reunido em Roma para discutir a publicação de uma nova revista comum, "*La rivoluzione*", uma espécie de boletim mao-dadaísta cujo primeiro número sai em Fevereiro com o cabeçalho "*Finalmente o céu caiu sobre a terra. A revolução é justa possível necessária*", enquanto o segundo, de Março, aludindo à manifestação nacional em preparação, se intitulava "*12 de Março um belo dia para começar*", que surge posteriormente como uma profecia que se autorrealiza (pareceu algo mais à polícia, que emitiu mandatos de captura para todos os redactores, acusando-os de conspiração e de ter organizado a insurreição de 11/12 de Março). Entretanto, o PCI e os partidos bolonheses pedem em uníssono ao Estado, à polícia e à magistratura que intervenham contra os "vândalos", depois de terem tentado construir, ao longo do ano precedente, um clima de intimidação e de caça às bruxas com o fim de isolar o "tumor" que aos seus olhos representava o Movimento.

Às 10 horas da manhã de 11 de Março, reuniram-se na Faculdade de Anatomia os militantes da *Comunione e Liberazione*, autores de diversas provocações nos dias anteriores. Um pequeno grupo de companheiros tenta

entrar na assembleia mas é expulso e atirado pelas escadas. Chegam outras dezenas de pessoas que, fora da Faculdade, começam a gritar slogans mas nada mais. É o pretexto para que os *carabinieri* e a polícia penetrem na cidade universitária e, apenas chegados ao local, comecem a carregar sobre os estudantes e a lançar gás lacrimogéneo sem qualquer motivo. Os poucos companheiros presentes respondem como podem, é atirado um *cocktail molotov* para uma carrinha blindada como defesa. Nesse momento chega ao local um estudante de Medicina, um militante bastante conhecido de *Lotta Continua*, Francesco Lorusso, mas tem de se retirar imediatamente com os outros, porque as forças da ordem continuam a carregar ferozmente. Nesse momento, um militar dos *carabinieri* ajoelha-se, aponta e dispara: Francesco Lorusso é atingido mortalmente. Às 13h30, a Rádio Alice difunde a notícia. Uma multidão começa a chegar à zona universitária: em cada faculdade, em cada praça, em cada rua, na cantina, há uma assembleia. São levantadas barricadas em redor de toda a zona universitária. Um telefonema para a Rádio Alice grita: "Desçam todos à rua companheiros, isto é a guerrilha, foda-se!" A livraria da CL é aberta a golpes de picareta e imediatamente incendiada. Um ataque incendiário é também levado a cabo em duas esquadras próximas. Todas as assembleias se organizam para uma manifestação que deve partir imediatamente. Um enorme contentor da cantina é utilizado para pôr gasolina em centenas de garrafas: o objectivo é a sede regional da DC, acusada de ser a mandante do homicídio. À tarde, uma manifestação com 10 000 companheiros sai da universidade, todos mascarados e armados com pedras, bastões, barras e *molotov*. O PCI organiza uma guarnição de "defesa" do memorial dos mortos da resistência. Durante o percurso são

destruídas as vitrinas de todas as lojas de luxo. Chegados à rua onde estava a sede da DC, encontram-se perante um enorme corpo de *carabinieri* e de polícia, aguenta-se o impacto, mas a manifestação sofre também uma carga na sua cauda. Começa a guerrilha rua a rua. Uma parte da manifestação dirige-se para a estação ferroviária, onde ocupam algumas linhas, desencadeando-se confrontos duríssimos em redor e dentro da estação. Uma outra percorre o centro, confrontando-se com a polícia na Piazza Maggiore e atacando em seguida lojas e bancos. Os escritórios da Fiat e do jornal local "*Il Resto del Carlino*" são atacados com *cocktails molotov*. Um tronco da manifestação alcança a estação ferroviária, abrindo à força uma via de fuga para os que combatiam lá dentro. A polícia dispara, os companheiros respondem ao fogo. Finalmente dirigem-se todos para zona universitária, onde são montadas grandes barricadas ao redor da Praça Verdi; é aberta a dispensa da cantina universitária, mas também o restaurante preferido da burguesia vermelha, o Cantunzein, para que seja distribuído vinho e comida a todos os presentes na praça revoltosa (este *todos* inclui também as pessoas do bairro e é significativo que no processo por este exproprio viesse a ser condenada uma reformada de 66 anos). Um piano é retirado de um bar e colocado ao lado de uma barricada, um jovem pianista poliomielítico senta-se e começa a tocar *Chicago*, de *Crosby, Stills, Nash and Young,* e depois Chopin, por entre as balas, as chamas e o fumo de gás lacrimogéneo: "Bêbados. Hoje não manda ninguém. Amanhã? Amanhã chegarão com os tanques. Seremos novamente expulsos. Mas hoje, por algumas horas, esta terra é livre. Chopin. Vinho. Raiva e gozo" (diversos companheiros, *Bologna marzo 1977... fatti nostri...*, Bertani, Verona, 1977). A polícia retira-se depois de duas cargas violentíssimas que

não conseguem vencer a resistência, a cidade é libertada por uma breve mão-cheia de horas, uma grande assembleia reúne-se no cinema Odeon.

A Rádio Alice nunca deixa de emitir e de informar sobre as deslocações dos companheiros e da polícia. À noite será lido um comunicado provocatório, no qual o Movimento inteiro reivindicava para si a "responsabilidade" pela violência expressa naquele dia:

> "Todos faziam parte desse gigantesco serviço de ordem que se decidiu fazer, colectivo, preparando-se com *cocktails molotov*, preparados todos juntos na universidade, hoje ao início da tarde; preparámos os projécteis todos juntos, desfizemos o pavimento da universidade para conseguir pedras todos juntos, estivemos com as pedras e os *molotov* nos bolsos todos juntos, porque a de hoje era uma manifestação violenta, era uma manifestação que todos decidimos tornar violenta, sem um serviço de ordem, sem grupelhos isolados de provocadores, de autónomos, que levavam a cabo as acções, porque todos os companheiros participaram em todas as acções que tiveram lugar hoje..."
>
> (Ibidem)

O Movimento de 77 distingue-se pelo seu forte desejo de estar-juntos até ao fim, de partilhar tudo e de assumir a responsabilidade colectiva por tudo aquilo que o próprio Movimento determinava: o que poderá ser a prática de uma ética comunista senão isso? Este documento de reivindicação colectiva é então muito importante, já que assinala um dos pontos de chegada das práticas autónomas e indica a possibilidade real, demonstrada, de poder partilhar uma decisão de grandes dimensões, *inclusivamente a da insurreição*. Não há chefes, líderes ou porta-vozes em

Bolonha, há apenas a presença em si de um Movimento. Não se perceberia de outro modo que sentido poderia ter a crítica à representação que ao longo dos anos anteriores tinha funcionado como catalisadora dos diversos movimentos de libertação. A Autonomia tinha-se tornado agora o nome de um *ethos* colectivo. E foi esta repetida prática de comunização que funcionou como condutora dessa espécie particular de entusiasmo que fazia com que todos, incluindo os que estavam de fora, compreendessem que se estava no meio de uma revolução. E portanto palavra, escrita, existência, produção, comunicação, amor e guerra deviam todos, sem excepção, fazer parte de um único encadeamento colectivo de enunciação: esta é a única e verdadeira *centralização* da qual o movimento tinha necessidade. O poder rapidamente compreenderá que é exactamente este encadeamento que deverá atingir duramente para derrotar a insurreição: fragmentando, destruindo, isolando algumas das suas formas, sobretudo as da comunicação e da guerra. Em Bolonha, mais do que noutros sítios, maturou de facto um amplo e significativo percurso de partilha, talvez por ser o local onde eram mais aprofundadas as práticas que permitiam não separar a subversão contra o Estado da do quotidiano, a desestabilização do capital-Estado da desestruturação da sua sociedade:

> "O poder não calculou que maravilhosa indicação deu ao movimento, no momento em que se pôs à caça dos covis; todos os companheiros têm um covil, que partilham com outros companheiros, onde há a possibilidade de viver com menos dificuldade um debate sobre o que é pessoal, de praticar com maior sucesso uma comunicação que inclua a relação pessoal/político, e isto graças às experiências de tantos anos de palavras, de

> lutas e de amor, que se desenvolveu com um pouco de método na oposição ao "sistema" [...]. Este é o local natural da nossa vida, onde crescemos, dia após dia, onde aprendemos a comunicar, a partilhar a alegria, o divertimento, a fome, o amor, a palavra [...]. Será bastante importante definir o papel dos momentos de massa como a manifestação e a assembleia, porque é aí que se vence no uso da nossa força; mas será possível que perante um prato por lavar, ao redor de um beijo, não existam relações de força, não existam relações de poder a defender ou conquistar para cada um de nós? A nossa força exige 24 horas sobre 24, mas contra o poder, o Estado, temos momentos de massas e momentos individuais, onde a nossa força se mistura e onde medimos o grau de ingerência da lei no nosso quotidiano [...]. A arma que o movimento está a usar é a mais terrível, a da transformação do quotidiano."
>
> *(Collettivo redazionale Radio Alice* in *Bologna marzo 1977*, cit.)

Estamos a 12 de Março, ao nascer do dia, em Bolonha, são retiradas as barricadas e o PCI crê que tudo está terminado. Engana-se. As manifestações estudantis, que chegam de manhã das diversas escolas secundárias da cidade, encontram a zona universitária novamente protegida por dezenas de barricadas. Às 10 horas parte uma nova manifestação de milhares de pessoas em direcção à Piazza Maggiore, para onde os sindicatos convocaram um comício "contra a violência". A tensão é alta quando a manifestação chega à beira da praça e o serviço de ordem do PCI chega a impedir o irmão de Francesco Lorusso de entrar e ler do palco uma intervenção sua. Acabará por lê-la, com um megafone, de costas para o palco, dirigindo-se a milhares de companheiros que ficaram na Via Rizzoli.

A fractura entre as "duas cidades" alarga-se. Muitos companheiros partiram de manhã para Roma, mas na Piazza Verdi, à tarde, ainda são uns milhares aos quais se junta pouco a pouco imensa gente indiscriminada, que *viu* e que tem vontade de sair à rua para defender a "sua cidade". Às 16 horas, um milhar de polícias divididos em três braços assaltam a cidade universitária, as barricadas são incendiadas para lhes impedir a passagem. Resiste-se, disparando até. Na prisão bolonhesa, onde foram detidas algumas dezenas de companheiros no dia anterior, dá-se uma revolta e os detidos "comuns" também se recusam a reentrar nas celas, escrevendo juntos um documento onde pedem o fim da militarização de Bolonha. Entretanto continuavam a afluir milhares de outros polícias e *carabinieri* provenientes das mais diversas partes de Itália, que espancam quem quer que encontrem pela rua, enfurecendo os habitantes, que ali permanecem desafiando-os abertamente. Em todo o centro dão-se avanços e recuos dos rebeldes. Depois de cada lançamento de gás lacrimogéneo, um companheiro idoso com um lenço vermelho ao pescoço toca o "*Bandiera rossa*" na harmónica, encorajando as pessoas a avançar: "ilegalidade de massas" não é apenas um slogan feliz da Autonomia. Às 20 horas, as forças de ordem tentam lançar um ataque decisivo contra o Movimento disparando contra as barricadas, mas são novamente repelidos. Uma loja de armas é saqueada por um grupo de companheiros para prevenir os problemas de autodefesa. Às 22 horas os rebeldes decidem abandonar a zona, considerando impossível resistir por muito mais tempo. Poucos minutos depois a Via del Pratello, onde está sediada a Rádio Alice, é ocupada pelas tropas policiais, que a enchem de gás lacrimogéneo antes de irromper nas instalações para deter todos os que se encontram lá dentro e nas imediações.

Automóveis com altifalantes circulam pela cidade convidando a *população civil* a ficar em casa. É dado um ultimato aos rebeldes da universidade, devem abandonar a zona até ao cair da noite, "depois deixamos de brincar". Na manhã seguinte Bolonha desperta invadida por blindados que controlam todas as zonas centrais, parece que se está em Praga. O presidente da Câmara, Zangheri, dirá que não podia afirmar nada a partir do momento que considerava estar em guerra. Parece que quando os *carabinieri* chegaram à Piazza Verdi encontraram muitas das espingardas roubadas penduradas como se fossem salames.

A pradaria em chamas

> "Estou portanto dentro desta separação que me liga ao mundo enquanto força de destruição [...]. Riqueza antes de miséria, desejo antes da necessidade. Existe separação que é desejada mas que se expressa em potente vontade de confronto, existe ruptura que lança continuamente pontes de vontade destrutiva contra a realidade, existe desejo que chega a ser desespero [...]. Sinto imediatamente o calor da comunidade operária e proletária, de cada vez que ponho o passa-montanhas. Esta minha solidão

é criativa, esta minha separação é a única colectividade real que conheço."

Antonio Negri, *Il dominio e il sabotaggio*

Mas o 12 de Março insurreccional alastra a todo o país. A autonomia sempre esteve consciente de que a mobilidade imposta pelo capital ao trabalho vivo para decompor a sua força estava destinada a arruinar-se em mobilidade de ataque, circulação da ofensiva, difusão do fogo, tanto em cada território específico como a nível geral. O epicentro da insurreição transfere-se então para Roma, onde uma manifestação com mais de 100 000 pessoas provenientes de toda a Itália, muitas das quais providas de armas de fogo, incendeia a capital. Todos os que tinham ido a Roma sabiam que haveria confrontos e que muito provavelmente estes teriam lugar na Piazza del Gésu, onde ficava a sede nacional da *Democrazia Cristiana*. De facto, um grupo de autónomos ali chegado lança uma quantidade impressionante de *molotov*, a polícia carrega e desfaz a manifestação. A partir daqui começa uma guerrilha urbana de proporções gigantescas; segundo um cálculo aproximado, estima-se que tenham sido lançados pelo menos quinhentos *cocktails molotov*. Todos participaram nos confrontos de modo coordenado, integrados no seu colectivo de escola ou de bairro; moviam-se agilmente em grupos de uma centena de pessoas, com equipas geralmente compostas por dez pessoas providas de tudo o necessário para organizar acções de ataque e defesa. Os testemunhos de quem participou na manifestação são unânimes ao recordar a grande capacidade de auto-organização do

Movimento e a disciplina de quem estava armado e tinha a função de proteger os vários sectores da manifestação. Os ataques da manifestação foram dirigidos a objectivos precisos, enquanto as dezenas e dezenas de automóveis e vitrinas destruídas por acaso, relativamente às quais muitos viriam mais tarde a rir-se, foram obra de jovens proletários enfurecidos sem pertença, sem colectivos de referência, que afogaram assim a sua raiva, de modo selvagem e desordenado: os jornais autónomos não se deixaram seduzir por este episódio, mas convidaram o Movimento a compreender esse sentimento e limitaram-se a aconselhar os "companheiros vândalos" a direccionar melhor a sua raiva nas próximas ocasiões.

Na Piazza del Popolo são atacados o bar "Rosati", um ponto de encontro de fascistas, e um quartel dos *carabinieri*, após o qual começam diversos tiroteios. Sofrem em seguida a fúria da manifestação uma esquadra da polícia, a sede do jornal da *Democracia Cristiana*, a embaixada do Chile, uma filial da FIAT, uma caserna da polícia urbana, os escritórios da SIP[18], o hotel Palatino (cujo proprietário era um conhecido fascista) e um número enorme de lojas e bancos. Dezenas de automóveis e autocarros são incendiados para fazer barricadas. Explode uma bomba no comando regional dos *carabinieri*. São saqueadas duas espingardarias nas quais é roubado tudo, até canas de pesca. Tenta-se um ataque às instalações do Ministério da Graça e da Justiça, do qual saem tiros: o Movimento responde ao fogo. Também uma equipa da televisão do Estado é obrigada a fugir e o seu automóvel incendiado. A batalha dura pelo menos cinco horas, o centro de Roma é pontilhado por incêndios e tiroteios. Registam-se várias detenções e

18 - N.E.: "Società Italiana Per l'esercizio telefonico", empresa pública de telecomunicações que daria origem à Telecom Itália em 1984.

feridos de ambas as partes, mas nenhum morto. A potência da insurreição revelou-se por outros parâmetros que não os do número de vítimas, certamente não por mérito da polícia. Este é mais um facto que o 12 de Março depositou no inconsciente revolucionário e que ainda hoje faz reflectir os que procuram pensar a pergunta "o que é uma insurreição?".

Aquele 12 de Março em Roma precipitou do modo mais violento o confronto que contrapunha o movimento das autonomias, não apenas aos velhos patrões e ao Governo, mas a uma hipótese de sociedade do controlo da qual, para além do partido-Estado, representado pela DC, faziam agora parte integrante os sindicatos e os partidos de esquerda, que desempenhavam o papel de fiadores da exploração, de polícias sociais e de *intelligence* contra-insurreccional. Era como se aquela enorme manifestação gritasse "não pertencemos à vossa civilização!". Franco Piperno escreveu a seguir que nesse 12 de Março romano era reassumido o significado daquilo que designara "movimento do valor de uso": uma imagem de riqueza e de pobreza combinadas, de "selvajaria sonhadora", um "ensaio geral, numa cena de massas com 100 000 actores", um "*black out* bastante menos populoso do que o de Nova Iorque mas de qualquer modo mais repleto de consequências porque construído por uma «minoria de massas», porque praticado servindo-se da luz". A separação e hostilidade entre a sociedade do valor de troca e a do valor de uso tinha chegado a esse dia expressando-se de forma complexa mas não caótica e Piperno concluía: "a contraposição de segmentos de trabalho vivo é destinada a acentuar-se, pelo menos em Itália – alimentando um confronto que, envolvendo milhões de homens, pode ser considerado como uma forma, ainda que subterrânea, de guerra civil" ("*pre/print*", n.º 1).

Em Milão, não obstante muitos tenham ido a Roma, a Autonomia desce à rua a 12 de Março para exprimir um nível adequado de subversão violenta. É um período complicado no interior das diversas correntes organizadas da Autonomia; em primeiro lugar de «*Rosso*», também porque era a mais empenhada na autonomia difusa, mas também em "*Senza Tregua*", onde a cisão entre os *Comitati Comunisti* e os que construíam a *Prima Linea* é cada vez mais profunda. No documento dos *Comitati Comunisti Rivoluzionari* intitulado "*Realismo della politica rivoluzionaria*" ("*Senza Tregua*" de 27 de Julho de 1976), a diversidade das escolhas dos seus companheiros de *Prima Linea*, e portanto a cisão, é sancionada com estas palavras: "A «área política» da Autonomia deve tornar-se vanguarda militante, a «facção dos comunistas» (onde o termo *facção* exprime, ao mesmo tempo, o carácter de «parte do Movimento»; o *carácter separado e distinto*; o *carácter intencional*, o elemento de vontade política [...].)" O próprio jornal passa, a este ponto, para as mãos da área ligada às *Squadre Armate Proletarie* e, portanto, da direcção da *Prima Linea*.

Entre 1976 e 1977, a nova geração de militantes dos diversos colectivos territoriais da área autónoma tinha-se pouco a pouco tornado impaciente ao "gradualismo", ao "dirigismo" ou ao "intelectualismo" que era atribuído aos velhos dirigentes autónomos ou a alguns comités operários. Talvez já não confiassem nos especialistas em manobras políticas ou nos teóricos que ainda eram respeitados ou, ainda mais credível, a situação que se tinha criado não permitia senão um aumento permanente do conflito. Era de qualquer modo inegável que se estava a acentuar um confronto político interno à Autonomia milanesa, entre uma ala marcadamente combatente, sustentada pelos mais jovens, e a que estava ligada à alma operaísta por um lado e, por outro,

a uma estratégia mais prudente de enraizamento social. Na verdade, como conta Chicco Funaro, um dos protagonistas da experiência de "*Rosso*", a divisão tinha-se revelado pela primeira vez precisamente nas discussões acerca do assalto ao Scala, no Outono dos Círculos (C. Funaro, "*Il comunismo è giovane e nuovo*", in *Gli Autonomi I*).

Mas "*Rosso*" não tinha uma estrutura hierárquica de partido, não tinha qualquer forma de "centralismo democrático" com a qual os velhos dirigentes pudessem impor uma qualquer decisão em 77 e a muitos deles não desagradava de qualquer forma poder contar com dezenas de colectivos jovens que podiam desencadear o inferno em qualquer ocasião. Parece muito mais provável que, perante esse alargamento da ilegalidade pelo qual tinham trabalhado tanto tempo, alguns dos militantes mais velhos estariam perplexos e, no mínimo, não teriam muito a oferecer a nível estratégico. Para além disso, ao contrário da Autonomia de Pádua, por exemplo, onde até o armamento era fortemente centralizado, em Milão, exactamente pelas características específicas do movimento autónomo dessa cidade, cada colectivo era semi-autónomo também a esse nível e a sua utilização não podia por isso corresponder a uma decisão tomada centralmente por um qualquer organismo burocrático, mas tinha sempre de passar por uma dura discussão dentro e entre os diferentes colectivos. Mas estas características de horizontalidade, de estrutura em rede, de contínua circulação tanto entre os colectivos como entre a dimensão legal e ilegal, são o que torna original a experiência de "*Rosso*" que é, pelo menos no que toca à Autonomia organizada, de longe a mais interessante das também importantes experiências pós-sovietistas romanas, da operaísta dos *Comitati Comunisti* ou da férrea disciplina dos do Veneto. Mas para explicar

esta crise é necessário, como já se referiu, olhar para a derrota dos Círculos no Scala, em Dezembro de 1976, que constituiu um grave golpe para o Movimento milanês. Uma derrota que levou a que, ao contrário de outras situações, como em Roma e em Bolonha, em vez de chegarem a 77 "todos juntos", chegou-se de modo fragmentado e frequentemente contraditório. Para além disso, aquela debandada militar determinou que a partir desse momento os jovens pensassem apenas em "preparar-se melhor". De qualquer modo, prevalece dentro de "*Rosso*", durante a Primavera de 1977, uma linha combatente com uma forte veia insurrecionalista e, se a formação das *Brigate Comuniste* é uma clara evidência da primeira, o impulso para transformar todas as datas em ocasiões de conflito aberto e a extensão simultânea da conflitualidade armada são-no da segunda. Todas as acções levadas a cabo durante os meses vertiginosos de 77 reduzem-se a esta escolha de ruptura de qualquer mediação, partilhada de resto com outras secções da Autonomia. Portanto, tudo considerado – não obstante os desacordos e o que alguns disseram anos depois, procurando "dissociar-se" do que aconteceu – é evidente que é posta em prática uma linha comum. O que se sente, lendo os documentos e os textos autónomos desses meses, é que estivessem a pensar algo do tipo "é agora ou nunca". Uma precisão: quando se diz "insurreição" a propósito da Autonomia, é necessário não confundir com o anarquismo insurrecionalista dos anos Oitenta e Noventa: não existia na Autonomia qualquer ilusão a propósito de um processo totalmente espontâneo, que identificasse na acumulação de gestos isolados uns dos outros a possibilidade de atingir dinâmicas insurreccionais; havia pelo contrário uma ideia, permanentemente reafirmada, de interpenetração contínua entre níveis de

insubordinação difusa e de organização, que conduziam por sua vez a uma dinâmica de recomposição de massas na qual se poderia construir a decisão sobre a insurreição, que era, de qualquer modo, entendida enquanto uma série de momentos altos de conflito que não resolviam por si só a questão revolucionária. Eram aliás frequentemente acusadas de "insurrecionalismo", por diferentes partes da Autonomia, os sectores mais movimentistas, como os bolonheses reunidos em torno da experiência de "*A/traverso*", pretendendo-se dessa forma assinalar uma excessiva fé no espontaneísmo e no assemblearismo.

Regressemos então a esse 12 de Março. Todos os colectivos de bairro de Milão estavam na área da Autonomia, sem faixas, vestidos com gabardinas compridas para esconder as armas. Na primeira linha estava o colectivo de Romana-Vittoria, que orbitava na área de "*Rosso*" e que, juntamente com os companheiros de "*Senza Tregua*", era o mais carregado de "ferro" nesse dia. Logo que viram a polícia, sacaram das pistolas para lhes fazer perceber que não haveria uma "Bolonha 2". Começou nesse momento uma discussão animada. Contam alguns protagonistas que havia quem considerasse justo assaltar a Prefeitura, que porém, como notavam outros, estava guardada por *carabinieri* armados de espingardas e metralhadoras: seria um massacre. Mas todos concordavam que era necessário fazer alguma coisa: era necessário mostrar à polícia que não podiam tranquilamente assassinar um companheiro e pretendia-se ao mesmo tempo levar o movimento milanês a um nível superior de subversão. Finalmente, chega a proposta que salva a situação: Vai-se à *Assolombarda*, a associação dos industriais, a "casa dos patrões". Chegados ao edifício, várias dezenas de pistolas e espingardas são retiradas dos casacos e, enquanto voam os *molotov*,

começam todos a disparar contra os vidros até esgotarem os carregadores: *burn, baby, burn*... Foi uma acção de certo modo "libertadora" e com diversos níveis de significado quando a encaramos hoje. Em todo o caso, as imagens publicadas pelos jornais, com os companheiros armados de *Winchester* e pistolas a abrir fogo sobre a odiada sede da patronal, transbordaram no imaginário colectivo com uma força disruptiva. Foi talvez um exemplo desse estranho conceito de violência proletária proposto por Benjamin: violência "imediata", "fulminante", "meio puro" que se coloca fora da política clássica e que não tem qualquer necessidade de fazer correr sangue para expressar o seu potencial de destruição.

A fragmentação da área autónoma revelava aquela que percorria toda a "composição da classe operária e proletária" milanesa; a Autonomia não conseguia trazer a classe operária tradicional para o seio da opção revolucionária: era minoritária nas fábricas, resistia precisamente naquelas em que podia contar com comités fortalecidos por anos de luta. Este era o outro dado da crise, de onde vinham as grandes dúvidas dos "velhos" e que empurrava por seu lado os mais jovens a correr sem fôlego até ao confronto; estes viam de facto, dentro desta decomposição de classe, a ocasião para radicalizar a contraposição não entre "duas sociedades" mas entre "dois mundos", e o seu mundo e os desejos que o habitavam tinha, em muitos aspectos, deixado de se parecer com os dos seus companheiros mais velhos: não paradoxalmente, assemelhava-se ao dos insurgentes da Comuna. E todavia, a circulação subversiva entre as diferentes camadas proletárias continua a imperar, precisamente graças a essa camada juvenil combatente que não perde uma ocasião de alargar e aprofundar o conflito. O 18 de Março é, neste sentido, um

dia importante: havia uma das habituais manifestações sindicais, mas é 1977 e são também os dias em que devem ser julgadas pelo Tribunal do Trabalho as vanguardas de fábrica despedidas pela Marelli, ligadas a "*Senza Tregua*", algo que era facilmente ligado à luta contra o trabalho clandestino e a reestruturação produtiva, levada a cabo nesse período pelas rondas ligadas a "*Rosso*". Os objectivos da manifestação desse dia tornam-se por isso claros: o edifício dos escritórios da Marelli e o da Bassani-Ticino. Esta última era uma empresa na vanguarda da reestruturação e do trabalho clandestino e que, ainda por cima, explorava o dos detidos e o dos "malucos", tornando-se assim o símbolo de todo o "trabalho escondido", carcerário, que se estava a difundir pelo território à velocidade da luz.

Todas as diferentes siglas autónomas milanesas, mais os anarquistas e uma parte de *Lotta Continua*, se encontram por isso na manifestação alternativa em que participam vários operários combativos. Após uma paragem rápida em frente ao Tribunal, formam-se quatro grupos: dois bloqueiam o trânsito e cobrem os outros, um enfia-se onde estão os escritórios da Marelli e um outro onde está a Bassani-Ticino. Como descreve Paolo Pozzi em *Insurrezione*, o grupo que entra na Marelli de pistola na mão rouba as carteiras que encontra no interior, destrói todos os móveis, atira alguns molotov ao descer, enquanto na Bassani os *molotov* incendeiam o portão e as pistolas fazem as janelas saltar em estilhaços. Para concluir a incursão, enquanto um denso fumo negro saía da Marelli, é também incendiada uma agência de publicidade, dado que se começava então a pensar sobre os novos dispositivos de poder que estas empresas estavam a construir rapidamente no interior de uma sociedade do espectáculo que caminhava para a sua maturidade.

O número de Março de "*Rosso*" sai com a sua mais célebre capa: o título a vermelho e negro afirma "*Pagaram caro... Mas não pagaram tudo!*" sobre uma grande fotografia de um fragmento da manifestação com pessoas mascaradas que agitam no ar bastões, *molotov* e pistolas. Era uma incitação selvagem a fazer-lhes pagar também o que permanecia sem solução.

Em Bolonha, a insurreição não terminou com a chegada dos tanques, a 13 de Março. De manhã a Rádio Alice retoma as emissões sob o nome de "Colectivo 12 de Março", mas o seu sinal é sabotado pela polícia que emite na mesma frequência um assobio. Durante todo o dia as tropas estatais disparam gás lacrimogéneo sobre qualquer grupo superior a cinco pessoas que se desloque no centro. Contudo, alguns grupos de jovens proletários ainda lutam pelas ruas. À noite, dado que a rádio do Movimento continuava clandestinamente a fazer o seu trabalho, é cortada a electricidade a um bairro inteiro e chega depois a polícia, que encontra vazio o apartamento a partir de onde estavam a transmitir. No dia seguinte uma outra rádio livre, a Rádio *Ricerca Aperta*, hospedará os companheiros da Rádio Alice, mas as emissões serão novamente interrompidas pela polícia, que detém todos os presentes e sela também estes microfones. A assembleia do Movimento de 13 de Março é realizada na periferia, era necessário decidir como organizar-se para o dia seguinte, quando seria realizado o funeral de Francesco Lorusso. A indicação momentânea é subtrair-se aos confrontos que a polícia tenta provocar e ir em pequenos grupos falar com as pessoas do bairro. O PCI, pelo contrário, difunde um comunicado onde explica aos cidadãos que não devem fazer ajuntamentos na rua e que devem deixar ao exército e à polícia a tarefa de restaurar a ordem. Não satisfeito, decide

que o funeral de Francesco não deve ser feito no centro da cidade e assim será: o caixão, rodeado por milhares de companheiros com o punho erguido, desfilará na periferia. O presidente de Câmara faz uma última provocação organizando um comício na Piazza Maggiore, onde falará perante dezenas de milhar de pessoas, juntamente com os democratas-cristãos, contra a violência e os destruidores de vitrinas, enquanto não é permitido aos estudantes entrar na praça. O Movimento desfila nas ruas vizinhas, milhares a gritar contra o compromisso histórico e contra o ministro do Interior que então se torna KoSSiga, com o K e os S desenhados como os dos nazis. O segundo número de "*La Rivoluzione*" sai nesse 16 de Março, proclamando "*a revolução está a meio*".

Começa então a batalha do Movimento bolonhês contra a repressão: muitos são os detidos durante os confrontos, entre os quais um polícia municipal que se solidarizou com a revolta, assim como os companheiros da Rádio Alice, e diversas pessoas são processadas pelos exproprios, aos quais em breve será necessário juntar as acusações dirigidas contra os "chefes" da insurreição, como Bifo, que procurará exílio em Paris, e Diego Benecchi, do Colectivo *Jacquerie*. A magistratura tentou construir uma teoria do "*complot*", procurando demonstrar que a insurreição de 11/12 de Março entre Bolonha e Roma tinha sido planificada pelos "chefes" da Autonomia, ou seja, por alguns dos mais conhecidos agitadores ou intelectuais militantes, como Bifo, Scalzone, Negri e outros. Simultaneamente, dão-se inúmeras operações policiais contra dezenas de autónomos em Pádua, Milão e Roma, procurando fechar um círculo que não se quer fechar. E que por enquanto não está apenas aberto, mas também em chamas.

Durante o ano de 1977 a Autonomia também se torna o *ethos* hegemónico no Sul de Itália, conseguindo arrastar para o clima insurreccional milhares de pessoas que tinham até então flutuado entre grupúsculos marxistas-leninistas e *lottacontinuistas*, quando não nas organizações mais institucionais. Mas o agudizar do conflito devia-se especialmente à resposta proletária à "modernização" que a *Democrazia Cristiana* tinha impresso nesse território. Secções inteiras do proletariado, em Bari, em Nápoles e em Palermo, tinham sido deportadas dos centros históricos em direcção às novas periferias, terreno de especulação imobiliária onde milhares de famílias eram fechadas dentro de enormes colmeias humanas, imersas num deserto de cimento privado de qualquer actividade comercial, recreativa ou cultural. O desemprego era enorme, a única fonte de rendimento para milhares de famílias era o contrabando de cigarros e outras pequenas actividades extralegais. A raiva que os jovens acumulavam neste guetos transbordou na possibilidade de *destruição* que se abriu nesse ano, mas foi assim também pelo seu desejo de felicidade e de vida em comum que o Movimento tinha conseguido tornar praticável através da abertura de novos espaços de vida, livres e autónomos. Uma revista com um nome simples, "*Comunismo*", que começou a sair em Cosenza (na Calábria), onde o *campus* universitário se torna uma enorme "base vermelha", funcionou enquanto rede de ligações entre todas as realidades autónomas meridionais, que fazem da lamechice reformista sobre a falta de "sentido de Estado" no Sul um ponto de força sobre o qual construir uma hipótese de autonomia. O não-trabalho ao qual os meridionais são "condenados" torna-se nesta hipótese uma oportunidade a acrescentar à do não-Estado, empurrando em direcção a uma ruptura

violenta com toda a tradição desenvolvimentista e estatista da esquerda histórica. As lutas nos grandes pólos industriais do Sul, entre 1976 e 1977, estarão entre as mais fortes levadas a cabo em todos o país, com episódios de sabotagem impressionantes e um altíssimo nível de fogo que se abate sobre as figuras de chefia nas fábricas. Há ainda a prática dura do antifascismo, que se impõe em muitos territórios, como em Bari, onde em Novembro de 1977, culminando uma série de agressões, é assassinado por um grupo de fascistas um jovem companheiro da cidade antiga, Benedetto Petrone, episódio que dá origem a uma revolta de proporções nunca vistas naquela cidade e que determina um grande alargamento do Movimento que preencherá ainda as ruas e os sonhos de tantos durante três anos.

Grande foi também a penetração da Autonomia nas províncias do Norte, ou seja, na Lombardia, no Piemonte (nesse mesmo Vale de Susa que hoje é atravessado por uma grande luta popular contra o TGV) e no Veneto. As pequenas fábricas que estavam fora do controlo sindical e que empregavam grandes quantidades de força de trabalho juvenil, tornando-se a espinha dorsal da reestruturação produtiva, foram investidas pelo ciclone 77: "foi neste contexto que se gerou espontaneamente, no interior do tecido urbano das vilas e aldeias, a anomalia dos «Colectivos autónomos». [...] Politicamente «filhos de ninguém»." (Sergio Bianchi, "*Figli di nessuno*", in *Settantasette. La rivoluzione che viene*, DeriveApprodi, Roma, 1997).

Os testemunhos e os documentos recolhidos neste ensaio e que fazem referência à província de Varese são importantes para perceber as dinâmicas, tanto pessoais quanto estruturais, que determinarão este fenómeno:

> "A temática da recusa do trabalho assentava como uma luva no facto de, instintivamente, todos nós sentirmos que o trabalho era algo a recusar fosse de que modo fosse. Descobrir que este nosso comportamento espontâneo era uma temática teórica revolucionária com mais de dez anos de lutas operárias nas maiores fábricas de Itália teve em nós um efeito disruptivo, no sentido em que, por exemplo, podíamos reivindicar socialmente com orgulho este comportamento de recusa e não vivê-lo apenas no interior do nosso grupo marginal, isolado do contexto geral da raiva operária."
>
> (ibidem)

As organizações autónomas metropolitanas foram muito hábeis a tecer imediatamente relações com estas micro-formações de aldeia e constituíram-se assim verdadeiras redes de luta regional com grandes capacidades agregativas e ofensivas. Os colectivos autónomos de aldeia procuraram, por um lado, abrir espaços onde fosse possível "socializar os comportamentos" de insubordinação e, por outro, conduziram pesquisas que os levaram a identificar com lucidez o papel estratégico que tinham as pequenas e médias empresas de província no que tocava à reestruturação geral da produção e da sociedade: as pequenas fábricas constituíam a estrutura de comando difuso sobre uma força de trabalho flexibilizada e precarizada e os seus pequenos patrões eram os "mediadores" desta reestruturação. A aldeia, com a sua estrutura produtiva, não podia ser vista como que um "gueto" a destruir. Mas, como observa Sergio Bianchi, a relação que se veio a estabelecer entre as jovens gerações da província e os quadros políticos autónomos não funcionou muito bem, seguramente não tanto quanto as organizações teriam

gostado, já que não conseguiram de todo integrar nos seus modelos organizativos as "práticas das necessidades", como a libertação do corpo, a experimentação das drogas, a vida comunitária, a diferença de género, tudo coisas que faziam parte fundamental da forma de vida desses jovens: "A política da organização, em suma, acabava por ser sempre um cobertor demasiado curto para conseguir tapar toda a riqueza dos movimentos" (idem). No ano de 1977 houve nas províncias, em relação ao resto do país e do ponto de vista percentual, um aumento do número de acções armadas ou de sabotagem e, talvez precisamente pela falta de um tecido mais complexo e com maiores oportunidades, que poderia existir nas grandes cidades, um grande número de jovens militantes encontrou-se imediatamente perante a escolha entre a heroína ou a entrada nas pequenas ou grandes organizações combatentes, cujas acções se concentraram de qualquer forma mais em 1978 e 1979.

Ainda que o Movimento se continue a intensificar em toda a Itália, é em Roma que, após o 12 de Março e durante um longo período, a velocidade de marcha se irá manter num nível constantemente alto, não obstante a decisão (e, aliás, precisamente em resposta a ela) tomada pelo ministro da Polícia, Kossiga, de proibir as manifestações. E houve pelo contrário – todas as semanas e durante meses – pelo menos uma manifestação na capital que se confrontava com as proibições e que sabia sempre identificar os seus objectivos e atingi-los. Claro, a repressão também era dura, entre polícia e fascistas que quotidianamente prendiam, espancavam, disparavam, provocavam, o ar torna-se cada vez mais incandescente. As faculdades e as escolas superiores estão quase sempre ocupadas. É preciso dizer que o Movimento romano tenta manter

uma interlocução com o Movimento Operário, mas todas as aproximações serão secamente recusadas pelo movimento sindical. Na cidade operam muitas siglas de organizações combatentes "nas margens" da Autonomia, que se dedicam em particular aos ataques contras as casernas e as esquadras, entre as quais se distinguem as *Unitá Comuniste Combattenti* pela sua especialização na destruição de centros de cálculo electrónico, que definiam como "a mais alta concentração da inteligência de comando económico e político do capital sobre o trabalho". E assim se chega a 21 de Abril, quando o reitor da universidade pede à polícia para intervir e despejar quatro faculdades que tinham sido ocupadas de manhã. O despejo decorre sem incidentes, mas uma vez lá fora os ocupantes reagem, com a cumplicidade das pequenas ruas de San Lorenzo. Começa a guerrilha, montam-se algumas barricadas: durante uma carga um grupo reage lançando *molotov* e disparando em direcção à polícia, abatendo assim um agente. Nessa mesma noite a polícia e os *carabinieri* irrompem na sede dos colectivos autónomos na Via dei Volsci, detendo 25 pessoas que serão todas soltas, enquanto San Lorenzo permanecerá por vários dias em estado de sítio; os Volsci farão posteriormente uma conferência de imprensa na qual se declararão alheios à morte do agente policial. Todas as manifestações são de qualquer modo novamente proibidas até ao fim de Maio. Entre 29 e 30 de Abril, em Bolonha, dá-se a segunda assembleia nacional do Movimento. A Autonomia pressiona para que se saia à rua em Bolonha no Primeiro de Maio, com uma manifestação alternativa à sindical, mas a proposta não passa devido à oposição da área de *Lotta Continua* e de outros grupos, e também pela dissidência de uma grande parte da autonomia bolonhesa, que não considerava apropriado

continuar a insistir no confronto frontal. Em Milão, na noite anterior à festa do trabalho, *Prima Linea* e *Azione Rivoluzionaria* levam a cabo seis atentados em quatro horas, dirigidos contra centros de emprego, casernas dos *carabinieri* e concessionários de automóveis. Em Turim são cinco os ataques, dos quais dois, reivindicados pela sigla feminista *Lilith pelo comunismo*, são dirigidas a fábricas que se distinguiam pela exploração intensa da força de trabalho feminina. Em Roma, no Primeiro de Maio, não obstante as proibições, o Movimento tenta partir com uma manifestação própria, mas a polícia efectua rusgas preventivas e detém quase 300 pessoas. Os autónomos marcham de qualquer maneira, mas dão-se confrontos quer com a polícia quer com serviço de ordem sindical. Os grupos de extrema-esquerda que tinham preferido ir à manifestação oficial – manifestação para a qual o ministério tinha aberto uma excepção – e que tinham ficado a ver durante a caça ao homem, serão "expulsos" do Movimento numa assembleia na universidade, algo que se repetirá em todas as outras cidades ao longo das semanas seguintes.

A 7 de Maio, uma operação do serviço antiterrorismo é levada a cabo por toda a península sob ordem da magistratura de Bolonha, levando a buscas em todas as redacções, nas livrarias, nas editoras do Movimento e nas casas das pessoas que nelas trabalhavam; é detido o editor Bertani, que se preparava para publicar o livro colectivo *Bologna marzo 1977... fatti nostri* e incriminado o número de Março da "*Rosso*" por "incitamento à delinquência" (era o tal que mostrava na capa uma manifestação armada). Começa assim uma época de buscas, denúncias e prisões dirigidas à rede nacional de comunicação do Movimento, identificada – e correctamente – como um dos seus gânglios vitais. Como resposta sairá um panfleto assinado

por diversas livrarias e jornais, que termina afirmando: "é bom recordar a todos que *a revolução não se apaga, porque é na verdade invisível*." No meio desta onda de repressão o boletim "*La Rivoluzione*" sai intitulando ironicamente "*La Rivoluzione è sospesa*".

A 12 de Maio o Partido Radical organiza em Roma uma festa de rua para celebrar o aniversário da vitória no referendo sobre o divórcio. O Movimento adere: é uma ocasião para quebrar a proibição de manifestações e não tem problemas em aceitar as regras que os radicais colocam à participação, ou seja, que se faça uma festa e se evitem confrontos com a polícia. Esse 12 de Maio será pelo contrário um dos dias mais dramáticos vividos em 1977, reconstruído nos seus mínimos detalhes por diversos inquéritos levados a cabo quer pelo Movimento quer pelo Partido Radical, que fez um livro branco – difundido pelo jornal "*Prova Radicale*" (n.º 2, Junho de 1977) – muito importante para perceber o nível de provocação que o Governo e a polícia põem em cena durante esse período e, portanto, também os níveis de violência defensiva expressa pelo Movimento.

A Polícia e os *carabinieri* cercam a Piazza Navona por volta da hora de almoço, onde à tarde se deveria realizar a festa, impedindo as pessoas de lá entrar e, perante os protestos dos deputados radicais e da nova esquerda, começam a espancar os poucos presentes e a carregar sobre os pequenos grupos de jovens que tentavam pouco a pouco alcançar a concentração. Estes estavam totalmente desarmados, sendo todavia alvo de cargas violentíssimas mas sobretudo, como demonstrarão as fotos e os testemunhos, as cargas são levadas a cabo por agentes à civil, alguns vestidos como "extremistas", armados com bastões e pistolas e que, logo após o disparo de gás lacrimogéneo,

avançam pelo fumo disparando à altura do peito. Só haverá uma resposta minimamente organizada do Movimento após três horas de caça ao homem por parte da polícia e dos *carabinieri*, que se conclui com uma barricada com um autocarro e vários carros atravessados na Ponte Garibaldi, para além dos quais são lançados alguns *molotov* para retardar as cargas dos blindados. Durante uma das cargas, os agentes disparam repetidamente sobre quem foge e assassinam Giorgiana Masi, uma jovem feminista de 19 anos, atingindo-a nas costas. O ministro da Polícia e os vários responsáveis negarão inicialmente quer a presença de "equipas especiais" quer a utilização de armas de fogo por parte das forças de ordem, mas alguns jornais publicarão imagens inequívocas. Aí chegado, Kossiga reivindicará substancialmente a legitimidade da violência exercida pelo Estado contra a "escumalha" contestatária. O homicídio desta rapariga provocou enorme emoção dentro e fora do Movimento, aumentando a tensão, alargando o já vasto dissenso social e fazendo crescer a raiva e a determinação da revolta. Nessa mesma noite, uma bomba explode em Roma, no parque de estacionamento da polícia, destruindo uma dezena de carros. Nos dias seguintes, em toda a Itália, ocorrem manifestações que se confrontam regularmente com a polícia. Em Milão, no dia 14, descem à rua os grupos e a área autónoma para uma manifestação contra a repressão e o assassinato de Giorgiana – a Autonomia também tinha sido atingida nesses dias pela detenção dos seus advogados, aderentes ao *Socorso Rosso*, um grupo de juristas e de varias personalidades que se ocupavam da defesa do Movimento. A preparação da manifestação é muito agitada, alguns colectivos querem abrir as portas do inferno enquanto muitos outros, pelo contrário, depois da história da *Assolombarda*, não querem arriscar

que as coisas lhes fujam das mãos. A manifestação decorre tranquilamente, sem que a polícia se deixe ver, até que o sector dos autónomos se destaca do resto da manifestação e decide marchar até à prisão. Imediatamente depois, num cruzamento no final da Via de Amicis, surge a polícia, com a qual há uma troca de pedras e gás lacrimogéneo à distância; alguns companheiros tentam fazer a manifestação prosseguir mais rápido, inutilmente. O sector controlado pelo colectivo de Romana-Vittoria retira-se, bloqueia um eléctrico que é velozmente transformado em barricada, atrás do qual duas dezenas de companheiros colocam os passa-montanhas e se armam. Entre os lacrimogéneos e os *molotov* que voam, alguém perde a cabeça e começa a disparar contra a polícia, desencadeando uma violentíssima batalha no fim da qual caí morto um agente. Após a fuga, alguns autónomos são "capturados" pelos estalinistas do *Movimento Lavoratori per il Socialismo* nas imediações da universidade, espancados e entregues à polícia. O tiroteio é imortalizado por um fotógrafo "diletante" que vende as fotos aos jornais: a imagem do autónomo no centro da rua, pernas ligeiramente dobradas, braços tensos e a intenção de disparar, corre o mundo. As fotos, para lá de serem material sedutor para os *media* e os semiólogos, servirão também para deter três autónomos muito jovens. Muitos dos mais conhecidos militantes da Autonomia são obrigados a entrar na clandestinidade. A imprensa e os *media* lançam-se como nunca contra a "subversão".

Não é inútil parar para reflectir sobre o criticável "valor de uso" das imagens dos confrontos, em contextos fortemente dominados pelos *media*, enquanto algo que pode ser não apenas um instrumento de delação mas também de mistificação: os *media* são definitivamente um campo de batalha. Ainda hoje diversos protagonistas

da época, militantes de primeiro ou segundo plano, atribuem ao episódio da Via de Amicis a responsabilidade pelo fim do Movimento. Algo que está evidentemente fora de qualquer racionalidade histórica possível, mas o mais impressionante é que nestes discursos nunca surge o facto de já se ter disparado nas manifestações e de apenas um mês antes, em Roma, um polícia ter sido morto numa dinâmica semelhante à de Milão, tanto que nos documentos então produzidos pela Autonomia se condenam, ainda que "compreendendo", os dois episódios enquanto excessos militaristas. Mas nos anos seguintes nunca mais se falou do caso romano, meramente assinalado nas cronologias, enquanto o da Via de Amicis adquiriu um valor absoluto. Isso deve-se evidentemente à utilização espectacular-policial das imagens e da subalternidade relativamente à interpretação que lhes deu Umberto Eco, num célebre artigo no semanário "*L'Espresso*" (29 de Maio de 1977). Eco tinha incontestavelmente razão ao assinalar a importância das imagens artificiais na constituição da subjectividade contemporânea e, também, a propósito do "simbólico": permanece até aí no terreno da banalidade. Começa a fazer batota quando apresenta, em primeiro lugar, a expulsão de Lama como um confronto entre duas "estruturas teatrais", entre dois códigos comunicativos, enquanto tal abstractos, e não como um conflito bastante material entre duas formas de vida, atravessado por uma multiplicidade de contradições que mostravam a latência de uma guerra civil. Mas chega à mistificação quando aponta o olho e o dedo à foto do autónomo que dispara no meio da estrada, que deduz ser um emblema do "herói individual" e que neste caso, ao contrário da iconografia revolucionária clássica na qual seria sempre a vítima, morta e vilipendiada (citava como exemplo a foto do Che

trucidado e exposto na tábua da caserna), estava amaldiçoadamente activo *mas* isolado do movimento das massas, simplesmente porque estas não apareciam enquanto fundo na foto. Portanto, dizia Eco, é uma imagem que já não faz parte da tradição proletária (sempre simbolizada através de grandes massas indistintas) e que, para além disso, não o dizia mas deixava-o entender, pertence a outros tipos de narrativa, como a terrorista senão mesmo a fascista. Eco não afirma que por trás desses passa-montanhas estavam jovens, pertencentes a colectivos de bairro e de escola, inseridos num Movimento proletário concreto e vasto: Eco "simboliza", "abstrai", "deduz". Alguns anos depois, no decurso das investigações, surgiram outras fotos que só recentemente foram tornadas públicas. O enfoque é diferente e surgem os autónomos armados num número não inferior a duas dezenas de pessoas, no fundo a *manifestação* de onde provinham. Entretanto, porém, aquela foto tinha surgido em várias publicações dedicadas à "subversão", legitimando uma equação Autonomia = terrorismo que será pouco a pouco construída enquanto "verdade histórica" dos vencedores. Num ensaio mais recente, Maurizio Lazzarato afirma que foi essa foto a impor determinadas escolhas, quer aos rebeldes quer às instituições, no sentido de empurrar um dos lados para o delírio da luta armada e o outro para a repressão delirante (*Storia di una foto*, in *Gli autonomi III*, cit.). Não obstante tudo o que há de perspicaz e partilhável nos seus aspectos teóricos, nem mesmo este texto se revela convincente nas suas teses de fundo, porque seguindo atentamente os acontecimentos sabemos que as instituições já tinham começado a sua perseguição militar e judicial e que, no Movimento, as escolhas que dentro em breve se tornariam mais concretas provinham de percursos bem determinados e independentes dos

processos "simbólicos" aos quais esta maldita fotografia eventualmente dará espaço.

O tiroteio da Via de Amicis provoca, para além disso, uma aceleração da fragmentação já em curso na área autónoma milanesa e, indirectamente, no resto da área a nível nacional: a história de "*Rosso*" enquanto rede partilhada por centenas de colectivos territoriais parece terminar nesse dia, pelo menos se acreditarmos no que contaram alguns dos seus militantes. O jornal continuará ainda a sair durante alguns números, procurando manter o seu rumo, far-se-ão algumas tentativas de remendo entre as diferentes sensibilidades, mas sem sucesso. O último número de "*Rosso. Giornale dentro il movimento*" sai, significativamente, como uma edição especial sobre o congresso de Setembro em Bolonha, quando as divisões entre as diversas sensibilidades autónomas, e mais especificamente dentro do Movimento, se mostraram em toda a sua dureza. O grupo milanês que continuará ligado ao jornal deverá posteriormente, para sobreviver, aceitar durante algum tempo a aliança com a ascendente Autonomia de Pádua e muda atavicamente o nome para "*Rosso. Per il potere operaio*": já não podia estar *dentro* de um movimento que havia explodido, em Milão, numa diáspora feita de mil grupos e que se mostrava também cada vez mais dividido no resto de Itália. O ano de 1978 e as edições saídas até Maio de 1979 mostram, em sintonia com o que acontecia a nível geral, um progressivo empobrecimento dessa experiência: o jornal muda radicalmente, reflectindo também no seu aspecto gráfico um declínio que se tornava cada mais evidente no facto de haver cada vez menos artigos provenientes das diversas situações do Movimento. Não há páginas feministas, muito menos homossexuais, mas nem sequer dos vários colectivos ligados a situações de

luta na fábrica e no território. Exceptuando um ou outro bom artigo, grande parte das páginas são ocupadas por crónicas estudantis e por longos documentos políticos frequentemente aborrecidos e nos quais existe apenas um reiterado e patético apelo a formar o Grande Partido da Autonomia Operária Organizada. Surge ainda o apelo de "rachar o PCI" para dele fazer sair "os verdadeiros comunistas" (sic!); um leninismo privado de vontade própria, estúpido e ignorante tinha tomado a preponderância sobre uma história excepcional, aquela que poderia reivindicar o facto de que os autónomos venciam porque eram não só os mais fortes mas também os mais inteligentes.

Regressando ao pós-Maio de 77, o problema que se apresenta à Autonomia, principalmente em Milão mas não só, é bastante claro nas suas linhas. A análise partilhada pela maioria dos colectivos e das estruturas organizadas afirmava que, perante a repressão imposta pelo Estado, era impossível continuar o trabalho político legal como tinha sido feito até esse momento e que era por isso necessário alargar o ilegal, reforçar o nível armado e lançar a palavra de ordem da guerra civil. A ilegalidade tinha-se entretanto tornado uma forma de vida comum para os jovens crescidos nas lutas da última fase do Movimento e é, portanto, bastante óbvio que a quase totalidade dos colectivos de bairro se tenha decidido por uma linha marcadamente orientada para o combate. O número de Junho de "*Rosso*" afirma-o claramente: é necessário sacrificar parte dos processos de agregação do Movimento – também porque cada salto em frente neste sentido se confrontava pontualmente com a extensão da repressão – para privilegiar os momentos de organização interna e militante e romper assim essa "dialéctica negativa": "temos necessidade do partido

enquanto organizador da guerra civil e de direcção do exército proletário."

Na prática, quem privilegia uma "linha de massas" ancorada nos percursos do Movimento concentra-se nas rondas, na luta contra a heroína, no enraizamento nos bairros proletários e procura manter uma presença permanente nas ruas; multiplicam-se por outro lado os *grupos* de luta armada, que levam a cabo um número impressionante de ataques a casernas e centros directivos e, simultaneamente, muitas operações de exproprio para autofinanciamento. Durante alguns meses esta dupla dinâmica funciona – em Milão, por exemplo, associa-se à luta de massas em torno dos transportes uma intervenção que faz explodir duas bombas que impedem o metropolitano de andar e à actividade contra o trabalho aos sábados na Alfa Romeo junta-se, a certa altura, uma intervenção armada que explode a central eléctrica que alimentava a fábrica – e é capaz de se coordenar "invisivelmente" até atingir a máxima expressão de fogo que o *partido da autonomia* italiano alguma vez tinha expresso – tirando a manifestação de 12 de Março – enquanto organização de ilegalidade difusa, ainda por cima numa altura de internacionalização da luta. Isso acontece em Outubro, enquanto resposta raivosa ao massacre dos militantes da RAF na prisão de Stammheim: durante uma semana inteira, de 20 a 27 de Outubro, sucedem-se ataques aos consulados, bombas com TNT e ataques incendiários contra objectivos alemães (dos concessionários automóveis a várias empresas, dos centros culturais a automóveis e autocarros de marca alemã). Em Roma, cidade onde ocorre percentualmente o maior número de acções, são levados a cabo sete ataques numa única noite, aos quais se segue uma manifestação com confrontos duríssimos. Mas é em toda

a Itália, até nas mais pequenas aldeias de província, que a Autonomia desencadeia uma potência de fogo nunca antes vista com esta extensão territorial e temporal. E o que é notável, e deve ser sublinhado, é que não foi uma decisão tomada centralmente por qualquer estrutura mas algo que, tendo partido da emoção partilhada pelo assassínio de companheiros considerados politicamente "irmãos", agia agora por si, multiplicando-se assim *autonomamente*. Stammhein foi considerado uma derrota do Movimento mas, de modo igualmente lúcido, a reacção foi considerada como a "possibilidade" de uma Autonomia europeia que talvez tenha sido o que mais falta fez para uma definição credível do processo revolucionário, e não porque não fosse compreendida a sua necessidade: de facto, encontramos nas intervenções mais significativas, durante e depois do Congresso Internacional de Setembro contra a Repressão, em Bolonha, uma forte indicação estratégica que apontava para o aprofundamento das lutas que mais se prestassem a uma organização continental, como aquela contra a energia nuclear e a repressão. O que faltou foi o tempo, a duração adequada à construção de relações políticas e pessoais mais fortes e intensas entre as diversas forças autónomas que naquele fim de década se estavam a consolidar em países como a Alemanha, a Espanha e a França: "A autonomia tem necessidade que muitos companheiros comecem a viajar pela Europa, como antes faziam os companheiros americanos da I.W.W no seu continente, aceitando a dificuldade desta passagem mas acentuando a sua continuidade revolucionária fundamental" ("*Dopo Bologna: l'Autonomia*", "*Rosso*", 21-22 de Novembro de 1977).

O Congresso de Bolonha, a desagregação, o rapto de Moro, a repressão, o "desaparecimento"

> "Agora falam dele e escrevem sobre ele/ o psicólogo, o sociólogo, o cretino/ e falam dele e escrevem sobre ele / sim mas ele permanece sempre clandestino"
>
> Gianfranco Manfredi, *Dagli Appenini alle bande* (1977)

Se a autonomia continuava a exprimir altos níveis de combatividade, o PCI também não tinha parado durante um segundo, mas a sua militância reduzia-se às obras de criminalização do Movimento, até chegar à famosa definição de "*untorelli*"[19] que Berlinguer aplicou aos protagonistas da revolta durante a *Festa dell Unitá* de Modena, no Verão de 1977. Nos dias seguintes, perante as críticas que lhe dirigiram, preocupou-se em especificar que se referia particularmente aos autónomos.

Olhando bem, à parte o desprezo com que o secretário-geral do PCI tinha lançado aos rebeldes a acusação de serem difusores da peste, a definição do Movimento de 77 enquanto uma *epidemia* não estava totalmente deslocada. O grande medo dos reformistas italianos deviase de facto à imparável capacidade de contágio que os comportamentos e as temáticas de luta dos movimentos autónomos estavam a demonstrar. As cidades, os bairros

19 - N.E.: Diminutivo de "untóri", pessoas acusadas de terem difundido a peste em Milão, no século XVII, untando portas e mobiliário com líquidos contaminados. "Untorello" é usado num sentido figurativo e literário, como alguém inofensivo e impotente.

e as universidades demonstravam-se demasiado porosas e disponíveis para os vírus subversivos e por isso eles, os sociais-democratas, na sua força enquanto maior partido da esquerda italiana, consideravam-se os agentes mais qualificados para os isolar, bloquear e queimar na praça pública. Por outro lado, não era esta actividade – identificar, separar, retirar, isolar – a vocação original de todas as *polícias*? Posteriormente também circulou no PCI a ideia de ter falhado algo na relação com os movimentos mas durante o ano de 1977 e até 1979, na fase mais aguda do compromisso histórico, a sua acção foi digna de Noske: a Autonomia e os movimentos foram o seu inimigo e não o capitalismo e o Estado democrata-cristão. Para depois, em 1980, se encontrarem fora dos portões de Mirafiori a tentar recuperar uma situação de gigantesca derrota operária para a qual eles próprios tinham contribuído: capitularam, obviamente, e deram início ao seu declínio. A máquina estatal da contrainsurreição tinha entretanto começado a trabalhar – chefiada exactamente por juízes ligados ao PCI, que começavam a procurar os elementos propícios à construção de um teorema judicial que permitisse travar de uma vez por todas a subversão rompante. Em Pádua, em 1977, o juiz Calogero começou, através das grandes operações policiais que atingiram as figuras mais visíveis do movimento autónomo local, e com a simultânea incriminação do Instituto de Ciências Políticas onde trabalhavam Negri e os seus colaboradores, a tecer a trama que se precipitaria dois anos depois, a 7 de Abril de 1979, primeiro com a decapitação da autonomia organizada na totalidade do território nacional e depois com a detenção de milhares de companheiros e companheiras. A equipa estatal consegue assim, a partir de 1977, acelerar vertiginosamente para um confronto político generalizado, no

qual as práticas de libertação foram obrigadas a fluir num "gueto" e as forças organizadas da Autonomia a um combate desesperado. Bifo tinha-se entretanto refugiado em Paris, para fugir aos mandatos de captura dos tribunais bolonheses. Nessa cidade foi hóspede de Felix Guattari, com o qual estabeleceu imediatamente uma relação de amizade e de cumplicidade política, e com quem conseguirá produzir uma importante tomada pública de posição, contra a repressão e o compromisso histórico em Itália, subscrita por muitos dos intelectuais militantes franceses mais conhecidos, como Gilles Deleuze, Jean-Paul Sartre, Roland Barthes e Michel Foucault, apelo que não deixou de indignar os mais servis escrevinhadores italianos.

A área que se tinha coagulado em torno de "*A/traverso*" procurou, no último fôlego de 77, conduzir uma batalha contra aquilo que considerava uma deriva "politiqueira" e militarista da Autonomia. Na aceleração e na aceitação, por parte dos autónomos, da espiral repressão/combate/repressão, identificava o fim das possibilidades de expansão do movimento e, especialmente, de todas as práticas de libertação que tinham constituído a sua riqueza. Assinalava para além disso o risco de que o Estado retomasse a iniciativa e conseguisse impor a sua própria temporalidade aos movimentos. Mesmo se, com uma certa ingenuidade e uma excessiva sobrevalorização da potência dos factores de transformação cultural, os transversalistas colocavam problemas e questões reais, desde logo sobre a estratégia do Movimento e, portanto, sobre a capacidade efectiva da Autonomia de levar a bom termo a insurreição e praticar no imediato um terreno de guerra civil.

O apelo para construir um grande Congresso contra a Repressão em Bolonha, que ocorre de 22 a 24 de Setembro, servia portanto para mais coisas: 1) reapropriar-se da

cidade após os meses de *quadrillage* posteriores à insurreição de Março; 2) compreender o que queria nesse momento dizer "repressão" e como é que o movimento poderia responder às medidas excepcionais que o Estado havia disposto contra si; 3) dar uma resposta colectiva à questão "como fazer?" que provinha do Movimento. Numa das suas últimas saídas públicas, *Lotta Continua* ocupou-se com a organização dos três dias, para permanecer em seguida apenas o jornal com o mesmo nome, tornando-se um triste receptáculo de todas as temáticas do alegado "refluxo".

Foram por isso jogados mais jogos em torno da convenção bolonhesa. Havia o do PCI que, também para reconquistar a confiança de largos estratos populacionais após a sua performance estalinista, ocupou-se em assegurar que Bolonha não só acolhia o Movimento como as estruturas públicas estariam à disposição de milhares de jovens que lá iriam estar. Havia também aquele que pretendiam jogar os transversalistas, que podiam contar com a presença na convenção de Guattari e com o que acreditavam ser a capacidade "espontânea" do Movimento de tecer um discurso e uma prática que levasse a Autonomia a aceitar uma espécie de trégua, para aprofundar a forma de vida que nesses anos se tinha formado (este era um dos principais significados do título do último número de "*La Rivoluzione*": "*La rivoluzione è finita: abbiamo vinto*"). Na realidade, esta área permanece quase silenciosa durante esses três dias e o número de "*A/traverso*" que foi distribuído fazia apenas um apelo, ainda que muito significativo: *"Por favor, não tomem o poder."* Havia em seguida os retalhos dos grupos que, estando agora a um passo da sua completa institucionalização, procuravam reconquistar alguma credibilidade perante o Movimento. Finalmente,

existia a galáxia da Autonomia, organizada ou não, que chegava a Bolonha com a força da hegemonia que tinha sabido conquistar através das suas práticas de combate, o seu forte empenho teórico e a extensão do seu enraizamento territorial. Três elementos que tinham conseguido permanecer ligados entre si até 1977, entre altos e baixos, constituindo a única forma credível de organização das potências à altura dos tempos.

Ao Congresso contra a Repressão chega um pouco de tudo: operários turineses, desempregados napolitanos, intelectuais franceses, militantes autónomos alemães, mas especialmente milhares de jovens com sacos-cama, que acampam um pouco por todo o lado. Nas praças e nas tabernas bolonhesas era como se houvesse 100 assembleias ao mesmo tempo e muitos velhos militantes do PCI paravam a discutir com os "rebeldes": querem compreender, compreender aquilo que têm à frente, mas também onde é que o seu Partido se está a enganar. Na Faculdade de Direito reúnem-se as feministas e os homossexuais, na Piazza Maggiore há uma enorme assembleia operária, muitos grupos de teatro de rua davam a tudo o sabor de uma antiga feira popular. Jornalistas chegam de todo o mundo para testemunhar a *anomalia* italiana. O Palazzo dello Sport, o mais amplo espaço disponível em Bolonha, é escolhido enquanto local central da discussão

Mas é precisamente em Bolonha que essa capacidade da Autonomia para manter juntos os diversos níveis da potência mostra os sinais de recuo, não obstante o ostentoso optimismo mostrado por algumas áreas autónomas, que pensavam estar finalmente em condições de construir um "verdadeiro" partido da autonomia a nível nacional. Na memória dos que foram a Bolonha,

não de forma organizada mas enquanto singularidade em movimento, e também daqueles que, como Marshall McLuhan, lá foram para perceber o que se estava a passar em Itália, encontramos descrições entusiastas de uma Bolonha alegremente invadida por dezenas e dezenas de milhares de pessoas, que desfrutavam o simples facto de ali estar, todas juntas, no final de um ano vivido perigosamente. Encontramos assim a descrição de uma experiência positiva que aparentemente não joga com o clima tenso dos dez mil "organizados" que discutiam selvaticamente no hemiciclo do Palasport bolonhês. E contudo, o problema real não foram as rixas entre os diferentes grupos e a contestação autónoma às posições de *Lotta Continua*: a verdadeira questão estava totalmente no interior da própria área autónoma, na qual, em virtude da fraqueza estratégica que nesse momento revelava, as funções de combate tinham empreendido um perigoso percurso de separação. Explodiam uma atrás da outra as contradições entre as exigências das organizações e as dos movimentos de libertação, pouco inclinados a sacrificar as suas práticas e as suas prerrogativas a uma centralização do Movimento.

Para os muitos que escolheram a clandestinidade, ou a ela foram constrangidos, a privação mais dura foi ter de renunciar a essa dimensão comum que era até esse momento o seu *ethos*, a sua casa, a sua própria vida:

> "Os meus novos companheiros só os podia descobrir assim, pouco a pouco, nas reuniões dos núcleos operacionais?, das estruturas da Organização, entre um encontro e outro. E a descoberta era mais secreta, sofrida e cansativa, não havia a luz e os tempos relaxados das lutas, das manifestações, das sedes, dos locais abertos

> onde a luz se concentrava como por encanto, desta ou daquela parte da cidade, a iluminar o meu instinto e o meu desejo de tribo."
>
> (Teresa Zoni Zanettii, *Clandestina*, DeriveApprodi, Roma, 2000)

Foi como se se estivesse a revelar a mais crítica das cisões para o Movimento, entre uma componente política cada vez mais fragmentada, e que arriscava tornar-se autorreferencial, e uma enorme variedade de pessoas que viviam simplesmente *no* Movimento e que poderiam contudo continuar a fazê-lo sem os "outros", que lhes garantiam a firmeza e a combatividade. O Setembro bolonhês traz consigo a amarga sensação de que essa dimensão colectiva, comum, que tinha sido a narrativa específica do Movimento de 77, estava a chegar ao fim. Os grupos darão, dentro em pouco, vida ao partido *Democrazia Proletária*, com muito de clique parlamentar, e os "desejantes" foram à sua vida, dispersando-se por mil microiniciativas mais ou menos interessantes. A ruptura no interior da Autonomia é mais complexa. Há aquela mais cordata, que reúne por algum tempo os padovanos dos Colectivos Venetianos, os romanos dos Volsci e o que sobra dos milaneses ligados a «*Rosso*», que cultivaram o sonho de fazer um partido, mas surgem desde o início com toda a evidência não apenas as antigas diferenças mas também as tensões pela hegemonia de uma fracção sobre as outras; será de qualquer modo uma ilusão de poucos meses e que nunca irá para além das boas intenções. Na verdade, quer os romanos quer os venezianos inventarão duas siglas e dois projectos diferentes, o MAO (*Movimento dell'Autonomia Operaia*) para os primeiros, e o MCO (*Movimento Comunista Organizatto*) para os segundos, cada um com o seu jornal – "*I Volsci*" em Roma e "*Autonomia*" em Pádua – e que deviam nas suas intenções "agir enquanto

partido" dentro do Movimento. Em Milão, alguns dos sobreviventes da "*Rosso*" dão vida à revista "*Magazzino*", cuja intenção era sobretudo retomar a pesquisa e tentar a partir daí reconstruir uma hipótese organizativa: saíram apenas dois números, após os quais todos os redactores são presos no âmbito das operações contra-insurreccionais de 7 de Abril. Os *Comitati Comunisti Rivoluzionari*, que nunca se quiseram propor como "micro-partido", decidem conscientemente a sua dissolução, após uma intensa actividade em 1977-78. Oreste Scalzone, Paolo Virno, Lucio Castellano, Franco Piperno e alguns militantes autónomos provenientes da área pós-*Potere Operaio*, criaram a última revista importante da Autonomia, "*Metropoli. Per l'autonomia possibile*" onde o acento caía sobre o adjectivo "possível". "*Metropoli*" continuou a sair até ao início dos anos Oitenta, não obstante metade da redacção estar presa ou no exílio e, mesmo se consciente das diferenças, juntou todas as almas da autonomia ao procurar compreender essa tremenda passagem – eram os anos de Tatcher e de Reagan – ao novo modo de produção que se nomeará pós-fordismo, para além de aprofundar obviamente todas as temáticas judiciais ligadas aos processos da Autonomia e à fenomenologia da luta armada.

Ao longo dos poucos meses que consumarão o fim de 1977 dá-se o que muitos tinham temido, ou seja, a transformação de inúmeros colectivos autónomos em "bandos" que combatiam substancialmente para sobreviver: a pele vendia-se cara. Uma explosão de siglas combatentes invadia a metrópole italiana e, se experimentarmos olhar para a cronologia do fim de 1977 e, depois, de 1978-79, deparamo-nos com uma eloquente inversão de factores: quanto menos manifestações de massas e iniciativas do Movimento, mais acções são levadas a cabo por essa

molecularização da intervenção armada. Isso era evidentemente devido, como já se disse, não apenas a factores subjectivos, mas também à ofensiva repressiva que se instalou e que, a seguir ao rapto do presidente da DC, Aldo Moro, pelas Brigadas Vermelhas, se tornou uma verdadeira guerra de aniquilação dos movimentos. O problema desta difusão do "fogo" estava contudo na falta de uma estratégia capaz, que fosse para lá da vontade de responder golpe a golpe ao ataque estatal. Neste cenário de fragmentação e de confusão foi um dado adquirido que as principais organizações combatentes clandestinas absorveriam a pouco e pouco todas as micro-formações armadas autónomas, mais que não fosse pelos meios e pela experiência que tinham. Mas a "recomposição militar" procurada pelas Brigadas Vermelhas estava, desde o início, viciada por uma exterioridade ao Movimento não tanto física mas ideal, afectiva e estratégica, e as partes da Autonomia que começaram a competir com elas nesse terrenos conseguiram apenas entrar numa espiral niilista ou, na melhor das hipóteses, produzir um qualquer bom "espectáculo". Pela importância que a diversos níveis teve na história italiana, é ainda útil que nos detenhamos por algumas linhas no "assunto Moro" e, em geral, no debate entre Brigadas Vermelhas e movimentos autónomos.

Como já se disse algumas vezes, a questão da luta armada não era uma discussão estranha ao debate interno do Movimento e também constituía para a Autonomia uma parte significativa das suas práticas. A constituição de grupos armados clandestinos no Movimento, como é o caso de *Prima Linea* e de tantos outros, por quão limitada pudesse ser, respondia efectivamente a um desejo difuso de organizar-se no terreno de combate, diferenciando-se no entanto das modalidades de auto-representação e de linha

política seguidas pelas Brigadas Vermelhas. É preciso dizer que estas estavam presentes nas fábricas de modo estável e muito enraizadas na classe operária italiana; representavam de algum modo a sua rigidez perante a reestruturação capitalista e as simpatias que as Brigadas Vermelhas recolhiam entre os operários não se deviam apenas ao facto de serem encaradas como "justiceiras": eram ideologicamente reconhecíveis como pertencentes à antiga tradição comunista do século XX, os seus pontos de referência teóricos não eram diferentes dos de muitos antigos militantes do PCI que se reconheciam no mito da "resistência traída", ou seja, de uma revolução operária que deveria ter completado a libertação do fascismo. O modelo comum, não obstante tudo, permanecia o socialismo soviético. As Brigadas Vermelhas partilham na verdade com o PCI a cegueira perante a gigantesca transformação social que havia ocorrido nesses anos. O problema das Brigadas Vermelhas era por isso, perante a incipiente concretização do compromisso histórico entre o PCI e a DC, em 1978, o de o impedir a todo o custo e tentar romper a ligação entre as bases e as cúpulas do Partido Comunista, propondo-se definitivamente como nova direcção do Movimento Operário e recomeçando a partir do ponto no qual, segundo eles, se tinha interrompido a história. Este objectivo tinha já sido, por outro lado, posto preto no branco na sua *Risoluzione Strategica* de 1975: "Não faz sentido declarar a necessidade de combater o regime e propor na prática um «compromisso histórico» com a DC. A *Democrazia Cristiana* deve ser vencida, liquidada e dispersa. A derrota do regime deve levar consigo também este imundo partido e o conjunto dos seus dirigentes. *Como aconteceu em 1945 com o regime fascista e o partido de Mussolini*.

Enquanto se celebrava em Turim o processo contra o grupo histórico das Brigadas Vermelhas, a sua ideia era

organizar uma série de contra-processos simétricos: a revolução contra o Estado. É necessário dizer que esta visão da luta revolucionária, na qual se perfilavam tribunais do povo, júris proletários e carrascos comunistas, estava tão distante quanto possível do imaginário e da ética do Movimento. Um diferença sempre reivindicada pelos Brigadistas "históricos" e que apenas anos depois foi objecto de uma reflexão crítica, pelo menos para alguns. Foi significativa a resposta de Mario Moretti, dirigente das Brigadas Vermelhas, durante o rapto de Moro, a uma pergunta sobre a sua relação com o Movimento de 77: "Que não foi algo nosso é evidente, que não tenhamos estado presentes não é verdade. Mas uma coisa é estar, outra é ter a direcção. Não a temos. O movimento da autonomia, um arquipélago variado, ninguém o consegue dirigir. Não exprime a contradição operária, a dos anos anteriores, é totalmente diferente [...]. Para mim, mas não apenas para mim, aquele movimento permanecerá um objecto desconhecido até ao fim" (Mario Moretti a Carlo Mosca e Rossana Rossanda, *Brigate Rosse. Una storia italiana*, Anabasi, Milão, 1994). Será necessário esperar pelo ensaio de Renato Curcio e Alberto Franceschini de 1982, "*Gocce di sole nella città degli spettri*"[20] (Suplemento ao n.° 20-22 de "*Corrispondenza Internazionale*", Roma, 1982), para ler num texto proveniente das suas fileiras algo que tivesse a ver com as temáticas do Movimento de 77 e que constitui de facto uma auto-crítica posterior. Também é verdade, contudo, que imediatamente antes e depois da "campanha de Primavera" – assim foi chamada pelos brigadistas a fase na qual deveria acontecer o rapto de Moro –, as Brigadas Vermelhas conseguiram recrutar diversos militantes provenientes da área ex-*Potere Operaio*

20 - N.E.: "Pingos de sol na cidade dos espectros."

que gravitavam na Autonomia. Eram os que desde o fim de *Potere Operaio* estavam convencidos da necessidade de um partido armado e também os que, ainda mais jovens, vinham dos serviços de ordem dos grupos e das estruturas armadas da Autonomia. Eram, em suma, os que acreditavam que teria terminado o tempo do Movimento e começado o da luta clandestina. Na prática, os objectivos das Brigadas Vermelhas, também durante o ano de 77, estiveram sempre exclusivamente ligados ao mundo das fábricas – ainda imaginadas enquanto a fortaleza do operário-massa – e ao aparato de Estado entendido no sentido tradicional. Nas acções armadas dos grupos autónomos, pelo contrário, é evidente que os objectivos são mais correspondentes àquelas que eram as temáticas do Movimento, como, por exemplo, exactamente em 1977, a *gambizzazione* do psiquiatra torturador Giorgio Coda, o chamado "electricista de Collegno" devido uso maciço de electrochoques que aplicava aos internados nesse manicómio, ou como as dezenas de incursões nas pequenas fábricas onde havia trabalho clandestino, ou ainda as acções ligadas às lutas sobre os transportes públicos. Também o "estilo" das acções era diferente do brigadista, sobretudo porque era levado a cabo por pessoas que continuaram, durante bastante tempo, a levar a cabo agitação política nos colectivos, nos locais de trabalho e de estudo. A "linha política" destas formações autónomas armadas, mesmo se vanguardista, era ao fim e ao cabo ditada pelo Movimento, a das Brigadas Vermelhas derivava dos seus raciocínios internos, dos documentos "estratégicos" que deveriam orientar a acção militante nas várias fases do conflito e que deveriam representar a "consciência armada" da classe operária, da qual se consideravam os "delegados". Não é de surpreender, por isso, que os

militantes brigadistas em muitas fábricas estivessem porventura inscritos nos sindicatos tradicionais e não devem ter sido poucas as ocasiões em que se encontravam do lado oposto aos operários autónomos durante uma luta. Era por isso óbvio que, perante o salto qualitativo representado pelo rapto de Moro, as Brigadas Vermelhas procurassem desencadear um confronto militar com o Estado, envolvendo todo o resto do Movimento em algo para o qual não só não estava preparado mas que lhe era também estrategicamente estranho. Foi em torno desta escolha que se consumou uma verdadeira ruptura política entre a Autonomia e as Brigadas Vermelhas, ruptura que não pôde senão aprofundar-se quando estas decidiram "justiçar" Moro, não obstante a opinião contrária do Movimento e apesar de diversos militantes autónomos se terem empenhado directamente em evitá-lo. Não era um desacordo baseado em "questões humanitárias": a questão era totalmente estratégica e residia inteiramente na possibilidade de evitar que um movimento revolucionário que até aí tinha permanecido na ofensiva em Itália tivesse agora de se deter e fundamentalmente parar de viver. Se a posição assumida no slogan "*Nem com o Estado nem com as Brigadas Vermelhas*" encontrou grande eco no Movimento, na Autonomia as posições iam desde os que queriam obrigar as Brigadas Vermelhas a um confronto com o movimento a outras mais explícitas, como a de "*Rosso*" que escrevia "contra o Estado, de modo diferente das Brigadas Vermelhas". Por outro lado, também *Prima Linea*, como outras organizações armadas, criticou duramente o dirigismo estalinista das Brigadas Vermelhas, compreendendo perfeitamente que também eles seriam arrastados para um terreno que não tinham escolhido. A execução de Moro e o consequente aumento vertical do

confronto foi no fundo algo bastante útil ao Estado, que não via outro modo de derrotar o movimento revolucionário italiano senão obrigá-lo a reduzir-se à luta militar e aí, obviamente, eliminá-lo: a Operação Moro desarticulou ao mesmo tempo tanto o Estado como as camadas organizadas do proletariado revolucionário. Por um lado põe fim à Primeira República mas por outro todos os níveis organizativos do movimento foram desestabilizados e esmagados pelo ataque concentrado da repressão e da militarização da luta política levado a cabo pelas Brigadas Vermelhas. Quem quer que não demonstrasse fidelidade ao Estado era a partir deste momento suspeito de ser um "apoiante" seu e, especialmente se se tinha tido qualquer tipo de relação com militantes clandestinos, sujeito à prisão preventiva. As ruas esvaziavam-se, as prisões enchiam-se. Substitui-se assim à insurreição, em apenas um ano, uma espécie de guerra de gangues. Não é portanto surpreendente que tenham sido exactamente as Brigadas Vermelhas a registar um aumento dos pedidos de inscrição nos meses posteriores ao rapto de Moro. Perante um nível de repressão altíssimo, que tornava extremamente difícil qualquer acção política alternativa, muitos militantes escolheram entrar nas formações armadas para não terem de se render. Também por este motivo, não se pode separar a história global dos movimentos dos anos Setenta da história da luta armada, em todas as suas componentes.

Aqui chegados, fica bem clara uma lição: *a potência de um movimento revolucionário resulta de manter bem ligados entre si os diferentes níveis – materiais, espirituais e guerreiros – que o definem enquanto forma de vida: cada vez que se cede à hipertrofia e/ou à separação de um em relação aos outros, a derrota é certa*. Porque da mesma forma que se pode ser militarmente derrotado, também se pode sê-lo de outro

modo, como o que resulta da conversão numa seita de teóricos impotentes ou o que advém de uma gestão profissional do protesto. E pode dizer-se que vivemos em Itália, depois dos anos Setenta, em tempos diferentes, cada uma destas derrotas.

No espaço de poucos meses, entre 1979 e 1980, a área autónoma foi massivamente atingida na sua globalidade pela repressão, dispersando-se. A valorização desta passagem histórica que um grupo de autónomos fará depois na prisão, através do documento "*Do you remember revolution*?", é lúcida e dramática: "A autonomia organizada encontrou-se presa numa tesoura formada pelo «gueto» e pelo confronto imediato com o Estado. A sua «esquizofrenia» e a sua posterior derrota tiveram origem na tentativa de fechar esta tesoura, mantendo aberta uma articulação entre riqueza e articulação social do movimento, por um lado, e necessidade do confronto anti-estatal, pelo outro. Esta tentativa torna-se em poucos meses impossível e falha em ambas as frentes" (o documento aparece no jornal "*Il Manifesto*" de 22 de Fevereiro de 1983).

É de qualquer modo significativo que o Estado se tenha preocupado primeiro em destruir a Autonomia, entre 1979 e 1980, e apenas depois se tenha dedicado à batalha totalmente militar contra as Brigadas Vermelhas. O verdadeiro "inimigo constitucional" foi sempre lucidamente identificado, pelo Estado e pelo capital, na subversão generalizada que via na Autonomia a sua mais temível forma de organização. Foram interrogados e encarcerados milhares de militantes, centenas foram obrigados ao exílio, alguns foram assassinados. Mas sobretudo, a contra-insurreição obrigou dezenas de milhares de companheiros e companheiras a uma espécie de clandestinidade na sociedade, que foi atravessada

pela heroína, pela loucura, pela morte e pela traição. Um exílio no mundo, um atravessar do deserto, uma diáspora que se torna uma experiência de massas. Muitos jovens companheiros têm dificuldade em perceber que aquela área, aquele Movimento, tenha "desaparecido" durante os anos Oitenta. É necessário entender o que significa desaparecer: se nos referimos às estruturas organizadas, à capacidade de exprimir uma potência efectiva de transformação colectiva de e no quotidiano, então sim, desapareceram. Se, pelo contrário, o entendemos enquanto potência subterrânea que sobrevive imperceptivelmente naqueles novos estratos proletários expressos pelo Movimento de 77, enquanto capacidade de reconstruir na descontinuidade uma narrativa comum, enquanto "negativo dialecticamente insuperável", então as coisas são diferentes, porque essa potência está bem plantada no mundo em que vivemos: hoje, dentro da "crise" que domina a primeira década do novo milénio. Porque as revoluções, especialmente as que falharam, não podem ser apagadas. Nenhuma continuidade histórica é possível, entenda-se. O que é possível, escrevia Walter Benjamin, é fabricar a chave que abre aquela determinada sala do passado e a entrada nessa sala constitui o *agora* destrutivo da acção política contemporânea. Acção que coincide com o habitar a distância entre o que foi possível e aquilo que vem.

Não se trata por isso de assinalar os méritos e as responsabilidades subjectivas ou objectivas, nem de estabelecer qual foi a "verdadeira história": trata-se do gesto de assumir um processo revolucionário enquanto algo que *nos* é comum e contemporâneo. É precisamente hoje, quando tanto se fala de lutas pelos "bens comuns", que se torna necessário efectuar a reivindicação dessa história, não

pelo seu passado mas tendo em conta o seu futuro, e da sua reapropriação enquanto desejo vivo *daquilo que é comum*: dentro e contra a própria história. É esse "recordar como tarefa" que a tradição dos oprimidos nos entrega continuamente, esse exercício ético no qual a possibilidade de transmissão de uma experiência proletária é dada pela sua rememoração no presente e pela reactivação das verdades contidas nesse determinado fragmento temporal.

Autonomia não é assim, para nós, mais do que uma dessas palavras incandescentes que vêm ao nosso encontro a partir da intempestiva constelação da nossa sempre imperfeita actualidade.

Se talvez seja verdadeiro que todos os movimentos nasceram para morrer, é ainda mais verdade que existe um *resíduo* dessas lutas, desses movimentos, dessas vidas, que é indestrutível e se torna infindável. Para reapropriar-se desse *resíduo*, é antes de tudo necessário ser capaz de operar uma descontinuidade no presente, ou seja, criticar teórica e materialmente a sua própria época. Chegados a esta altura, que é sempre vertiginosa, todo esse *resíduo* volta a tornar-se não apenas legível, mas também pronto a ser usado.

ANEXO

Viver com a guerrilha
Lúcio Castellano

Foi publicado no ano passado, em Inglaterra, um interessante estudo: alguns técnicos de estatística ordenaram as diferentes profissões segundo a duração média de vida dos que as desempenham. Resulta daí que os mineiros são os que vivem menos e - segundo uma escala que vai do trabalho manual ao intelectual – no final da lista vêm os professores, os advogados e os políticos. Trata-se de uma observação aparentemente banal, mas que é necessário partilhar com os improvisados elogiadores do trabalho manual e tem permanecido, erradamente, fora do debate em curso sobre a democracia, a violência, a morte e, portanto, sobre o corpo e as necessidades, o pessoal e a vida quotidiana. Para ser ácidos, poderíamos colocar a questão nestes termos: é fundamentado o risco de que Colletti[21] tenha uma vida mais longa do que a vasta maioria dos seus estudantes. Dá que pensar.

Mas é melhor retomar o problema desde o seu início, nos termos em que foi colocado. O Movimento de 77 assistiu à emergência prepotente de uma categoria central – a fisicalidade, o corpo, as necessidade, os desejos: ou seja, o indivíduo. Com o indivíduo subiram à ribalta as diferenças e as particularidades, que procuram definir o seu lugar dentro de um processo colectivo de libertação.

21 - N.E.: Lucio Colletti (1924-2001) foi um filósofo marxista italiano que abandou o PCI em 1964, num processo de radicalização política e teórica. Depois de colaborar com várias organizações e publicações de extrema-esquerda ao longo da década de Setenta, viria a evoluir para posições cada vez mais moderadas até aderir ao partido criado por Silvio Berlusconi, Forza Itália, pelo qual foi eleito deputado em 1996.

A crítica da política – entendida enquanto o processo que iguala os homens na abstracção do Estado, isolando-os na sua diversidade concreta, contrapondo-se a cada um deles como um «interesse geral» que os domina – é a imagem sintética desta passagem.

Atrás de nós está ainda: a revalorização da vida quotidiana concreta contra a abstracção totalitária dos «grandes ideais»; a recusa da subordinação do presente ao futuro; a reivindicação da materialidade da própria existência; o ódio aos sacrifícios, ao heroísmo e à retórica. Não importa aqui traçar a genealogia deste imediatismo: o contributo operário, radical e igualitário, do «tudo e agora», ou o papel fundamental do movimento de libertação da mulher. O essencial - neste discurso – é a ruptura e não a continuidade, o facto de pela primeira vez este bloco temático se tornar o ponto de agregação, o momento de identidade de um sujeito político articulado e potente.

O sujeito geral explorado

São estes os termos da questão, que inovam profundamente o debate acerca do Estado e da política, da revolução e da guerra, do processo de libertação e das necessidades. Existe porém um nó que se torna necessário compreender preliminarmente para compreender a quantidade de banalidades aborrecidamente ressuscitadas, de despudorado catolicismo, que pôde emergir de uma base tão rica e de premissas tão subversivas: porque razão, no decurso de poucos meses, um percurso misterioso fez deste conjunto de temas o terreno fundador de uma inédita cultura da marginalização, de

uma linguagem de pequeno grupo, repetitiva, petulante e barroca, a linguagem de quem fez da «exclusão» uma profissão de fé.

Houve uma deslocação inicial e é necessário dar conta dela: não é verdade que entre o Movimento de 77 e as cartas a «Lotta Continua» exista um simples e directo fio de continuidade: existe, igualmente uma selecção, um filtro político preciso e determinante. O movimento de 77 não foi, socialmente falando, um movimento dos marginalizados ou sequer – no sentido estrito – de «não garantidos»: havia no seu seio camadas relevantes de trabalhadores dos serviços, de técnicos e empregados, de jovens trabalhadores das pequenas fábricas e estudantes, de trabalhadores a tempo parcial e desempregados, tendo aind uma relação estreita com o movimento de luta das mulheres, no plano temático e político. Um sujeito social unido pela sua exterioridade relativamente aos mecanismos de cooptação do sistema partidário, mas bem inserido nos processos de produção e reprodução da riqueza social, fortemente envolvido com o conjunto do tecido social, impossível de isolar, socialmente potente porque portador de conhecimentos e informação, por estar inserido no âmago dos mecanismos de reprodução. Não se tratou de uma revolta de gueto, mas da emergência de profundos processos de modificação que percorreram ao longo destes anos o conjunto do tecido social e de classe no nosso país: a exterioridade deste sujeito político relativamente ao sistema partidário não é um sintoma da sua marginalização, mas antes da debilidade profunda do aparelho político e institucional do «elo italiano».

Contra a falsa consciência dos marginais

A temática da marginalização não foi a identidade natural deste movimento; foi o árduo produto de uma gestão política que tentou minimizar a radicalidade dos problemas difíceis que lhe foram colocados, que reconduziu a emergência de novos temas ao esqueleto das velhas ideologias, que veio fundamentalmente dividir o movimento, isolando uma das suas componentes, dissolvendo o problema da sua identidade enquanto sujeito político ao da identidade social de uma das suas partes.

A crítica da política perdeu dessa forma a amplitude que lhe teria permitido ser também a crítica prática do poder e do Estado, para se reduzir a uma prática de exclusão relativamente a ambos; e a emergência do individual e do quotidiano no processo colectivo de libertação foi remetida para o gueto garantista do "deixem-nos viver" e para a busca de espaços marginais, enquanto o problema da "legitimação" política da radicalidade dos comportamentos e das formas de acção encontrava o seu fundamento mais tradicional e pobre: a exclusão, o desespero e a raiva. O desespero enquanto identidade colectiva, enquanto sinal de reconhecimento e com ele a impotência. E uma identidade reconfortante, para si e para os outros: "sou um marginalizado enraivecido, não necessito de reconhecer os meus erros, quando tenho fome grito"; "é um pobre marginalizado, o mal que poderá fazer é pouco e acima de tudo a si mesmo". É aqui que as cartas a «Lotta Continua» se tornam um caso nacional, um boom literário, aparecem nas páginas do «Espresso».

Existe certamente marginalização e desespero, mas não é isso que está aqui em questão, trata-se de outra coisa, de uma cultura, de uma linguagem, de uma profissão: é um

grande filtro ideológico através do qual tem de passar todo aquele que queira estar "dentro do movimento", uma forma de expressão obrigatória, uma linguagem que legitima e constrange ao mimetismo. Esta linguagem tem os seus adeptos e administradores: os sagrados mestres inflexíveis e autoritário que ditam as regras do jogo, os apreciadores da "moca" e os ex-vocalistas dos serviços de ordem, os especialistas em «relações humanas» e as profissionais do feminismo.

Crítica da distinção entre paz e guerra

O debate acerca da violência parece ser a primeira grande vítima desta situação infeliz. Há um ponto de partida importante: a reivindicação do direito à vida, a recusa do sacrifício e do heroísmo da retórica belicista. A crítica da política é também crítica da guerra, a recusa a sacrificar-se em nome do ideal futuro, a recusa da subordinação aos "superiores interesses de todos": resumindo, a recusa daquele momento "excepcional" em que a mulher se comporta como homem, e todos como soldados, onde não há espaço para o jogo, para o humor ou para a festa, onde não existem os direitos da vida quotidiana e todas as potência destrutivas da sociedade se concentram "para construir um futuro melhor". Mas o discurso não se pode resumir a isto, pois de outro modo torna-se uma retórica natalícia. É necessário acrescentar: a crítica da guerra é também a crítica da paz produzida e reproduzida pela guerra, e é também crítica daquela parte da sociedade que permanece sempre armada para garantir a paz. E ainda – inevitavelmente – a crítica da distinção forçada entre guerra e paz, entre exército e sociedade, entre soldado e civil.

E também aqui existe um problema central de remoção do sujeito da nossa história, tanto colectiva como pessoal. Se o observamos de facto com os olhos do militante e do ideólogo, o Movimento de 77 foi o campo de batalha de linhas políticas ferozmente adversas – militaristas algumas, pacifistas outras. Organizações de diversa natureza – algumas feitas para a guerra, outras feitas para a paz – disputaram entre si o espaço político no seu interior.

Mas se o observamos a partir do exterior (da cara que revelou de si, por assim dizer), ou se encararmos, para lá do confronto, o convívio entre tendências de natureza diferente e as próprias biografias dos companheiros, vemos que, para lá dos vetos e das prescrições categóricas, elas deslizam de um papel para o outro, que misturam e combinam histórias e experiências normalmente incompatíveis, dando-nos então conta de que o movimento destes anos combinou intimamente, de modo contínuo e sistemático, na Itália como na Europa, iniciativa legal e ilegal, violenta e não violenta, de massas e de pequenos grupos, agindo ora segundo as leis do Estado de paz, ora segundo as leis do Estado de guerra: esta combinação não foi uma prerrogativa de uma organização, mas atravessou todas elas, superando-as e impondo a convivência de diferentes momentos organizativos no seio do mesmo sujeito social.

Esta característica, esta capacidade de combinar paz e guerra, de desenvolver uma iniciativa ofensiva sem produzir soldados, não apenas construiu a força do movimento como é, em geral, o elemento central da sua natureza comunista e subversiva.

Erodir a distinção entre paz e guerra significa colocar-se no terreno da crítica do Estado, colocar em causa os princípios da legitimação do poder político que estabelecem efectivamente uma distinção entre "Estado" e

"sociedade", "público" e "privado", "geral" e "particular". O interesse geral é armado, os interesses particulares confrontam-se segundo as leis que governam a paz. O armamento do Estado garante o desarmamento da sociedade; o facto de uma parte da sociedade – o aparelho repressivo e militar – ascender enquanto corpo separado e funcionar segundo as leis da "guerra", garante que o resto da sociedade viva na "paz". E "paz" quer dizer apenas que a "guerra" se tornou um negócio particular, de alguns homens que dele vivem (polícias e militares), ou daqueles momentos particulares em que estes homens particulares assumem o comando sobre todos os outros, demonstrando factualmente que – sendo eles o garante da paz de todos – também a governam e são a sua parte dirigente. A guerra garante a paz, a sua ameaça conserva-a no interior dos Estados ou nas relações entre Estados; é na distinção entre paz e guerra que se parece fundar, na cultura política ocidental, o conceito de Estado.

A violência domina as relações sociais

A distinção entre "guerra" e "paz" impõe a definição da violência em termos categóricos e, fazendo dela a ocupação particular de um grupo de homens particulares, anula as suas ligações com outras formas do agir e da comunicação social: a "violência" apresenta-se não por aquilo que é – uma dimensão de todas as actividades humanas no interior da relação de capital, presente em todas as formas de expressão e comunicação, nas quais inscreve o signo da relação de poder – mas antes como uma actividade a par das outras, especializada e monstruosa, que a todas chantageia.

Toda a relação de poder tem a sua face militar, e cada relação humana é, na sociedade capitalista, uma relação de poder: é por isso que a máquina de guerra enterra as suas raízes nas relações de paz, e a violência que as domina oferece a sua representação geral na "infinita potência destrutiva" do Estado moderno. O aparato repressivo, com os seus especialistas da guerra, é a síntese da violência que domina as relações sociais e a garantia armada da sua reprodução: para que o trabalho assalariado não se revele enquanto violência, a violência apresenta-se como um trabalho entre tantos outros; para que o trabalhador não descubra estar imerso na violência quotidiana, esta apresenta-se-lhe como a profissão de outro «trabalhador», o polícia. Voltar a pôr de pé este mundo invertido implicar expor a violência oculta na vida quotidiana e enfrentá-la tal como é, sem ceder à chantagem do terror, atacando a sua máquina para a sabotar: significa aprender a utilizar a violência para não a delegar, para não ser por ela chantageado; aprender a reconhecê-la, ou a viver com ela.

Quem dissolverá o exército vermelho?

O movimento destes anos não foi insurrecionalista ou militarista porque não foi pacifista, porque não respeitou a sequência da paz que prepara a guerra, ou seu aparelho, o exército ordenado, nem a da guerra que prepara a nova paz; porque não visou a violência concentrada na hora x do ajuste de contas – a violência cega, desumana e abstracta dos exércitos -, mas antes a implantou e difundiu a todo o arco da luta política de libertação.

Há apenas dois caminhos disponíveis (e os "pacifistas" de plantão demonstram-no sempre): a) a luta política exclui o uso da violência do seu horizonte e respeita então o aparato militar existente, ou procura organizar um alternativo e equivalente para passar depois a uma fase de guerra, aberta ou "legítima", exército contra exército, Estado contra Estado (é uma história que já conhecemos e graças à qual aprendemos a colocar-nos a questão: quem dissolverá o exército vermelho? Quem lutará contra o Estado quando a classe operária se tiver transformado em Estado?); b) o processo de libertação não é primeiro "político" e depois "militar", mas antes aprende o uso das armas ao longo de todo o seu percurso, dissolve o exército nas mil funções da luta política, combina o civil e o combatente na vida de cada um, impõe a cada um a aprendizagem, tanto da arte da guerra como a da paz.

Não se pode pretender viver o processo de libertação comunista e ter a mesma relação com a violência, a mesma ideia de belo e de bom e de justo e de desejável, a mesma ideia de normalidade, os mesmo hábitos, que um gestor bancário turinês de meia idade: viver com o terramoto é sempre – também – viver com o terrorismo, e para não ter uma ideia "heróica" da guerra é acima de tudo necessário evitar uma ideia miserabilista da paz.

Pacifistas como Lama recrutam polícias, aqueles "mais à esquerda" reivindicam a legitimação da "violência de massas", do "proletariado em armas". O movimento real foi mais realista e menos belicoso, mais humano e menos heroico: porque criticou a guerra colocou em discussão a paz, e porque recusou o exército rejeitou o critério da delegação e da legitimação, com erros e aproximações e desvios terríveis,

cultivando mitos absurdo no contexto de uma história contraditória, mas aprendendo e melhorando num processo que modificou a realidade muito mais do que qualquer insurreição.

Crítica comunista da democracia

Crítica da política é por isso também a crítica da dicotomia guerra/paz. A paz de que falamos é a paz da democracia e a violência que usa é "violência legítima", delegada pela maioria nas instituições do Estado: criticar esta violência significa criticar o princípio mais desenvolvido da legitimação política, a democracia. Porque o problema da legitimidade é o problema da maioria e o problema da maioria é o das instituições em que se exprime, ou seja do Estado: "maioria" e "minoria" pertencem ao universo do pensamento político, disputam o comando sobre o "interesse geral", vivem da separação entre "público" e "privado", entre Estado e sociedade, afundam as suas raízes nas relações de dominação que impõem aos homens confrontar-se enquanto quantidades. A maioria constitui-se para administrar o poder: quanto mais concentrado se encontra o poder, mais pode a maioria e menos pode o indivíduo; quanto mais rico é o "público", o "interesse de todos", mais pobre e expropriado é o "privado", mais desprovido e impedido de se exprimir é o interesse de cada um. A democracia é simultaneamente o máximo desenvolvimento do poder estatal, o máximo momento de concentração do poder político e o lugar do domínio incontestado do princípio de maioria: a questão não é o facto de existir pouca democracia no Estado moderno ou que as minorias não

sejas respeitadas mas, antes pelo contrário, o facto de ser conduzida uma luta de morte contra tudo aquilo que não se exprime em termos de maioria ou minoria, de poder e de gestão. É por isso que o movimento de libertação comunista está fora da lei em todo o lado: porque se coloca fora do código democrático e porque é este código que define em exclusivo o universo da política. A crítica marxiana radical da democracia identifica as categorias sobre as quais assenta a luta de morte entre democracia e comunismo, entre poder democrático e libertação comunista. O resto são misérias, logros para embalar crianças.

Em democracia é obrigatório "lutar pela maioria", porque sem maioria nada se pode fazer, nem sequer produzir um alfinete ou tocar clarinete. Pode-se pedir tudo ao Estado, mas não se pode fazer nada sem o Estado e a relação de poder apresenta-se como a linguagem universal na qual se condensam e traduzem todos os "dialectos". A luta pela maioria é obrigatória, qualquer que seja a maioria; e a maioria de um conjunto pequeno remete para a maioria de um conjunto mais vasto, como a maioria do PDUP remete para a maioria da Democrazia Proletaria, enquanto as instituições parlamentares alastram ao conjunto do tecido social e crescentes exércitos de delegados aprendem o mistério da conciliação entre a máxima divisibilidade do poder e a sua máxima concentração.

Com a maioria pode-se tudo, sem a maioria não se pode nada: a única acção social reconhecida é a luta pela maioria ("é a ditadura dos advogados sobre a sociedade americana", escrevia há alguns anos um jornalista a propósito do Congresso dos E.U.A.); a única relação social reconhecida é a assembleária, de maioria e minoria.

Máxima concentração do poder e sua aplicação óptima. O capital concentra os meios de produção, a riqueza social, a democracia administra-os segundo um código, o da relação entre maioria e minoria: é o melhor código, mas é o mundo do capital.

Não conhecemos outro código para "legitimar" o poder político; o Estado socialista move-se dentro do mesmo horizonte. Isto quer dizer que estamos a lutar contra o poder político, contra a forma-Estado, contra a democracia, contra o universo das relações capitalistas de produção, pelo comunismo.

Lúcio Castellano
«*Preprint*», N° 1, Dezembro 1978